Maria Madalena de Aguiar Cavalcante
Ricardo Gilson da Costa Silva
Josué da Costa Silva
(Orgs.)

AMAZÔNIA

EMOÇÕES, VIVÊNCIAS E RESISTÊNCIAS

Coleção Pós-Graduação da UNIR

edufro
Editora da Universidade
Federal de Rondônia

Amazônia: emoções, vivências e resistências

Maria Madalena de Aguiar Cavalcante
Ricardo Gilson da Costa Silva
Josué da Costa Silva
(Organizadores)

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA

Reitora Marcele Regina Nogueira Pereira
Vice-Reitor José Juliano Cedaro

EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA

CONSELHO EDITORIAL

Presidente Lou-Ann Kleppa
Ariana Boaventura Pereira
Carlos Alexandre Trubiliano
Eliane Gemaque Gomes Barros
Gean Carla Silva Sganderla
Leandro Soares Moreira Dill
Márcio Secco
Marli Lúcia Tonatto Zibetti
Pedro Ivo Silveira Andretta
Ricardo Gilson da Costa Silva
Xênia de Castro Barbosa

COMISSÃO CIENTÍFICA

Marília Lima Pimentel Cotinguiba
Carlos André da Silva Müller
Gabriel Eduardo Melim Ferreira
Wanderley Rodrigues Bastos
João Paulo Assis Gobo
Patrícia Goulart Tondineli
Lucas Martins Gama Khalil
Quesler Fagundes Camargo
Estevão Rafael Fernandes
Élcio Aloísio Fragoso

CAPES

PROPESQ
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

UNIR
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA

Editora Filiada

edufro
Editora da Universidade Federal de Rondônia

ABEU
Associação Brasileira das Editoras Universitárias

Edufro - Editora da Universidade Federal de Rondônia
BR 364, Km 9,5
Campus Unir
76801-059 - Porto Velho - RO
Tel.: (69) 2182-2175
www.edufro.unir.br
edufro@unir.br

Amazônia: emoções, vivências e resistências

Maria Madalena de Aguiar Cavalcante
Ricardo Gilson da Costa Silva
Josué da Costa Silva
(Organizadores)

Coleção Pós-Graduação da UNIR

edufro
Editora da Universidade Federal de Rondônia

Porto Velho - RO

© 2021 by Maria Madalena de Aguiar Cavalcante, Ricardo Gilson da Costa Silva, Josué da Costa Silva (Organizadores)
Esta obra é publicada sob a Licença Creative Commons Atribuição-Não Comercial 4.0 Internacional.

Capa:
Rosivan Diagramação & Artes Gráficas

Imagem: Vista da cidade de Santarém, rio Tapajós - Pará. Fonte: Ricardo Gilson da Costa Silva (2014)

Revisão:
Marília Lima Pimentel Cotinguiba

Projeto gráfico:
Edufro - Editora da Universidade Federal de Rondônia

Diagramação:
Rosivan Diagramação & Artes Gráficas

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR)
Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da UNIR

F981 Fundação Universidade Federal de Rondônia.

Amazônia: emoções, vivências e resistências / organização Maria Madalena de Aguiar Cavalcante, Ricardo Gilson da Costa Silva, Josué da Costa Silva. - Porto Velho, RO: Coleção Pós-Graduação da UNIR - EDUFRO, 2021.

275 p.; il.

ISBN: 978-65-87539-45-4 (digital)

1. Representações geográficas. 2. Amazônia. 3. Desenvolvimento e Sustentabilidade. 4. Hidrelétricas - Amazônia. I. Cavalcante, Maria Madalena de Aguiar. II. Silva, Ricardo Gilson da Costa. III. Silva, Josué da Costa. IV. Fundação Universidade Federal de Rondônia.

CDU 913(811)

Bibliotecário Luã Silva Mendonça CRB 11/905

A floresta está viva. Só vai morrer se os brancos insistirem em destruí-la. Se conseguirem, os rios vão desaparecer debaixo da terra, o chão vai se desfazer, as árvores vão murchar e as pedras vão rachar no calor. A terra ressecada ficará vazia e silenciosa. Os espíritos xapiri, que descem das montanhas para brincar na floresta em seus espelhos, fugirão para muito longe. Seus pais, os xamãs, não poderão mais chamá-los e fazê-los dançar para nos proteger. Não serão capazes de espantar as fumaças de epidemia que nos devoram. Não conseguirão mais conter os seres maléficos, que transformarão a floresta num caos. Então morreremos, um atrás do outro, tanto os brancos quanto nós. Todos os xamãs vão acabar morrendo. Quando não houver mais nenhum deles vivo para sustentar o céu, ele vai desabar.

Davi Kopenawa

Sumário

9 APRESENTAÇÃO

PRIMEIRA PARTE: EMOÇÕES E VIVÊNCIAS DO LUGAR

14 MÚSICAS E REPRESENTAÇÕES: ALGUMAS APROXIMAÇÕES GEOGRÁFICAS
Gustavo Henrique de Abreu Silva

31 DEVANEIOS POÉTICO – EMOTIVOS DO BEM VIVER NAS ENCANTARIAS MÍTICAS DA MÃE-D'AGUA BRASIVIANA
Francisco Marquelino Santana
Josué da Costa Silva

54 AS MULHERES E A ECONOMIA SOLIDÁRIA NA AMAZÔNIA-ACREANA
Suzanna Dourado da Silva
Adnilson de Almeida Silva

89 MULHERES EM RESISTÊNCIA: ECOFEMINISMO COMO ENFRENTAMENTO
Larissa Zuim Matarésio
Maria das Graças Silva Nascimento Silva

104 GEOGRAFICIDADE AMAZÔNICA: A PERCEPÇÃO DO LUGAR DOS RIBEIRINHOS DE SACAÍ, BAIXO RIO BRANCO – RR
Éder Rodrigues dos Santos
Rubens Savaris Leal
Antonio Tolrino de Rezende Veras
Rafael Oliveira da Silva Maia

SEGUNDA PARTE: NATUREZA APROPRIADA, TENSÕES E RESISTÊNCIAS

121 DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE: UMA AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO DA REGIÃO DE GUAJARÁ MIRIM (RONDÔNIA/BRASIL)
Josélia Fontenele Batista
Luiz Cleyton Holanda Lobato
Maranei Rohers Penha

141 A EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA DO POVO KARITIANA NO CONTEXTO DOS IMPACTOS PROVOCADOS PELAS HIDRELÉTRICAS EM RONDÔNIA, AMAZÔNIA BRASILEIRA
Adriana Francisca de Medeiros
Simone Ferreira de Athayde
Adnilson de Almeida Silva

168 HIDRELÉTRICAS, DIREITOS HUMANOS E ALIENAÇÃO DO TERRITÓRIO NA AMAZÔNIA: ESTUDO DE CASO DA UHE TABAJARA – RONDÔNIA
Ricardo Gilson da Costa Silva
Gisele Dias de Oliveira Bleggi Cunha
Rebeca Campos Ferreira

201 HIDRELÉTRICAS E POPULAÇÕES TRADICIONAIS: CONFLITOS NO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS NA COMUNIDADE DE TEOTÔNIO
Girlany Valéria Lima da Silva
Maria Madalena de Aguiar Cavalcante

218 AMAZÔNIA DO TAPAJÓS EM CONFLITO: AGRONEGÓCIO E POVOS AMAZÔNICOS NOS TERRITÓRIOS DAS TERRAS-ÁGUAS-FLORESTAS (TAFS)
Francilene Sales da Conceição

241 A PRODUÇÃO DO ESPAÇO NA LINHA DA FRONTEIRA AMAZÔNICA: CIDADES GÊMEAS NA DIVISA ACRE (BR) PANDO (BO) E MADRE DE DIOS (PE)
Silvio Simione da Silva

270 SOBRE OS AUTORES (AS)

APRESENTAÇÃO

A Amazônia está de "porteira aberta"!

Há uma autêntica preocupação de setores da sociedade, comunidades acadêmicas e movimentos sociais com os reais caminhos da Amazônia, provocada, sobretudo, pelas ações incompatíveis com a manutenção e equilíbrio da natureza, oriundas de intensas modificações de ordem jurídica e econômica, que fragilizam Áreas Protegidas, favorecem o desmatamento descontrolado, produzem aberturas permissivas de garimpos clandestinos em Território Culturais que, por sua vez, ameaçam terras e vidas dos povos originários e comunidades tradicionais.

Sistematizar, analisar e refletir essas questões torna-se um desafio acadêmico e um dever da universidade. Com essa perspectiva, a coletânea "Amazônia: emoções, vivências e resistências" aborda temas e problemáticas diversas que qualificam essa grande região do país, paradoxalmente, como o lugar de vida e de morte, da indissociabilidade natureza e cultura, da fronteira como conflitos, resistências e memórias, da racionalidade mercantil do capital e do Estado frente à socialidade dos povos amazônicos.

Esta coletânea pretende estimular reflexões e debates inerente às questões sociais que qualificam o mundo amazônico em seu devir, cujos capítulos procuram, a seu modo, despertar o interesse e a indignação referente aos conflitos sociopolíticos, as resistências e as memórias de povos e comunidades situadas nos estudos particulares dos estados de Rondônia, Acre, Roraima e Pará. O conjunto das análises está organizado em duas partes, que articulam escritos sistematizados no eixo *emoções e vivências do lugar*, com questões sociopolíticas e socioterritoriais expostas no eixo *natureza apropriada, tensões e resistências*.

A primeira parte - *Emoções e Vivências do Lugar* – reúne textos provocativos, evidenciando aspectos das representações sociais e poéticas. Lugar de vivências, experiências e narrativas das mais profundas encantarias faz com que sua sacralidade esteja presente e seja compreendida com sua

fundamental importância e reverência. A Amazônia das águas, para onde os olhares dos grupos de migrantes nordestinos que sobreviveram aos terríveis tempos da extração da borracha, pode ver os devaneios poéticos e as marcas das vivências nas matas que lhes habilitam a apresentarem o acervo de seus conhecimentos, saberes e valores culturais. Assim, também se destaca a força da mulher nos estudos de gênero, seja no mundo do trabalho ou no campo das resistências frente aos desafios sociais postos em sua condição societal. A presença da mulher sempre esteve nesse palco de tantas lutas na Amazônia, seja pautada na violência doméstica a que estão historicamente submetidas ou na invisibilidade perante as políticas públicas, como a luta para garantir seus nomes na titulação da terra rural e urbana. Os tempos atuais exigem atenção ao novos movimentos feministas, a exemplo do ecofeminismo, que problematiza os modelos de desenvolvimento econômico e as consequências específicas no âmbito da ecologia, que denuncia a destruição do ambiente natural e a opressão sobre as mulheres dos campos, das águas, das cidades e dos movimentos sociais.

Na segunda parte - *Natureza Apropriada, Tensões e Resistências* – os textos analisam questões de apropriação da natureza e dinâmicas territoriais, principalmente, quanto às problemáticas de fronteira e dilemas do desenvolvimento e sustentabilidade (Rondônia e Acre). Soma-se ao conjunto, também resultado de pesquisa de campo, análises dos projetos hidrelétricos (rio Madeira e Machado, em Rondônia) que impactam Terras Indígenas e comunidades tradicionais no processo de apropriação dos recursos hídricos. Semelhantes situações ocorrem nos territórios do campesinato extrativista, especialmente na região do rio Tapajós (Pará), onde há territórios das terras-águas-floretas que reúnem a diversidade do campesinato amazônico.

A "natureza apropriada, tensões e resistências" impõe a necessidade de repensar os mecanismos de desenvolvimento socioeconômico que impactam os recursos naturais e os territórios dos povos amazônicos. O poder econômico dos grandes projetos impõe silenciamentos e apagamentos de cultura, povos e comunidades, a exemplo do povo Karitiana, onde suas lideranças não conseguiram pautar as soluções dos problemas que passaram a conviver após a cons-

trução das hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau. Suas reivindicações foram ofuscadas, assim como, as demandas das comunidades ribeirinhas, pescadores, agricultores de várzea, que tiveram seus territórios destruídos.

Os megaprojetos (hidrelétrico, agronegócio e mineração, dentre outros) continuam a se expandir na Amazônia, provocando grandes impactos socioambientais e violações sistemáticas dos direitos humanos e territoriais dos povos indígenas, comunidades tradicionais e rurais. Esses grandes projetos adotam a narrativa de que a economia extrativa promoverá o desenvolvimento local, geração de empregos e melhoria das condições de vida. Contudo, há profunda territorialização dos impactos deletérios nas áreas de inserção desses projetos, ficando a população atingida com perdas emocionais e materiais, desterritorializações e drásticas transformações cartográficas do que um dia foram lugares de vida e de cultura amazônica.

Assim, a coletânea "Amazônia: emoções, vivências e resistências" oferece possibilidades à reflexão contínua dos grandes dilemas do nosso tempo. Em sua proposta metodológica, estes dois conjuntos de textos buscam convergência ao tratarem das experiências significativas vividas por comunidades tradicionais, povos originários, grupos do campo e da cidade que conformam a Amazônia brasileira. O livro reúne 11 capítulos, com 23 autores vinculados às seguintes instituições: Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Universidade Federal do Acre (UFAC), Universidade Federal de Roraima (UFRR), Universidade do Estado do Amazonas (UEA), Ministério Público Federal (MPF/RO), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFRO), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e Universidade Internacional da Flórida (FIU).

As pesquisas tiveram apoio financeiro das instituições: Fundação Rondônia de Amparo ao Desenvolvimento das Ações Científicas e Tecnológicas e à Pesquisa do Estado de Rondônia (FAPERO), Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM), Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Esperamos que a coletânea possa contribuir com o conhecimento científico e social das questões amazônicas, oportunizando, assim, novos diálogos interinstitucionais e desafios conjuntos para compreendermos essa grande região do Brasil.

Os Organizadores.

PRIMEIRA PARTE: EMOÇÕES E VIVÊNCIAS DO LUGAR

MÚSICAS E REPRESENTAÇÕES: ALGUMAS APROXIMAÇÕES GEOGRÁFICAS

Gustavo Henrique de Abreu Silva

Introdução

O presente trabalho tem por escopo apresentar que música e espaço são categorias possíveis de serem intercambiáveis dentro do arcabouço geográfico. Ou seja, a música pode ser um meio de apreensão do espaço geográfico e, ao mesmo tempo, um meio de se construir representações sobre o espaço. Em sentido metodológico, utilizamos como ponto de convergência entre as categorias música e espaço o conceito de *representações*. É a partir daí que, utilizando a teoria das formas simbólicas de Ernst Cassirer e abordagens da geografia cultural e humanista, trabalhamos na proposta, ainda incipiente, do conceito de representações *musicais*.

A metodologia, ou seja, a base interpretativa para esse trabalho parte das abordagens da geografia cultural e humanista e se consolida com a utilização de autores que através de suas abordagens abrem espaço para análises da subjetividade humana. Tais como: Bachelard (1993, 1997), Cassirer (1994, 2001, 2006), Morin (2005, 2006, 2007), Moscovici (2003) e outros.

A construção do problema está diretamente relacionada em como abordar a música através de uma perspectiva geográfica. Em como articular essas duas categorias: música e espaço. Partimos da hipótese de que a influência e importância da música na dinâmica espacial é algo factual, objetivo. Ou seja, as *representações musicais* existem enquanto fenômeno. Existem, pois as músicas geram representações, e são produzidas e elaboradas também a partir de representações já existentes. Mas, se as representações musicais existem enquanto fenômeno, elas ainda necessitam ser mais bem estudadas enquanto conceito. Como assim? Elas existem dentro da dinâmica das relações sociais no espaço; mas elas não existem enquanto conhecimento explicativo, teórico, fundamentada em argumentos e pesquisas.

O objetivo é, portanto, delinear a prospectiva de um suporte teórico capaz de articular geograficamente essas duas categorias: música e espaço. Desenvolver uma geograficidade da música, descobrir como a música influencia na mente e nos sentimentos das pessoas de forma a corroborar ações no espaço social. Descobrir como a música interliga, subjetivamente, seres humanos e que valores a música transmite. Descobrir como os elementos do lugar estão presentes nas letras e ritmos das músicas. Descobrir como a identidade cultural pode ser traduzida pelas músicas, e como as músicas influenciam na construção da identidade cultural.

Uma proposta metodológica: prospectivas para a construção do conceito de representações musicais

Abordar a música a partir de uma perspectiva geográfica exige uma definição por parte do pesquisador de quais são suas bases teóricas e metodológicas. Provavelmente, este deva ser o problema inicial a ser tratado em um trabalho dessa natureza. Dentro desse contexto, devemos saber que a geografia não possui apenas uma vertente de análise; a geografia é, como nos diria Amorim Filho, plural (2007). Ora, nós não poderíamos tratar de um tema dessa natureza partindo da geografia crítica (neomarxista) e tampouco da geografia quantitativa (teorética). No entanto, a partir da geografia cultural e humanista encontramos a abertura necessária para desenvolver um trabalho com essa temática. É daí que parte a nossa interpretação e metodologia. A geografia cultural se interessa pela construção dos significados, pelos valores. O que conta para essa corrente geográfica não são apenas os aspectos quantitativos e objetivos, mas também os aspectos da sociabilidade humana, as intersubjetividades, a dinâmica complexa e fluida da linguagem, as representações e seus desdobramentos no espaço.

Dentro desse contexto, a música não é uma construção abstrata, ela faz parte de toda uma dinâmica social e cultural. Vista de forma mais abrangente, ela é também um dos condicionantes na elaboração das representações, das formas de pensar, das maneiras de ver e entender o mundo. A música está

interligada tanto ao mundo físico quanto ao simbólico: o lugar de origem, a memória social e individual, a cotidianidade das pessoas.

Através do conceito de representações, música e espaço são categorias que podem ser articuladas entre si teoricamente. Desvendar os mecanismos dessa articulação, é uma tarefa instigante que cabe, especialmente, aos geógrafos interessados na cultura. O problema parte daí: Como o conceito de representações pode contribuir para a articulação das categorias "música" e "espaço" dentro de uma perspectiva geográfica? É no sentido de responder a essa pergunta que propomos a construção do conceito de *representações musicais*. É através desse conceito que poderemos fazer as pontes necessárias entre a dimensão simbólica da música e a sua influência nas dinâmicas espaciais.

As representações musicais possuem um movimento cíclico, o qual tem a ver com o meio social necessário para a criação musical, e a criação musical (ou as músicas) enquanto construtoras do meio social. As músicas, através de seu teor simbólico, ao mesmo tempo constroem e são construídas tendo em vista o espaço concreto: o lugar, as paisagens, as dinâmicas territoriais... Descobrir os mecanismos das representações que envolvem o fenômeno musical é descobrir algo significativo dentro da dimensão geográfica. O ser humano se relaciona com o seu meio, e esse é o principal mote da geografia. A música nada mais é do que um dos produtos dessa relação. Produto esse carregado de valor simbólico, semântico, algo capaz de condensar em si diversas informações de como o homem trata o seu meio ambiente, convive com os seus pares; do que o homem faz e com o quê o homem sonha.

Falando-se, por exemplo, no cenário Amazônida, e considerando Rondônia enquanto recorte espacial. Até onde Rondônia possui uma identidade cultural? Se possui, o que caracteriza isso a ela? É a sua herança amazônica? É o seu novo desenvolvimento socioeconômico? É o seu processo migratório? Seja como for, podemos ter por hipótese que algo dessas "memórias" estejam registradas nas músicas. Ora, as músicas contam estórias, articulam sentimentos e evocam nomes de lugares, os quais estão carregados de simbolismos e significados.

Partimos da hipótese de que as músicas, através de seu conteúdo simbólico, estão inseridas na dinâmica de elaboração e reelaboração do espaço ge-

ográfico. Ou seja, através da dimensão imaterial da cultura as músicas contribuem para corroborar representações do espaço. Podemos dizer também que:

- As músicas fazem parte do cotidiano das pessoas.
- As pessoas manifestam, através da música, sua cultura e sua visão de mundo.
- A música constrói territorialidades próprias no que tange aos diferentes estilos musicais e seus ouvintes e apreciadores.
- As músicas trazem em si elementos da identidade cultural de seu lugar de origem.

Ora, as músicas possuem não só um caráter simbólico, mas também uma função social e espacial. Delineando prospectivas para uma "geografia da música" ou para uma "leitura geográfica da música" propomos as seguintes questões:

- Como as músicas contribuem na construção de representações acerca do espaço?
- Como o conceito de representações pode contribuir para a articulação das categorias música e espaço dentro de uma perspectiva geográfica?
- As músicas populares, considerando a categoria "lugar" contribuem para a formação da identidade de um grupo social?

Fundamentação teórico-epistemológica à problemática de estudo

A geografia, a partir da metade do século XX passa, gradativamente, a ganhar novas dimensões de análise. Muitos geógrafos insatisfeitos com os resultados da *New Geography* (Nova Geografia, Geografia Teorética ou Quantitativa) passam a buscar abordagens geográficas alternativas. É o caso da geografia crítica que, buscando dar uma dimensão mais social à geografia, utiliza como suporte teórico para as suas análises a filosofia marxista.

De forma alternativa também a esta corrente positivista, dominante na década de 60, alguns geógrafos começam a explorar aspectos mais subjetivos das relações homem/meio, é nesse sentido que surge a geografia humanista. Essa corrente geográfica está interessada em desvendar os mecanismos da

percepção e dos significados que envolvem o ser humano e o seu meio. Esses estudos vão proporcionar inúmeros desdobramentos que estão ligados, muitos deles, com aspectos antes negligenciados pela corrente da geografia quantitativa até então hegemônica. O existencialismo e a fenomenologia são correntes filosóficas utilizadas nas abordagens dessa geografia.

Assim, a geografia humanista, defende que os espaços não são simplesmente técnicos, instrumentais ou mercantis. Os espaços são vivenciados e são percebidos através de suas especificidades, de diferentes maneiras, por quem os vivencia. Os espaços então, não devem ser analisados unicamente pelo viés lógico instrumental e quantitativo. É neste sentido, que a geografia humanista se insurge como uma maneira de humanizar o pensamento geográfico, através da valorização das características intersubjetivas. Ballesteros, no livro *Geografía y humanismo*, considera que a geografia humanista seja "uma geografia do mundo vivido em que os valores são a chave da totalidade das experiências e o lugar é um importante componente de nossa identidade como sujeitos" (Ballesteros, 1992, p. 10).

A geografia humanista e a geografia cultural, apesar de terem históricos e contextos diferentes, não são necessariamente excludentes. De acordo com Buttimer:

> O termo 'humanista' tem também diferentes significados de um país ou tradição lingüística à outro (Racine, 1978; Relph, 1981; Claval, 1984). Em alguns casos os termos 'social', 'cultural' e 'humanismo' são intercambiáveis. (...) Apelo a sua indulgência e não me adentro em questões de definição e limites para um campo chamado Geografia Humanista. Os termos com letras maiúsculas acabados em '-ismos' e '-logias', sempre me preocupam. Desde logo aportam vias para etiquetar e classificar as escolas e os estudiosos, mas também desagregam a empresa intelectual em seu conjunto. (1992, p. 20-21)

Amorim Filho, também reflete sobre a aproximação entre a geografia cultural e a humanista. Segundo ele, a geografia humanista que:

> nas etapas iniciais, tinha-se dado preferencialmente com os modelos e os profissionais da psicologia – começou também, mais recentemente, a se de-

> senvolver com outras orientações epistemológicas, entre elas com a geografia cultural. Isto vem ocorrendo, em grande parte, porque temas como os das religiões, nacionalidades, etnias, valores, entre outros fundamentais na elaboração de representações e imagens geográficas, possuem também peso significativo na temática e nas reflexões da geografia cultural. (2004, p. 235)

Assim, o espaço passa a ser percebido não apenas por sua dimensão geométrica ou pragmática. O espaço não é apenas econômico ou funcional. O espaço é um espaço de percepção, de representação, de significados. Dentro desse foco podemos começar a construir um diálogo geográfico entre música e geografia.

Trabalhar a música sob uma perspectiva geográfica requer interpretar a música não só como um objeto lúdico, mas como um fenômeno. Fenômeno, justamente, porque é uma produção social, uma produção humana, carregada de sentido. Toda produção humana, principalmente as mais elaboradas (nesse sentido aquelas que trazem em si uma função simbólica), condensam em si matizes do saber e da cultura humanas. Ora, a música está dentro dessa seara, traz em si interpretações do meio ambiente e todo um conteúdo semântico que é tanto produzido, como produtor da dinâmica espacial.

É nesse sentido que a música pode ser abordada através de suas relações culturais e sociais, relações estas diretamente interligadas com a construção do espaço. Ora, pesquisar a música através da ótica geográfica é possível, pois a abordagem cultural na geografia permite que a música seja entendida como um elemento ao mesmo tempo material e imaterial das relações espaciais.

Sobre a relação entre *música e geografia*, de acordo com Carney (2003), as letras de músicas constantemente retratam paisagens, falam de belezas naturais e recordam lugares do passado. Este geógrafo nos ressalta ainda que, uma das maneiras de análise geográfica da música está ligada, justamente, aos "elementos psicológicos e simbólicos da música relevantes na modelagem do caráter de um lugar..." (2003, p. 131).

Duffy e Waitt (2011) também explicam que, os geógrafos têm adotado diferentes abordagens para examinar a relação entre pessoas, som, música e lugar. Abordagens positivistas permitem o mapeamento espacial e a difusão de

estilos e gêneros musicais. Contudo, um outro ponto de partida muito interessante é o estudo geográfico do som por meio dos significados da música como texto. Pesquisa-se então, através do estudo de letras, instrumentos e estruturas melódicas, como a música pode ajudar a constituir realidades sociais efetivas.

Já de acordo com Jazeel (2005), a musicologia a muito tempo já tentou localizar o significado da música enquanto construtora de recursos estéticos capazes de construir a realidade. A partir daí, Jazeel aponta a importância metodológica de se considerar as paisagens sonoras de cada ambiente como crucial para o desenvolvimento de definições culturais e espaciais. E discute como a prática musical constrói espaços de expressão, e consequentemente como a música forma espaços sociais de identidade, pertencimento e comunidade.

A música está intimamente ligada com a condição cultural e, consequentemente, com a construção de ideias. De acordo com Claval, "Faz-se necessário estar perto daqueles de quem se quer copiar os gestos para seguir as etapas, misturar-se a um grupo para apreender as regras de polidez ou de troca. (...) A música e o canto aumentam o alcance da mensagem e sua carga de emoção." (2001, p. 67). Ora, outro ponto a ser observado é que a música é uma forma de linguagem; e Claval nos lembra que, a linguagem se caracteriza como um dos principais elementos dentro do arcabouço das análises da geografia cultural. (Claval, 1992, 1999, 2000, 2001 e 2006).

Nesse sentido, inserida dentro do contexto espaço-cultural, existe uma relação entre música e espaço. Lembramos de Augustin Berque (1989), quando fala de paisagem-marca e paisagem-matriz. As músicas (enquanto produtos da ação humana) precisam de uma matriz para serem geradas e, simultaneamente, a produção de tantas músicas deixa sua marca, num sentido de caracterização do espaço e do lugar.

Assim, podemos propor como fundamentação teórica para pesquisar a música geograficamente tanto abordagens da geografia humanista quanto da geografia cultural.

A geografia fenomenológica do geógrafo francês Eric Dardel (2011) também se faz interessante numa prospectiva como essa, justamente por ser uma geografia que busca significados e que valoriza aspectos subjetivos da na-

tureza humana na construção de suas paisagens e lugares. Esse geógrafo influenciou tanto a Geografia Cultural quanto Humanista. Seu livro "*O Homem e a Terra: natureza da realidade geográfica*" foi descoberto inicialmente pelo geógrafo canadense Edward Relph (1979), e a sua influência pode ser observada em diversos autores, tais como: Buttimer (1976, 1992, 1993), Holzer (1997, 1999, 2000, 2001), Nogueira (2004) e outros. E finalmente, a teoria das formas simbólicas de Ernst Cassirer (1994, 2006).

Sobre o *conceito de cultura* – imprescindível em uma análise dessa natureza – acreditamos que as abordagens de Paul Claval podem fortalecer essa base interpretativa. Claval afirma que "a cultura designa o conjunto de *savoir-faire*, de práticas, de conhecimentos, de atitudes e de ideias que cada indivíduo recebe, interioriza, modifica ou elabora no decorrer de sua existência." (1999: 64). E ainda, "A cultura é constituída de realidades e signos que foram inventados para descrevê-la, dominá-la e verbalizá-la. Carrega-se, assim, de uma **dimensão simbólica**. (...) A cultura é um dos fatores essenciais da diferenciação das situações sociais..." (2001, p. 14).

Mais um ponto central da nossa proposta de construção teórico-metodológica para a análise geográfica da música parte da filosofia das *formas simbólicas* de Ernst Cassirer (1994, 2006). Cassirer, estrutura sua noção de símbolo como uma função que ultrapassa as ciências naturais, aplicando-se a todas as atividades humanas. Assim, o homem distingue-se dos outros animais pela sua atitude simbólica, na qual o objeto é designado através do símbolo e a criação do símbolo origina o mundo da cultura. Ou seja, o símbolo surge como estruturação das relações do homem com o mundo. É por isso que na visão cassireriana, todo o processo da cultura humana: o mito, a religião, a linguagem, a arte e a história estão relacionadas com o estudo do simbólico: "O conhecimento humano é por sua própria natureza um conhecimento simbólico" (Cassirer, 1994, p. 96).

Os símbolos pertencem ao mundo dos significados; logo, todas as relações simbólicas são relações significativas. Dessa forma, Cassirer nos apresenta os símbolos como o campo intermediário entre o mundo objetivo e o subjetivo; entre o mundo empírico (material) e o mundo das ideias (espiritual).

Para Cassirer, um símbolo não tem existência real como parte do mundo físico, ele tem um "sentido"; ou seja, ele representa algo, ele é um representante. É justamente dentro desse contexto simbólico que articulamos o conceito de representações.

Sobre as *representações*, podemos afirmar que elas têm tanto a ver com seu caráter simbólico, o qual perpassa pela sua elaboração – na busca de entendimentos e de maneiras de significar – quanto com práticas sociais que as corroboram. Na verdade, o estudo das representações se caracteriza como um dos eixos da geografia cultural. "Estudar a cultura é abordar a vida de relação a partir de um ângulo original: o da invenção e transmissão de representações" (Claval, 1992, p. 160). Na verdade, considerando o potencial epistemológico das representações, um número cada vez maior de geógrafos brasileiros vem utilizando-as em suas pesquisas e análises. E procurando dar um enfoque geográfico mais explícito às representações, alguns deles têm falado em *representações espaciais*, como por exemplo, Almeida (2003) e Kozel (2004, 2007). De acordo com Kozel:

> As representações espaciais advêm de um vivido que se internaliza nos indivíduos, em seu mundo, influenciando seu modo de agir, sua linguagem, tanto no aspecto racional como no imaginário, seguidas por discursos que incorporam ao longo da vida. (...) A geografia, ao incorporar essa vertente, é enriquecida com novas problemáticas que a tornam mais atraente, principalmente em relação ao enfoque ambiental e sociocultural. (2004, p. 220-221)

As representações, então, nos possibilitam investigar aspectos das intersubjetividades humanas. E faz-se coerente dentro de uma análise geográfica da música, justamente, por capacitar o pesquisador a compreender os aspectos simbólicos relacionados ao mundo dos fatos. Segundo Gil Filho:

> A representação, portanto, é uma forma de conhecimento. Mesmo que tempo e espaço gerem determinadas formas de representação, é na dualidade sujeito e objeto que reside o denominador comum que pode conceber toda forma de representação. (2008, p. 24)

É nessa perspectiva, que as representações são conhecimentos mediadores entre o universo dos fatos e o universo simbólico. São elaboradas e reelaboradas socialmente através da linguagem e da ação, e formam assim entendimentos de mundo que podem ser compartilhados, ou seja, as representações são fenômenos de caráter simbólico e de base social e cultural.

Podemos entender então, que as representações, através de seu caráter simbólico, fazem uma mediação entre o mundo objetivo e as formas de entendimento e interpretação desse mundo. De acordo com Moscovici, psicólogo social autor da teoria das representações sociais, "Nossas representações, pois, tornam o não-familiar em algo familiar." (2003, p. 78). Para esse autor, o eixo das representações é a comunicação. É através da comunicação que as representações são elaboradas e reelaboradas. Esse processo tem íntima relação com o contexto espacial, social e cultural em que se vive.

Antecedentes acerca da problemática música-geografia no contexto da Amazônia e Rondônia

Estudos geográficos sobre a música no contexto da Amazônia ou Rondônia são praticamente inexistentes. Mas sabemos que nessa região a música possui suas características próprias e a sua influência no contexto socioespacial. Aqui citaremos dois trabalhos de nossa própria autoria.

A dissertação de mestrado "O Espaço Vivido da Cantoria Nordestina em Porto Velho-RO" (Silva, 2009b) faz uma leitura geográfica da Cantoria Nordestina no estado de Rondônia, para isso utiliza pressupostos das geografias cultural e humanista. Através da análise espacial da Cantoria Nordestina é desenvolvido o conceito de "espaço vivido da Cantoria Nordestina". Esse conceito é elaborado tendo por base a teoria do espaço vivido de Armand Frémont (1980) e as concepções de lugar oriundas da geografia humanista e cultural. Este conceito possibilita analisar a Cantoria Nordestina não apenas como uma atividade artístico-cultural, mas também como uma complexa manifestação espaço-sócio-cultural.

A Cantoria Nordestina é uma atividade que promove a sociabilidade entre seus atores. Sendo mediada através de códigos de comunicação, ela possi-

bilita um contexto propício para a elaboração e reelaboração de representações espaciais. Ao abordar temáticas voltadas aos espaços nordestino e rondoniense, e à cotidianidade de seu grupo social, a Cantoria Nordestina também se insurge como propulsora de sentimentos topofílicos em diferentes níveis. Os atores do espaço vivido da Cantoria Nordestina compartilham, além do mesmo espaço concreto (no momento de realização da Cantoria), representações, códigos de comunicação e afinidades comuns, ou seja, associado ao contexto do espaço vivido da Cantoria Nordestina, existe uma identidade cultural que interliga os seus atores.

A Cantoria Nordestina é uma atividade legitimamente brasileira, intrinsecamente ela sanciona comunicação. Rondônia é um estado que recebeu e recebe diversos migrantes nordestinos, esses migrantes também trazem consigo a sua cultura e as suas necessidades de adaptação e socialização. A Cantoria Nordestina em Rondônia envolve uma dinâmica complexa: simultaneamente objetiva e subjetiva e simultaneamente nordestina e rondoniense. Compreender o espaço vivido da Cantoria Nordestina é compreender a cultura de um grupo social, é adentrar em meandros da comunicação geradora de significados, é reconhecer o valor simbólico de lugares e sua interligação com os sentimentos de identidade.

No artigo "A música dos bois-bumbás: um forte elemento na caracterização do lugar parintinense" (Silva, 2009a) trabalhamos a inter-relação existente entre música e lugar na cidade de Parintins, também utilizando para isso pressupostos da geografia cultural e humanista. Buscamos demonstrar que a musicalidade do povo parintinense se constitui em um forte elemento na caracterização do lugar parintinense. Tendo como escopo a decodificação da inter-relação música/lugar demos ênfase aos conceitos de geografia, cultura, musicalidade, lugar, identidade e representação.

Não é difícil constatarmos que diversos lugares podem ser assimilados a determinados estilos musicais, é o caso de Parintins com as suas "toadas de boi". É interessante lembrar Corrêa e Rosendah quando afirmam que:

> Muitas letras de canções possuem uma explícita referência espacial, constituindo-se em verdadeiras celebrações de lugares ou, ao contrário, em contestações referenciadas às condições de vida em determinados lugares. Do ponto de vista da melodia, há nítida correlação entre música e região. (2007, p. 13)

Um aspecto importante na análise da espacialidade da musicalidade dos bois-bumbás é que as "toadas" (músicas criadas exclusivamente para a composição do festival dos bois-bumbás de Parintins) não são construídas de forma aleatória, ou seja, elas são construídas através de uma base empírica; através da observação de aspectos da cultura local: o ribeirinho, o caboclo farinheiro, o indígena, a lavadeira. O cotidiano do povo local, as crianças e suas brincadeiras, as comidas típicas... O rio, a floresta, as lendas, mitos, e a religiosidade do povo. Ou seja, as toadas retratam um universo amazônico, um viver amazônico.

Os compositores, para a elaboração das toadas, fazem um trabalho de pesquisa, tanto bibliográfica quanto de campo. Tivemos diversos relatos de compositores que fazem contatos com tribos indígenas e procuram observar seus costumes, conhecer suas lendas e mitos, e até mesmo aprender suas línguas.

Sobre a inter-relação do Festival dos Bois de Parintins e a construção de uma identidade amazônica, Andreas Valentin, um antropólogo e pesquisador dos bois-bumbás de Parintins, afirma:

> O resgate da cultura indígena e cabocla, através de seus hábitos, costumes, lendas e mitos, apresentados e massificados na arena, provocou novos sentimentos de pertencimento e herança cultural. Os Bois vêm mostrando a história da Amazônia (...) Hoje, os amazonenses se sentem orgulhosos de sua identidade amazônica e de fazer parte, física e culturalmente, desse universo que consideram único e peculiar. (2005: 22)

Assim, foi observado que há uma dinâmica dialética entre a composição das músicas em Partintins e a sua influência na construção do lugar parintinense. Ou seja, ao mesmo tempo em que as toadas são construídas partindo de elementos do espaço parintinense e amazônico, elas influenciam na construção de uma identidade parintinense. A musicalidade corrobora, então, numa ideia do que é ser parintinense, do que é ser amazônico.

Considerações finais

Identificar o modo como as pessoas habitam os seus espaços é uma das tarefas da geografia. As músicas também são expressões humanas e estão relacionadas em como os grupos humanos manifestam suas espacialidades. A

leitura geográfica das músicas pode ser feita considerando que (além dos elementos rítmicos e melódicos) as letras das músicas apresentam, considerando sua dimensão simbólica, uma correlação existente entre o universo empírico e o universo simbólico. Através da dimensão imaterial da cultura as músicas contribuem para corroborar representações do lugar e do indivíduo.

Ora, as músicas mostram aspectos sobre a percepção do espaço. Inserida dentro do contexto espaço-cultural, existe uma leitura das paisagens para a composição musical. Lembramos de Augustin Berque (1989), quando fala de paisagem-marca e paisagem-matriz. As músicas precisam de uma matriz para serem geradas; e simultaneamente, a produção musical deixa sua marca, num sentido de caracterização do lugar e do indivíduo.

Acreditamos que é possível pesquisar sobre a dimensão simbólica da música e construir, a partir daí, uma teoria capaz de decodificar a dimensão espacial da música principalmente no que tange a região amazônica e mais especificamente Rondônia. São muitos desdobramentos que poderão surgir no decorrer dessa tarefa, muitos desafios; mas, com certeza, todos eles interessantes e pertinentes. Sabemos, empiricamente, que a música faz parte do viver humano sobre a face da Terra. A música faz parte da cultura, das expressões e fazeres humanos. A sua carga semântica e simbólica é grande e inegável, e cabe ao geógrafo interessado na cultura aceitar e se envolver com esse desafio.

Referências

ALMEIDA, Maria Geralda de; RATTS, Alecsandro JP (orgs.). **Geografia: leituras culturais.** Goiânia: Alternativa, 2003.

AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno. "Imagem, representação e geopolítica". In: MENDONÇA, Francisco; KOZEL, Salete (orgs.). **Elementos de epistemologia da geografia contemporânea.** Curitiba: Ed. UFPR, 2004.

_____. "A Pluralidade da Geografia e a Necessidade das Abordagens Culturais". In: KOZEL, Salete; SILVA, Josué da Costa; GIL FI-

LHO, Sylvio Fausto (orgs.). **Da percepção e cognição a representação:** reconstruções teóricas da Geografia Cultural e Humanista. São Paulo: Terceira Margem, 2007.

BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço.** São Paulo: Martins Fontes, 1993.

_____. **A água e os sonhos:** ensaio sobre a imaginação da matéria. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BALLESTEROS, Aurora García (org.). **Geografía y humanismo.** Barcelona: Ed. Oikos-tau, 1992.

BERQUE, Augustin. "Paisagem-Marca, Paisagem-Matriz: Elementos da Problemática para uma Geografia Cultural". In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (orgs.). **Paisagem, tempo e cultura.** 2ª ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004 [1989].

BUTTIMER, Anne. "Apreendendo o Dinamismo do Mundo Vivido". In: CHRISTOFOLETTI, Antonio (org). **Perspectivas da geografia.** São Paulo: Difel, 1982 [1976].

_____. "Fénix, Fausto, Narciso: Esperanzas y riesgos del humanismo en Geografía". In BALLESTEROS, Aurora García (org.). **Geografía y humanismo.** Barcelona: Ed. Oikos-tau, 1992.

CARNEY, George O. "Música e lugar". In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (orgs.) **Literatura, música e espaço.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007 [2003].

CASSIRER, Ernst. **Ensaio sobre o homem:** introdução a uma filosofia da cultura humana. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

_____. **A filosofia das formas simbólicas I:** a linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

_____. **Linguagem e mito.** São Paulo: Perspectiva, 2006.

CLAVAL, Paul. "Campo e perspectivas da geografia cultural". In CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (orgs.). **Geografia cultural: um século (3).** Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002 [1992].

_____. "A geografia cultural: o estado da arte". In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.) **Manifestações da cultura no espaço.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999.

_____. "O papel da nova geografia cultural na compreensão da ação humana". In ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.) **Matrizes da geografia cultural.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001 [2000].

_____. **A geografia cultural**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2001.

_____. "As abordagens da Geografia Cultural". In CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. (orgs.) **Explorações geográficas:** percursos no fim do Século. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. **Literatura, música e espaço.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007.

DARDEL, Eric. **O Homem e a Terra:** natureza da realidade geográfica. São Paulo: Perspectiva, 2011.

DUFFY, Michelle; WAITT, Gordon. **Sound diaries: a method for listening to place.** AETHER, California State University, Northride, Vol. VII, 119-136, 2011.

GIL FILHO, Sylvio Fausto. **Espaço sagrado:** estudos em geografia da religião. Curitiba: Ibpex, 2008.

HAESBAERT, Rogério. Território, poesia e identidade. **Revista Espaço e Cultura da UERJ**, Rio de Janeiro, n. 3, p. 20-32, 1997.

_____. "Identidades territoriais". In ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.). **Manifestações da cultura no espaço.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999.

HOLZER, Werther. **A geografia humanista:** uma revisão. **Revista Espaço e Cultura da UERJ**, Rio de Janeiro, n. 3, p. 8-19, 1997.

_____. "Paisagem, imaginário, identidade: alternativas para o estudo geográfico". In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.). **Manifestações da cultura no espaço.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999.

JAZEEL, Tariq. **The world is sound? Geography, musicology and British-Asian soundscapes.** Area, n 37.3, p. 233-241, 2005.

KOZEL, Salete. "As representações no geográfico". In: MENDONÇA, Francisco; KOZEL, Salete (orgs.). **Elementos de epistemologia da geografia contemporânea.** Curitiba: Ed. UFPR, 2004.

KOZEL, Salete. "Mapas mentais – uma forma de linguagem: perspectivas metodológicas". In: KOZEL, Salete; SILVA, Josué da Costa; GIL FILHO, Sylvio Fausto (orgs.). **Da percepção e cognição a representação:** reconstruções teóricas da Geografia Cultural e Humanista. São Paulo: Terceira Margem, 2007.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo.** Porto Alegre: Sulina, 2006.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro.** São Paulo: Cortez, 2007.

MOSCOVICI, Serge. **Representações Sociais:** Investigações em Psicologia Social. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

NOGUEIRA, Amélia Regina Batista. "Uma interpretação fenomenológica na geografia". In: SILVA, Aldo Aloísio Dantas; GALENO, Alex (orgs.). **Geografia ciência do complexus:** ensaios transdiciplinares. Porto Alegre: Sulina, 2004.

RELPH, Edward C. As bases fenomenológicas da Geografia. **Geografia**, Rio Claro, v. 4, n 7, p. 1-25, abr. 1979.

SILVA, Gustavo Henrique de Abreu. "A música dos bois-bumbás: um forte elemento na caracterização do lugar parintinense". In: KOZEL, Salete; SILVA, Josué da Costa; FILIZOLA, Roberto; GIL FILHO, Sylvio Fausto. (Org.). **Expedição Amazônica**: desvendando espaço e representações dos festejos em comunidades amazônicas. Curitiba: SK Ed., 2009a.

FILIZOLA, Roberto. **O espaço vivido da cantoria nordestina em Porto Velho-RO.** Porto Velho, UNIR, 2009b. (Dissertação de Mestrado).

VALENTIN, Andreas. **Contrários:** a celebração da rivalidade dos Bois-Bumbás de Parintins. Manaus: Editora Valer, 2005.

DEVANEIOS POÉTICO – EMOTIVOS DO BEM VIVER NAS ENCANTARIAS MÍTICAS DA MÃE-D'AGUA BRASIVIANA

Francisco Marquelino Santana

Josué da Costa Silva

Introdução

A investigação de vivência na pesquisa participante que resultou na produção deste artigo foi realizada por um período que durou mais de quinze anos nos seringais bolivianos do rio Mamu no Departamento de Pando, na fronteira com a Região da Ponta do Abunã – Município de Porto Velho – Estado de Rondônia – Brasil. Os seringueiros do rio Mamu são aqui denominados "brasivianos", por serem naturais deste rio, e remanescentes de seringueiros brasileiros que forma trabalhar na extração de borracha natural desde o advento do primeiro ciclo da borracha na região amazônica boliviana.

O presente artigo é composto de quatro partes: Na primeira parte abordamos os procedimentos metodológicos. O método utilizado foi a fenomenologia, que para elucidarmos a temática das encantarias míticas da Mãe-d'água brasiviana, recorremos aos suportes teóricos de Bachelard (1988;1989), com a fenomenologia da imaginação, e Loureiro (2001; 2008), com a fenomenologia do imaginário amazônico. Utilizamos a técnica da pesquisa participante, apoiando-nos nas contribuições de Holliday (2006), Gonsalves (2006) e Streck (2006), procurando elucidar a relevância desta técnica e o entrelaçamento de vivência e participação deste pesquisador com a coletividade brasiviana do rio Mamu.

Na segunda parte, analisamos o rio Mamu como caracterização da área de estudo e como o lugar da Mãe-d'água brasiviana. O lugar como categoria desta análise geográfica é aqui visto através de diálogos construídos com Dardel (2015) e Tuan (1983).

Na terceira parte, analisamos as relações emocionais do bem viver nas encantarias da Mãe-d'água brasiviana. Nesta análise encontramos suporte teórico em Loureiro (2001) e Bachelard (1989).

Por fim, na quarta parte, apresentamos o "Poema da Mãe-d'água brasiviana", onde nos reportamos aos devaneios poético – emotivos do bem viver e as encantarias míticas deste inefável ser das águas do rio Mamu.

Procedimentos Metodológicos

A convivência deste pesquisador por um período de mais de quinze anos junto à coletividade brasiviana do rio Mamu e face ao pertencimento adquirido durante a nossa investigação, fez com que adotássemos a fenomenologia como o método de pesquisa mais adequado para a construção deste artigo. Os fatores: Pertencimento, modos de vida, espacialidade, temporalidade, poética, mitos, lugar, emoções e bem viver, fazem com que através deste método, possamos elucidar com maior profundidade, todas essas relações que se imbricam nas esferas material e imaterial, constituindo dessa forma, um peculiar entrelaçamento do imaginário mundo amazônico boliviano.

Para Loureiro (2001), o conceito de imaginário ocupa um papel destacado no esquema de análise de pesquisa voltado às populações tradicionais, uma vez que se toma como hipótese de trabalho, a ideia de que é o imaginário poético – estetizante que preside o sistema cultural na Amazônia. O autor revela ainda, que como poeta, professor de estética e pesquisador da cultura amazônica, se propõe a analisar, privilegiando um ângulo ainda inexplorado: O da função poética dessa cultura. Diante do exposto, podemos assim dizer que:

> Nesse estudo da cultura amazônica, leva-se em conta uma cultura presente na atualidade regional, num momento em que os homens ainda não se separaram da natureza, em que perdura ainda uma harmonia, mesmo entrelaçada de perigos, e se vive em um mundo que ainda não foi dessacralizado. (Loureiro, 2001, p. 27).

Neste imbricamento do homem com a natureza, onde ainda perdura a harmonia, conforme narrou Loureiro, a imaginação é parte essencial e indis-

solúvel deste meio harmonioso. Bachelard (1989), nos diz que para esclarecer filosoficamente o problema da imagem poética, é preciso chegar a uma fenomenologia da imaginação. Para o autor, este seria um estudo do fenômeno da imagem poética quando a imagem emerge na consciência como um produto direto do coração, da alma, do ser do homem tomado em sua atualidade. Neste sentido, enfatizamos ainda que:

> Para bem especificar o que pode ser uma fenomenologia da imagem, para especificar que a imagem vem antes do pensamento, seria necessário dizer que a poesia é, mais que uma fenomenologia do espírito, uma fenomenologia da alma. (Bachelard, 1989, p. 4).

A vivência ocorrida durante a pesquisa participante nos proporcionou realizar uma viagem à procura da alma do homem brasiviano e suas impregnações aos seres mitológicos que constituem elementos indissociáveis da organização do seu espaço de ação. Face ao longo período de vivência deste pesquisador junto às comunidades tradicionais do rio Mamu, a metodologia utilizada para a construção deste trabalho foi a técnica da pesquisa participante.

A vivência no bojo desta pesquisa oportuniza também, reconhecer os seringueiros brasivianos como sujeitos da investigação e protagonistas de suas ações no cotidiano de peculiares experiências, oriundas da própria coletividade. Holliday (2006), nos informa que a experiência está marcada pela qualidade, as características dos sujeitos, os atores, homens ou mulheres que as vivem. Pessoas que internalizam experiências, sonhos, temores, esperanças, ilusões, ideias e intuições. Para o autor, tudo isso são processos que nos marcam, nos impactam e nos condicionam, a fazer-nos ser. Seguindo o mesmo caminho, Gonsalves (2006), nos esclarece que a pesquisa participante tem o objetivo de revelar o significado das formas particulares da vida social mediante a articulação sistemática das estruturas de significado subjetivo que regem as formas de agir das pessoas. Nesse sentido o pesquisador vai de forma natural, no espaço e tempo, entrelaçando-se às afetividades e emoções dos atores sociais no contexto de suas coletividades. Desta forma, vale ressaltar que:

> A afetividade geralmente migra do último para o primeiro. As pessoas sentem dificuldades em exercer maior controle sobre a intensidade de suas emoções diante de acontecimentos que ameaçam afetar profundamente suas vidas. (Gonsalves, 2006, p. 252).

Acredito que somente a vivência no cerne da pesquisa participante, poderá de certa forma, imbricar-se com maior profundidade nas emoções e acontecimentos que marcam a vida da coletividade pesquisada e faz com que o pesquisador vá de encontro à sua própria transformação e uma melhor compreensão dos fenômenos que o cerca durante o processo de investigação. Streck (2006), explica que o pesquisador não entra em seu campo de pesquisa como algo estável e fixo. Ele muda porque (ou quando) aprende. Nesse sentido, "Estamos dando-nos conta de que os fenômenos exigem uma aproximação estética e a pesquisa que não incorpora a poética pode asfixiar-se na superficialidade". (Streck, 2006, p. 274).

A vivência na pesquisa participante nos proporcionou a valiosa oportunidade de fundir-se à fenomenologia da poética dos mitos, das emoções e do natural pertencimento do lugar.

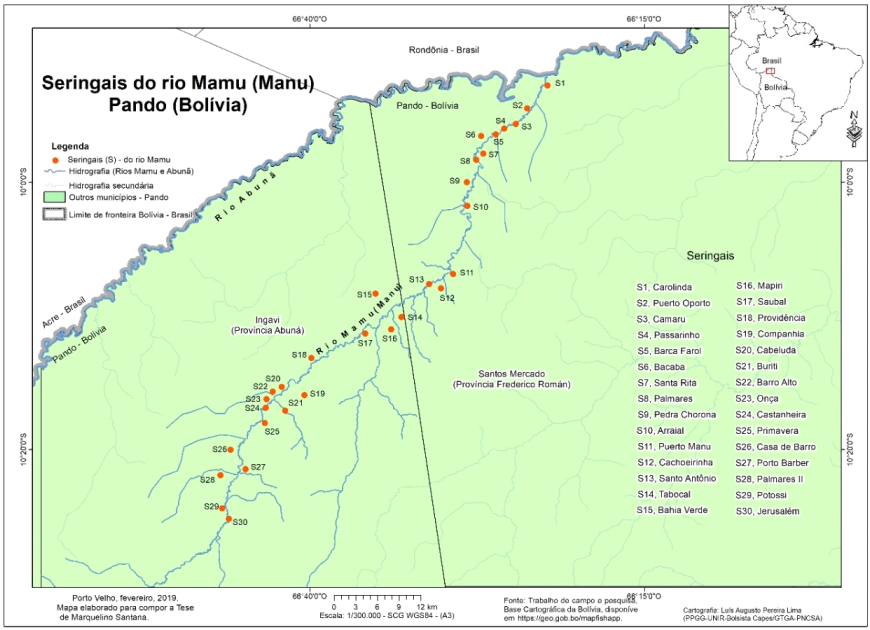
O lugar da Mãe-d'água-brasiviana

O rio Mamu é o lugar da Mãe-d'água brasiviana, e possui aproximadamente 164 km de extensão. (Figura 01). Este caudaloso rio da floresta do Noroeste boliviano tem a sua nascente nas regiões pantanosas do Município de Santa Rosa del Abuná na Província de Abuná. Depois de percorrer este município, ele atravessa o Município de Ingavi, para então despejar as suas águas no rio Abunã. A sua foz fica Município de Santos Mercado na Província Federico Román. Ambas as províncias fazem parte do Departamento de Pando. O encontro dessas águas é identificado pelo encontro natural das águas escuras do rio Mamu com as águas amareladas do rio Abunã, na fronteira com a região da Ponta do Abunã - Município de Porto Velho - Estado de Rondônia – Brasil.

Nos seringais do rio Mamu, acima elencados, há um peculiar imbricamento do homem com a paisagem natural. Os seringais bolivianos do rio Mamu receberam os primeiros extrativistas brasileiros durante o início da segunda metade do século XIX. A partir daí os seus remanescentes, os brasivianos, agora nascidos em território boliviano, herdaram a cultura, a língua e o lugar, daqueles que construíram os primeiros tapiris e abriram as primeiras estradas de seringa, para a extração da valiosa borracha natural amazônica. Esta análise geográfica demonstra que "a paisagem não é, em sua essência, feita para se olhar, mas a inserção do homem no mundo, lugar de um combate pela vida, manifestação de seu ser" (Dardel, 2015). Para o autor, é desse lugar, base de nossa existência, que, despertando, tomamos consciência do mundo e saímos ao seu encontro, audaciosos ou circunspetos, para trabalhá-lo.

Essa visão de mundo é para Tuan (2015), uma tentativa mais ou menos sistemática de as pessoas compreenderem o meio ambiente. Para que seja habitável, a natureza e a sociedade devem mostrar ordem e apresentar uma relação harmoniosa. Para o autor, as atividades práticas, podem parecer arbitrárias e podem ofender os espíritos da natureza, exceto se forem percebidas como tendo uma função e um lugar em um sistema coerente de mundo. Tuan (2015) indaga como se relaciona o ser humano com a terra e o cosmos, e ele próprio esclarece: "São tentativas de organização do espaço, sem um propósito limitado, mas com o fim de obter uma sensação de segurança no universo". (p. 167).

Figura 01 – Seringais do rio Mamu/Pando/Bolívia



Fonte – Base cartográfica da Bolívia.

As tentativas de organização do espaço de ação não se restringem apenas às relações materiais entre o homem e a paisagem natural. Dos homens ecoa o imaginário e neste estágio avançado da espiritualidade, a alma humana é possuída pelo sobrenatural, enquanto o material e o imaterial se entrelaçam, o lugar é assim internalizado pelo pertencimento, onde também reside o mítico. Para Tuan (2015), a transformação de espaço em lugar, também passa pelas orientações míticas:

> O espaço mítico orientado tem outras características gerais. Organizar as forças da natureza e da sociedade, associando-as com localidades ou lugares significantes dentro do sistema espacial. Atribui personalidade ao espaço, consequentemente transformando o espaço em lugar. (Tuan, 2015, p. 179).

A coletividade tradicional do rio Mamu, como o lugar da Mãe-d'água brasiviana, é desta forma, um lugar onde os espíritos das águas se materializam

e tragam os devaneios e seus significados. Para Tuan (2015), "O espaço transforma-se em lugar à medida que adquire definição e significado". As significações e presentificações fazem parte do mundo cosmogônico do ser brasiviano e de seus devaneios poetizantes.

Imaginário amazônico e bem viver nas encantarias da Mãe-d'água brasiviana

O seringueiro do rio Mamu é brasiviano, as mitologias como elementos indissociáveis do seu ser, são brasivianas. Homens, mitos e o espaço de ação, constituem, portanto, o lugar brasiviano. É na exuberância deste cenário estetizante da floresta pandina boliviana que as profundezas das águas deste rio, alojam a Mãe-d'água brasiviana. Ela vive entranhada na alma do homem seringueiro e seus cabelos são as inefáveis raízes que enfeitam as ondas deste caudaloso rio. Sua enigmática beleza feminina, encanta e fascina os brasivianos. A mãe-d'água é a mãe protetora das águas e a mãe protetora de homens e mulheres que passeiam sobre o seu manto fluvial.

É nesta poética estetizante do imaginário que Loureiro (2001), narra as relações do caboclo amazônico com as encantarias mitológicas das águas dos rios. O autor nos diz que a Iara ou Oiara – Mãe-d'água – vive nas encantarias do fundo dos rios. Ela atrai os moços e os fascina, mostrando-lhes seu rosto belíssimo à flor das águas e deixando submersa a cauda de peixe e que para seduzi-los, faz promessa de todos os gêneros, inclusive, aumentar o estado de encantamento com belas melodias, através de uma voz maviosa. A mãe-d'água, segundo nos explica Loureiro (2001), ela:

> Convida-os a ir com ela para o fundo das águas do rio – onde se localiza a encantaria – sob promessa de uma eterna bem-aventurança em seu palácio, onde a vida é de uma felicidade sem fim. Quem tiver visto seu rosto, uma única vez jamais poderá esquecê-lo. Pode até, no primeiro momento, resistir-lhe aos encantos por medo ou precaução. No entanto, mais cedo ou mais tarde acabará por se atirar no rio em sua busca, levado pelo desejo amoroso de juntar seu corpo ao dela. (p. 260).

A mãe-d'água brasiviana é vista pelos seringueiros como um fenômeno que adota o bem viver em todas as suas ações, mas que usa do seu poder

mítico para castigar todo aquele que se propuser a fazer o mal com as suas águas e o seu envolto natural. Ela se manifesta com toda a sua força nos devaneios do homem, conseguindo trazer o surreal que se materializa no real, fazendo com que os seus desejos sejam realizados. Para Tuan (2015), o espaço mítico é um constructo intelectual e pode ser muito sofisticado. Para o autor, "o espaço mítico é também uma resposta do sentimento e da imaginação às necessidades humanas fundamentais".

Bachelard (1989), nos informa que enquanto as formas e os conceitos se esclerosam tão depressa, a imaginação material permanece com uma força atualmente atuante. Ele nos diz que só ela pode revitalizar incessantemente as imagens tradicionais e reavivar certas formas mitológicas. O autor nos revela ainda que "uma vez mais, é preciso compreender que o sonho é uma força da natureza". É exatamente nesta força descrita por Bachelard que a mãe-d'água brasiviana se manifesta nos devaneios do homem seringueiro, pois segundo ele, se o devaneio se liga à realidade, ele a humaniza, a engrandece, a magnifica. O mesmo autor, nos chama ainda atenção, ao dizer que se considerarmos não mais os mitos, mas trechos de mito, isto é, imagens materiais menos ou mais humanizadas, o debate fica imediatamente mais matizado e sentimos ser necessário conciliar as doutrinas mitológicas extremas.

A Mãe-d'água brasiviana é revelada pelas águas míticas do Mamu, uma água alimento e uma água que provoca devaneios. Bachelard (1989, p. 158), nos informa que: "Se dermos seu justo lugar à imaginação material nas cosmogonias imaginárias, compreenderemos que a água doce é a verdadeira água mítica".

No rio Mamu, por exemplo, não se pode fazer nenhum mal a água, que cedo ou mais tarde, a Mãe-d'água brasiviana mostrará a punição de mãe, envolverá o homem em seus devaneios, emergirá dos fundos das águas, mostrará a beleza do seu rosto, encantado o homem mergulha em seus braços e vai em busca do bem viver. Bachelard (1989) nos diz que o devaneio começa por vezes diante da água límpida, toda em reflexos imensos, fazendo ouvir uma música cristalina. O autor nos indaga ao perguntar: "Qual é, pois, a função sexual do rio?". Ele mesmo responde: "É a de evocar a nudez feminina". Para o mesmo

autor: "O ser que sai da água é um reflexo que aos poucos se materializa: é uma imagem antes de ser um ser, é um desejo, antes de ser uma imagem". (p. 36).

O seringueiro que acabara de cortar as árvores às margens do rio, deita-se para descansar e adormece. De imediato, ele é seduzido e encantado pelo rosto da Mãe-d'água brasiviana. "Com efeito, o rosto humano é antes de tudo o instrumento que serve para seduzir". (Bachelard, 1989, p. 23).

> Desse modo a água nos aparecerá como um ser total: Tem um corpo, uma alma, uma voz. Mais que nenhum outro elemento talvez, a água é uma realidade poética completa. Uma poética da água, apesar da variedade de seus espetáculos, tem a garantia de uma unidade. (Bachelard, 1989, p. 17)

Nos devaneios do seu imaginário, o homem é tragado pela Mãe-d'água e ambos realizam uma viagem nas profundezas das águas do rio Mamu, como dois seres internalizados em apenas um. Um amor que parecia durar para toda uma eternidade, diante de tamanha grandeza e maravilha, torna-se um dos mais belos espetáculos míticos das águas. "Desaparecer na água profunda ou desaparecer num horizonte longínquo, associar-se à profundidade ou à infinidade, tal é o destino humano que extrai sua imagem do destino das águas" (Bachelard, 1989, p. 14).

Para Loureiro (2001), A crença na existência desse rosto que emerge das águas é um caso de verossimilhança cultural. Ele é concebido como possível dentro do processo imaginal florescente no devaneio do caboclo, do homem amazônico. Ele representa a imagem que a cultura amazônica – teogônica e poetizante – formou de uma representação fascinante do amor em sua realidade. Para o autor, o resultado desse amor para o caboclo amazônico é o de voltar encantado, ou jamais voltar:

> Os moços que adormecem nos braços líquidos da Iara jamais voltaram. São os grandes desaparecidos, os habitantes de uma ausência irremediável. Estão verdadeiramente acolhidos e abrigados por um amor eterno. A partir daí, torna-se um outro encantado. Não realiza prodígios. Pode reaparecer nas águas ou à beira dos rios. Mas não seduz nem atrai. É uma visagem, uma aparição, como se diz desses eventos de passagem do sobrenatural para o real, na Amazônia. (Loureiro, 2001, p. 263)

No imaginário brasiviano, o seringueiro não retorna das águas, e é devorado pelo fogo, juntamente com as pessoas que ele mais gosta. Ao chegar no reino encantado, a mãe-d'água o abandona, as águas desaparecem, a natureza é extinta e o fogo consume os restos do que ele mais ama. A mãe-d'água tornou-se violenta, mas para Bachelard (1989), "A água violenta é logo em seguida a água que violentamos'. O homem violentou a água e recebeu a sua punição, mas a punição recebida da Mãe-d'água brasiviana, foi uma viagem em busca do ser brasiviano que precisava transformar-se para poder cuidar melhor de suas águas, e ela conseguiu. O homem acordou renovado e passou a defender a sua mãe, a defender as águas como o mais precioso alimento da vida humana.

As emoções presentes no imaginário mítico do ser brasiviano fazem parte do seu pertencimento de lugar e da organização do seu espaço de ação. Este entrelaçamento do real ao surreal vai de encontro à incansável busca pelo bem viver. Para Tuan (2015), o corpo humano é um esquema hierarquicamente organizado; impregnado com valores resultantes de funções fisiológicas carregadas de emoção e de experiências sociais íntimas. Para Silva (2016), a nossa relação com o espaço não é meramente visual ou corpórea, mas é também envolvida por emoções possibilitadas a partir das nossas experiências e vivências. Para a autora, muitas das experiências cotidianas envolvidas pelas emoções são "despertadas" em distintos lugares, isto é, há lugares significativos em que as emoções ficam mais evidentes, podendo ser positivas ou negativas.

A mãe-d'água brasiviana vive impregnada no imaginário dos ribeirinhos da floresta pandina boliviana. Esta simbolização cosmogônica é parte indissociável da poética, das emoções do lugar e dos caminhos que norteiam o bem viver.

Poema da Mãe-d'água brasiviana: uma reflexão poético – emotiva do bem viver

No rio Mamu intimamente entranhada
Seus cabelos enfeitam a profundeza
São raízes de inefável beleza
Que se movem de forma divinizada
A mãe-d'água ali vive alojada

Numa morada que sempre a faz sorrir
A natureza feliz pode sentir
Que sua alma é puramente feminina
Sua beleza, ela encanta e fascina
E o seu canto foi feito para seduzir

Bachelard nos fala da intimidade
Da água e sua imaginação
E nesta peculiar simbolização
Encontramos a sua originalidade
Viajamos na sua espiritualidade
Para sentir um belo ser feminino
A água, é assim, um tipo de destino
Que fascina com seus galanteios
Que seduz com seus devaneios
Como obra mítica do divino

Dardel nos fala sobre o mito da sereia
Numa força envolvente do mar
Uma força com o desejo de tragar
E tragando nos arrasta à sua veia
Desta forma, a sereia no mar semeia
Um canto enganador na profundidade
E nas ondas envolvente da felicidade
Realiza seu desejo encantado
O homem é seduzido e arrastado
E a sereia realiza a sua vontade

Na ordem cósmica de suas mitologias
Do arquétipo e simbólico mundo
Loureiro fala de um abrigo profundo
Das águas míticas e suas encantarias

Dos rios que abrigam cosmogonias
Do caboclo amazônico sonhador
De um repertório fluvial de valor
Que identifica este ser identitário
A iara ou mãe-d'água é o imaginário
Como prodigiosas lendas do amor

No Mamu todas as águas são dela
Ela é a mãe da água cotidiana
A mãe-d'água, ela é brasiviana
E das águas, somente ela é quem zela
A sua face é de todas, a mais bela
E não existe uma deusa tão divina
Ela é a mãe, é rainha e heroína
Detentora de toda imaginação
Sua melodia viaja na imensidão
E sua canção, encanta, seduz e fascina

Na água e os sonhos, obra de Bachelard
Ocorre uma passagem estética
Da poesia das águas à metapoética
Esta passagem vai do plural ao singular
E do heterogêneo ao peculiar
A água se torna uma contemplação
Ocorre assim, nesta representação
Uma imaginação materializante
Uma simbologia devaneante
Que não há como desatar

Tuan diz que o sentido de lugar
É uma qualidade do conhecimento
É a alma do pertencimento

Onde o homem vai se enraizar
O espaço vivido vai se transformar
No lugar onde reina a harmonia
Uma voz da heterotopia
Um caminho para a ontologia
E um bem viver para sonhar

A água para Dardel tem grande mobilidade
É um salto soletrado da corrente
Que fascina do homem, a sua mente
Com sua especial singularidade
Ela dar ao rio uma personalidade
Que provoca no homem uma atração
Há, portanto, uma íntima relação
Que pode ser discreta ou turbulenta
Acariciante ou até violenta
Que marca o homem com sua fascinação

Loureiro fala do estado de encantamento
No estudo da poética do imaginário
A mãe-d'água no seu inefável cenário
Ela usa a melodia do sentimento
O caboclo passa a ter pertencimento
De uma canção pura e harmoniosa
O ser mítico da mulher maravilhosa
Lhe promete palácio e felicidade
E as aventuras mergulham na eternidade
De uma voz eloquente e maviosa

No Mamu a mãe-d'água é bem viver
Brasiviana é a sua identidade
Sua alma é aspecto de bondade

Que tem vontade de amar e proteger
A mãe-d'água vive pronta a socorrer
Se o batelão balançar para virar
Ela não deixa a embarcação afundar
Porque é água amiga do seringueiro
Ajudar é o seu valor primeiro
Sentimento maternal do verbo amar

A mãe-d'água brasiviana é amor
Que seduz e fascina o vivente
Ela sonha que quer ver a sua gente
Pela água, sentir o melhor sabor
A mãe-d'água, ela quer ter seu valor
No ser da alma do humano
Que este humano no seu cotidiano
Sinta o amor materno de sua beleza
Que respeite toda obra da natureza
Como um autêntico ser brasiviano

Os seus cabelos divinos são penteados
Pelas ondas do rio inefável
A mãe-d'água quer o rio saudável
Para manter seus cabelos divinizados
Seus cabelos não podem ser ameaçados
Pela ordem da insensatez humana
Não se pode maltratar a água cotidiana
Porque fere a obra da natureza
Não se pode tirar jamais a beleza
Dos cabelos da mãe-d'água brasiviana

Seus cabelos é um belo entrelaçamento
Que abraça as águas do rio

As árvores também sentem o seu frio
Pois suas raízes não sofrem aquecimento
Cabelos e raízes formam um só sentimento
E se abraçam às margens do rio caudaloso
Neste encontro natural e harmonioso
A mãe-d'água está muito bem alojada
As árvores agradecem a sua morada
E o planeta se sente maravilhoso

No poder de sua imaginação
Seus cabelos estão atados na mata
Armado, o homem vem e desata
Derrubando a virgem vegetação
A mãe-d'água canta uma longa canção
Ao sentir que seu cabelo foi cortado
Ela olha e reconhece o culpado
Que resolve ali mesmo descansar
A mãe-d'água mostra a beleza do olhar
E o homem é seduzido e amado

Para Loureiro a música é relevante
Um importante papel para a cultura
Na Amazônia não há como haver ruptura
De algo puramente estetizante
Vejo a canção como via importante
Que instiga a nossa sensibilidade
Ela acende a nossa espiritualidade
Do mundo real ao sobrenatural
Uma viagem de via transcendental
Como um traço da nossa identidade

O emergir florescente é marca do seu olhar
É uma imagem sedutora de luminosidade

Seu rosto penetra na espiritualidade
Como raios coloridos a brilhar
A mãe-d'água brasiviana vai revelar
O poder mítico de sua representação
E na poética desta simbolização
O seringueiro vai em busca do seu ser
Vai procurar o amore o bem viver
Nos devaneios de sua imaginação

Na encantaria peculiar da paisagem
Da amada e sedutora deusa
O homem mergulha na sua beleza
E abraça a fabulosa imagem
Juntos realizam a íntima viagem
Libertos amantes abraçados
Dois corpos que viajam apaixonados
Grudados por um único sentimento
O amor virou pertencimento
Dos poderes míticos divinizados

Bachelard nos diz que é preciso compreender
A combinação dos elementos materiais
O poder das substâncias naturais
Que fascina e apropria o ser
A água passa, assim, a pertencer
E a entrelaçar este ser com o sentimento
O mitológico provoca o imbricamento
De devaneios de paz e felicidade
A água em sua mítica maternidade
É o encanto de um próprio casamento

Juntos vão para o reino encantado
Onde as águas alojam suas belezas

Belezas que ficam nas profundezas
Do rio Mamu divinizado
Neste reino epifanizado
A natureza é originalmente amada
Desta vez a beleza não foi encontrada
E o reino encantado desapareceu
A mãe-d'água do homem esqueceu
E a ele restou encontrar a sua morada

A sua casa estava sendo queimada
Por um fogo cruel e ardente
Na casa, a sua família inocente
Poe ele em agonia chamava
E quando ele se aproximava
O fogo havia tudo devorado
Não havia água, nem mata, nem natureza
- Meu Deus quem fez tamanha malvadeza?
Gritou o homem, perto do filho queimado

Quase morto seu filho conseguiu
Responder ao triste sentimento:
- Meu pai, a morte é o meu único alento
E a mata foi você que destruiu
Você fez secar o nosso rio
Matar os pássaros e todos os animais
Suas ações formam tristes e fatais
Só restou o que você está vendo
Ver a sua família morrendo
Foram estes, os derradeiros sinais

Em desespero o pai começa a gritar
E acorda num grande sofrimento

Na mata ecoa um forte vento
No local onde parou para descansar
Saiu correndo pela mata a chorar
À procura da sua velha morada
Na agonia perdeu o rumo da estrada
Em pranto, por tudo quanto sentiu
De repente chegou à beira do rio
E avistou sua canoa ancorada

Na canoa em pranto ele entrou
E começou no rio Mamu a remar
Em casa, ele queria chegar
Pois sentia que a sua família acabou
Ele dizia que o fogo cruel matou
O que na vida ele mais amava
Durante toda viagem chorava
Até chegar na velha curva do rio
De repente da canoa ele viu
A morada que ele tanto adorava

Pulou da canoa e começou a correr
Dizendo senhor – perdoa pelo que fiz.
Toda família veio lhe abraçar feliz
E chorando ele a foi receber
A família procurou logo saber
O que de fato havia acontecido
Pois nunca viram algo assim parecido
Ele chorava de amor e felicidade
À família ele contou toda a verdade
Se sentindo eternamente agradecido

A partir dali outro homem renascia
A mãe-d'água transformou o seu ser

Ela ensinou ao homem o bem viver
E o lugar que a ele pertencia
O brasiviano agora sabia
Que não pode vender a natureza
Que os valores do ser é a riqueza
E também o seu melhor sentimento
E o ser só terá pertencimento
Se mergulhar na própria profundeza

Passados os devaneios da triste dor
Que lhe causou uma grande infelicidade
Depois de repensar a vida de verdade
Ele descobriu pela família o amor
Descobriu da natureza, seu valor
E a mãe-d'água ele em fé, agradeceu
Ajoelhou-se diante do rio e prometeu
Que não fará às águas, qualquer mal
Que o bem viver é a alma do seringal
E essa promessa, ele jamais esqueceu

O princípio ontológico do pensamento
É para Heidegger, o princípio do ser
O ente no espaço de ação vai apreender
E adquirir no tempo, o pertencimento
A vivência nos traz o arrazoamento
Numa relação com a coletividade
Neste caso, no ente, a identidade
É um traço pelo ser apreendido
E o ente no seu espaço vivido
Vai construindo a sua singularidade

Heidegger ao explicar sobre o pertencer
Diz que o ente precisa estar integrado

Inserido como algo entrelaçado
Desta forma, ele busca esclarecer
A relevância do ente encontrar o ser
No seio da própria coletividade
Mas não depende apenas da comunidade
O ente precisa então experimentar
A unidade coletiva onde ele estar
E ele próprio descobrir, o que lhe é peculiar

Encontrar a alma do pertencimento
É a morte mítica da vida humana
Para a mãe-d'água brasiviana
É conhecer a essência do sentimento
É valorizar o seu empoderamento
E mergulhar à procura do próprio ser
A mãe-d'água encanta para oferecer
Os modos de vida da alteridade
Encontrar liberdade e felicidade
E os caminhos que visam o bem viver

Considerações finais

A mãe-d'água brasiviana é parte indissociável da natureza amazônica boliviana. É uma fonte cosmogônica da exuberância das águas do rio Mamu divinamente impregnada na alma dos seringueiros brasivianos. No contexto da Pan –Amazônia Brasil – Bolívia, a mitologia vive grudada nas peculiaridades devaneantes do ser ribeirinho e nas singularidades e pluralidades da poética inefável do lugar.

Na epifania do imaginário amazônico pandino, a Mãe-d'água é a mãe mítica protetora dos homens e da natureza e protagonista de ações do bem viver, representada nos devaneios das populações tradicionais e no pertencimento cultural de suas simbólicas encantarias. Este encantamento mítico e sua

poética – estetizante, também fazem parte da cotidianidade brasiviana que de geração em geração vai deixando rastros histórico-culturais que foram secularmente internalizados pela influência indígena e cabocla, fecundadas na alma do ser amazônico.

A Mãe-d'água brasiviana está presente na alma dos seringueiros e seu poder mítico se alastra na fronteira do imaginário e numa fronteira que mais une do que separa, uma fronteira que não é vista como um divisor de território e sim como uma marca de liberdade e segurança humana de lugar. A Mãe-d'água é também elementos que se estendem como uma marca feminina de empoderamento e equidade, uma marca que resiste à modelos hostis de desenvolvimentos estatais hostilizantes e violentadores da cultura e da alma humana.

A alma brasiviana continua resistindo como pode para jamais ser desalojada de seus valores originais, dentre os quais, o poder mítico feminino da Mãe-d'água brasiviana.

Referências

BACHELARD, Gaston. **A Poética do Espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

BACHELARD, Gaston. **A Poética dos Devaneios**. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

BACHELARD, Gaston. **A Terra e os Devaneios da Vontade**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

BACHELARD, Gaston. **A** Água **e os Sonhos**. São Paulo: Martins Fontes, 1989a.

DARDEL, Eric. **O Homem e a Terra**. São Paulo: Perspectiva, 2015.

GONSALVES, Elisa Pereira. Pesquisar, Participar: Sensibilidades Pós-Modernas. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues; STRECK, Danilo Romeu**. Pesquisa participante:** O saber da partilha. 1ª edição. São Paulo: Aparecida, 2006.

BACHELARD, Gaston. **A água e os sonhos**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

HEIDEGGER, Martin. **Que é isto a filosofia? Identidade e diferença**. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1971.

HEIDEGGER, Martin. **Ser e Tempo**. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

HEIDEGGER, Martin. **Ontologia (Hermenêutica da faticidade**). 2ª ed., Petrópolis: Editora Vozes, 2013.

HOLZER, Werther. A discussão fenomenológica sobre os conceitos de paisagem e lugar, território e meio ambiente. **Revista Território**, Rio de Janeiro, ano IV, (7), 1996, p. 70.

HOLZER, Werther. Mundo e lugar: Ensaio de Geografia fenomenológica. In: MARANDOLA Jr, Eduardo; HOLZER, Werther; OLIVEIRA, Lívia. **Qual o espaço do lugar?** 1ª edição. São Paulo: Editora Perspectiva, 2014.

HOLLIDAY, Oscar Jara. Sistematização das experiências: Algumas apreciações. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues; STRECK, Danilo Romeu. **Pesquisa participante**: O saber da partilha. 1ª edição. São Paulo: Aparecida, 2006.

LOUREIRO, João de Jesus Paes. **Cultura Amazônica:** Uma poética do Imaginário. São Paulo, Escrituras, 2001.

RANZI, Pedro. **Vamos falar o acreanes.** Rio Branco: Edufac, 2017.

SANTANA, Francisco Marquelino. **Os brasivianos do rio Mamu:** Modos de vida e a poética fenomenológica do viver. 2019. 333 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2109.

SILVA. Marcia Alves Soares da. Por uma Geografia das Emoções. GEO*graphia*, v. 18, n. 36, p. 99-119, 2016.

SILVA, Josué da Costa Silva. **Cuniã:** Mito e lugar. Dissertação de Mestrado, FFLCH/USP, São Paulo, 1994.

STRECK, Danilo Romeu. Pesquisar é pronunciar o mundo: Notas sobre método e metodologia. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues; STRECK, Danilo Romeu. **Pesquisa participante**: O saber da partilha. 1ª edição. Aparecida – São Paulo, 2006.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar:** A perspectiva da Experiência. Tradução: Lívia de Oliveira. Londrina, Eduel, 2015.

AS MULHERES E A ECONOMIA SOLIDÁRIA NA AMAZÔNIA-ACREANA

Suzanna Dourado da Silva
Adnilson de Almeida Silva

Introdução

O modo de produção capitalista visa, sobretudo, a acumulação rápida de capitais pelos membros das elites econômicas, e tem causado metodicamente exclusão generalizada entre aqueles que não possuem acessos a recursos financeiros. Neste contexto, as mulheres têm sido as principais vítimas desse processo, uma vez que seus espaços são condicionados e sua atuação social, econômica, cultural ou política é tida como invisível no interior da sociedade.

A inserção das mulheres no mercado de trabalho não ocorreu diante do reconhecimento de seus direitos e seus deveres por parte da sociedade patriarcal. Sua inserção no mercado de trabalho ocorre por um processo de lutas e principalmente pela falta de mão de obra para cumprir com a demanda do processo de globalização, que precisava cada vez mais de trabalhadores, principalmente aos que não se pagaria o equitativo, de modo que tem aumentado às desigualdades de gênero e sociais.

No contexto geográfico, a temática de gênero tem conquistado espaço e reconhecimento como área de investigação. As pesquisas relacionadas a esse assunto possibilitam mudanças significativas na sociedade, por conhecer e compreender as dinâmicas vivenciadas pelas mulheres. Neste caso específico sobre a questão do trabalho e os mecanismos de enfrentamento por meio da articulação dos iguais, busca-se a compreensão das diversas dinâmicas envoltas a gênero, bem como pela inserção de discussões cada vez mais ampliadas que almejam a conquista da equidade de gênero em nossa sociedade.

Deste tal modo, esse incremento de pesquisas tem dado a possibilidade de conhecer mais profundamente as causas das questões de gênero, e

consequentemente a propagação dos direitos e deveres das mulheres. Como categoria de análise estuda como homens e mulheres se relacionam no espaço, porém as mulheres se tornam invisíveis enquanto membro ativo da sociedade, em decorrência do processo histórico e da própria organização espacial/territorial com hegemonia masculina. A invisibilidade da atuação feminina trata-se de uma construção social, cujos entraves para o reconhecimento da equidade social da mulher passou a ser desconstruído a partir do surgimento do movimento feminista, no caso do Brasil a partir da década de 1970, e que ainda há um longo caminho a ser percorrido para que se tenha de fato uma equidade de gênero.

No que tange a divisão sexual do trabalho, que é outro fator preponderante dessa desigualdade, a maior parcela dos trabalhadores que estão inseridos em empregos informais, insalubres, de atividade rotineira, são mulheres, e com o agravante de seus salários serem sempre inferiores aos dos homens que exercem as mesmas atividades. Se ela for negra, a desigualdade salarial é ainda mais potencializada.

Diante da falta de oportunidade de emprego para todos, e do modo como o sistema capitalista atua e domina, a economia solidária surge como uma alternativa de trabalho e geração de renda para todos que se encontram à margem. Em Rio Branco, *lócus* da nossa análise, essa modalidade aparece para as mulheres como uma oportunidade de inserção no mercado de trabalho, pois sofreram, no decorrer de sua história, um processo de ruptura com o seu lugar, por serem obrigadas a migrarem da floresta para a cidade e com isso perderam suas referências de trabalho, fonte de sobrevivência e moradia.

A migração dessas mulheres para o meio urbano fez com que quebrassem seus vínculos identitários e comunitários estabelecidos com seus lugares de ampla representatividade simbólica. Assim, elas tiveram que elaborar estratégias para permanecerem economicamente ativas, capazes de gerar renda familiar através da sua inserção no mercado de trabalho informal no espaço rio-branquense.

Neste contexto, é analisada a influência que as associações de cunho solidário causaram na vida das mulheres participantes, bem como a projeção de novas organizações econômico-solidárias. Para o desenvolvimento deste tra-

balho, foi adotado a abordagem qualitativa e exploratória, com base fenomenológica, pautada em Edith Stein (2005a, 2005b, 2007) a fim de compreender o fenômeno apresentado. Todavia, teve-se como complementar as técnicas de história oral, observação, registro e diário de campo para atingir o eu puro do fenômeno e os objetivos propostos.

O pensamento da Geografia de Gênero e a Economia Solidária

Abordar a temática de gênero e sua inserção na economia solidária é possível em virtude de que a ciência geográfica permite a compressão do espaço como palco das relações sociais. Entende-se que são nos espaços que existem as representações, superações e evoluções. É nele que o ser humano constrói sua história, logo o espaço é concebido a partir das construções sociais.

Pensar a economia solidária a partir da ciência geográfica permite não só analisar as situações em que uma sociedade marginalizada busca meios de sobrevivência, mas também como se insere dentro de um sistema e passa a aderir um novo estilo de vida, com os princípios da solidariedade, da partilha e da comunhão, de modo que reafirma suas identidades.

A Geografia e a Economia são ciências nas quais seus objetos de estudos possuem correlações. Isto decorre em virtude da impossibilidade de avanços econômicos ou ações, sem a compreensão do espaço vivido e da questão social. A afirmativa possui forte peso e aderência, mas ao ser cogitada e analisada, entende-se que desde a criação da moeda, ou ainda no sistema de troca (escambo) esses fatores sempre estiveram interligados.

Sabe-se que a Geografia, durante longos anos, foi instrumento de ampla captação de recursos econômicos. De modo que por meio dela, nações puderam expandir suas áreas de comércio, em busca de rotas para iguarias e minerais que as enriquecia, e/ou a dizimação de uma população em função da extração de todas as riquezas de um povo, conforme afirma Capel (2012[1981], p. 173). Assimila-se então que a Geografia e a Economia caminharam e caminham lado a lado.

Ao realizar ponderações sobre a ausência de comunicação entre Geografia e Economia, autores como Claval (2005) e Cuadrado-Roura (2014)

apontam que essas não realizavam diálogos entre si e que isso perdurou por longos anos, até que se evidenciou e compreendeu-se que uma ciência precisaria dialogar com a outra, pois ambas realizam estudos sobre ações que afetam as (re)configurações e vivências nos espaços geográficos. Tal constatação é enfatizada por Cuadrado-Roura (2014, p. 9) ao afirmar que:

> [...] la Economía tendió casi desde un principio a minimizar el papel y la influencia del "espacio" en los procesos económicos, entendiendo como "espacio" el territorio que soporta la actividad económica y que influye en y se ve influido por los procesos de producción, circulación y distribución de los bienes, servicios, factores y rentas. Actualmente, buena parte de la literatura económica reconoce que el territorio – y lo que él implica – no puede quedar al margen de cualquier análisis de los hechos económicos y sociales, porque evidentemente no es "neutral". El territorio no solo dificulta o facilita los movimientos de los factores de producción y de los bienes producidos, sino que todos los agentes económicos –ya sean empresarios o simples consumidores- lo tienen en cuente en sus decisiones.

A afirmativa corrobora com o início da integração das ciências, a partir da necessidade de análises detalhadas referentes às questões sociais, culturais, políticas e econômicas, dispostas no espaço vivido. Isso se dá em virtude do espaço ser um lugar de ressignificações constantes e que tem desdobramentos profundos nos agrupamentos humanos.

Para a compreensão dos estudos da Geografia Econômica, Claval (2005) diz que seu surgimento se deu a partir das observações realizadas por Carl Ritter, entretanto, era vista como meramente descritiva, isto é, não realizava uma relação da sociedade com o espaço vivido e à questão econômica. Os agentes econômicos e o espaço onde desenvolviam suas ações eram desprezados.

A partir da Geografia Humanística é que se modifica o modo de compreensão dos espaços geográficos e da interação (com a intervenção) humana para ser realizada de fato uma análise do que se passa a denominar de Geografia Econômica e as duas ciências (Geografia e Economia) integrarem-se.

A ciência econômica e a geografia econômica, em meados do século XX, passaram a manter uma sincronia nos estudos realizados, consequente-

mente com resultados mais concretos para essas duas áreas do conhecimento, o que significa para Claval (2005, p. 7) que:

> [...] a economia e a geografia econômica tratavam dos mesmos problemas. Os geógrafos tiravam uma grande parte de sua inspiração dos modelos desenvolvidos pela economia espacial e pela macroeconomia. [...] A contribuição dos geógrafos para a interpretação do crescimento polarizado era original: eles enfatizaram o papel da informação na vida econômica e na gênese das economias externas; analisaram a natureza econômica das cidades e seu papel na vida de relações.

A partir da compreensão desses dois universos foi que os estudos geográficos referentes às questões sociais tiveram maiores alcances, haja vista a captação de uma concepção ao estudo social, ao qual a necessidade de diálogo se desenvolve no quadro econômico que passa a ser vivenciado diante das influências dos fatores externos que acabaram por modificar as dinâmicas dos sujeitos, bem como suas perspectivas, conforme enfatiza Claval (2005, p. 8):

> A vontade de assegurar uma renda suficiente a todas as classes sociais e a todos os povos na terra conduziu, ao mesmo tempo, a uma análise mais precisa das condições para o crescimento e o desenvolvimento e a uma atenção mais forte pelo consumo. Do lado dos economistas, a diferença entre os objetivos das empresas e aqueles dos consumidores foi sublinhada: de um lado, o lucro; de outro, a utilidade. [...] A nova perspectiva permitiu o desenvolvimento duma teoria das migrações humanas e contribuiu também para a compreensão de situações onde se buscava rendas mais altas ou o prazer de consumir em lugares diferentes. Os geógrafos se apaixonaram por esses temas. Eles combinaram os resultados da economia com a nova metodologia dos mapas mentais para construir uma nova geografia econômica das escolhas residenciais, das segregações urbanas e do turismo.

A Economia, de acordo com Dornbusch, Fischer e Begg (2003) afeta quase todas as ações humanas, desde as questões sociais, culturais, até as questões políticas. Assim, é alvo de discussão de todos os partícipes da sociedade, haja vista que é ela quem determina o que será produzido, como, e para quem,

com isso (re)modifica toda uma sociedade, bem como o espaço e suas dinâmicas. Todas as ações econômicas influem diretamente no espaço vivido, o que gera uma alteração das dinâmicas no espaço e tempo. A economia de um país pode determinar alterações culturais, sociais, políticas, religiosas, entre outras.

A Economia Solidária, dentro da ciência geográfica, é favorável em virtude de esta possibilitar o estudo das relações sociais ocorridas dentro do espaço vivido, produzido por seres humanos que a todo o momento realizam novas (re) significações para os espaços a partir de suas técnicas. Há também a prerrogativa de como o modelo econômico adotado em determinado tempo consegue (re) configurar um lugar e fazer com que os sujeitos alterem seus modos de vida.

Ainda nos apontamentos sobre a sociedade, Claval (2010, p. 7) corrobora que os estudos sobre a referida ciência, faz com que a geografia passasse a "preocupar com as populações e principalmente com os fatores econômicos que envolvem boa parcela da sociedade". Vislumbra-se que o estudo da inserção da sociedade desprovida de admissão mercadológica também é uma prerrogativa da ciência geográfica, importante para elucidar a inclusão daqueles desprovidos de renda nas atividades econômicas solidárias.

O autor faz ainda uma apreciação sobre a Geografia Econômica e ressalta que ela foi "por tanto tempo desprezada, está no cerne da nova geografia, mas esta esclarece ainda outros campos da vida coletiva, estudando a organização social e os jogos do poder" (p. 118). Com isso, Claval conclui que a Economia é aceita e estudada na Geografia a partir da abordagem da Geografia Econômica. Ocorre que a economia não é só uma questão de análise financeira, visto que compreende o modo de vida da sociedade e tudo que dela demanda.

A ocorrência de mudanças no espaço, em virtude da interlocução do ser humano, é o que reafirma novas organizações espaciais, bem como a inserção de novas categorias de análises ao meio social, conforme descreve Santos (2012 [1978] p. 18):

> Cada vez que as condições gerais de realização da vida sobre a terra se modificam, ou a interpretação de fatos particulares concernentes à existência do homem e das coisas conhece evolução importante, todas

> as disciplinas científicas ficam obrigadas a realinhar-se para poder exprimir, em termos de presente e não mais de passado, aquela parcela de realidade total que lhes cabe explicar.

O que autor enfatiza é a questão anteriormente especificada por Claval. A Geografia, bem como as demais ciências, necessitam atentar-se para as mudanças ocorridas no espaço e aderir em seus estudos um novo olhar, um novo caminhar de suas pesquisas, a fim de compreender melhor essas transformações. A introdução do estudo da economia na ciência geográfica é procedente de tal princípio, e o estudo da economia solidária e dos atores envolvidos nesta atividade segue o mesmo caminho apresentado por Santos, onde enfatiza a necessidade de seu realinhamento.

A divisão sexual do trabalho: uma questão de gênero

Ante à prerrogativa da pesquisa na ciência geográfica ao estudar as relações econômicas, bem como os sujeitos que as desenvolvem, salienta-se a importância da discussão de trabalho frente à divisão sexual do trabalho. Deste modo, diante do cenário de um sistema econômico cada vez mais excludente, as mulheres buscam meios alternativos para obtenção de renda para sua sobrevivência e de suas famílias. A entrada no mercado de trabalho perdurou e, apesar dos espaços conquistados, algumas questões em relação à essa entrada mercadológica ainda são questionadas.

Em pleno século XXI ainda nos encontramos em um sistema perverso e excludente, em que se percebe uma explícita discriminação em relação à mulher e sua capacidade intelectual. Destarte, elas permanecem marginalizadas por meio de discriminação dissimulada, excludente e repressora, no que se refere à busca de seus direitos para que se tornem economicamente ativas.

Ao longo da história, homens e mulheres ocuparam o mesmo espaço, porém marcada por um tratamento diferenciado de acordo com o gênero. Enquanto os primeiros eram postos a frente, elas recebiam funções secundárias. Assim, buscaram por meio de reivindicações se inserirem no espaço público, pois a essas somente o espaço privado lhes era destinado. De modo que a

inclusão feminina no mercado de trabalho também é uma conquista, e seu intuito é de obter autonomia financeira, bem como romper com os laços de dominação e participar ativamente de todas as obrigações cidadãs que lhes é constituída legalmente.

A Constituição Federal de 1988 como arcabouço jurídico afirma que homens e mulheres possuem os mesmos direitos e deveres perante nossa sociedade, contudo, persiste diferença de gênero, a qual é agravada nos espaços públicos, onde a questão do trabalho é colocada em xeque constantemente.

Contudo, faz-se necessário compreender a origem do conceito de "trabalho", que para Hirata e Zarifian (2009), este, na contemporaneidade apresenta uma dupla definição. A primeira traz uma definição antropológica, em que o trabalho representa uma característica geral e genérica da ação humana, e se dá com a utilização de suas tecnologias para laborar com o ofertado pela natureza, e a segunda, seria uma reinterpretação da primeira, na qual existe a exploração do homem por outro de sua espécie, daí surge o conceito de trabalho assalariado. Os autores (2009, p. 253) ainda elucidam que:

> A noção moderna de trabalho surgiu então sob o impacto de um verdadeiro golpe de força política e social: a separação entre uma sequência de operações que podem ser objetificadas e a capacidade humana de realizá-las. O trabalho, de um lado; a força de trabalho do outro. E, entre os dois, o tempo, referência central de avaliação da produtividade da produtividade dessa combinação entre trabalho e trabalhador. O nascimento da noção de trabalho assalariado é a história dessa separação, que opõe uma forma objetificada a uma potência subjetiva. O trabalhador torna-se prisioneiro daquilo a que ele deve se reportar: as operações objetificadas.

O comentado pelos autores sobre a ruptura e a nova "organização" do trabalho é o que anteriormente fora discutido da força dominante do capital na vida dos seres humanos. Neste caso, a adesão da mulher é que essa, desde os primórdios, exercia atividade de trabalho é excluída do processo histórico. O trabalho a ser assalariado torna-se ainda mais excludente a participação feminina, em razão que elas foram privadas de executarem atividades em do-

mínio público e muito menos recompensadas financeiramente pelas atividades realizadas em domínio privado.

Os autores enfatizam que o trabalho no domínio privado é contrário da objetificação, pois acredita que nele a questão das relações afetivas faz da mulher um ser prontamente disponível para desenvolver atividades domésticas, educação e cuidados com os filhos e dependentes. Ao homem o espaço público é destinado, enquanto o privado lhe pode ser facultado.

Em relação à inclusão de estudos que enfatizam e consideram a divisão sexual do trabalho, descrevem os autores (p. 254) que:

> É a partir da problemática da divisão sexual do trabalho que Danièle Kergoat procede a uma desconstrução/reconstrução do conceito de trabalho e seus conceitos conexos, como o de qualificação, introduzindo a dimensão trabalho doméstico e a esfera da reprodução. [...] Essa reconstrução abrangeu também o trabalho não assalariado, não remunerado, produção e reprodução, assalariamento e família.

Neste processo que envolve a construção social da sociedade, a caracterização da divisão sexual do trabalho é definida por Kergoat (2003, p. 55-56):

> A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais de sexo; essa forma é adaptada historicamente e a cada sociedade. Ela tem por características a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apreensão pelos homens das funções de forte valor social agregado (políticas, religiosas, militares etc.). Essa forma de divisão social do trabalho tem dois princípios organizadores: o princípio de separação (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o princípio de hierarquização (um trabalho de homem "vale" mais do que um trabalho de mulher). Eles são válidos para todas as sociedades conhecidas, no tempo e no espaço – o que permite, segundo alguns e algumas (Héritier-Augé, 1984), mas não segundo outros (Peyre e Wiels, 1997), afirmar que existem dessa forma desde o início da humanidade.

A inclusão de estudos sobre o trabalho feminino no mundo acadêmico trouxe consequências positivas para a sociedade, vez que entra em deba-

te toda uma história de subjugação e inferiorização das atividades realizadas por mulheres. Por meio de iniciativas críticas desenvolvidas, o movimento de mulheres, por meio de sua articulação, passou a reivindicar políticas públicas de inclusão nas legislações os direitos e deveres que asseguram e protegem o trabalho feminino.

A inserção na mulher no mundo de trabalho se desenvolveu diante de uma série de fatores, aos quais podemos destacar: a necessidade de mães pobres e viúvas de alimentarem seus filhos; a falta de mão de obra para as fábricas em virtude das duas guerras mundiais; e a necessidade de mão de obra barata. A conquista do espaço público teve seu marco ainda no século XIX, com a consolidação do sistema capitalista que recrutava a todo instante mão de obra barata, e acentuou-se no advento das duas guerras mundiais (1914-1918 e 1939-1945). A inclusão no trabalho anteriormente dominado pelos homens se deu em virtude de estes irem para os campos de batalhas e da necessidade de mão de obra nos comércios e indústrias.

Contudo, a inserção no mundo do trabalho não era privilegiada, mas uma grande exploração às mulheres e crianças, as quais tinham jornadas de 14 a 18 horas diárias, além da extensa disparidade de ganhos salariais. Neste sentido, relata Medeiros (2003, p. 402):

> Entrei para a fábrica Bangu, no período da Primeira Guerra Mundial, com 7 anos de idade. Iniciava o trabalho às 6 e terminava por volta das 17 horas – sem horário de almoço... era critério dos mestres o direito a comer, e, tendo ou não tempo para almoçar, o salário era o mesmo. Isto, evidentemente, depois de passar a fase de trabalho gratuito, que chamavam de aprendizado.

Mulheres e crianças viviam a base da exploração, sem possibilidades de mudança de tal realidade que consumia milhares de pessoas no mundo inteiro. A saída para esta situação se deu com a organização dos trabalhadores e pela busca de legislação que garantisse direitos para todos os seres humanos.

Em 1927, é lançado o Código de Menores e a legislação trabalhista, os quais tentavam interditar o trabalho de crianças nas fábricas; em 1932, o

Decreto n.º 21.417, traz em seu teor as primeiras questões sobre o trabalho feminino, com destaque para os seguintes artigos:

> Art. 1º Sem distinção do sexo, a todo trabalho de igual valor correspondente salário igual.
>
> Art. 2º O trabalho da mulher nos estabelecimentos industriais e comerciais, públicos ou particulares, é vedado desde 22 horas até 5 horas.
>
> Art. 7º Em todos os estabelecimentos industriais e comerciais, públicos ou particulares, é proibido o trabalho à mulher grávida, durante um período de quatro semanas, antes do parto, e quatro semanas depois.
>
> Art. 11. A mulher que amamentar o próprio filho terá direito dois descansos diários especiais, de meia hora cada um, durante os primeiros seis meses que se seguirem ao parto.
>
> Art. 12. Os estabelecimentos em que trabalharem, pelo menos, trinta mulheres com mais de 16 anos de idade terão local apropriado onde seja permitido às empregadas guardar sob vigilância e assistência os seus filhos em período de amamentação.
>
> Art. 13. Aos empregadores não é permitido despedir a mulher grávida pelo simples fato da gravidez e sem outro motivo que justifique a dispensa.

Após o Decreto de 1932, as Constituições Federais (1932, 1934, 1937, 1946, 1967 e 1988), além das Consolidações das Leis Trabalhistas – CLT, traziam em seus artigos garantias para as trabalhadoras. Essa, que na Constituição de 1988 teve seus direitos plenamente reconhecidos, mas que durante o caminhar do século XX lutaram para terem direitos e serem reconhecidas como ser humano, plena de direitos e deveres, agora garantidos constitucionalmente.

Todavia, em pleno século XXI, com todas as garantias legais previstas, ainda existe o não cumprimento legal, no qual mulheres, crianças e homens trabalham em regime com característica escrava. A falta de fiscalização, interesse e cumprimento da legislação, ainda aprisiona trabalhadoras por todos os Estados de nosso país. A necessidade de manter-se economicamente ativa, dar alimento aos filhos, é um dos motivos que levam as pessoas a aceitarem no-

vamente essa situação de semiescravidão. A opressão do homem pelo homem ainda se faz presente e é atroz. A busca por meios de inserção laboral que não seja pelo sistema de opressão é o mecanismo de saída para uma vida justa.

Além disso, é preciso ressaltar que parte da legislação trabalhista, no caso brasileiro, tem passado por profundas reformulações que eliminaram uma série de garantias. A justificativa para tanto é a necessidade de adaptar aos novos tempos marcados pela competição global, onde os mais prejudicados são os trabalhadores que, de fato, produzem riquezas, mas não compartilham delas.

Uma das ações para o desenvolvimento desse não sistema de opressão é a ação em conjunta dos excluídos do sistema, que juntos buscam meios de sobrevivência e subsistência com princípios na união; partilha; autogestão. A Economia Solidária - ECOSOL se desenvolve neste sentido, com o objetivo declaradamente de oportunizar trabalho e renda entre iguais, consequentemente excluir os meios opressores.

Introdução ao conceito de Economia Solidária

Os seres humanos são gregários, ou seja, necessitam permanecer em grupo para viver. Ao longo do seu processo histórico da construção social muitas ações foram criadas e recriadas, haja vista que estamos sempre em constante mudança.

Somos propulsores de significações e ressignificações nos espaços. A vivência em comunhão e a necessidade de partilha integram parte do processo histórico da humanidade. Morais (2002) explana como se desenvolvia o processo de trabalho ainda nos primórdios com os homens das cavernas. Ali ocorria a divisão de trabalho e a distribuição do que era produzido. Isso reafirma que a partilha e a solidariedade são ações há tempo praticadas pelos seres humanos.

Apesar da prática solidária, também integra o processo histórico da opressão do homem pelo homem. Este processo de opressão ganha força a partir da possibilidade de acúmulo de capitais e da escravização ou da exploração humana. Tais relações estão interligadas às manifestações de poder, em que o capital é o maior meio de opressão dos seres humanos, além do que ele (capital) oportuniza interferências no espaço vivido, com isso

permite o surgimento de uma nova concepção de relação, de identidade e de resistência dos seres humanos.

A economia solidária é um fortalecimento ou uma manifestação da identidade de resistência, em virtude da opressão do sistema capitalista. Para compreendê-la como estudo no presente trabalho, se faz necessário resgatar seu histórico ancorado em autores que versam sobre a temática, na qual se compreende que esta não é uma alternativa idealizada por teóricos ou especialistas. A economia solidária surge, de acordo com Singer (2000), diante da necessidade de um grupo se manter ou sobreviver ativamente frente às mudanças ocorridas nos campos e cidades, principalmente em virtude dos fatores hegemônicos do capital.

Ao longo das leituras de Paul Singer, Muhammad Yunus, Isabelle Guerín, João Cláudio Arroyo e Flávio Schuch, Amartya Sen, Luiz Gaiger e Euclides Mance, dentre outros que fazem suas reflexões sobre a temática e oportunizam a compreensão da ECOSOL desde o primórdio até os dias atuais, e, com a junção das experiências relatadas dos partícipes dessa economia, são importantes para o aprofundamento dos modelos econômicos solidários implantados.

Por meio das leituras e das experiências, compreendeu-se que não há um modelo único de atividade econômica solidária, mas sim, ações provenientes dos seres humanos que buscam um mundo mais justo e igualitário. Por meio desta conjectura, realça Singer (2000, p.11):

> [...] uma das formas mais antigas de se organizar a produção e a distribuição de bens e serviços é a *produção simples de mercadoria*, onde os inseridos no sistema são os facilitadores da produção, trabalhando em conjunto e usufruindo coletivamente do resultado da atividade.

O autor analisa que essas maneiras de produção são as iniciantes do modelo Econômico Solidário. Destaca-se que é um modo colaborativo, isto é, uma prerrogativa dos povos que trabalham com a terra (camponeses, extrativistas, ribeirinhos, dentre outros), com artesanatos e com pequenos comércios,

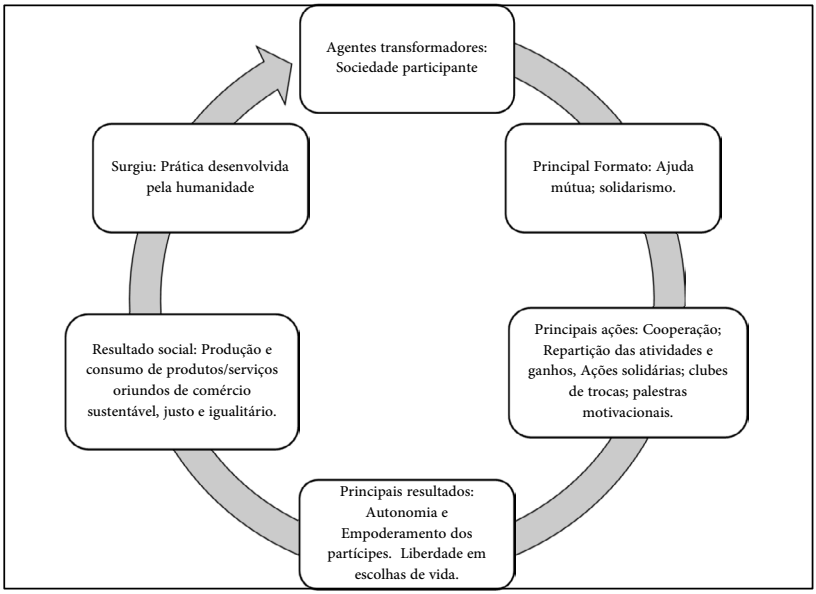
pois são atividades que sempre foram executadas em partilha, e seguem a produção simples de mercadoria.

Defende-se acrescentar que essa ação de produção simples existe desde os primórdios da humanidade e era adotada pelos pequenos trabalhadores. Consideramos no presente artigo (Figura 1) que é uma "prática social" em que a produção de mercadorias é necessária apenas para a sobrevivência e subsistência, em que é exercida por sociedades que prezam a partilha, a comunhão e a solidariedade, além de manter o respeito pela natureza e pelo ser humano.

A Economia Solidária como Prática Social – ESPS não possui um período pré-determinado de surgimento. Como se trata de uma ação desenvolvida pela humanidade, não há como realizar datação.

Nos dias atuais, grande parte dos povos que vivem na floresta, ou nas zonas rurais, executa este fazer solidário e a cada dia surgem novos adeptos a essa prática social. Um dos fatores responsáveis para o aumento de simpatizantes é o mecanismo excludente próprio do sistema capitalista, que não mede consequências nas ações com os seres humanos e com a natureza.

Figura 1 - Economia Solidária como Prática Social – ESPS



Fonte: Suzanna Dourado da Silva (2017).

Àqueles seres humanos mais conscientes às causas ambientais e sociais, ao depararem-se com estas situações tendem a criar mecanismos de defesa e resistência, assumem posições ativas diante à essa nova conjectura. Como exemplo, podemos citar as pessoas que largam seus empregos, no sistema formal, e buscam viver nos campos, para tanto, utilizam-se apenas o que a terra oferta para a sua sobrevivência, ou àqueles que buscam fomentar e valorizar os produtos originários da ECOSOL.

É cabível enfatizar que a mudança da cidade para o campo, o desligamento de um emprego no sistema formal e a procura em realizar a produção do que irá consumir, não são as ações que caracterizam o adepto à prática solidária. Ser um sujeito consciente de suas ações e procurar, mesmo dentro do sistema capitalista, ofertar a igualdade, a partilha e a comunhão é uma ação que demonstra a sensibilidade com os seres humanos, com a natureza e todos os seus elementos.

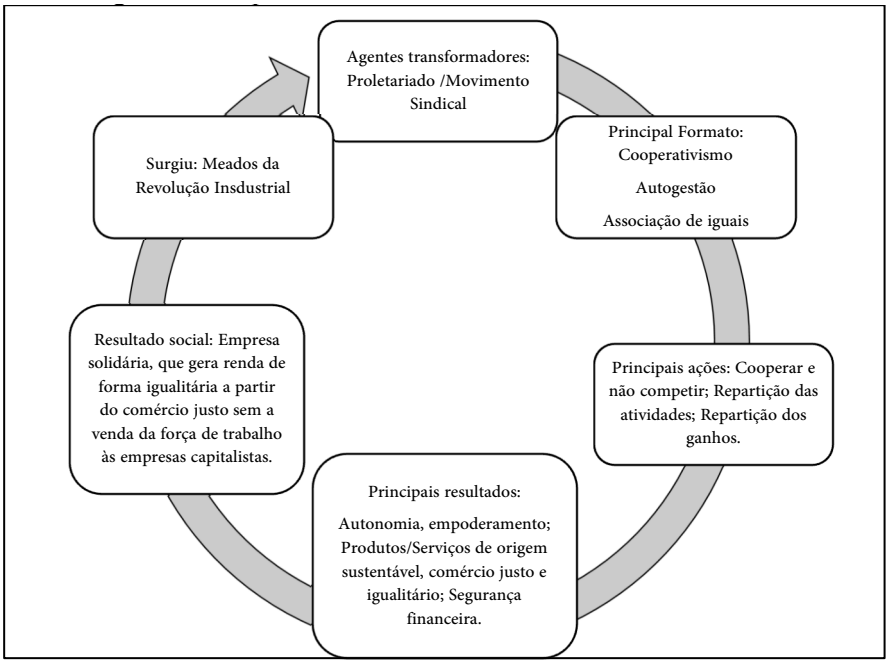
Por meio da ESPS temos a formatação inicial para a constituição da Empresa Modelo Economia Solidária. Potencializada diante de alguns fatores que levam a busca pela articulação de grupos denominados "iguais", visto que a concepção de um grupo está intrinsecamente ligada ao reconhecimento de sua identidade que é construída e reconhecida a partir de suas lutas.

A prática do cooperativismo surge por meio da associação de um grupo de tecelões e tecelãs, denominado "Sociedade dos Probos de Rochdale", que necessitava manter-se economicamente ativo, na era da Revolução Industrial. O grupo, entre iguais, organizou-se e criou um modelo econômico democrático e que até hoje é exercido e legitimado.

O início do cooperativismo está associado ao surgimento da economia solidária no formato organizacional – ao seu modo de produção – que é o oposto ao modo de produção capitalista. Contudo, o modelo cooperativo já era praticado por significativa parcela da sociedade por meio da ESPS.

As cooperativas serviram como uma espécie de modelo para que a Empresa Solidária fosse de fato constituída. A Figura 2 esboça esse início, bem como elucida os agentes transformadores e quais os ganhos a sociedade obteve em face à sua criação.

Figura 2 - Empresa modelo Economia Solidária - EMES



Fonte: Suzanna Dourado da Silva (2017).

Para elucidar o nascimento da Economia Solidária no viés formal, de Empresa Modelo Economia Solidária – EMES, ou meramente Economia Solidária – ECOSOL, Singer (2010[2002], p. 24) considera:

> A economia solidária nasceu pouco depois do capitalismo industrial, como reação ao espantoso empobrecimento dos artesãos provocado pela difusão das máquinas e da organização fabril da produção. [...] A exploração do trabalho nas fábricas não tinha limites legais e ameaçava a reprodução biológica do proletariado. As crianças começavam a trabalhar tão logo podiam ficar de pé, e as jornadas de trabalho eram tão longas que o debilitamento físico dos trabalhadores e sua elevada morbidade e mortalidade impediam que a produtividade do trabalho pudesse se elevar.

Apreende o quão agravante a situação vivida pelos trabalhadores (explorados) era periclitante e tendia a crescer e envolver novos trabalhadores, sem existir possibilidade de saída para o modelo opressor. Neste mesmo senti-

do, Perrot (1988) enfatiza que a inserção de novas fábricas surgia por meio de um discurso contraproducente, cuja alegação era a de ofertar "emprego, não a produção". Criava-se uma alteração do discurso para "dar trabalho aos pobres, utilizar os braços ociosos". O autor destaca ainda que:

> As grandes cidades mantêm as indústrias altamente qualificadas cuja mecanização ainda não se tornou possível, em particular a produção de máquinas que se concentra largamente em Paris. Assim se instaura uma verdadeira divisão do trabalho entre a cidade e o campo, as grandes cidades e os centros secundários. Essa geopolítica industrial, cujo processo, que conhecemos bem atualmente e que se reproduz sob nossas vistas, vem acompanhada de um maior recurso a uma mão-de-obra pouco qualificada principalmente a infantil (é a grande época do alistamento das crianças da Assistência pública), e de uma mecanização que permite empregar crianças. A maioria dos folhetos de propaganda das novas máquinas insiste na facilidade de sua utilização *pelas crianças* (PERROT, 1988, p. 21).

A França, assim como outros países, se posicionou favorável ao maquinário, o que forçou a migração dos trabalhadores do campo para as cidades e fomentou o trabalho infantil. A cada dia se agravava a situação vivida pelos trabalhadores nas cidades, e defronte dessa exploração inesgotável, urgiu a necessidade de junção de forças, principalmente a partir do movimento de mulheres, que emergiu com o objetivo de descontruir essa realidade.

Alguns ideólogos desenvolveram ações para reverter essa situação, logo são considerados como precursores da ECOSOL como empresa solidária. Claude Saint-Simon, pensou em uma sociedade livre em que a busca era pelo bem-estar dos trabalhadores; Charles Fourier criou fazendas coletivas para que houvesse a divisão de riquezas, onde todos produzissem e gerassem o bem-estar de todos; Jean-Baptiste André Godin, inspirado em Fourier ofertou áreas para o trabalho coletivo de famílias; Pierre-Joseph Proudhon, de acordo com Arroyo e Schuch (2006), é considerado o criador do anarquismo, por isso excluiu de suas filosofias a propriedade privada, e idealizou uma sociedade constituída por seres que não visam à acumulação de riquezas e que valorizem o ser humano, bem como o seu trabalho.

Estes ideólogos pensaram alternativas frente à opressão vivida, bem como pela falta de esperanças de mudança, a necessidade de resistência passa a ser reavivada e os trabalhadores saem em luta por melhores condições de trabalho. Assim, desenvolveram-se os primeiros movimentos de trabalhadores, com apoio de intelectuais, e as mulheres tiveram forte participação.

Diante do cenário fatídico, alguns industriais iniciaram mudanças quanto às jornadas de trabalho, e a "propor leis de proteção aos trabalhadores". Robert Owen foi um dos pioneiros nesta empreitada, que, ainda de acordo com Singer (2010[2002]) reduziu a jornada de trabalho e possibilitou que as crianças até então empregadas nas fábricas passassem a frequentar a escola.

A ação de Owen fez com que a rentabilidade de sua indústria aumentasse significativamente e sem a exploração da força de trabalho de seus operários. Sua iniciativa é considerada como o primeiro modelo de uma empresa Solidária. Logo após isso, outros modelos foram criados e, por meio de sua empreitada, através do crescimento da cooperativa de Rochdale, outras cooperativas adquiriram força e resistência.

Enfatiza Singer (2010[2002], p.33) que "o cooperativismo, em seu berço, já se arvorava como modo de produção alternativo ao capitalismo". Ou seja, diante da iniciativa de Owen, surge uma alternativa de gestão, em que não há mais o autoritarismo dos detentores do capital. O cooperativismo aparece como uma possibilidade de dar voz ao trabalhador, e constitui-se como uma conquista dos trabalhadores que se articularam em busca de um meio de sobrevivência mais justo e igualitário.

Compreendemos, a partir do exposto por Singer, que a primeira empresa Solidária surge a partir do advento da Revolução Industrial, ocasião em que é dado início à constituição das cooperativas por meio da articulação dos desprovidos de capitais. As cooperativas existentes na época trazem o modelo que a economia solidária se estrutura, organiza e mantem os princípios da autogestão, cooperativismo e democracia.

As EMES não são empresas que visam apenas à obtenção do lucro, entretanto, competem com as empresas capitalistas. O que se preza nas em-

presas de Economia Solidária é a valorização do ser humano; a dignificação do trabalho; a democracia e a preservação do meio ambiente e dos seres vivos.

Ao se tornar partícipe das EMES ou da ESPS não é apenas valorizar o mercado interno, nem a renda circulante, é estar consciente das ações demandadas e desenvolvidas pelo sistema capitalista e apoiar os atores que realizam ações que se opõem à opressão exercida pelo capital e a impregnação de um discurso controverso.

Nesta empreitada contra o sistema e a busca por um mundo equânime, as mulheres iniciaram alternativas de renda e de acesso a informações, e se tornaram um ícone de força e resistência na luta por um mundo mais justo e igualitário, contudo, sua inserção às esferas sociais, políticas e culturais foram marcadas por entraves e diariamente, lutas são travadas a fim de garantir a sua plena inserção. Assim, o desafio de quem se insere na economia solidária é cotidiano e é preciso se reinventar a fim de manter o empreendimento ativo, principalmente pelo fato que a competição é cada vez maior.

As mulheres e a economia solidária na Amazônia-Acreana

A busca pelo trabalho de maneira justa e igualitária; a obtenção de renda a partir de mão de obra não qualificada; a necessidade de encontrar-se em grupo; a possibilidade de trabalhar em casa e com os filhos, são alguns dos impulsionadores para que grupos de mulheres, viventes na Amazônia-acreana, desenvolvam suas atividades econômicas por meio da ECOSOL.

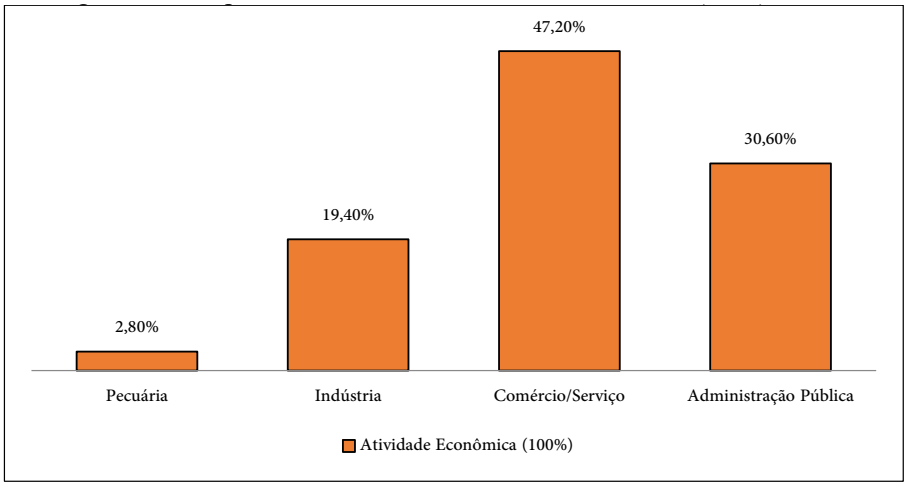
Compreende que a inserção das mulheres nas atividades solidárias se manifestou em Rio Branco em virtude do processo migratório ocasionado pelo Plano Agropecuário, desenvolvido na década de 1970. Contudo, ainda na atualidade o número de empreendimentos solidários tem aumentado significativamente, o que nos leva à reflexão dos novos fatores geradores dessa inserção.

A fim de compreender como se configuram as atividades desenvolvidas pela ECOSOL em Rio Branco, faz necessário compreender como se dá na atualidade os empregos formais e informais na capital acreana, vez que os empreendimentos de economia solidária como empresa econômica se fortalecem

em virtude da quantidade de desempregados, ou seja, dos que se encontram excluídos do sistema formal de emprego.

Rio Branco é a capital de um estado recente, com população estimada de 336.038 habitantes, dos quais 163.592 homens e 172.446 mulheres (IBGE, 2010); as principais atividades econômicas (Figura 3) estão distribuídas nas áreas da agropecuária, indústria, comércio/serviço e administração pública.

Figura 3- Principais atividades econômicas em Rio Branco (2013)



Fonte: Acre em Números. Adaptação: Suzanna Dourado da Silva (2020).

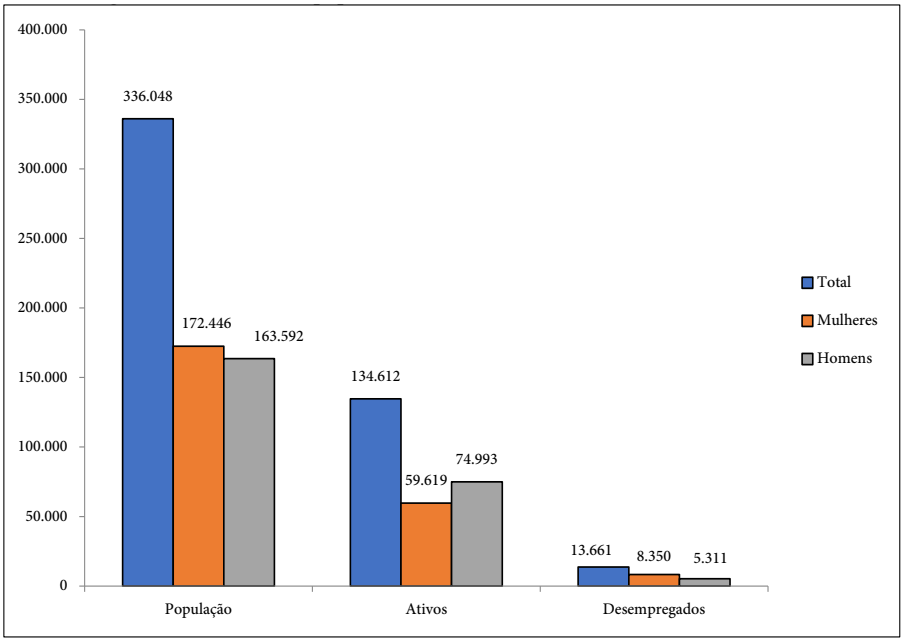
O comércio/serviços é a atividade que mais emprega em Rio Branco, considerados apenas os comércios e serviços formais. Os trabalhos formais no município, de acordo com a Organização Internacional do Trabalho – OIT representam o quantitativo de 79.508 postos de trabalho, no qual o comércio/serviços respondem por 37.528 postos. O quantitativo de trabalho informal é de 55.104, não especificados nos dados, quais são os segmentos; entretanto, a partir de análises locais junto aos dados de trabalhos informais do Microempreendedor Individual – MEI, compreende-se que tais postos são os destinados aos serviços domésticos, camelôs, feirantes, peões, pedreiros, lavadeiras, dentre outros.

Com referência à população economicamente ativa, em conformidade com a OIT, é de 134.612 mil, dos quais 125.966 estão na zona urbana e 8.646 na zona rural do município. Do total, constatou que 74.993 mil trabalhadores

do sexo masculino e 59.619 do feminino. Observa uma diferença de 15.374 trabalhadores homens em uma cidade que há uma predominância de mulheres, o que é possível observar na Figura 4.

Os dados apresentados na Figura 4 apresentam 44% de mulheres empregadas e 56% de homens. Se a contratação de homens e mulheres não fosse tão discrepante e, relação às atividades laborais, de acordo com o número de postos de trabalho disponíveis apresentado, seria de 69.069 para elas e 65.542 para eles.

Figura 4 - Quantitativo populacional de ativos e inativos em Rio Branco/AC



Fonte: Acre em Números (2013) e OIT (2014). Adaptação: Suzanna Dourado da Silva (2020).

Essa análise corrobora o defendido pelas estudiosas do gênero feminino, que traz que a inserção das mulheres no mundo mercadológico não ocorreu diante do reconhecimento de seus direitos e seus deveres por parte da sociedade de natureza patriarcal. Elas passaram a ser inseridas no mercado de trabalho diante da falta de mão de obra para cumprir com a demanda imposta pelo processo de globalização. A literatura feminista contemporânea ressalta que o processo de globalização favoreceu o emprego feminino, tanto nos países

ditos centrais como na periferia (Hirata, 2010), mas isso não significa que sua inserção seja correspondente ao que versa a legislação trabalhista.

Ao analisarmos o quantitativo de desemprego e empregos formais, não há como deixar de destacar que existe uma "benfeitoria" ao sexo masculino e uma preferência em sua contratação. Esta realidade não se faz presente apenas nesta capital ou no Brasil. No mundo, as mulheres ainda são as trabalhadoras que mais carecem de postos de trabalho e, se os possuem, são as que ganham menores salários e exercem atividades de maior precariedade (Antunez, 2011; Rossini, 1998).

Com fulcro nos dados por nós apresentados, notamos que a inserção das mulheres no trabalho formal ainda se desenvolve desigualmente, o que as leva a executarem atividades informais, a fim de garantir o sustento de suas famílias. Isso é percebido ao se fazer uma análise do quantitativo de mulheres que exerciam, no período analisado, as atividades de camelôs (60%), feirantes (73%), domésticas (97%)[1], e assim por diante. Estas ainda são as principais executoras de tais atividades. No tocante à atividade de Economia Solidária no município, ocupam aproximadamente 87% por empreendimentos, e são as principais responsáveis pelo sustento de seus eixos familiares.

A inserção das mulheres no mercado de trabalho ocorreu diante da escassez de mão de obra, ou melhor, mão de obra barata, conforme expõe Pero (2006, p. 129):

> No início dos anos de 1990 ocorreu uma quebra estrutural da relação emprego industrial-produto, em que o produto industrial passa a crescer com queda do emprego [...] o que se tem verificado nos anos de 1990, como contrapartida mais importante deste fenômeno, é o crescimento da informalidade – ou seja, da inserção no mundo do trabalho por conta-própria ou como empregado sem carteira de trabalho assinada.

Diante ao exposto, registra-se que esses empregos informais – trabalhos sem carteira assinada – ou mesmo sua inserção em tal quesito, as mulheres são as mais afetadas nesse processo, em razão de aceitarem atividades insalubres,

[1] Dados obtidos ao Cadastro Nacional de Microempreendedor Individual, com recorte espacial do munícipio de Rio Branco – Acre. Site: http://www.portalempreendedor.gov.br

com péssimas condições de trabalho e salários baixos, para ter como sobreviver e manter seu núcleo familiar.

As mulheres, apesar das adversidades colocadas pelo Estado, não desistem de suas famílias e travam embates por dias melhores, por isso prosseguem na luta por condições mais dignas para si e para as outras mulheres que se encontram na mesma situação. Nesta perspectiva, elucida Claval (2001, p. 118):

> A ideia de classe ampliou-se a todos os grupos de pessoas que ocupam posições análogas na pirâmide social [...] e que tomam consciência de sua especificidade, organizando-se para obter uma melhor remuneração [...]. Esta evolução é muito marcante nas sociedades no que concerne às mulheres, aos jovens e mesmo a certos grupos marginais como os homossexuais. Utilizando todos os meios a seu dispor, as manifestações de ruas, as pressões políticas e cada escrutínio, esforçam-se no sentido de fazer conhecer seus problemas e suas posições, e conseguem obter, do legislador e da opinião pública, solução para muitas reivindicações.

Os movimentos sociais dos excluídos de nossa sociedade adquirem uma visibilidade pois se articulam e passam a lutar juntos, em prol de justiça e igualdade, com isso se fortalece como grupo; as ações se tornam organizadas e se destacam. As mulheres compõem um grupo das minorias que, por não terem seus direitos garantidos e sua dignidade respeitada, se articularam e tornam-se visibilizadas.

Contudo, é imprescindível destacar que o fato de a mulher reivindicar sua autonomia, de conquistar constante seu empoderamento — com lutas, estratégias e habilidades —, sua relação com a família permanece inalterada. O fato de obterem direito de trabalhar nos espaços públicos não desconfigura a necessidade de cuidado e proteção que integram a vida de muitas. São elas as principais responsáveis pelo cuidado, proteção e provento do sustento. Essas são o arrimo da família, o eixo central. É necessário elucidar que o número de mulheres chefes de família tem aumentado significativamente (Melo; Sabbato, 2011) devido a inúmeras e distintas motivações.

De acordo com dados apresentados pelo IPEA (2017), as mulheres que chefiavam famílias aumentaram significativamente. A partir de 1995 até o ano de 2015, os números saltaram de 25% para 40%. Isto reforça a necessidade da

atuação feminina em atividades econômicas, o que aumenta sua responsabilidade para garantir o cuidado e a proteção dos seus familiares.

Diante do protagonismo das mulheres em Rio Branco, nosso trabalho procura analisar como ocorre esse processo de desenvolvimento econômico solidário a partir da perspectiva feminina, que durante tantos anos foi oprimida e que, em determinados segmentos, persiste ainda bastante discriminada.

O primeiro empreendimento econômico-solidário em Rio Branco – Acre

Diante da problemática das famílias desconstituídas de renda e de trabalho, o gestor no município, Jorge Kalume, inaugurou no dia 30 de julho de 1990 a Lavanderia Comunitária Maria Barbosa do Nascimento, no bairro Quinze. O projeto contribuiu para a melhoria das condições de trabalho das famílias que residiam nas mediações e que utilizavam das águas do rio Acre para exercerem essas atividades informais de grande relevância local.

A lavanderia comunitária foi o primeiro empreendimento com característica econômica solidária do munícipio, com a proposta de oferecer trabalho e possibilidade de ampliação de rendas às mulheres que se encontravam desassistidas social e economicamente.

O empreendimento foi idealizado para que mulheres que se assentaram nos bairros que seguem o percurso de rio pudessem ter novamente um trabalho com condições dignas, com acesso à água potável e de um maquinário que pudesse auxiliar na atividade.

A lavanderia do Bairro Quinze passou a funcionar solidariamente, ali não existe a relação patrão *versus* empregado, mas sim a partilha do espaço com demais mulheres que necessitavam e necessitam trabalhar para prover o sustento de suas famílias. Este foi o pilar de sustentação de diversas famílias.

O empreendimento encontra-se há 30 anos em atividade e atendeu mais de 300 famílias. Seu funcionamento se dá em base comunitária, por meio do regimento interno; são escolhidas três representantes que coordenam os trabalhos. É previsto no regimento uma escala de serviço para a manutenção e limpeza do espaço, bem como os direitos e os deveres que possuem para com àquele.

A possiblidade de trabalhar em um empreendimento como a Lavanderia Comunitária do bairro Quinze, não é apenas um meio de manter-se economicamente ativa, é uma possibilidade de crescimento pessoal enquanto indivíduo. As atividades exercidas ali não só permitem o crescimento econômico, mas também o pessoal. Trabalhar em casa, lavar roupa para fora é uma realidade. Já trabalhar em uma lavanderia comunitária é outra. Se tem o crescimento e o acréscimo de valores morais, respeito mútuo, crescimento pessoal na vida dessas mulheres.

Para além da melhoria das condições econômicas, a modalidade economia solidária objetiva o crescimento como um todo, dentro de uma perspectiva de valores, de posturas, de cidadania. Com isso, a configuração do trabalho e renda possibilitam mais do que uma relação de trabalho, consiste em apoio a autoestima dessas mulheres que perduraram para conseguirem alcançar o empoderamento tanto almejado.

O empoderamento feminino por meio da Economia Solidária

Entendemos que a atividade por meio da ECOSOL é o meio de obter ou complementar a renda das famílias, o que exige a necessária a união entre iguais para o fortalecimento do grupo. As mulheres realizam a confecção dos produtos nas sedes dos empreendimentos - que podem ser espaços alugados ou residências e fazem dali o local de trabalho - e comercializam, principalmente nas feiras de economia solidária que são organizadas pela Coordenadoria Municipal de Trabalho e Economia Solidária - COMTES em Rio Branco e pela Secretária de Pequenos Negócios - SEPN no interior do Acre.

Outro fator elucidado em nosso trabalho sobre a atuação feminina é quanto aos dados da antiga Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES, as mulheres são a maioria nos empreendimentos e, também, são elas que ocupam as posições de coordenação dos grupos. Em entrevista com Edna Paro, em Rio Branco, essa constatação se confirma como protagonismo frente à sociedade local:

> Dos empreendimentos que temos, eu não posso dizer que todos são liderados por mulheres, mas pelo menos uns 80% são. Elas são as mais ativas e

> que estão dispostas a realizarem todos os tipos de atividades, além de serem bem criativas. Eu já visitei muitas casas e percebo o quanto elas investem nas casas e na família. (Santos, Edna Maria Paro dos. Entrevista. [ago. 2016]).

Já destacamos que essa participação acentuada das mulheres nos ditos empregos informais, em razão do mercado de trabalho formal não as absorver devido a diversos fatores. A inclusão em atividade econômico-solidária, além de possibilitar o acesso à renda, reproduz um espaço de interação entre mulheres, o que as mantem mais resistentes aos intervenientes produzidos pelo poder público, que as excluí de diversos segmentos, notadamente o social, político e econômico.

A busca pela renda e o convívio entre as mulheres é o que faz a ECOSOL se manter como "válvula de escape" nos períodos de grandes crises econômicas no país. A fim de melhor compreender o fato renda das partícipes (Figura 5), a qual nos traz uma análise do quantitativo obtido nas feiras de economia solidária em Rio Branco.

A média calculada se estabelece em[2] R$ 870,00 nas feiras da cidade mencionada, onde apenas quatro dos 10 empreendimentos pesquisados alcançam à média. Diante do demonstrado, percebemos que não há um retorno rentável que possa competir com o mercado formal, que hoje estabelece o salário mínimo em torno de R$ 1.045,00. Duas das entrevistadas recebem bolsa família, ou seja, se encontram em situação de vulnerabilidade social. Outras duas não possuem outra renda e as outras seis delas vivem de renda dos trabalhos formais (salário e aposentadoria) próprios e/ou dos familiares.

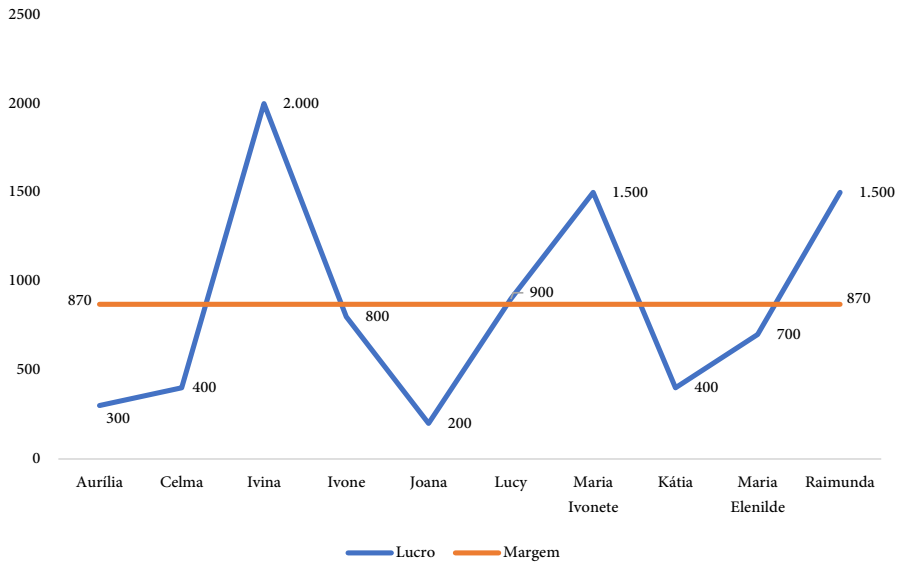
Em análise dos resultados obtidos com a ECOSOL, esta supera dois bilhões anualmente, de acordo com os dados da SEPN e COMTES. No ano de 2016, o primeiro bimestre encerrou sua receita com R$ 1.109.186,00 no Acre e R$ 873.146,00 em Rio Branco, de acordo com estatística da SEPN (2016). O montante do Estado, juntamente com a quantidade de empreendimentos, apresenta média dos EES de R$ 3.252,74, e ao considerarmos que o grupo possui uma média de quatro pessoas, o valor *per capita*[3] é R$ 813,18 nas atividades econômicas solidárias no Acre.

---

[2] Média calculada a partir da somatória dos ganhos individuais informados pelas pesquisadas e dividido pelo quantitativo de empreendimentos.

[3] Média calculada do ganho dos empreendimentos, informados à SEPN e dividido pelo quantitativo de membros do grupo.

Figura 5 - Renda obtida com a ECOSOL



Fonte: Dados de Campo. Suzanna Dourado da Silva (2015).

Constatamos aqui que a inserção nos empreendimentos de economia solidária não é uma fuga dos empregos formais, mas sim uma alternativa pela não inserção nestes. A alta taxa de desemprego, de problemas na economia brasileira, a alternativa consiste na busca por empreender solidariamente entre os iguais. Mas quanto essa ação deixa de ser uma alternativa de renda e passa a ser uma filosofia de vida?

Com base nas entrevistas, verificamos que muitas das mulheres rio-branquenses possuíam problemas de saúde e financeiros. A inclusão em um grupo feminino trouxe-lhes uma renda (mesmo que pequena) e a atividade diária em contato com outras de seu círculo social e que compartilham da mesma problemática, as fortalece e as modificam enquanto seres humanos. O fortalecimento em conjunto; as conversas; o sair de casa para produzir, acarretou mudanças significativas para elas. A senhora Raimunda da Silva Barbosa (2015) pondera que foi por meio das atividades com a ECOSOL que ela curou uma depressão. Percebemos que a questão destas atividades não é só renda! É para além disso, pois incorporam uma série de valores, os quais proporcionam dignidade.

A partir da pesquisa constatamos que a ECOSOL em Rio Branco se torna um mecanismo de ação para que essas mulheres invisibilizadas alcancem o empoderamento feminino. Seja este por meio da renda alcançada, ou pela inserção em um grupo que acolhem e buscam por meio de ação coletiva o crescimento de cada participante do grupo, assim como da comunidade na qual estão inseridas.

Mediante a isso, objetivou-se a busca por fomentar espaços nos quais as consideradas "subalternas" pudessem ecoar suas vozes, memórias e trajetórias. Spivak (2010), Guérin (2005), Saffioti (2004) e várias outras priorizam dar voz, ou criar mecanismos que propaguem as vozes dessas mulheres, nossa investigação adquiriu vez e voz! A luta diária pela conquista do espaço público, pela sua liberdade, por suas vidas, é o que motivam nosso trabalho a sair do espaço acadêmico e tentar conquistar espaços nas ruas, junto a milhares de mulheres subalternas.

A busca pelo empoderamento feminino é um dos principais objetivos das lutas das mulheres. O termo é uma referência à palavra inglesa *empowerment* e que tem como significado a autonomia de sua vida, a liberdade do seu corpo e mente. É a procura de emancipação daqueles que sempre foram subalternizados, tanto pelos homens quanto pela história. É o grito de liberdade e para conseguir alcançar o tão almejado empoderamento, faz necessário obter a *autonomia do corpo* (físico, psíquico e espiritual), *autonomia financeira* (econômica e política) e *autonomia cognitiva* (intelectual, social e cultural).

O tripé de autonomia ora apresentado possibilita a inclusão feminina no rol de "mulheres empoderadas". Esta definição não significa dizer que em todos os segmentos apresentados estarão no ápice do sucesso, mas todas passam a compreender os seus papéis dentro da sociedade e se tornam desenvolvedoras de ações em busca da inclusão social, não apenas a sua, mas de toda a comunidade.

Na ocasião em que a ONU Mulheres aderiu o fator renda para o alcance do empoderamento feminino, pensou-se na base do tripé, na qual a mulher não poderia obter autonomia do corpo e nem a cognitiva se o fator financeiro a deixava presa ao que lhe oprimia. Diante da necessidade da obtenção de

renda, principalmente para a classe mais pobre do nosso país, é que as ações da ECOSOL se estabeleceram e oportunizaram a busca pelo empoderamento feminino. Neste sentido, Rosimar Menezes Nunes (Rosa), relata:

> Tenho vinte anos que trabalho aqui. Vim do interior pra cá sem nada. Eu gosto de trabalhar aqui. Maninha, ó.... a gente as vezes tem outra renda também mas só que ela não dá né. Então pra gente ajudar um filho da gente, a gente tem que ter outra também né. Outro trabalho lá. Então aqui foi, até porque ajudou muito no caso da minha filha, né. Que ela fez pedagogia, né. Hoje é professora ela. Pois é. Então se eu não tivesse trabalhando aqui eu acho que não tinha conseguido ajudar ela, porque ela não tinha emprego também, né. Hoje ela já tá, né. (Nunes, Rosimar Menezes. Junho de 2015).

O adquirido com a renda da ECOSOL possibilitou que a senhora Rosimar Nunes cuidasse dos filhos, inclusive que sua filha obtivesse formação acadêmica. A situação dela como lavadeira é bem parecida com a de outras mulheres participantes da ECOSOL dos demais segmentos, que são em sua grande maioria chefes de família, pobres, sem instrução e procedentes do interior do Acre.

No que abrange a Marilda Monteiro de Oliveira, cooperada do Mulheres Arte de Vencer - MAV, é mais uma dentre milhares de brasileiras que não possuíam trabalho, renda e perspectiva de vida. Marilda (2016) nos relata que a vida sempre foi difícil e que não imaginava um dia mudar essa situação por meio do trabalho realizado com suas mãos. A possibilidade de ingressar em um grupo que lhe acolheu e ensinou o trabalho como artesã, elevou sua autoestima.

Entendemos que a relação que essas mulheres desenvolvem por meio da articulação do grupo e passam a desempenhar seus papeis dentro da comunidade, (re)configuram suas espacialidades e se tornam propagadoras do processo de mudança e partícipe da sociedade rio-branquense, onde realizam reinvindicações junto aos fóruns e conferências da mulher, étnico-racial, educação, saúde, meio ambiente e outros.

A inter-relação entre os viventes dessa terra, bem como a simbiose que possuem com a terra, elucidam a necessidade do trabalho coletivo. É para cuidar deste Planeta e de todos os seres vivos que se faz necessária à união entre todos. De acordo com Hannah Arendt (2016[1958], p. 27):

> Todas as atividades humanas são condicionadas pelo fato de que os homens vivem juntos, mas a ação é a única que não pode sequer ser imaginada fora da sociedade dos homens. A atividade do trabalho não requer a presença de outros, mas um ser que trabalhasse em completa solidão não seria humano, e sim um *animal laborans* no sentindo mais literal da expressão.

A autora exemplifica a questão social do ser humano, em que este necessita do convívio e do crescimento coletivo, vez que é gregário. As ações desenvolvidas, se compartilhadas, possuem uma dimensão mais significativa para todos os envolvidos. É mais prazeroso aos que executam e tem maior força devido à existência da necessidade de reivindicar ações frente aos opositores.

Em Rio Branco, por meio da articulação de grupos que atuam com a ECOSOL, existe a formação cidadã, em que o objetivo é a inclusão das mulheres nas discussões nos fóruns e conferências (educação, cultura, turismo, lazer, igualdade racial, e etc.). A inserção das mulheres em tais espaços representa como uma comunidade que imbricou o sentimento de pertencimento do lugar, revive as memórias e tradições de seus povos, (re)significa espacialidades que foram excluídas pelos interesses do capital.

A ECOSOL se tornou uma manifestação da liberdade que as mulheres tanto almejaram. Enquanto o poder público não as atender de modo equânime, elas continuam a dar as mãos e reivindicar por suas inserções políticas, econômicas, sociais, ambientais e culturais!

Consideramos que o empoderamento feminino aqui questionado não se realiza individualmente, e é por tal sentido que o grupo de mulheres da ECOSOL se fortifica e se propaga cada vez mais, até que todas elas de Rio Branco estejam inseridas nos segmentos sociais, políticos, culturais e econômicos do município, a contribuir com suas ações para o desenvolvimento local.

Considerações finais

Pensar na Economia Solidária em Rio Branco como um mecanismo de resistência de mulheres por meio de práticas espaciais por meio do associativismo e cooperativismos é um dos meios de compreensão de como ocorre seu funcionamento. Para além, tem-se a análise de que a ECOSOL não surgiu a partir da conscientização do ser humano em maneiras mais justas das relações comerciais. Ela emerge da necessidade de manter-se economicamente ativo, em virtude do mundo capitalista os excluir dessa possibilidade. A luta pela sobrevivência e a compreensão de que juntos somos mais fortes fez com que a Economia Solidária conquistasse adeptos em todo o mundo, com objetivos de lutar com a bandeira da igualdade, preservar comunidades, e valorizar os sujeitos e o meio ambiente.

Dentro desta prerrogativa, analisa-se que os resultados apontam que o empreendimento econômico solidário na vida das mulheres da Amazônia-acreana, no município de Rio Branco, foi à possibilidade de inserção no mercado de trabalho, a fim de obtenção de autonomia financeira. As iniciativas associativas obtiveram força no município e conseguem aderir cada vez mais novos adeptos para gerir o mundo, na perspectiva de viver em um mundo onde a economia é justa e solidária. Mediante ao novo cenário, políticas públicas que visam o fortalecimento das associações e cooperativas passam a ser debatidas com a finalidade de oportunizar melhores condições de trabalho que cunho solidário.

Todavia, muitos caminhos precisam ser seguidos para que outro modo de organização se concretize, e políticas públicas precisam ser desempenhadas para que a economia solidária seja de fato exercida, além da ampliação de projetos solidários para dar maior visibilidade a estas mulheres e do seu papel na economia formal, quanto na informal do estado. Outro fator necessário é a informação e compreensão do que é a economia solidária por parte da sociedade, visto que são atores envolvidos no mencionado processo, logo, precisam tornar-se conscientes e aderir ao que se propõe a ECOSOL.

Assim, aponta-se a necessidade de estratégias e propostas por parte dos agentes envolvidos para que haja uma discussão sobre sua importância para

as esferas econômicas, sociais e culturais. Enfatiza-se que demais pesquisas em diversas áreas do conhecimento devem ser elaboradas para que tenhamos maior entendimento do universo da ECOSOL no município, tanto na área urbana quanto na rural e expandir essas investigações para o Estado, a fim de que se elaborem políticas públicas voltadas às atividades ligadas com a Economia Solidária e com a atuação feminina frente ao mercado de trabalho.

Referências

ACRE, Governo do Estado. Secretaria de Estado de Planejamento. **Acre em Números 2013**. Rio Branco: Governo do Estado do Acre/SEPLAN, 2013.

ANTUNEZ, C. Pobreza, género y mercado de trabajo. *In*: **Autonomia econômica e empoderamento da mulher**: Textos Acadêmicos. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011. p.21-41. Disponível em: http://funag.gov.br/biblioteca/download/840-_Autonomia_Economica_e_Empoderamento_da_Mulher_%C3%BB_Textos_Academicos.pdf. Acessado em 10 jan 2021.

ARENDT, H. **A condição humana**. 12. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2016.

ARROYO, J. C. T; SCHUCH, F. C. **Economia Popular Solidária**: Alavanca para um desenvolvimento sustentável. São Paulo: Perseu Abramo, 2006.

BARBOSA, R. S. **Entrevista**. Rio Branco, 2015.

CAPEL, H. **Filosofía** y ciência em **la Geografía contemporánea**. Una introducción a la Geografia. (Nova edição ampliada). Barcelona: Ediciones del Serbal, 2012 [1981].

CLAVAL, P. **A geografia cultural**. 2. ed. Florianópolis: EdUFSC, 2001.

CLAVAL, P. Geografia Econômica e Economia. **GeoTextos**, v.1, n.1, 2005. p. 11-27. Disponível em https://portalseer.ufba.br/index.php/geotextos/article/view/3028/2132. Acessado em 05 mar 2021.

CLAVAL, P. **Terra dos homens**: a Geografia. São Paulo: Contexto, 2010.

CUADRADO-ROURA, J.R. És tan "nueva" la "Nueva Geografía Económica"? Sus aportaciones, sus límites y su relación con las políticas. **Revista EURE**, v. 40, n.º 120, mayo 2014, p.5-28. Disponível em https://scielo.conicyt.cl/pdf/eure/v40n120/art01.pdf. Acessado em 10 jan 2021.

DORNBUSCH, R.; FISCHER, S.; BEGG, D. **Introdução à Economia**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

GUÉRIN, I. **As mulheres e a economia solidária**. São Paulo: Loyola, 2005.

HIRATA, H. Emprego, responsabilidades familiares e obstáculos socioculturais à igualdade de gênero na Economia. **Revista do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero**. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, dezembro de 2010. p. 45-50.

HIRATA, H.; ZARIFIAN, P. Trabalho (conceito de). In: HIRATA, H. *et. al.* **Dicionário Crítico do feminismo.** Org. São Paulo: EdUNESP, 2009 [2000].

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Estudo mostra desigualdades de gênero e raça em 20 anos. **Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça**. IPEA, 2017. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/retrato. Acessado em 05 jan 2021.

KERGOAT, D. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: EMÍLIO, M.; TEIXEIRA, M.; NOBRE, M.; GODINHO, T. (Orgs.).

Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafios para as Políticas Públicas. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2003.

MEDEIROS, L.F. Recordações de uma operária têxtil do Rio de Janeiro. In: HAHNER, J.E. **Emancipação do sexo feminino**: A luta pelos direitos da mulher no Brasil, 1850-1940. Florianópolis: Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

MELO, H. P; SABBATO, A. Divisão Sexual do Trabalho e Pobreza. In: **Autonomia Econômica e Empoderamento da Mulher**: Textos Acadêmicos. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011. p.53-76. Disponível em: http://funag.gov.br/biblioteca/download/840-_Autonomia_Economica_e_Empoderamento_da_Mulher_%C3%BB_Textos_Academicos.pdf. Acessado em 10 jan 2021.

MORAIS, C. S. **Elementos de teoria da organização**. 1.reimp. Brasília: IATTERMUND, 2002.

NUNES, R. M. **Entrevista**. Rio Branco, 2015.

OLIVEIRA, M. M. **Entrevista**. Rio Branco, 2016.

PERO, V. Duração do (des)emprego formal e mobilidade ocupacional. In: GUIMARÃES, N. A; HIRATA, H. **Desemprego**. Trajetórias, Identidades, Mobilizações. São Paulo: SENAC, 2006.

PERROT, M. **Os excluídos da história**: operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

ROSSINI, R.E. As geografias da modernidade – Geografia e Gênero – mulher, trabalho e família. O exemplo da área de Ribeirão Preto. **Revista do Departamento de Geografia**, n.º 12, p. 7-26, 1998. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/rdg/article/view/53732/57695. Acessado em 15 jan 2021.

SAFFIOTI, H.I.B. **Gênero, patriarcado, violência.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. – (Coleção Brasil Urgente).

SANTOS, E. M. P. **Entrevista**. Rio Branco, 2016.

SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova**: da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica. 6.ed., 2. reimpr. – São Paulo: EdUSP, 2012[1978].

SEPN – Secretaria de Estado de Pequenos Negócios do Estado do Acre. **Relatório Anual**. Rio Branco: SPEN, 2016.

SINGER, P. Economia solidária: Um modo de produção e distribuição. In: SINGER, P.; SOUZA, A. R. (Orgs.) **A economia solidária no Brasil:** a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000. p.11-28.

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária**. 2.ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2010[2002].

SPIVAK, G. C. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: EdUFMG, 2010.

STEIN, E. Introducción a la filosofía. In: STEIN, E. **Obras Completas, II** – Escritos filosóficos – Etapa fenomenológica. Madrid: Editorial de Espiritualidad, 2005a [1921].

STEIN, E. **La estrutura de la persona humana.** Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 2007[1932-1933].

STEIN, E. Sobre el problema de la empatía. In: STEIN, E. **Obras Completas, II** – Escritos filosóficos – Etapa fenomenológica. Madrid: Editorial de Espiritualidad, 2005b [1917].

MULHERES EM RESISTÊNCIA: ECOFEMINISMO COMO ENFRENTAMENTO

Larissa Zuim Matarésio

Maria das Graças Silva Nascimento Silva

Introdução

O processo de colonização brasileira não tentou replicar um sistema feudal, ele estabeleceu uma economia colonial dependente, no qual a maior riqueza era a acumulação do trabalho. Para os trabalhadores isso representou a instauração da fome. Atualmente, até nas áreas mais férteis da América Latina, da África, da Ásia, a desnutrição é endêmica, por causa da destruição da posse comum da terra (Federici, 2018).

A posse da terra continua sendo de vital importância na economia mundial, especialmente a brasileira. De acordo com o Instituto de Proteção da Amazônia (IPAM), a grilagem de terras é a principal forma de barganha político-administrativa e eleitoral no Brasil, monopolizando o acesso a diversos fundos públicos. Essa questão ajuda a compreender o quão essencial foi a escravidão e a privatização da terra para a história do capitalismo e seus reflexos para a cultura familiar e a estruturação do patriarcado e porque, periódica, mas sistematicamente, sempre que o sistema capitalista se vê ameaçado por uma crise econômica, a classe capitalista tem que pôr em marcha um processo de "acumulação primitiva", isto é, um processo de colonização e escravidão em grande escala.

Então, se com a exploração latifundiária do capitalismo, iniciada pelos cercamentos de terras na Idade Média, aprofundada durante a colonização e expansão da industrialização, em que a terra deixa de ser um bem comum, para se tornar gradativamente um bem privado, o que é estabelecido é a falta de terras para pessoas "comuns" plantarem e viverem. E a lógica é que outro bem deve existir para substituir esse bem comum,

e aí entra a mulher (Federici, 2018). Depois de séculos passando por um processo de rebaixamento, em que cada vez mais direitos de acesso às terras lhe eram negados, impossibilitando que as mulheres tivessem seu próprio capital, criando condições materiais para a sua sujeição aos homens e para a apropriação de seu trabalho, inclusive o reprodutivo (Federici, 2018), as mulheres se veem em pleno século XXI escravas de um sistema patriarcal neoliberal em que o capital está acima da vida, ainda mais se ela for a vida de uma mulher.

Em 2018, relatório da Fundação Walking Free constatou que no índice global de escravidão, 71% das vítimas da escravidão moderna são mulheres, um total de mais de 15 milhões, sendo que os piores índices estão na produção de elétricos, vestimentas, peixes, cacau, cana de açúcar e, no Brasil, o gado. Entender esses dados para além do que apenas números, faz parte da construção do saber sobre determinado espaço. Por essa estatística, dentre outros fatores, é possível entender por que as articulações políticas femininas, especialmente no campo, são tão difíceis. As mulheres são coagidas, são escravizadas, são colocadas à venda como os produtos que são obrigadas a produzirem.

Por essas perspectivas, os signos espaciais produzidos pelas mulheres são importantes para dentro de seu contexto territorial, entendendo onde habitam e porque lutam, em oposição ao sistema vigente que as exploram e invisibilizam. O que significa que, a partir da experiência vivida com as mulheres é possível compreender como o ser humano pode ser o sujeito construtor de um mundo ordenado de objetos de acordo com sua cultura, seja assentado em símbolos da presença, seja assentado em símbolos da ausência. Se o mundo é ordenado desta ou de outra forma, para analisá-lo é preciso compreendê-lo enquanto mundo da experiência, enquanto espaço que pode ser garantido a partir da leitura do mundo vivido e percebido. Desse modo, espaço não somente conceitual, mas como campo sígnico que não nega o racional, mas deixa de ser pura objetividade para se transformar em subjetividade histórica, segundo o qual, a cultura pode explicá-lo, de modo a dar condições aos homens e às mulheres se moverem e serem capazes de alcançar uma realidade que lhes é exterior, sem anular o que lhes é interior, ou como coloca Doreen Massey:

> Compreendermos o espaço como a esfera da possibilidade da existência da multiplicidade, no sentido da pluralidade contemporânea, como esfera na qual, distintas trajetórias coexistem; como a esfera, portanto da coexistência da heterogeneidade. Sem espaço não há multiplicidade; sem multiplicidade não há espaço. Se espaço é, sem dúvida, o produto de inter-relações, então deve estar baseado na existência da pluralidade. (2009, p. 29)

Com todas essas multiplicidades no espaço que inferem na vida feminina, e a sua espacialidade própria, não é por menos que existam tantas mulheres querendo romper com o sistema e que os movimentos sociais sejam encabeçados e tenham tanta força feminina engajada na luta pela sustentabilidade e por uma vida melhor.

Feminismo latino-americano

O que se entende hoje por Sul Global da América Latina tem um entronque colonialista por conta do processo histórico de colonização da terra e dos povos originários que ainda perduram no pensamento e na reprodução da vida e da economia existentes atualmente. Isso tem a ver também com a produção e comercialização das riquezas naturais desses países. Desde o período colonial, as novas terras serviram de fonte de recursos ambientais e alimentícios. Tal comércio perdura na economia atual, já que América Latina, incluindo Brasil, são basicamente exportadores de matéria-prima, como minérios, água e comida, enquanto os países do Norte é que encabeçam a produção tecnológica industrial.

Os novos movimentos feministas vão discutir que esses modelos de desenvolvimento têm consequências específicas sobre as mulheres.

> Pode-se dizer que as questões tratadas hoje em dia pelo feminismo, para além das reivindicações de igualdade nos espaços públicos e das questões relativas à esfera privada – família, sexualidade –, estão, justamente, na imbricação desses diversos processos de opressão, na redefinição da existência de uma articulação entre as esferas do público e do privado, levando em consideração as diferentes formas como os mecanismos de dominação operam em cada situação. (Siliprandi, 2015, p. 44)

E por outro lado, o ecofeminismo surge dentro desse movimento para dizer que as mulheres também querem ter voz, que elas não sofrem caladas, elas vão se organizar, fazer propostas, dentre elas a ecologia, e lutarão para derrubar o modelo vigente.

Então elas fazem, ao mesmo tempo, uma crítica ao patriarcado e ao capitalismo, em particular com a sua faceta neoliberal. As mulheres se organizam para denunciar a destruição do ambiente natural e o modelo implantado no Brasil e a opressão sobre as mulheres, especialmente as mulheres dos campos, das águas, dos movimentos. É o reconhecimento de outras problemáticas para além de classe e gênero, um olhar pelas interseccionalidades.

Ecofeminismo

O ecofeminismo é formado por alguns princípios, fazendo um paralelismo da forma como se dá a opressão das mulheres e a exploração da natureza; como o espaço natural é feminilizado; resgatando uma ética do cuidado ambiental; fazendo uma crítica aos sistemas de dominação, às hierarquias e ao desenvolvimento ao serviço da acumulação e do lucro.

Quando se fala na feminização da natureza, pode-se relacionar os termos conhecidos que falam da natureza no feminino (a mãe natureza, por exemplo), enquanto o mundo urbano, industrial, são atribuições que correspondem ao masculino. Por esse viés, tem-se a ideia de que a natureza é uma "coisa", que pode ser usada pela humanidade, no caso, pelo capitalismo, para a geração de lucro e isso seria uma justificação para qualquer ação, já que esse sistema considera que o lucro é a melhor forma de organização da sociedade, que vai gerar a felicidade, ou o que se acredita como felicidade no mundo capitalista da acumulação de bens e capital.

Por outro lado, o ecofeminismo resgata uma ética ambiental de cuidados, juntamente com a economia feminista que critica todos esses sistemas de dominação compostos por hierarquizações, incluindo a da humanidade sobre a natureza e todos os outros seres, porque reconhece que os humanos são ecodependentes, ao contrário do que o patriarcado apregoa,

no qual o ser superior independe do ele considera como inferior. O ecofeminismo vem com o pensamento de que não há humanidade sem a natureza, ela é natureza, portanto, o respeito é elemento base para a sobrevivência no mundo. Ele critica a tecnologia e a visão do conhecimento que estão pura e exclusivamente a serviço do lucro.

Uma das vertentes do ecofeminismo é o Ecofeminismo comunitário e pós-colonial, que surge da organização das mulheres do chamado sul-global, da América Latina, das comunidades indígenas, que critica o colonialismo, inclusive o colonialismo do pensamento. Essas mulheres, que são de uma realidade específica, reivindicam o direito de poderem pensar e tomar as próprias decisões a partir de suas vivências, especificidades, experiências corporificadas, pensando um feminismo ecológico que se enquadre dentro de seus próprios valores, não um feminismo engessado e não representativo. São realidades complexas e múltiplas que possuem características próprias e necessitam de um enquadramento social, geográfico, étnico, ideológico para suas realidades, porque existe uma grande diferença do que é o feminismo para as mulheres brancas, da cidade, escolarizadas. Pois:

> as mulheres de diferentes comunidades estabelecem estratégias discursivas organizadas por seus grupos sociais étnicos de acordo com padrões que são valorados na constituição da história de sua comunidade, a partir de gerações de mulheres. Assim, tal como Bonfim (2013) argumenta, essas mulheres reconhecem o pertencimento a uma determinada ancestralidade, de acordo com o estatuto da comunidade, em um dado momento histórico e espacial.
>
> A transmissão de saberes em comunidades amazônicas, por meio da oralidade é um importante aspecto a ser considerado no empoderamento feminino e na forma como as mulheres conseguem manter suas tradições religiosas, de saberes de fabricação artesanal, de plantio e do funcionamento da natureza. (Silva et al., 2017, p. 240)

Mas existe aqui uma diferença entre esse ecofeminismo do ecofeminismo puramente essencialista, que também teve seu papel nessa importante constru-

ção entre feminismo e ecologia, mas que sozinho não abarca o conjunto de reivindicações dessa vertente. O ecofeminismo essencialista ou espiritualista, como o de Vandana Shiva, remete a uma ideia de que se você nasceu homem ou nasceu mulher, você carrega consigo uma essência feminina ou masculina, que nunca vai mudar e que essa essência deve se desenvolver plenamente. Nesse sentido, o feminino é em si a natureza, a gestação, a correlação com os elementos naturais em sua forma mais pura. Já na corrente brasileira da Teologia Ecofeminista, que vem da Teologia da Libertação, Ivone Gebara, mesmo dentro de uma visão religiosa, amplifica o olhar da sua teoria para o que seria uma ecojustiça.

> Nessa perspectiva, o discurso teológico, especialmente dos últimos 25 anos se concentrou em torno da justiça social a partir de uma análise econômica e situada na herança colonial do continente latino-americano. Hoje ocorre nova virada não só introduzida pelo feminismo, mas pela situação da Terra. Reconhecemos que o destino de oprimidos(as) está intimamente ligado ao destino deste planeta vivo, vulnerável aos comportamentos destrutivos da humanidade. Por isso, falar de justiça social implica falar de ecojustiça e impõe uma mudança nos discursos e práticas oficiais das igrejas. (Gebara, 1997, p. 19)

A mudança nos discursos deve abranger o reconhecimento do gênero de forma não binária, até porque, a divisão de gênero binária não combina com a pluralidade existente na humanidade, não há uma essência feminina, ser mulher é uma construção social, como coloca Beauvoir; as estruturas econômicas, sociais, hierárquicas é que vão dando tônus ao papel de gênero.

> El feminismo mostró desde temprano que uno de los mecanismos de legitimación del patriarcado era la naturalización de la Mujer. En el Segundo Sexo, Simone de Beauvoir denuncia la exclusión de las mujeres del mundo de lo público realizada a través de la conceptualizació de la Mujer como Alteridad, como Naturaleza, como Vida Cíclica casi inconsciente, por parte del Hombre (váron) que se reservaba los beneficios de la civilización. El famoso "no se nace mujer, se llega a serlo" beauvoireano es una denuncia del carácter cultural, construído, de los estereotipos femeninos y, al mismo tiempo, un alegato en favor del reconocimiento del derecho de las mujeres, en tanto seres humanos

> portadores de un proyecto existencial, a acceder al mundo de la Cultura del que fuimos injustamente excluidas. Los feminismos liberal, socialista y radical de principios de los años setenta recogerán esta reivindicación consiguiendo romper, al menos en gran parte, la prisión doméstica en la que se hallaban encerradas las mujeres de la época. (Puleo, 2002, p. 37)

É necessário romper com a ideia de que existem papéis específicos a serem desempenhados por mulheres e homens em sua relação com a natureza. A mesma mulher que cuida da casa, também planta, colhe, pesca, constrói cidades, gesta, cuida, e acima de tudo, luta. É uma outra forma de ser mulher que não compactua com essa construção do papel de gênero essencialista, mas que sim, existe uma construção social desse papel feminino. A própria Gebara relata:

> [...] foi na convivência que percebi a conexão entre a escravidão econômica e social das mulheres e a escravidão da terra nas mãos de poucos latifundiários. Essa escravidão também atinge os homens, mas elas parecem suportá-la em dose dupla por viverem em seu corpo e história as consequências de uma organização social que sempre privilegia os homens e deixa sobre ombros femininos o encargo dos filhos. Percebi, sobretudo nas periferias urbanas, que são as mulheres as responsáveis por levar crianças adoentadas para os postos de saúde e enfrentar longas filas à espera do atendimento. São elas que se angustiam atrás dos remédios vivendo uma via-sacra em busca dos recursos necessários para salvar as vidas que lhe são confiadas. São elas as primeiras a buscar alternativas para melhorar a qualidade do ar e da água através de reivindicações públicas, organizando mutirões para a limpeza dos bairros e tantas pequenas iniciativas a fim de garantir um mínimo de condições de salubridade para a vida da família. [...] Mulheres, crianças, populações de origem africana e indígena são as primeiras vítimas, as primeiras a serem excluídas dos bens produzidos pela Terra. São elas que ocupam os lugares mais ameaçados do ecossistema. São elas que vivem mais fortemente no corpo as ameaças de morte que o desequilíbrio ecológico produzidos pelos "outros" lhes impõe. (Gebara, 1997, p. 16, grifo nosso)

Góes, Schaefer e Gemaque mencionam que dentre as situações de conflito nas relações entre homens e mulheres que caracterizam a diferença social dentro da sociedade. Para as autoras,

> A diferença social do que é ser homem ou mulher é um papel determinado pela sociedade, que historicamente é reforçado pelos laços fortes que o patriarcado ainda exerce, ainda que mudanças e rupturas estejam ocorrendo na atualidade, o sexo masculino continua privilegiado, principalmente quando se trata de questões referentes ao meio rural, em que o direito maior cabe ao homem, por ser considerado o "chefe da família". (Góes; Schaefer; Gemaque, 2015, p. 23).

No atual sistema capitalista patriarcal, no qual, a divisão sexual do trabalho continua forte e bem estabelecida, o patriarcado, como resume a autora Saffioti (p. 44): "é o regime da dominação-exploração das mulheres pelos homens". Nesse sistema, tanto o trabalho doméstico e familiar realizado principalmente pelas mulheres, quanto a natureza, são explorados e invisibilizados, apesar de serem indispensáveis para a sobrevivência humana.

Mas, na luta pela terra, pela água, pelo acesso à saúde e à educação, as mulheres são frente de luta e representação. Elas demonstram força onde lhes é pedido complacência. O principal aliado contra esse sistema opressor e violento é o feminismo. O movimento feminista é um movimento social e uma teoria política que reivindica a igualdade e o respeito, independente do sexo biológico, da identidade de gênero ou orientação sexual das pessoas, por meio de ações que prezam a equidade e a divisão justa do trabalho doméstico e familiar.

E assim, o ecofeminismo busca entender as origens da crise ambiental e suas conexões com os mecanismos de opressão vigentes nas sociedades, e principalmente como a destruição da natureza impacta a vida das mulheres. Nessa linha, estabelece novas bases de articulação entre o feminismo e outras lutas sociais, como a busca pela soberania alimentar e a agroecologia.

A agroecologia como uma forma de manejo sustentável que aplica conhecimentos tradicionais e científicos para produzir alimentos saudáveis, in-

vestindo na diversidade durante o plantio, no manejo do solo, no controle biológico e nas sementes crioulas (MST, 2020), vem se apresentando como uma estratégia de base para movimentos sociais na busca pela soberania alimentar. As mulheres, sendo as principais responsáveis pelos cuidados com a alimentação mundial, são as defensoras deste modelo para alcançar a soberania alimentar, e o ecofeminismo e sua compreensão entre impacto na vida das mulheres e destruição da natureza colaboram para o pensamento crítico e a realização de mudanças estruturais que surgem dos movimentos de mulheres. Os movimentos de mulheres, em especial as campesinas e agricultoras são um ato de resistência permanente contra o modelo capitalista e patriarcal, que impõe um sistema hegemônico, que depreda o meio ambiente, o modelo alimentar e explora os seres subalternizados. A autora Forés (2012) ressalta que:

> Desde la universalización de esa mirada afectiva del mundo, de la conexión con las emociones, podemos definir el trabajo como una práctica de creación y recreación de la vida y de las relaciones humanas, desarrollándose desde la colaboración y cooperación con la naturaleza y el resto de seres. Podemos aplicar un enfoque agroecológico, que recupere la función principal de la agricultura de alimentar a las personas, cuyo objetivo sea la satisfacción de las necesidades, donde los roles de mujeres y hombres se intercambien y desaparezcan, y desde donde construir una alternativa integral al actual sistema agroalimentario mundial: la Soberanía Alimentaria. (Forés, 2012, p. 23)

Movimentos de mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), da Via Campesina, do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), do Movimento de Mulheres Agricultoras, do Movimento de Trabalhadores Sem-Terra (MST), Movimento dos Atingidos por Barragens, só para citar alguns no Brasil, assumem o protagonismo na luta pela soberania alimentar, discutindo sobre sustentabilidade, práticas agroecológicas, e de consumo sustentável. Elas estão em múltiplos espaços, garantindo a visibilidade de seus trabalhos, se organizando e lutando diariamente. Elas estão na produção

de alimentos, no resgate e conservação das sementes crioulas, nos processos de resistência de seus territórios, e no cuidado com a alimentação.

As principais estratégias ecofeministas dos movimentos de mulheres do campo e da cidade se estabelecem pela relação entre o mundo mediado e o mundo vivido por essas mulheres, já que as experiências territoriais e culturais influem nos modos de (re)produção da narratividade da vida. E como diz Fiorin: "a narratividade é uma transformação situada entre dois estados sucessivos e diferentes. Isso significa que ocorre uma narrativa mínima, quando se tem um estado inicial, uma transformação e um estado final" (2000, p. 21). Para ocorrer essas transformações, é preciso que haja no texto os papéis narrativos, desempenhados por sujeitos e objetos. Nesse caso, as mulheres dos movimentos sociais, se empoderando e ganhando voz por meio de ações ecofeministas é que são sujeitos actantes sob seus objetos de valor (agroecologia e soberania alimentar), como meio de transformação de uma realidade que as aflige e explora para alcançar um mundo mais equitativo e justo.

Pois o pensamento ecofeminista converge para a ideia de que não há humanidade sem a natureza, sendo o elemento base para a sobrevivência no mundo. Ele critica a tecnologia e a visão do conhecimento que estão pura e exclusivamente a serviço do lucro.

> Feminismo y ecologismo serán dos movimientos sociales fundamentales en el siglo XXI. El primero porque, adquirida la autoconciencia como colectivo y la formación necesarias ya no es posible detenermos (aunque se puede siempre retrasar la llegada a las metas de emancipatorias con diversas estrategias); el segundo por la cada vez más evidente insostenibilidad del modelo de desarrollo tecno-económico. Estamos asistiendo al comienzo del fin de la Naturaleza. Ya no resulta fácil a los medios de comunicación disimular, como hasta ahora, la conexión existente entre diversas catástrofes naturales que non son sino manifestaciones de un cambio climático global de consecuencias insospechadas (Puleo, 2002, p. 36)

As mulheres das diversas comunidades pelo mundo enfrentam cada uma a sua maneira e como lhe é possível este sistema. Os sistemas políticos e econômicos que atuam como mecanismos de opressão e a invisibilidade simbólica da mulher nos espaços de decisões são parte da orientação patriarcal do silenciamento feminino.

O silenciamento dessas mulheres, impede-as de terem acesso às políticas públicas que lhe são de direito, modificando seus modos de trabalho, desqualificando-as politicamente, além das violências físicas e sexuais sofridas.

Entretanto, as relações de interdependência vão diminuindo conforme vão aumentando as ações de empoderamento das mulheres dentro de suas comunidades, pelo envolvimento em projetos como o de plantio, artesanato, profissionalização e comercialização de produtos, tornando-se uma renda própria com projetos pessoais. E também existe a questão de que, no Brasil, quando a ecologia se tornou assunto, foi um momento político em que se reconhece mais as mulheres como sujeitos de direitos, então, as duas coisas andaram juntas. Projetos que eram feitos para mulheres, acesso a extensão rural e à benefícios agrários que antes não eram possíveis, ao crédito e comercialização, ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), foram políticas que deram apoio a grupos de mulheres autônomas.

É importante ressaltar que as mulheres não só foram beneficiárias passivas, elas contribuíram para a construção da agroecologia:

> Esses movimentos de base, assim como outros menos conhecidos ocorridos em diversas regiões da Ásia, da África e da América Latina, contribuíram para mostrar que as mulheres do terceiro mundo – em particular, as camponesas – não eram necessariamente nem vilãs nem vítimas apáticas da destruição ambiental. Eram também ativistas e militantes com propostas de mudança nos modelos produtivos, construídas a partir de suas condições concretas de sobrevivência. Essas lutas combinavam a defesa do meio natural com a demanda de um protagonismo das mulheres nas decisões sobre o seu território, e contribuíram para enriquecer o conjunto das lutas femi-

> nistas, mostrando faces da opressão das mulheres – decorrentes da forma como as políticas de desenvolvimento as atingiam especificamente – que não estavam na ordem do dia para as mulheres dos países desenvolvidos. (Siliprandi, 2015, p. 53)

E, também, porque são elas as detentoras de conhecimentos referentes à alimentação e saúde, como um conhecimento ancestral; não ancestral pensando num essencialismo, mas de um conhecimento que vem de uma atribuição de gênero, que faz parte desse reconhecimento do saber-ser-mulher no mundo vivido. Segundo que, o uso e conservação da biodiversidade, como a guarda das sementes e de recursos genéticos, o manejo de animais domésticos e de pequeno porte (galinhas, patos, cabras), o uso de ervas e plantas medicinais, são relegados às mulheres como se fossem atribuições menos importantes, enquanto isso é a base da sobrevivência doméstica.

Elas, além de seus trabalhos no campo, na lavoura, nas indústrias, ainda cuidam da casa, dos filhos(as), dos idosos, não sobrando tempo para elas, para o aprimoramento, para o lazer. É a divisão sexual do trabalho, estabelecida há séculos e mantida por um apagamento histórico que se intensifica no mundo globalizado:

> a globalização é especialmente catastrófica para mulheres não porque seja gerenciada por agências dominadas por homens que não entendem as necessidades das mulheres, mas por causa dos objetivos que pretende alcançar. A globalização tem por intuito dar ao capital corporativo o controle completo sobre o trabalho e os recursos naturais. Para isso, ela precisa expropriar os trabalhadores de qualquer meio de subsistência que lhes permita resistir a uma exploração mais intensa. Como tal, a globalização não pode triunfar a menos que execute um ataque sistemático às condições materiais da reprodução social e sobre os principais sujeitos desses trabalho, que, na maioria dos países, é composto por mulheres. (Federici, 2019, p. 183).

Por essas experiências, têm-se pensado e construído um feminismo camponês e popular, que vem de baixo para cima. Os movimentos de mulheres estiveram presentes desde o início na construção dos movimentos agroecológi-

cos no Brasil (Siliprandi, 2015), mas essa participação é sempre secundarizada, colocando a voz masculina como a fundadora da ação, mesmo que não seja a realidade. Elas começaram discutindo temas da previdência, a necessidade de terem seus nomes nas notas de produtor para ter acesso ao crédito e aposentadoria, brigaram por terra, pela reforma agrária, por crédito no nome das mulheres, elas se organizaram em diferentes movimentos autônomos, em diversas organizações, sempre priorizando a ação coletiva em benefício de todas, que tiveram na agenda política.

Atualmente são algumas organizações formais de mulheres na construção do movimento agroecológico no Brasil. Em 2002 foi criada a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), que reúne todo tipo de movimentos, de consumidores, de base, redes, etc.; em 2004 surgiu a Associação Brasileira de Agroecologia (ABA), que reúne pesquisadores(as), professores(as), técnicos(as) da área. São movimentos que também atuam na frente ecofeminista.

Considerações finais

Por razões éticas, é necessário formular um novo sistema político-econômico no qual as gerações atuais não destruam as condições de sobrevivência das gerações futuras. E as mulheres têm ocupado um papel importante nessa área, além de projetos com reciclagem, de economia de insumos, reaproveitamento de matéria orgânica, são muitos os exemplos ecofeministas em que as mulheres são fundamentais e que a partir do trabalho delas é que a nova realidade vai se construindo.

São essas mulheres as primeiras a denunciarem as grandes corporações pelo acaparamento dos territórios pelas mineradoras, pelas papeleiras, pela soja, o avanço da monocultura que estraga as condições de vida no campo e na cidade, as pulverizações de agrotóxicos. Elas também atuam na linha de frente das medidas de prevenção, buscando a educação para o campo, infraestruturas, estradas, postos de saúde, escolas, bem-estar familiar, se preocupando com os filhos(as) e o futuro.

"Sem feminismo não há agroecologia", como diz o lema da ANA. E as mulheres estão fazendo ações de massa, estão fazendo ações de impacto e repercussão nacional e internacional, estão construindo experiências de base de agroecologia com grupos de mulheres, com cooperativas, associações, e também estão pensando teoricamente, ganhando relevância não só para mostrar cientificamente, mas para provar a valorização do trabalho das mulheres na agroecologia tanto no que diz respeito aos produtos que são consumidos dentro das unidades de produção como também no trânsito de produção e reprodução da carga de trabalho das mulheres.

Referência

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa**. Trad. Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2018.

FEDERICI. Silvia. **O ponto zero da revolução:** trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. Trad. Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2019.

FIORIN, José Luiz. **Elementos de análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2000.

FORÉS, Estefanía García. Ecofeminismos Rurales: mujeres por la soberanía alimentaria. **Revista Soberanía Alimentaria, Biodiversidad y Culturas.** 1ª ed. 1-44, 2012.

GEBARA, Ivone. **Teologia Ecofeminista**. São Paulo: Editora Olhos d'Água, 1997.

GÓES, Kelyany; SCHAEFER, Ana Paula; GEMAQUE, Raimunda. Geografia e gênero: políticas públicas para as mulheres rurais no assentamento Joana d'Arc III – Porto Velho/RO. **Terra Plural.** vol. 9, n. Especial, 2015. DOI: 10.5212.

MASSEY, Doreen. **Pelo Espaço**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2009.

MAZARO, Gabriel. politize! **Qual a situação da agricultura familiar no Brasil?** Disponível em: https://www.politize.com.br/agricultura-familiar/ Acesso em 15 set. 2020.

MMC. **Camponesas para a soberania alimentar.** 2018. Disponível em: http://www.mmcbrasil.com.br/sHYPERLINK "http://www.mmcbrasil.com.br/site/node/36"ite/node/HYPERLINK "http://www.mmcbrasil.com.br/site/node/36"36 Acesso em 15 set. 2020.

PULEO, Alicia H. Un repaso a las diversas corrientes del ecofeminismo Feminismo y ecología. **El Ecologista**. N. 31, p. 36-39, 2011

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. 2ª reimpressão. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2011.

SILIPRANDI, Emma. **Mulheres e Agroecologia**: transformando o campo, as florestas e as pessoas. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015.

SILIPRANDI, Emma. **Mulheres e Agroecologia:** a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar. 2009. 291f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável). Centro de Desenvolvimento Sustentável: Universidade de Brasília-DF. Disponível em: https://repositorio.unb.br/handle/10482/5591?mode=full. Acesso em: 22 maio. 2020.

SILVA, Maria das Graças; SOUSA, Ádria; SILVA, Elenice; SILVA, Suzanna; PINHEIRO, Tainá. Ancestralidade Feminina e poder: experiências de mulheres da Amazônia. IN: SILVA, Joseli; ORNAT, Márcio; CHIMIN JR. (org.) **Diálogos ibero-latino-americanos sobre geografias feministas e das sexualidades**. Ponta Grossa: Todapalavra, 2017.

WALK FREE FOUNDATION. **The global slavery index 2018**. Disponível em: 14M1PtNJDDMfgHANrdvo/view%22%20https://drive.google.com/file/d/1Y4aCodxSGgsq35M

GEOGRAFICIDADE AMAZÔNICA: A PERCEPÇÃO DO LUGAR DOS RIBEIRINHOS DE SACAÍ, BAIXO RIO BRANCO – RR[1]

Éder Rodrigues dos Santos
Rubens Savaris Leal
Antonio Tolrino de Rezende Veras
Rafael Oliveira da Silva Maia

Introdução

O trabalho analisa o modo de vida e relação do homem-natureza a partir das vivências, do uso do espaço e da afetividade com o lugar. O texto considera a perspectiva cultural (Claval, 2002), da geografia humana aplicada ao modo de vida dos ribeirinhos na Amazônia, com foco na comunidade ribeirinha de Sacaí, localizada no estado de Roraima. Para isso, o texto faz uso de autores que desenvolvem teorias geográficas na perspectiva humanista, tendo a fenomenologia como fundamentação filosófica (Dardel, 2011; Tuan, 2012; Costa, 2002; Lima, Kozel, 2009; Marandola; Hogan, 2009; Holzer, 1996; Bachelard, 1993, Relph, 2012).

Foram realizadas duas expedições, sendo a primeira de 11 a 23 de outubro de 2018 e, a segunda, de 15 a 31 de maio de 2019, por meio do Programa de Cooperação Acadêmica na Amazônica, vinculado a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) que financiou o projeto: *Estratégia de ordenamento territorial em comunidade de interesse socioambiental na Amazônia*, resultado da parceria entre a Universidade Federal de Roraima (UFRR), Universidade Federal de Rondônia (UNIR) e Universidade Federal do Ceará (UFC)[2], ação que possibilitou a pesquisa na dimensão da geografia humana.

A comunidade de Sacaí (FIGURA 01) fica situada à margem direita do rio Branco, no município de Caracaraí (RR), em região de várzea. Em tempos de chuva em virtude do relevo, ocorrem alagamentos, independentemente de a comunidade estar em terreno elevado em relação ao rio Branco.

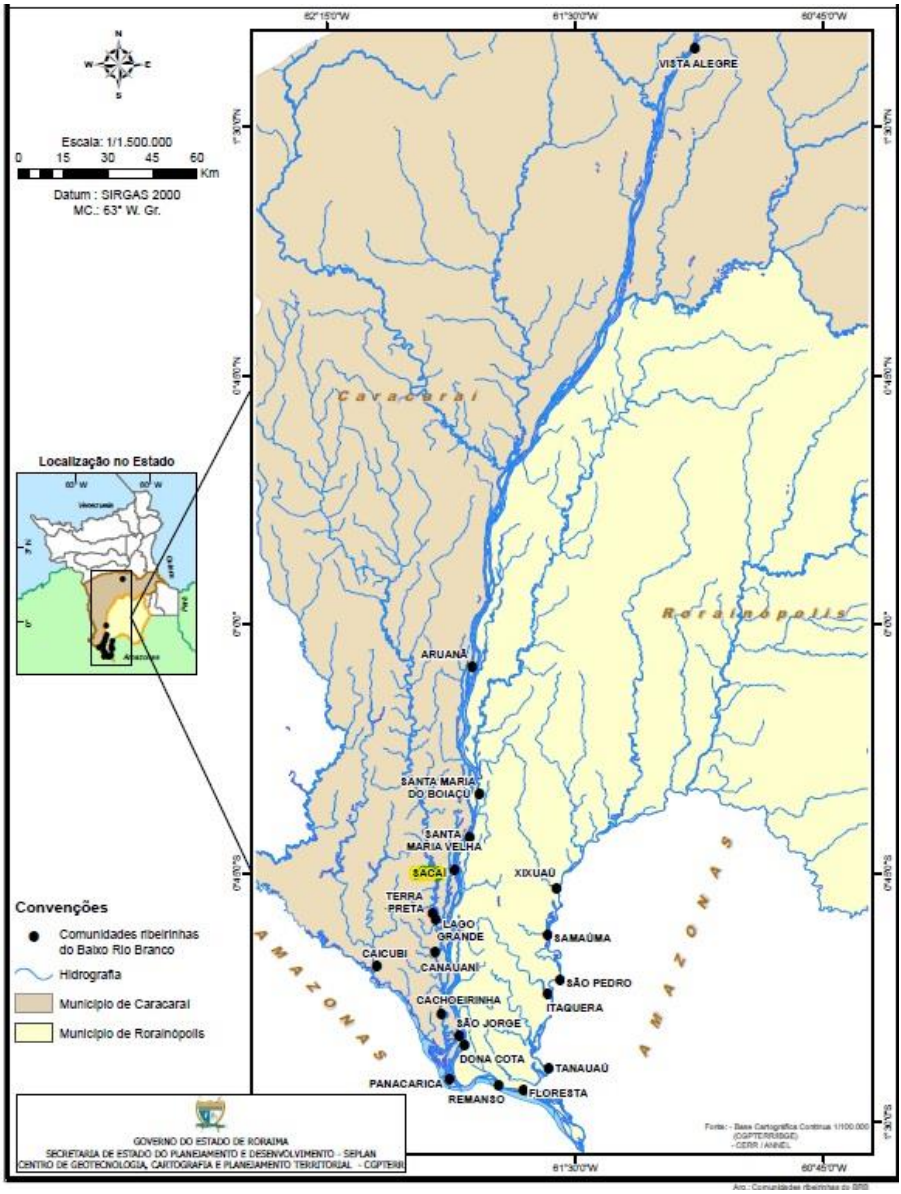


Figura 01 - Comunidades ribeirinhas do Baixo Rio Branco
Fonte: Autor 4, adaptado do Governo do Estado de Roraima/SEPLAN (2019)

Durante as visitas de campo, foram feitas reuniões com os moradores e lideranças locais; anotações de campo e; gravações de entrevistas para registro das memórias por meio de audiovisual, dados utilizados juntamente com a

revisão bibliográfica para produção deste artigo. As entrevistas foram realizadas com cinco moradores da comunidade ribeirinha e trazem os contextos de interesse desta pesquisa, no que diz respeito à importância do lugar vivido para os ribeirinhos, a representação do rio e os desafios que enfrentam.

Na pesquisa, considera-se o relato oral que é mediado pela memória (Burke, 1992; Halbwachs, 2011), portanto, a história oral é uma ferramenta importante, uma vez que parte dos ribeirinhos adultos que vive nesta e em outras comunidades no Baixo Rio Branco, possivelmente, não desenvolveram a leitura ou a escrita (Magalhães, 2011). Por meio da escuta e registro dos relatos é possível para o pesquisador descrever e compreender as regularidades que surgem pela memória oral, sugestão de trabalho em Pollak (1989; 1992), tendo como foco de atenção três elementos presentes nas narrativas, que são: o personagem, o fato e o lugar.

Geograficidade: o lugar e o ser ribeirinho

As famílias ribeirinhas da Amazônia muitas vezes enfrentam estereótipos e são vítimas de opiniões do senso comum, que apontam os ribeirinhos como pessoas 'atrasadas', 'preguiçosas' e regidas por um 'tempo lento', visão preconceituosa como aponta Costa (2002) e etnocêntrica, em geral, proveniente de grandes centros urbanos, alheios a realidade da vida nos rios e nas florestas. As comunidades ribeirinhas são singulares e têm no seu espaço territorial a garantia de sobrevivência, manutenção e reprodução da vida e, sobretudo, de pertencimento e afetividade.

Há, portanto, uma geograficidade (Dardel, 2011) que tem como fundamento a percepção e o modo de vida do ribeirinho com suas experiências e de seus antepassados, seu corpo, seus sentidos que estruturam sua cosmologia, o uso do seu espaço, sua economia, cultura e lazer a partir desta relação com o *lugar*. O espaço, neste particular, é uma expressão de luta, resistências e simbolismo. Como conceitua Haesbaert (2011) "[...] o território não se define por um princípio material de apropriação, mas por um princípio cultural de identificação, ou se preferirmos, de pertencimento" (p. 72).

Dardel (2011), em sua obra *O Homem e a Terra: natureza da realidade geográfica*, afirma que o lugar é o espaço das experiências dos sujeitos, com suas histórias, signos e símbolos, vivido de forma individual e coletiva. A *geograficidade* embasa a compreensão das relações da vida cotidiana e de aspectos subjetivos como os elos afetivos e da imagem mental dos lugares, aponta o autor, considerado um dos primeiros a trazer o termo para o debate científico ainda nos anos de 1950.

Lugar neste trabalho é visto a partir da perspectiva fenomenológica, que descreve as experiências imediatas para além da aparência e coloca-se na posição daqueles que experienciam os fenômenos. O *lugar* (Dardel, 2011) é uma das principais categorias espaciais da geografia humanista-cultural, ponto central que pode nos permitir a compreensão das dinâmicas socioambientais (Lima; Kozel, 2009; Marandola; Hogan, 2009; Holzer, 1996). "O lugar é construído, significado, recomposto e criado pelas pessoas que nele vivem" (Buttimer, 2015, p. 4). O *lugar,* portanto, é o espaço que agrega as experiências dos sujeitos, suas histórias, signos, símbolos e tem a força para criar elos afetivos com os membros do grupo cultural.

A geografia cultural para Claval (2002) tem por requisito a associação da experiência do indivíduo com a terra, com a natureza, com o ambiente e seus anseios e noções de pertencimento. No texto, *a volta do cultural na geografia* (Claval, 2002), o autor permite ampliar o debate epistemológico da geografia com novas condições de análise, abrindo espaço, por exemplo, para a fenomenologia, o existencialismo e as filosofias críticas. Para Claval (2011), em sua obra a *Epistemologia da Geografia,* atesta que a geografia permite a análise da experiência humana na medida em que observa para "a maneira como o indivíduo toma consciência daquilo que é através dos lugares onde vive, das paisagens que lhe são familiares e daquelas onde se sente à vontade [...]" (Claval, 2011, p. 237).

Claval (2002) também diz que lugar e paisagem fazem parte da memória coletiva e que a lembrança do que ocorreu no passado permite acrescentar valor a determinados lugares. Por isso, a comunicação simbólica é resultado

do *eu* e do *nós,* fato que se dá pela educação e pela experiência de cada um. Buttimer (2015) acrescenta que "existem muitas dimensões de significados atribuídos ao lugar: simbólico, emocional, cultural, político e biológico" (p. 6). A compreensão particular ou coletiva de lugar que cada indivíduo tem em sua vivência diária nos permite entender e interpretar, portanto, o ordenamento espacial que as sociedades intimamente dão ao mundo.

Relph (2012) contribui para a renovação conceitual, teórica e metodológica do conceito de *lugar* na geografia enquanto experiência vivida, que tem como base as filosofias do significado, dentre elas, como dito, a fenomenologia. Para o autor, o *lugar* está em uma microescala e deve ser analisado como mundo de experiências intersubjetivas dos sujeitos. Nesta direção, *lugar* é fonte existencial de autoconhecimento e responsabilidade social, um "microcosmo" (p. 31), no qual cada membro do grupo se relaciona com o mundo e onde o mundo se relaciona com cada um dos membros.

Na geografia cultural, as sociedades de pequena escala ganham a atenção dos geógrafos, a partir do século XX, ao lançarem mão de estudos de áreas afins das ciências humanas, como filosofia, sociologia e antropologia, contribuindo para a compreensão do fenômeno, vinculado a categoria de *lugar* e *território*. Claval (2002) explica que, abordar lugares e o território é tratar da significação do espaço para cada indivíduo e da maneira de construir objetos sociais a partir das experiências pessoais. O autor aponta que a possibilidade de existir uma identidade que reúna diversas coletividades sociais têm vínculos com as paisagens da lembrança e da memória.

Comunidade de Sacaí: breves descrições

As visitas de campo à Sacaí (FIGURA 02), durante as expedições ao Baixo Rio Branco, ocorreram, pontualmente, nos dias 13 e 14 de outubro de 2018 e no dia 20 de maio de 2019. Foi observado pela equipe de pesquisadores que a comunidade apresenta uma pequena infraestrutura, com opções de lazer e serviços intracomunitários, como escola, serviço de internet, igrejas evangéli-

cas e católica, campo de futebol e em duas casas funcionam pequenos comércios. A população da vila é composta por aproximadamente 230 habitantes, distribuídos entre 50 famílias que vivem basicamente do extrativismo. As roças da comunidade e campos de futebol feminino e masculino ficam próximas das casas, adentrando a mata. Há três igrejas na comunidade: católica, assembleia de Deus e adventista do 7º dia.

Figura 02 - Vista aérea de Sacaí, no Baixo Rio Branco. Fonte: Caleffi (2019).

A comunidade não possui um sistema de esgotamento sanitário, como verificado em todas as comunidades do Baixo Rio Branco, assim como não há também coleta de lixo. A maioria das residências faz uso de fossas negras que se resume a um buraco para lançamento do esgoto *in natura*, o que resulta na contaminação direta do solo e do lençol freático. Comumente o lixo é queimado ou enterrado sem um destino adequado. A queima libera dióxido de carbono (ou gás carbono) na atmosfera que é prejudicial à saúde.

O lixo sem destinação adequada afeta diretamente o ambiente, que favorece a proliferação de ratos, moscas dentre outros vetores que se alimentam do lixo e podem ocasionar doenças. Constatou-se que a comunidade sabe da importância da educação ambiental, uma vez que é regular o comentário dos

entrevistados sobre o cuidado com o lixo até chegar ao destino. Para os moradores, essas etapas são imprescindíveis para a redução dos problemas relacionados à saúde local e o bem viver. No entanto, na percepção deles, a comunidade necessita em caráter de urgência de ações concretas e duradoras de políticas públicas direcionadas ao saneamento básico.

O abastecimento de água potável para o consumo é feito, a partir de 2019, pelo sistema Salta-Z[3], provenientes de ação do poder público federal, notadamente a Fundação Nacional de Saúde, que em parceria com a comunidade fornece os equipamentos para a instalação de caixas d'água, enquanto os moradores têm a obrigação de construir e viabilizar a estrutura física.

De acordo com a FUNASA, o Salta-Z é um processo criado para simplificar, filtrar e desinfectar águas de superfície ou subterrânea, sendo uma solução coletiva de abastecimento de água potável em "situações especiais e excepcionais, em pequenas comunidades, tais como: moradores da zona rural, pequenas comunidades ribeirinhas, escolas da zona rural, comunidades indígenas, que ainda não contam com abastecimento público"[4]. No entanto, percebeu-se, ainda o consumo da água do rio sem nenhum tratamento. Outro aspecto negativo é que, mesmo que o Salta-Z proporcione água de qualidade, não existe uma rede de encanamento para levar água tratada às residências, o que exige uma readequação na cultura do uso da água, aparentemente, por dois motivos: 1) o rio está há poucos metros das habitações e; 2) consumir água diretamente do rio é uma prática de cerca de quatro décadas na comunidade.

O acesso a 100% das casas da vila se dá pela única rua paralela ao rio, fronteira das residências com a margem, formando uma visão panorâmica da vila. Abaixo, o trabalho traz um pouco das reflexões dos moradores sobre o seu lugar.

Narrativas: acolhimento e afeição pelo lugar

---

[3] Salta – Z significa: Solução Alternativa Coletiva Simplificada de Tratamento de Água para Consumo Humano.

[4] Disponível em http://www.funasa.gov.br/biblioteca-eletronica/publicacoes/saude-ambiental/-/asset_publisher/G0cYh3ZvWCm9/content/manual-da-solucao-alternativa-coletiva-simplificada-de-tratamento-de-agua-para-consumo-humano-salta-z-?inheritRedirect-false. Acessado em 11 de janeiro de 2020.

Durante a pesquisa na comunidade de Sacaí, foram entrevistados cinco moradores, aqui denominados de *Entrevistados 1, 2, 3, 4 e 5*, para preservar a identidade deles, mesmo que tenhamos a autorização prévia dos mesmos gravada em vídeo, para validar a entrevista. A partir das narrativas verificou-se as percepções e regularidades das narrativas a serem tratadas a posteriori, dando atenção ao espaço vivido.

Entrevistado 01

O entrevistado 01 é professor e gestor escolar. Ele tem 47 anos e há 18 trabalha na comunidade. O professor explica que Sacaí representa para ele acolhimento, uma vez que veio para a vila trabalhar na escola e recebeu os cuidados e atenção dos moradores que ali já moravam. Ele afirma que não tem vontade de sair de Sacaí para morar em outra cidade, muito por conta deste acolhimento coletivo, que afeta todos os demais professores que chegam em Sacaí. "Me sinto muito bem aqui. A comunidade é acolhedora. É a fama da nossa comunidade"[5].

Ao relatar os desafios socioeconômicos, o professor afirma que a falta de água tratada é sempre um problema para a comunidade. "Falta um poço artesiano aqui". Aponta também para as dificuldades com a saúde, uma vez que faltam remédios no posto de saúde. Sobre outros serviços de saúde, ele diz que casos graves são encaminhados para a vila de Santa Maria do Boiaçu, que tem Unidade Básica de Saúde e pista de pouso. "A comunidade é bem assistida em relação aos programas do município [Caracaraí]. A equipe vem de dois em dois meses, para fazer levantamento de saúde, atendimentos de odontologia, vacina e disponibilizam alguns remédios". Sobre a segurança, para ele Sacaí era considerada violenta, mas hoje está mais *segura*. Destaca ainda que a internet faz com que Sacaí esteja *conectada* ao mundo. O entrevistado 01 diz que em 2017 o governo do estado de Roraima anunciou a implantação do ensino médio em todas as comunidades do Baixo Rio Branco, ação que deveria ser executada até o mês de agosto de 2018, mas não ocorreu.

[5] **Entrevistado 01.** Entrevista concedida no dia 14 de outubro de 2018, na comunidade de Sacaí.

> "Até a presente data não fomos beneficiados com esta promessa. Há muito tempo temos batido nessa tecla. É preciso implantar o ensino médio aqui. É de grande relevância para que os alunos se aprofundem nos seus saberes. Os alunos que concluem o 9º ano do ensino fundamental 2, quando os pais têm condições, se deslocam para as cidades, como Caracaraí ou até a vila de Santa Maria do Boiaçu, que tem ensino médio. Outros permanecem parados aqui na comunidade". **Entrevistado 01**. Entrevista concedida no dia 14 de outubro de 2018, na comunidade de Sacaí.

O rio na visão dele tem grande importância, pois é dele que se tira o sustento e também é o meio de transporte para se deslocar para outras vilas e cidades. "É dele que dependemos", diz o professor.

Entrevistado 02

O entrevistado 02 é casado e tem 14 filhos. Ele mora há 36 anos em Sacaí e diz que construiu a primeira casa da comunidade. Ele não sabe informar a origem do nome Sacaí, mas diz que o lugar é 'muito bom' e 'sadio'. Ele afirma que o peixe é uma das grandes fontes de renda, assim como o açaí. A agricultura é uma fonte importante, tida como atividade de subsistência, sendo comercializado o pouco excedente. Segundo ele, em alguns anos, a vila sofre com os alagamentos do período chuvoso, fazendo com que se perca parte da produção, como as roças de banana. Ele destaca que a vila tem dois comércios que abastecem de produtos de necessidade básica para limpeza, higiene e alimentação.

Em relação ao rio, ele lembra que criou seus 14 filhos e que seu sustento depende dele. "Graças a Deus, ele aguenta. Meus filhos estão todos criados e foram sustentados por ele"[6]. Além do poço artesiano, uma outra demanda importante da comunidade é a reforma da escola, que tem estrutura de madeira e precisa de reparos, fato que revela sua consciência e respeito pela educação.

Sobre sair de Sacaí, ele ri durante a entrevista, diz que não tem vontade, reforça que é pai de '14 filhos e 48 netos' e que ele não 'bate cabeça' com nenhum, atribuindo a criação deles à qualidade do espaço vivido, que inclui ficar

[6] **Entrevistado 02**. Entrevista concedida no dia 14 de outubro de 2018, na comunidade de Sacaí.

longe de mazelas sociais, como a vulnerabilidade e pobreza e, por consequência, da sedução dos jovens pela criminalidade que gera violência nas cidades. "Se estivesse na cidade, talvez uns 10% estivessem na rua. Aqui, eles dormem cedo. Aqui é melhor para educar nossos filhos". A palavra que define a comunidade para o entrevistado 02 é também 'acolhedora'.

Entrevistado 03

O entrevistado 03 é marceneiro, mora há 20 anos na vila e diz que Sacaí é um lugar bom para viver. "A natureza pode ser *sentida* aqui. É gostoso. Mesmo no verão, é possível sentir o frio na comunidade"[7], ressalta o morador, que construiu a casa de palafita ao lado da escola. A casa é ampla, com cerca de 20m^2, não tem paredes nem divisões, apenas cobertura e piso de madeira. O entrevistado 03 dorme em uma espécie de barraca de madeira no centro da habitação com os filhos. Nos espaços laterais funciona a oficina, onde ele produz, nas horas vagas, pequenas embarcações de brinquedo em madeira, além outros artefatos também para comercialização. A madeira utilizada nos artefatos é da região (jasmim). Parte da equipe da expedição de pesquisa à Sacaí dormiu na casa do entrevistado 03 na primeira viagem.

Durante a noite, um incidente marcou a viagem: três membros da expedição foram atacados por morcegos nos pés enquanto dormiam em redes. A ocorrência de ataques de morcegos não é incomum no local, mas as ocorrências de possíveis contaminações por vírus da raiva são pequenas. Algumas crianças da localidade relataram que já foram atacadas até dez vezes por morcegos. A equipe foi vacinada ao chegar em Boa Vista (RR), uma vez que não há medicamento nas comunidades ao longo do Baixo Rio Branco.

O personagem 03 enfatiza que não deixa a vila para morar em cidades, convidando as pessoas que se sentem estressadas com os desafios urbanos a conhecerem as comunidades ribeirinhas e desfrutarem do que a natureza oferece de melhor. "Eles precisam conhecer este ar puro da natureza", assinala.

---

[7] **Entrevistado 03**. Entrevista concedida no dia 14 de outubro de 2018, na comunidade de Sacaí.

Entrevistado 04

Outra moradora que demostrou uma relação de afeto com o lugar é a entrevistada 04. Ela mora há 20 anos em Sacaí, com sete filhos, 14 netos e trabalha na agricultura. Ela diz com segurança que não trocaria Sacaí para morar em cidades. "Ah, eu amo este lugar"[8], assinala, suspirando enquanto admira o rio e caminha com um caule de bananeira. "Vou plantar", diz animada.

A entrevistada 04 lida com o trabalho na roça, compreendendo os tempos cíclicos para o plantio, como verão e tempos chuvosos, resultado de sua criação no interior e da prática diária no plantio de várias culturas. Para Tuan (2012), "[...] o trabalhador rural não emoldura a natureza em lindos quadros, mas pode estar profundamente consciente de sua beleza" (p.141).

Entrevistado 05

Outro morador, o entrevistado 05, afirma que Sacaí não tinha muitas dificuldades no começo. Ele diz que tem boas lembranças de quando era mais jovem e diz que agora as dificuldades são maiores. "Antes, nós sabíamos quais eram as dificuldades. Hoje elas são maiores em termos de educação dos nossos filhos". A respeito das drogas, temos que estar sempre presentes com nossos filhos, também em relação a saúde e a educação, que são coisas que precisam de apoio do governo", pontua. Sobre o lazer, ele fala que todas as tardes a comunidade se junta para participar do futebol e conversar. Ele destaca esta dimensão do lazer e esporte em sua fala, considerando um momento diário de bem viver e confraternização entre os moradores que se tornou um rito e, consequentemente, parte da estrutura social.

Em Sacaí, há dois campos de futebol, um menor para as mulheres e outro para os homens. Outras pessoas, reúnem-se nas laterais dos campos para apreciar os jogos, conversar ou aguardar a próxima partida para entrar em campo. "O esporte é um encontro com os amigos e um momento alegre do dia que

[8] **Entrevistada 04.** Entrevista concedida no dia 14 de outubro de 2018, na comunidade de Sacaí.

temos em comunidade"[9], Sobre o rio, ele destaca a importância do bem hídrico como provedor de alimentos e acesso dos moradores a outras vilas e a cidades como Caracaraí (RR) e Boa Vista (RR). "O rio significa tudo para nós, é de onde tiramos o sustento e é nosso meio de transporte", destaca.

Considerações Finais

A compreensão particular ou coletiva sobre o espaço que os indivíduos em Sacaí têm em sua vivência diária nos permite entender os significados que eles dão ao seu mundo. Nos relatos dos entrevistados percebe-se que há uma preocupação presente com os desafios socioeconômicos e ambientais da comunidade, sobretudo quando se trata da educação, do futuro das novas gerações e no uso da água. Tais reflexões são provenientes do crescimento demográfico da comunidade e da intersubjetividade, princípio fenomenológico que é o diálogo da pessoa e o meio em que vive, no sentido de herança sociocultural que circunda a vida diária (Nogueira, 2005). Estas preocupações são tratadas ao longo das entrevistas, assim como as vantagens de morar em Sacaí.

As narrativas aqui descritas trazem termos importantes a serem considerados. Pela linguagem e memória afetiva do lugar, pode-se perceber que morar em Sacaí é ter o rio como o 'sustento', o 'transporte', o 'meio' de sobrevivência, 'tudo pra nós', 'importante', lugar experienciado e, ao mesmo tempo, simbólico, portanto, uma narrativa que retorna carregada de emoção.

Outros adjetivos atribuídos a comunidade de Sacaí pelos moradores entrevistados vem com as palavras: 'acolhedora', 'sadia' e 'segura'. Na dimensão da topofilia (Tuan, 2012), os entrevistados narram seus sentimentos e experiências, sem deixar de pontuar os desafios estruturais que enfrentam, menos de ordem econômica e mais de ordem política, como a pouca atenção do poder público, a melhor distribuição de água potável e investimentos na educação, percepção coletiva, marcante pelas regularidades nas falas (Pollak, 1992).

Nota-se que nenhum dos entrevistados destacou, por exemplo, demandas por incentivos à dimensão econômica, como as atividades de produção

[9] **Entrevistado 05**. Entrevista concedida no dia 14 de outubro de 2018, na comunidade de Sacaí.

agrícola, pesca ou extrativismo como sendo problemas graves locais ou que estas deveriam receber maior incentivo do poder público. Em Sacaí, os habitantes estão habituados com o trabalho diário de extrativismo e a pesca de subsistência. Além disso, os entrevistados não manifestaram interesse por algum tipo de turismo, seja de base local ou mesmo empresarial ou pela pesca esportiva e artesanal, atividades que ocorrem com intensidade em outras comunidades mais ao sul do Baixo Rio Branco e no rio Jauaperi[10].

Os ribeirinhos entendem que as atividades extrativistas e de pesca são a base de sustentação da vila e o foco está na manutenção, portanto, de outras áreas que podem trazer benefícios a longo prazo, como é o caso da educação, repetida nas falas. A estrutura da comunidade, com apenas a rua principal às margens do rio e as dezenas de casas em palafita construídas uma ao lado da outra, formando uma visão panorâmica da vila, permite, por exemplo, que haja diversos pontos para a amarração das canoas e barcos de menor porte, que favorecem incursões para a pesca e o lazer imediato das crianças que brincam de pular e tomar banho no rio.

A prática do futebol feminino e masculino aos fundos da comunidade, acesso realizado por breve trilha, permite a atividade física dos moradores, sobretudo jovens, fenômeno que traz elementos importantes para pensar o modo de vida destes ribeirinhos. Os campos de futebol, assim como a trilha são cercados por árvores frondosas, que deixam o clima ameno, o que em si já é uma experiência, sobretudo para os visitantes que, possivelmente, percebem a beleza do ambiente amazônico dentro de sua funcionalidade.

A escola está no centro da comunidade. É um ponto de encontro que tem funções sociais que vão além da escolarização: serve como espaço para recepção de visitantes, formação de rodas de conversas, apresentações culturais e breves reuniões, como ocorreu nas expedições citadas neste trabalho. A

[10] Há comunidades que recebem uma compensação econômica de empresas que exploram o turismo empresarial e a pesca esportiva, como as vilas de Santa Maria do Boiaçu, Terra Preta, Lago Grande e Canauiní. A comunidade de Xixuaú recebe turistas por meio de pacotes de ecoturismo.

experiência do lugar, o prazer e liberdade são notadas em qualquer horário pela quantidade de crianças que estudam na escola, mas que nas horas vagas, brincam nas imediações, seja nos campos de futebol de chão batido, nas varandas da escola, abaixo das casas de palafitas, que tem amplos espaços de armazenamento de materiais, como canoas e utensílios domésticos, ou ainda, ao tomarem banho no rio. As crianças exploram, portanto, os *espaços felizes*, (Bachelard, 1993; Tuan, 2012, p. 11), uma vez que o espaço habitado vai além o espaço geométrico.

Os significados, valores e ritmos do lugar para a comunidade estão intrinsicamente vinculados às experiências deste espaço fundado e orientado pelo relacionamento cotidiano com ele. A importância do lugar pode ser comunicada aos visitantes pelas narrativas dos entrevistados, sobretudo, quando há uma compreensão de que as falas estão vinculadas à relação existente entre as sensações, seus corpos e o mundo vivido.

Referências

BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço**. São Paulo: Martins Fontes. 1993. 354p.

BUTTIMER, Anne. Lar, horizontes de alcance e o sentido de lugar. **Geograficidade**, Universidade Federal Fluminense, v. 5. N. 1, págs. 04-19, 2015.

BURKE, Peter. **A escrita da História:** novas perspectivas. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992. 354p.

CLAVAL, Paul. "A Volta do Cultural" na Geografia. In: **Mercator.** Revista de Geografia da UFC, ano 01, n. 01, p. 19-29, 2002.

CLAVAL, Paul. **Epistemologia da Geografia**. Florianópolis: Editora UFSC, 2011. 406p.

COSTA, Josué da Silva; **Nos Banzeiros do Rio:** Sustentabilidade e Desenvolvimento em Comunidades Ribeirinhas da Amazônia. Rondônia: Ed. Unir, 2002. 216p.

DARDEL. Eric. **O homem e a terra**: natureza da realidade geográfica. São Paulo: Perspectiva, 2011. 159p.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do "fim dos Territórios" à multiterritorialidade. 6°ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011. 396p.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo, Centauro. 2011. 189p.

KOZEL, Salete; SILVA, Josué da Costa; Filho, SYLVIO Fausto Gil (Orgs). **Da percepção e Cognição à representação**. São Paulo: Editora Terceira Margem; Curitiba: NEER, 2007. 243p.

LIMA, A.M.L.; KOZEL, S. Lugar e mapa mental: uma análise possível. **Geografia**, v. 18, n. 1, Universidade Estadual de Londrina, págs. 207-231, 2009. Disponível em www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia.

MAGALHÃES, Maria das Graças S. D. **Amazônia**: relatos orais – os ribeirinhos da messoregião Sul de Roraima. Anais do I Seminário Internacional História do Tempo Presente. Florianópolis, págs. 1500-1508, 2011.

MARANDOLA JR; HOLZER, Werther; OLIVEIRA, Lívia de. (orgs). **Qual o espaço do lugar?** geografia, epistemologia, fenomenologia. São Paulo: Perspectiva, 2012. 307p.

NOGUEIRA, A. R. B. Uma interpretação fenomenológica na Geografia. **Anais** do X Encontro de Geógrafos da América Latina. USP. pp. 10243-10262. Março, 2005. Disponível em http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal10/Teoriaymetodo/Metodologicos/11.pdf

POLLAK, Michel. **Memória e identidade social**. Estudos Históricos. Rio de Janeiro. Vol. 5. N.10, págs. 200-212,1992.

POLLAK, Michel. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, págs. 03-15, 1989.

RELPH, Edward. Reflexões sobre a emergência, aspectos e essência do lugar. In: MARANDOLA JR; HOLZER, Werther; OLIVEIRA, Lívia de. (orgs). **Qual o espaço do lugar?:** geografia, epistemologia, fenomenologia. São Paulo: Perspectiva, 2012, capítulo 3, p. 17-31.

SEGUNDA PARTE: NATUREZA APROPRIADA, TENSÕES E RESISTÊNCIAS

DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE: UMA AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO DA REGIÃO DE GUAJARÁ MIRIM (RONDÔNIA/BRASIL)

Josélia Fontenele Batista
Luiz Cleyton Holanda Lobato
Maranei Rohers Penha

Introdução

Os pós-guerras trouxeram efeitos negativos importantes para as pessoas; isto levou a vários questionamentos sobre o modo de vida e os rumos do desenvolvimento econômico e social. Beaumont e Philo (2004) afirmam que, durante os anos 1950 e 1960, estudos individuais apontaram para o impacto que as atividades humanas estavam provocando no planeta e indicam que uma das obras mais importantes neste movimento foi o livro de Rachel Carson, intitulado Primavera Silenciosa (1962).

Nesse período, em que ocorre a emergência do movimento operário, Gonçalves (2008) afirma que surgiram vários movimentos sociais que cresceram em participação política e demonstraram uma crítica não exclusiva ao modo de produção, mas fundamentalmente, ao modo de vida. Com o tempo e com a repercussão de vários problemas de saúde da população, ligados a impactos ambientais causados pelas formas de produção e de apropriação dos recursos naturais, a discussão ambientalista fundamenta também a discussão sobre as relações de poder, fazendo com que as comunidades científica e política fossem postas em confronto, para repensar o modelo de desenvolvimento da época e na perspectiva de futuro.

Desenvolvimento Sustentável: o enigma da esfinge

A nova fase de construção de uma percepção ambiental menos degradadora teve como marco o evento de 1972, a Conferência de Estocolmo sobre

o Ambiente Humano (*Friends of the Earth*, 1972), em que foram traçados os três pilares da sustentabilidade, que indicam o equilíbrio entre as dimensões econômica, social e ambiental, para um desenvolvimento efetivo e sustentável.

Têm-se, naquele ano, um marco na jornada ambientalista, na busca da construção ou reconstrução de uma percepção sistêmica e complexa do meio ambiente. Esta necessidade de construção ou reconstrução foi reforçada no ano seguinte (1973), na ruptura da era de ouro do capitalismo, com a primeira crise mais importante do petróleo, limitando o crescimento industrial de certas áreas produtivas (Beaumont; Philo, 2004).

Na década de 80, o movimento ambientalista ganhou força no mundo, a partir da publicação do Relatório Brundtland, Nosso Futuro Comum (Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1987). O documento, patrocinado pela ONU, além de divulgar a condição econômica e ambiental no mundo, trouxe à tona um conceito político lançado para a academia e para a economia: o de desenvolvimento sustentável correspondendo ao "desenvolvimento que atende às necessidades do presente, sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades".

Aparentemente simples em seu enunciado, o mesmo vem, ao longo dos anos, proporcionando debates e embates homéricos na academia, tanto no campo epistemológico quanto no campo empírico. Um conceito carrega em si um juízo, uma intencionalidade e uma operacionalização; é uma construção simples, mas não simplista, que representa uma unidade particular de verdade, que pode ou não ser compartilhada na forma de consenso por grupos; é uma verdade para quem a constrói ou acredita nela. Entretanto, como operacionalizá-lo? Seria o "desenvolvimento sustentável" um conceito, um lema, um tema ou um objetivo a ser perseguido?

Poderíamos dizer que para a sociedade capitalista atual, considerando a perspectiva de recursos não renováveis ou a capacidade de suporte, esse conceito é análogo ao enigma da esfinge: "decifra-me ou devoro-te". Visto que muitos rejeitam o conceito do desenvolvimento sustentável, dadas as inconsistências teóricas (ou políticas) que ele carrega, e porque ele nasce num campo político, no qual, vez por outra ele é retomado, entende-se que a sociedade,

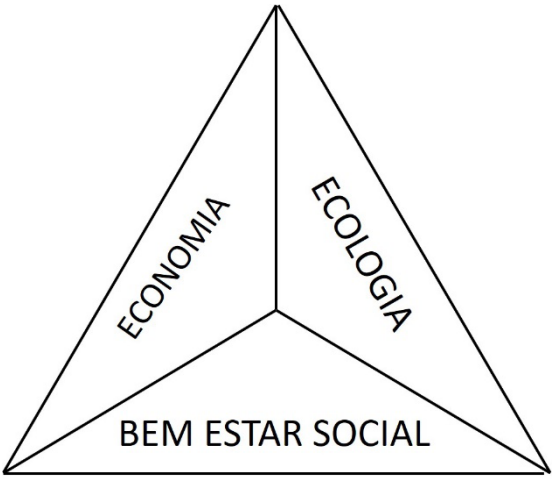
em seu tempo, ressignifica sua relação com o meio e reconstrói suas condições materiais e técnicas de apropriação dos recursos, o que influencia ou é influenciado por novos conceitos. Contudo, até que ponto o conceito do desenvolvimento sustentável é capaz de ressignificar as relações capitalistas?

A maioria dos problemas ambientais está relacionada à produção e ao consumo. A sobrevivência do capitalismo, sem a manutenção dos padrões de consumo, é, então, posta à prova em obras significativas, como "Os Limites do Crescimento", escrito por Donella H. Meadows, Dennis L. Meadows, Jorgen Randers e William W. Behrens III, em 1972, comissionados pelo Clube de Roma (Beaumont; Philo, 2004).

Mais um enigma da esfinge se põe diante das nações desenvolvidas e industrializadas, pois quem irá consumir seus produtos? Produzir para quem? Se for relembrada a história da libertação da escravatura no Brasil, sob a ótica da formação do mercado consumidor, essa lógica se reproduz em escala global em relação às diferenças entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Haverá um limite para o progresso dos países considerados como desenvolvidos, uma vez que há limitação de consumo nos países subdesenvolvidos? Ou será o contrário: os países desenvolvidos devem influenciar o crescimento dos subdesenvolvidos, de acordo com suas possibilidades de produção?

Assim é difundido o ambientalismo, uma preocupação com o equilíbrio entre economia, sociedade (bem-estar social) e natureza. Vale lembrar que a relação entre sociedade e natureza, em função da economia, carrega em si as forças antagônicas de um triângulo de sustentabilidade (Figura 01). Quando o centro do triângulo é o ponto de equilíbrio ideal e a cada momento em que o ponto médio de cada força se expande ou se retrai, como expressão da ênfase que a sociedade dá ao seu desenvolvimento, há um deslocamento do ponto central (baricentro) ou da sustentabilidade, afetando o "equilíbrio".

Fig. 01– Triângulo da sustentabilidade



Fonte: Organizado pela autora, com base nas dimensões da sustentabilidade ambiental, destacadas pela CMMAD (1987).

A problemática sobre essa questão é: o que sustenta esse equilíbrio? De acordo com a hipótese do tripé de sustentabilidade, ao valorizar uma das áreas do triângulo, as demais diminuirão. Mais paradoxal ainda é que, quando a área do bem-estar social se expande, as demais tendem a diminuir, surgindo o questionamento se no modelo de desenvolvimento capitalista, limites de crescimento e se pode haver bem-estar social sem o crescimento econômico, o qual está diretamente relacionado à exploração dos recursos naturais. Acredita-se que pode haver bem-estar social, mas de um modo relativizado, ou seja, padrões de consumo e posse de bens não necessariamente podem determinar bem-estar. Reforça-se a tese de que a sustentabilidade não é uma questão de técnica, mas de modelo de desenvolvimento, a qual não encontra lugar no capitalismo.

Sustentabilidade da região de Guajará-Mirim/RO/Brasil

Quando se fala em "região de Guajará-Mirim", refere-se à parte sudoeste do estado de Rondônia (Brasil), na qual encontram-se os municípios de Guajará-Mirim – GJM e Nova Mamoré – NM. Ambos os municípios estão classificados como cidades pequenas (até 100.000 habitantes) e que tiveram

sua formação associada à economia gomífera e, por conseguinte, à construção da Estrada de Ferro Madeira Mamoré, em 1907.

Por suas localizações geográficas na área de fronteira e estando mais a oeste do estado de Rondônia, sofreram poucos impulsos na "Marcha para o oeste brasileiro", a qual dinamizou a economia rondoniense por meio das atividades agropecuárias, na década de 1970 e promoveu intensas modificações na paisagem natural do estado, com a substituição da floresta por culturas e pasto. Os Projetos de Colonização Agrícola (Década de 1970), instalados nesses municípios, não obtiveram o êxito esperado na época (Batista, 2014).

Guajará-Mirim localiza-se entre as longitudes oeste 65º e 65º 30' e latitude sul 10º 30' e 12º 30', limitando-se com os municípios de Nova Mamoré, Campo Novo de Rondônia, Governador Jorge Teixeira, São Miguel do Guaporé, Seringueiras e Costa Marques. Nova Mamoré, situa-se na confluência dos rios Beni e Mamoré, os quais formam o rio Madeira.

Com a interrupção da atividade gomífera, que impulsionou a economia da região até 1956, a área sofreu com a estagnação econômica. Diante desse cenário, no intuito de promover o desenvolvimento socioeconômico local, foi instituída a Área de Livre Comércio Guajará-Mirim – ALCGM, no ano de 1988, como alternativa para impulsionar a economia da região. Serviu de motivação à população do estado para compras de gêneros importados, que eram atrativos devido às isenções fiscais e como alternativa de lazer (SUFRAMA, 2017).

Essa trajetória foi abalada, na década de 1990, com a alta do real em relação ao dólar e a expansão do comércio eletrônico (décadas de 1990 e 2000), dos gêneros que eram mais procurados na ALCGM (eletroeletrônicos), configurando a nova estagnação econômica da área, a qual foi rompida com a expansão das atividades agropecuárias, a partir da segunda metade da década de 2000.

Na década de 1990, em Rondônia, ocorreram intensas modificações do cenário ecológico como reflexo das políticas ambientalistas internacionais e nacionais. O Polonoroeste e Planafloro são, até hoje, a maior expressão destas políticas do Desenvolvimento Sustentável, implantadas em Rondônia, com enfoque na Rio-92. Dessa política, temos a origem das diversas unidades de conservação, cujas datas de criação condizem com esse período, conforme se pode observar no Quadro 01.

Quadro 01- Áreas Especiais de Guajará-Mirim e Nova Mamoré

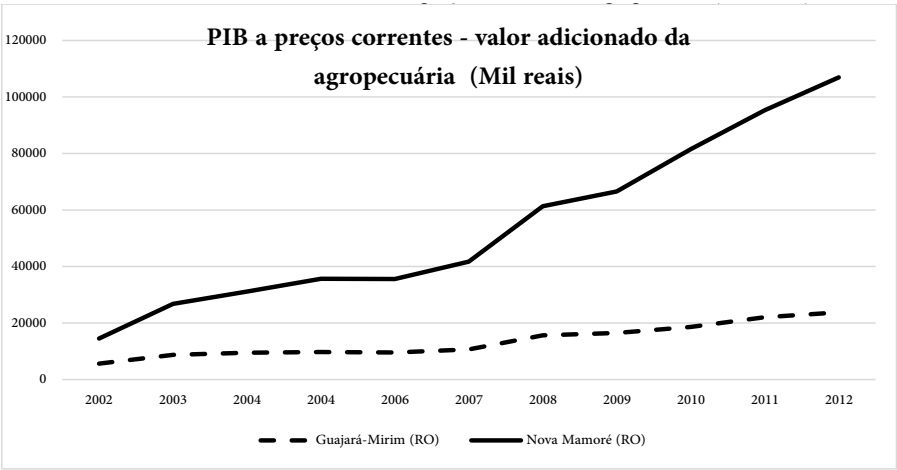
Município de GUAJARÁ-MIRIM	Área da UC no Município (km^2)	Criação
Terra Indígena (TI) Igarapé Lage	570,8492	Decreto nº 86.347, de 10/09/1981
Resex Rio Ouro Preto	1527,5698	Decreto nº 99.166, de 13/03/1990
Reserva Biológica Rio Ouro Preto	570,1498	Decreto nº 4.580, de 28/03/1990
Resex Pacaás Novas	3506,1912	Decreto nº 6.953, de 14/07/1995
Terra Indígena (TI) Rio Negro Ocaia	1037,2615	Portaria nº 185, de 24/02/2011
Terra Indígena (TI) Pacaás Novas	2841,3970	Decreto nº 256, de 30/10/1991
Reserva Biológica Traçadal	246,8677	Decreto nº 4.583, de 28/03/1990
Terra Indígena (TI) Uru-Eu-Wa-u-Wau	4552,7532	Decreto nº 275, de 30/10/1991
Parque Nacional Pacaás Novos	991,6738	Decreto nº 84.019, de 21/09/1979
Terra Indígena (TI) Sagarana	187,4970	Decreto s/n, de 24/05/1996
Terra Indígena (TI) Rio Guaporé	1143,5998	Decreto s/n, de 24/05/1996
Resex Cautário	682,9395	Decreto nº 7.028, de 08/08/1995
Parque Estadual Guajará-Mirim	48,1596	Decreto nº 700, de 27/12/1996
Resex do Rio Cautário	738,1749	Decreto nº s/n, de 07/08/2001
Resex Barreiro das Antas	1072,3425	Decreto s/n, de 07/08/2001
Parque Nacional Serra da Cutia	2836,117	Decreto s/n, de 01/08/2001
Total área Unidade de Conservação	22553,5435	-

Área do Município	24783,0533	-
% de Unidades de Conservação	91,0039	-
Município de NOVA MAMORÉ	**Área da UC no Município (km²)**	**Criação**
Terra Indígena (TI) Igarapé Ribeirão	487,6978	Decreto nº 86.347, de 10/09/1981
Terra Indígena (TI) Karipunas	808,2479	Decreto s/n, de 09/09/1998
Resex Jaci-Paraná	236,6717	Decreto nº 7.335, de 17/01/1996
Parque Estadual Guajará-Mirim	1950,3879*	Decreto nº 700, de 27/12/1996
Terra Indígena (TI) Igarapé Lage	515,3439	Decreto nº 86.347, de 10/09/1981
Terra Indígena (TI) Uru-Eu-Wa-u-Wau	380,8419	Decreto nº 275, de 30/10/1991
Parque Nacional Pacaás Novos	231,5625	Decreto nº 84.019, de 21/09/1979
Resex Rio Ouro Preto	538,9496	Decreto nº 99.166, de 13/03/1990
Total área Unidade de Conservação	5149,7032	-
Área do Município	10131,6694	-
% de Unidades de Conservação	50,8278	-

*Área reduzida em 2014, não computada para a abertura da estrada parque.
Fonte: Base digital utilizada para a 2ª aproximação do ZSEE/RO, que resultou no mapa do Zoneamento, aprovado pela Lei 233, de 06 de junho de 2000 e MMA (2017) e ISA (2017).

Os municípios de Guajará-Mirim e Nova Mamoré têm apresentado acréscimo nos valores do PIB (Gráfico 01), por influência das atividades agropecuárias, entretanto, o primeiro município apresenta menor crescimento em função da limitação de uso da área para fins agrícolas, em decorrência das áreas destinadas à preservação e conservação, as quais correspondem a 90% do seu território. O segundo, tem cerca de 50% de sua área na mesma condição.

Gráfico 01 – PIB e Valor adicionado bruto a preços correntes da agropecuária (Mil Reais)



Fonte: Batista (2014).

O fato desses municípios estarem recebendo incrementos populacionais positivos para as áreas rurais e aumento do PIB, por influência da agropecuária, chega a ser preocupante, visto que a maior parte das atividades desenvolvidas utilizam baixa tecnologia (Batista, 2014), fato que proporciona maior degradação. Desse modo, frente a tantos impedimentos impostos pelo caráter preservacionista, a questão que se impõe à sociedade, sob a premissa do Desenvolvimento Sustentável – DS, é semelhante ao enigma da esfinge, o qual apresenta um conceito que nasce no âmbito político e é posto para a comunidade científica e aos gestores em geral.

A natureza não deve ser vista como uma barreira ao desenvolvimento socioeconômico, como tem ocorrido com o município de Guajará-Mirim; o desafio é criar mecanismos de desenvolvimento socioeconômico com menos impacto sobre os recursos naturais. É preciso que se veja a produção sob a perspectiva da divisão dos tipos de atividades econômicas: primárias, secundárias e terciárias. As atividades primárias, como a agricultura e pecuária, em suas formas tradicionais, são aquelas que alteram drasticamente os recursos naturais e estão, nesse caso, excluídas das possibilidades para a área de GJM e NM, mas o extrativismo é uma possibilidade real.

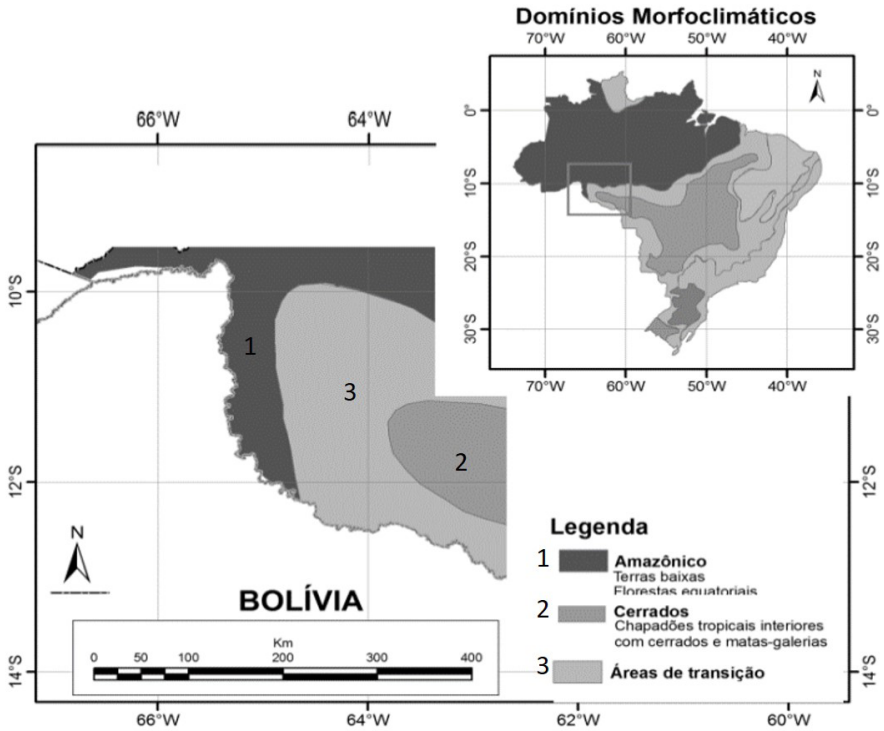
As atividades secundárias, relativas à transformação da matéria-prima, no caso, a indústria, requerem em sua base três situações conjuntas: proximidades dos mercados consumidores ou viabilidade econômica na logística de transporte para estes; acesso às matérias-primas a serem transformadas; e mão de obra qualificada, esta última, de mais fácil solução, devido às possibilidades de qualificação local ou dos fatores migratórios que a economia impõe. De fato, o que se observa é que a região de Guajará-Mirim não apresenta as duas primeiras condições (proximidade a mercados consumidores e facilidade de acesso a matérias primas tradicionais), ocasionando que políticas de instalação de empresas tenham maior dificuldade de sucesso. As atividades terciárias, relativas a serviços como comércio, turismo e lazer também são uma possibilidade real, dados os atrativos paisagísticos para a região.

Caracterização fisiográfica e uso da terra

Para a caracterização fisiográfica da região de Guajará-Mirim e Nova Mamoré optou-se pela classificação de Ab'Sáber (2003), que diferencia as regiões ecológicas em Domínios Morfoclimáticos, como resultado da interação do relevo, solo, clima e vegetação, numa perspectiva geossistêmica. Dessa forma, a região possui dois domínios explícitos: o domínio Amazônico e áreas de transição Cerrado-Amazônia, conforme se verifica na Figura 02.

O clima, na área do município, corresponde ao Equatorial (quente e úmido o ano todo) e com dois períodos bem definidos: seco, de maio a setembro e úmido, de outubro a abril. A vegetação divide-se nos seguintes tipos florestais: Floresta Ombrófila Densa (Da e Ds), na região de planície e Floresta Ombrófila Aberta (As e Ab), Savanas ou Cerrados (SO e Sd), nas áreas mais elevadas. Entre as unidades de relevo, no município, destacam-se duas principais: a Planície e Pantanal do Guaporé, que na porção sudoeste da área (mais próxima da área urbana de Guajará-Mirim) apresenta desníveis dos Planaltos Residuais Sul Amazônicos, também citado por Brasil (1978).

Figura 02 – Domínios Morfoclimáticos na Região de Guajará-Mirim e Nova Mamoré



Fonte: Adaptado de Batista, 2014.

O crescimento populacional e a economia estão diretamente relacionados devido às necessidades de trabalho e renda, pois áreas estagnadas ou deprimidas economicamente têm características repulsivas de população. Dessa forma, equacionar o desenvolvimento socioeconômico e a qualidade ambiental é fator crítico atual para a região, até porque a pauperização da população leva a outros tipos de problemas ambientais, de ordem da qualidade de vida, inclusão social, entre outros. Por se constituir numa região de fronteira, sabe-se dos problemas relacionados a atividades ilícitas, crimes contra a vida e contra a natureza, sem que sejam devidamente coibidos.

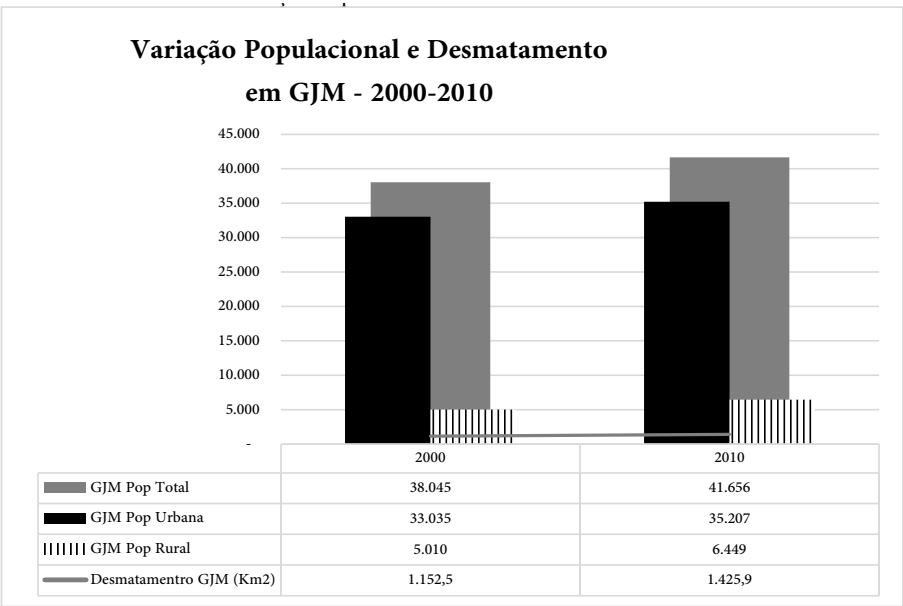
Relacionando essas informações ao contexto do município de GJM, este apresenta baixo impacto na alteração das áreas naturais, em função da quantidade de áreas especiais definidas, fazendo com que o uso do solo seja

restrito, o que gerou pouco desmatamento e pouca alteração na cobertura florestal nativa, no período de 2000 a 2012, segundo dados do PRODES retratado por Batista (2014). Por outro lado, o município de NM, em especial, ao longo da BR-421, mostra intensas modificações.

Meio Ambiente e Saúde da População

Em Guajará-Mirim, o crescimento populacional, entre 2000 e 2010, foi de 8,67%, contudo, foi maior nas áreas rurais (22, 31%) que nas áreas urbanas (6,17%), fato que está na contramão da tendência nacional, que é de urbanização. Isto porque o potencial gerador de empregos, na área urbana, não se alterou nos últimos anos e, apesar das restrições ecológicas no município, o desmatamento aumentou 19,17% (Gráfico 02).

Gráfico 02 - Variação Populacional e Desmatamento em GJM - 2000-2010



Fonte: Organizado pela autora, com base em Censo 2000 e 2001 e Prodes/INPE, 2017.

Importante destacar que Guajará-Mirim tem a maior população indígena do estado de Rondônia, com 3.998 índios, segundo dados do Censo 2010. Desses, 228 residiam nas áreas urbanas e 3.770 nas rurais, ou seja, mais

de 50% da população rural de GJM é indígena e o crescimento populacional, nas áreas rurais, também está ligado ao crescimento vegetativo e às políticas nacionais de fixação e de proteção do índio no Brasil.

Nas observações de campo, realizadas por Batista (2014), as características da paisagem de GJM denotam atividades de baixa tecnologia e baixo retorno econômico. Também, verifica-se historicamente um baixo número de famílias assentadas (323), conforme Quadro 02, e o tipo de assentamento.

Quadro 02 – Assentamentos em Guajará-Mirim

NOME PA	Capacidade	Famílias Assentadas	Área PA (Km2)	Data Criação
Reserva Extrativista Barreiro das Antas	10	9	107.234,3	04/11/2002
Reserva Extrativista do Rio Ouro Preto	178	178	204.583	05/09/2003
Reserva Extrativista Rio Cautário	14	14	73.817,5	06/07/2005
PDS Dom Xavier Rey	80	79	31.644	31/05/2007
RESEX Pacaas Novos	60	43	353.219	04/11/2010

Fonte: INCRA, 2017. http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php

Observa-se que, a quantidade de famílias, em alguns casos, fica abaixo da capacidade, porque a possibilidade de permanência neste tipo de assentamento requer o uso de técnicas menos degradadoras do meio natural. Este cenário colabora para que Guajará-Mirim não tenha apresentado grandes atrativos ao crescimento populacional, por meio dos movimentos migratórios nas áreas rurais; isto porque a atividade primária, do tipo agropecuária tradicional, não tem grandes possibilidades de expansão, embora esteja presente.

Situação diferente ocorre em Nova Mamoré, onde o crescimento populacional foi de 34,44, sendo que na área urbana foi de 44,53% e 22,55%, nas áreas rurais. A partir do crescimento das atividades agropecuárias, as taxas de desmatamento também se tornaram expressivas no período, com uma ampliação de área desmatada em torno de 53% em NM, o que deve ser considerado alto (Gráfico 04).

Nova Mamoré, por sua localização na confluência das rodovias BR-421 e BR-425, recebe influências das políticas de desenvolvimento agropecuário do novo ciclo de crescimento econômico de Rondônia, como mostra o Quadro 03, onde, a partir de 2000, foram assentadas mais de 1.369 famílias.

Quadro 03 – Assentamentos em Nova Mamoré

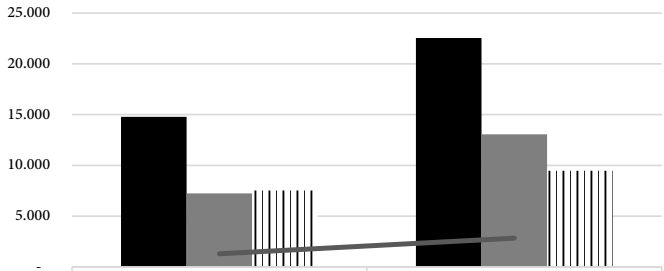
NOME PA	Código IBGE	Capa-cidade	Famílias Assenta-das	Área PA (Km2)	Data Criação
PIC SIDNEY GIRÃO	1100338	686	3	69.749,56	13/08/1971
PA FRANCISCO JOÃO	1100338	181	178	13.550,61	31/07/2000
PA FLORIANO MAGNO	1100338	257	243	16.463,3	31/07/2000
PA ESMOSINA PINHO	1100338	205	199	11.521,24	24/08/2000
PA IVO INÁCIO	1100338	153	146	12.655,38	31/07/2000
PA MARECHAL RONDON	1100338	200	106	11.474	05/12/2002
PA IGARAPÉ AZUL	1100338	200	113	10.616	05/12/2002
PA ROSANA LECY	1100338	100	61	3.005	28/11/2001
PA PAU BRASIL	1100338	221	193	14.825	05/12/2002
PA RIBEIRÃO	1100338	250	133	12.900	05/12/2002

Fonte: INCRA, 2017.

A cidade de NM se interliga aos distritos de Nova Dimensão (Nova Mamoré) e União Bandeirantes (Porto Velho), que têm apresentado maior dinamismo, além de que, após a cheia histórica do rio Madeira, que interditou a BR-364 e abertura da estrada parque, em 2014 (corta do Parque Estadual Guajará-Mirim), os fluxos com o município de Buritis se intensificaram.

Dessa forma, enquanto em GJM os índices de incremento na área desmatada estão positivos, mas baixos, em NM, os índices são variáreis, com queda até 2009, quando voltaram a aumentar pela expansão da fronteira agropecuária (Gráfico 03).

Gráfico 03 – Evolução da População e do Desmatamento, no período de 2000 a 2010, em NM e GJM



	2000	2010
NM Pop Total	14.778	22.540
NM Pop Urbana	7.247	13.064
NM Pop Rural	7.531	9.479
Desmatamentro NM (Km2)	1.310,1	2.840,6

Fonte: Organizado pela autora, com base em Censo 2000 e 2010 e Prodes/INPE, 2017.

Importante destacar que, acompanhando o crescimento populacional, cabe ao poder público suprir as necessidades básicas da população e, em se tratando das questões ambientais, o saneamento tem efeitos diretos sobre a saúde da população. Dentre os principais serviços públicos de saneamento temos a coleta de lixo e o abastecimento de água, além da existência de instalações sanitárias nos domicílios.

Quanto à coleta de lixo, o poder público cobre, prioritariamente, as áreas urbanas, tendo cobertura de 79,51%, em GJM, e 47,01%, em NM (IBGE, 2010). Cabe registrar que a parcela não coletada, tanto nas áreas rurais como urbanas, em geral, tem destinação inadequada, sendo queimados, enterrados ou depositados em rios ou solos desprotegidos, aumentando a proliferação de vetores transmissores de doenças e contaminando o ambiente.

Outra situação ainda persistente no Brasil, especialmente nos estados mais pobres, é a existência de domicílios sem adequadas instalações sanitárias, com ênfase para o banheiro, com algum tipo de esgotamento, seja para vala, fossa ou rio. Em GJM, ainda há 2,3% de domicílios nestas condições e, em NM, 4,33% (IBGE, 2010). Destaque para 1,21% destes que estão na zona urbana do município de GJM. A partir dessas informações, observa-se que essa população, além de estar sujeita a condições de vulnerabilidade ambiental,

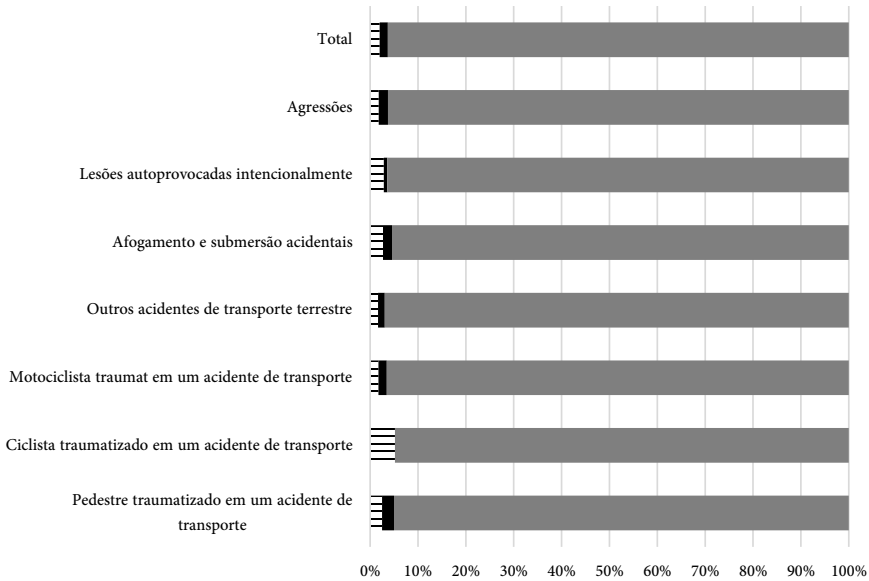
também ocorre a possibilidade de contaminação de outras pessoas, a partir dos lançamentos dos dejetos no ambiente.

Em relação ao abastecimento de água, sabe-se que o estado de Rondônia é extremamente deficitário nesse serviço, a partir de rede geral de água tratada. Havendo ampla oferta de água subsuperficial, a população atende sua demanda, na maioria dos casos, pela escavação de poços, o que aumenta o risco de contaminação da população por via hídrica, como também a contaminação de toda a água do aquífero, fazendo proliferar mais doenças. Dessa forma, as populações de GJM e NM estão nesta condição de vulnerabilidade. Em Guajará, 44, 74% da população é atendida por rede geral, sendo o maior percentual (44,67%), na área urbana. A maioria da população utiliza o poço ou nascente na propriedade (48,6%) (IBGE, 2010).

Em NM, a situação é ainda mais preocupante, pois apenas 6,66% da população é atendida por rede geral de esgoto e, desta, a maioria (6,45%) está na área urbana. No ano de 1988, poço ou nascente estava presente em 25% do total dos domicílios como forma de abastecimento.

A partir destas condições gerais de vida da população, é possível fazer uma correlação com o perfil epidemiológico da região, o qual foi divulgado em 2010, via DATASUS, em cadernos de informações de saúde de Rondônia (DATASUS, 2017), em que se tem as principais causas de internações por grupo de idade. Apesar da data da publicação, a título de análise geral, as correlações são válidas, porque as condições de vida da população não se alteraram de maneira geral. As internações, na faixa etária de 1 a 4 anos, tiveram 19% de suas causas relacionadas a doenças infecciosas e parasitárias, as quais têm grande relação com o saneamento básico, que é deficitário (DATASUS, 2017).

Gráfico 04 - Óbitos por Causas Externas 2010 a 2014 – Rondônia



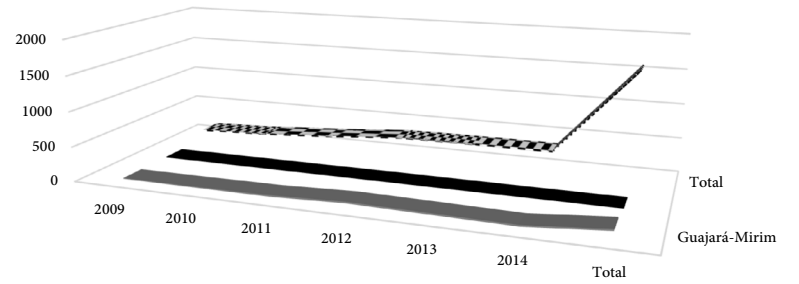
	Pedestre traumatizado em um acidente de transporte	Ciclista traumatizado em um acidente de transporte	Motociclista traumat em um acidente de transporte	Outros acidentes de transporte terrestre	Afogamento e submersão acidentais	Lesões autoprovocadas intencionalmente	Agressões	Total
Guajará-Mirim	7,00	6,00	15,00	20,00	10,00	12,00	48,00	118,00
Nova Mamoré	7,00	0,00	15,00	17,00	7,00	3,00	52,00	101,00
Total	267,00	110,00	834,00	1176,00	355,00	403,00	2575,00	5720,00

Fonte: DATASUS, 2017.
* "Total" diz respeito a Rondônia.

Chama a atenção a quantidade elevada de internações por causas externas, em especial na faixa etária de 10 a 14 anos (41%), 15 a 19 anos (46,2%) e 20 a 49 anos (29,6%), todas ligadas a lesões, envenenamentos e algumas outras consequências externas, as quais serão mais à frente detalhadas. A tendência nacional e rondoniense é a elevada mortalidade infanto-juvenil ligada a homicídios; isto se correlaciona a atividades ilícitas, brigas e outros tipos de violência.

Em Nova Mamoré, cuja situação de saneamento é mais deficitária que em Guajará-Mirim, as internações por causas infecciosas e parasitárias são ainda maiores e acometem mais faixas etárias infanto-juvenis: menos que 1 ano (31,9%); 1 a 4 anos (29,1%); 5 a 9 anos (36,6%) e 10 a 14 anos (23,3%).

Gráfico 05- Violência Doméstica, Sexual e/ou Outras Violências – GJM, NM e Rondônia (2009-2015)



	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Total
Guajará-Mirim	0	2	10	47	32	18	109
Nova Mamoré	0	0	0	2	0	0	2
Total	145	182	250	330	338	339	1584

Fonte: DATASUS, 2017.
* "Total" diz respeito a Rondônia.

Considerando a atipicidade dos números de internações por causas externas, numa análise mais detalhada e buscando as causas de óbitos por esse CID, constata-se que as agressões são expressivas nos dois municípios (Gráfico 06).

Observando as notificações de atendimentos por motivos de violência doméstica, sexual e outras, que em geral acometem mais as mulheres, os números são bem expressivos em Guajará-Mirim, em relação ao demais municípios do estado de Rondônia, onde, no período de 2009 a 2014, 6,88% de todas as notificações estaduais deste CID são daquele município (Gráfico 07).

Considerações finais

A situação ambiental, na região de GJM, apresenta nuances diferenciadas, pois quando se trata de sustentabilidade, as questões ecológicas, econômi-

cas e sociais devem ser vistas em conjunto. Dessa forma, verifica-se uma baixa sustentabilidade em toda a região, visto que, enquanto uma variável apresenta bons indicadores, outras demonstram uma negativa.

A situação em GJM é de alto índice de preservação e conservação ecológicas das matas, enquanto as condições de saúde da população não acompanham a qualidade ambiental desejada. Altos índices de violência demonstram fragilidades socioeconômicas, que devem ser objeto de políticas, pois, estas, vulnerabilizam a população, de maneira geral.

Em NM, enquanto os índices de desmatamento aumentam, o que torna a questão ecológica como foco prioritário para a sustentabilidade, os índices de violências foram menores que em GJM. De outro lado, o crescimento econômico nem sempre representa bem-estar para a população, prova disto são os altos índices de internações infanto-juvenis, por causas relacionadas à falta de saneamento básico adequado.

De todo modo, o desenvolvimento sustentável serve como conceito base para a busca de alternativas de desenvolvimento, que equacionem as necessidades básicas da população, o crescimento econômico e a conservação dos recursos naturais, mas é preciso tirar a venda política que se colocou para a ciência, de que esta deve criar o Desenvolvimento Sustentável, pois este nasce no campo político econômico e não apenas no campo das tecnologias.

Referências

AB'SABER, Aziz Nacib; MULLER-PLATENBERG, Clarita. (orgs.) **Previsão de Impactos:** o Estudo de Impacto Ambiental no Leste, Oeste e Sul. Experiências no Brasil, na Rússia e na Alemanha. 2ª ed. São Paulo: EDUSP, 1998.

AB'SABER, Aziz Nacib. **Os domínios da natureza no Brasil**: potencialidades paisagísticas. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BATISTA, Josélia Fontenele. **A evolução da pecuária bovina em Rondônia e sua influência sobre a configuração territorial e a paisagem (1970-2012**).

UFPR, 2014. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia da UFPR.

BEAUMONT, Peter; PHILO, Chris. Environmentalism and Geography: The great debate? In: MATTHEWS, J. A; HERBERT, D. T. (Edit.) **Unifyins Geografhy**: common heritage, shaded future. London: Routledge, 2004. (p. 177-143)

BRASIL. Departamento Nacional de Produção Mineral. **RADAMBRASIL**. Folha SC.20 Porto Velho; geologia, geomorfologia, pedologia, vegetação e uso potencial da terra. Rio de Janeiro, 1978.

Brasil. Ministério do Meio Ambiente. **Consulta ao Cadastro Nacional de Unidades de Conservação**. Disponível em <http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/cadastro-nacional-de-ucs/consulta-por-uc>. Acesso em 04/01/2017.

DATASUS – Departamento de Informática do SUS/Brasil. **Cadernos de Saúde/Rondônia**. Disponível em <http://tabnet.datasus.gov.br/tabdata/cadernos/ro.htm> Acesso em 03/01/2017b.

DATASUS – Departamento de Informática do SUS/Brasil. TABNET/ **Epidemiologia e Morbidade**. <http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=0203>. Acesso em 03/01/2017a.

GONÇALVES. Carlos Walter Porto. **Os (Des) Caminhos do Meio Ambiente**. 14ª ed. São Paulo: Contexto, 2008. (*Temas atuais*)

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em <http://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em 08/01/2017.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Séries histórias do Censo**. Disponível em <http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/>. Acesso em 04/01/2017.

INCRA. **Incra nos Estados** - Informações gerais sobre os assentamentos da Reforma Agrária. Disponível em <http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>. Acesso em 02/01/2017.

RONDÔNIA. **Atlas Geoambiental de Rondônia**. Porto Velho/RO: SEDAM, 2002.

SUFRAMA. **Área de Livre Comércio**. 2017. Disponível em <http://www.suframa.gov.br/suframa_descentralizadas_alcs_guajaramirim.cfm> Acesso em 27/12/2017.

INPE. **PROJETO PRODES** - MONITORAMENTO DA FLORESTA AMAZÔNICA BRASILEIRA POR SATÉLITE/ Dados por Município. Disponível em <http://www.dpi.inpe.br/prodesdigital/report.php>. Acessado em 04/01/2017.

ISA – Instituto Socioambiental. **Consulta as Terras Indígenas**. Disponível em <https://terrasindigenas.org.br/es/terras-indigena>. Acesso em 04/01/2017.

A EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA DO POVO KARITIANA NO CONTEXTO DOS IMPACTOS PROVOCADOS PELAS HIDRELÉTRICAS EM RONDÔNIA, AMAZÔNIA BRASILEIRA

Adriana Francisca de Medeiros
Simone Ferreira de Athayde
Adnilson de Almeida Silva

Introdução

No Brasil, nos últimos 50 anos o campo da educação escolar indígena foi marcado por intensas discussões pautadas no reconhecimento de um modelo educacional diferenciado, promovidas sobretudo pelos movimentos indígenas e indigenista.

No entanto, é possível visualizar progressivas conquistas, a partir da aprovação da Constituição Federal de 1988 que reconheceu oficialmente a multiplicidade cultural brasileira e garantiu o direito à uma educação bilíngue e diferenciada:

> A idéia de escola indígena diferenciada e intercultural no âmbito de políticas públicas governamentais foi inaugurada pela Constituição Federal de 1988 e regulamentada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) de 1996 que definiu a escola indígena como responsável por assegurar aos povos indígenas uma educação "diferenciada", onde o eixo seja o respeito intercultural e a necessidade de adequar os conteúdos e práticas pedagógicas à realidade vivida nas comunidades. (Luciano-Baniwa, 2011, p. 172).

É também nessas últimas décadas que a Amazônia brasileira tem experimentado diversas fases de expansão de povoamento, extensão agrícola, de polos petroleiros, complexos siderúrgicos e recentemente barragens hidrelétricas. O conjunto de ações atraiu madeireiros, mineradores, posseiros, agricultores

e outros interessados na exploração e ocupação das terras, o que implicou na expressão de um modelo de desenvolvimento impositivo e desigual. Além de ocasionar conflitos e impactos sociais e ambientais.

O presente trabalho aborda esses dois debates importantes vivenciados nos dias atuais pelo povo Karitiana: as mudanças ocorridas no seu território após a implantação das hidrelétricas do Madeira e a construção da proposta de escola diferenciada aos moldes da legislação vigente.

Nesse contexto, são nítidos dois grandes desafios: como sobreviver aos impactos e como construir uma escola que permita dialogar com as demandas da coletividade. Destarte, objetivamos discutir o papel da escola indígena no contexto dos impactos socioambientais provocados pela construção de hidrelétricas na Terra Indígena Karitiana (TIK), em Rondônia.

Para cumprir com o nosso objetivo, organizamos o texto do seguinte modo: o primeiro item se fundamenta nos estudos que discutem vários aspectos dos Karitiana, como Moser (1997), Sampaio e Silva (1997) Vander Velden (2010; 2012) e Sarde Neto (2013); no outro momento descrevemos os passos do trabalho e posteriormente descreveremos os impactos provenientes da construção das hidrelétricas próximo à TIK e o papel da escola frente a essa problemática. Ao fim, tecemos algumas considerações.

Quem são os Karitiana?

O povo Karitiana, vive em Rondônia – Brasil (Figura 01) e totaliza uma população de aproximadamente 320 pessoas. Dentre estas, a maioria reside na Aldeia Central, denominada *Kyõwã* ("Sorriso de criança"), a 95 quilômetros ao sul de Porto Velho.

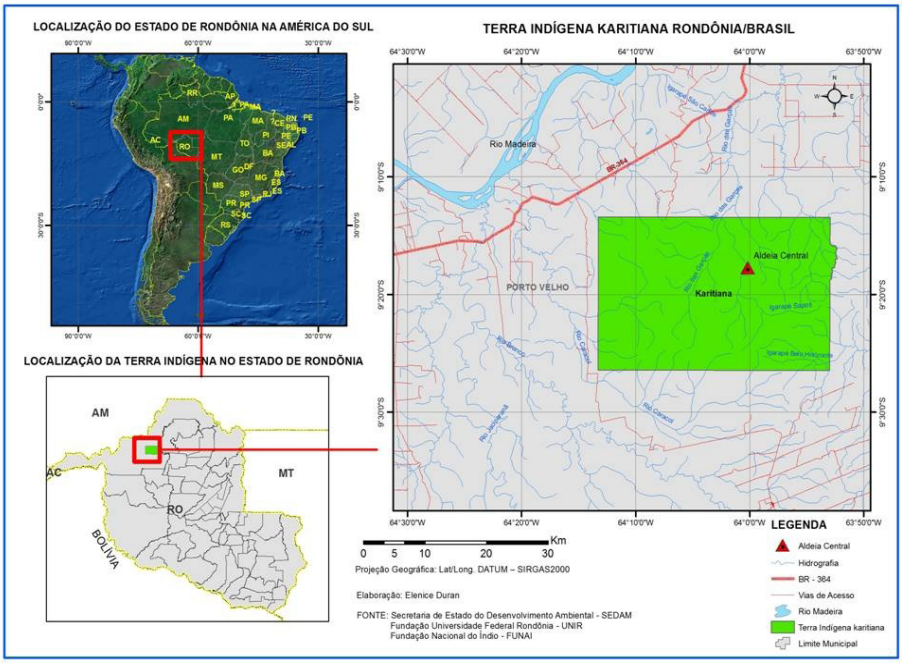
De acordo com os Karitiana, o nome designado para essa etnia, foi dado pelos seringueiros, que conforme relatos, nos primeiros contatos, ao se aproximar dos não indígenas eles falavam "*ytakatari yn*", que significa na língua Arikém "já vou embora", esta expressão foi interpretada pelo não indígena como Karitiana.

Os primeiros registros da existência do povo Karitiana, foram notificados por Marechal Rondon. Pouco se sabe da história dos Karitiana antes do século

XX. Observa-se um movimento "descontínuo e de resistência", por parte dos indígenas nesse processo de aproximação. Depois desses apontamentos de Rondon, eles reaparecem documentalmente nos registros da igreja de Porto velho em 1957 por ocasião do batismo de Antônio Mores e José Pereira (Vander Velden, 2010).

O contato do povo Karitiana com o não indígena teve dois momentos marcantes e decisivos. O primeiro foi com os seringueiros, que no início do século XX habitavam a região do Candeias e do Vale do Jamari. No processo de desenvolvimento dessas regiões estabeleceram-se confrontos interétnicos, devido ao avanço da exploração da seringa, a qual fez-se necessária a conquista da mão de obra indígena, a princípio em trocas de presentes e posteriormente com a exploração da mão de obra silvícola (Moser, 1997).

Figura 01 - Mapa da Localização da TI Karitiana em Rondônia



Elaboração Elenice Duran da Silva (2018), a partir de dados da SEDAM, UNIR, FUNAI.

O outro corresponde a criação do Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais (SPILTN, a partir de 1918 apenas

SPI), que objetivava amenizar os conflitos existentes entre exploradores e indígenas. Essa fase ficou caracterizada por um intenso processo de escolarização que visava a "integração dos indígenas à comunhão Nacional" que se estendeu pelas primeiras décadas do século passado, sob a responsabilidade de religiosos.

A luta e resistência faz parte da história do povo Karitiana, que assistiram os impactos sobre suas terras desde a construção da linha telegráfica Cuiabá – Amazonas, pela exploração da seringa e do minério, da construção da Ferrovia Madeira-Mamoré e dos projetos de colonização no estado de Rondônia. Nessa trajetória foram submetidos a um processo de pacificação e de espoliação; atualmente vivenciam mudanças ocorridas no seu território ocasionadas pela construção de duas hidrelétricas próximas a TIK.

Procedimentos metodológicos e trabalho de campo

Nossa investigação assumiu os princípios da abordagem qualitativa de pesquisa que em conformidade com Bogdan e Biklen (1994) têm-se que tanto na construção, como na análise dos dados levam em consideração as perspectivas dos participantes das situações estudadas, a partir das quais o pesquisador, com base em um referencial teórico, faz suas interpretações sobre os fenômenos estudados. De modo que o trabalho se apresenta com características de um estudo de caso.

Elegemos essas abordagens para o nosso trabalho investigativo, por considerar as especificidades do *lócus* e, ao mesmo tempo, seu potencial representativo de outras realidades com particularidades semelhantes.

É importante esclarecer que a decisão prévia de realizar o estudo com os Karitiana no município de Porto Velho, deveu-se à necessidade de ampliar a investigação desenvolvida pelo grupo de Rede de Pesquisas sobre Barragens Amazônicas, do qual a primeira autoria se insere como pesquisadora.

As pesquisas desenvolvidas pela Rede de Barragens Amazônicas fazem parte em uma iniciativa mais ampla de cooperação internacional para avançar a excelência acadêmica brasileira em pesquisas integrativas (inter e transdisciplinares) sobre a dinâmica socioambiental da implantação de barragens hidrelétricas na Amazônia brasileira.

A primeira etapa da pesquisa foi realizada no período de outubro e novembro de 2016. Naquele momento, realizamos entrevista semiestruturada e aplicamos questionário com 17 moradores da Aldeia Central, 11 homens e sete mulheres, com idade entre 26 e 60 anos, para identificar sob a ótica deles, as mudanças ocorridas na TIK após a instalação da hidrelétrica do Madeira.

Todos os entrevistados indígenas foram identificados com nomes de animais na língua Tupi-Arikém, para preservar-lhes a identidade, exceto, os professores João Karitiana e Ederlane Karitiana, que foram citados como fonte de referência a partir de seus trabalhos de conclusão de curso.

Utilizamos a entrevista como procedimento por considerá-la, ao lado do questionário, instrumentos básicos para a construção dos dados em trabalhos com abordagem qualitativa. Optamos pela entrevista semiestruturada haja vista, possibilitar o relato, ou seja, a descrição de fatos ou opiniões e, assim, a expressão de significações próprias dos sujeitos.

A etapa subsequente da pesquisa foi realizada no período de julho a setembro de 2017, que ficou restrita ao âmbito escolar. Nela realizamos entrevistas com nove professores, sete homens e duas mulheres, e uma oficina com a comunidade escolar; participamos também de uma reunião da supervisão escolar. Na oficina, apresentamos os dados coligidos a partir das entrevistas e questionários aplicados com os moradores da aldeia, citamos os impactos diagnosticados e questionamos se os mesmos concordavam com os resultados.

Em relação as entrevistas convidamos individualmente cada professor para responder as seguintes questões (i) Qual o papel da escola para o povo Karitiana? (ii) Na escola vocês, professores, trabalham conteúdos relacionados aos impactos socioambientais (iii) Se sim, como? Se não, como deveriam trabalhar?

Essa fase da pesquisa foi a que levou mais tempo para ser concluída, porque precisávamos aproveitar o tempo "livre" dos professores entre uma aula e outra para solicitarmos a entrevista. Consideramos que na pesquisa qualitativa esse aspecto é um dos mais difíceis de serem administrados, pois o tempo do outro não é nosso.

Em relação às reuniões, participamos de uma como convidada para redigirmos a ata, o encontro contemplava uma pauta com inúmeras informações,

mas também de reivindicações por parte dos professores à supervisão da escola. Nesse momento, foi possível encontrar nos diálogos dos professores o que já tinha sido evidenciado nas entrevistas.

Diante dos dados construídos mediante os questionários aplicados, nos debruçamos nas análises. Para nos orientarmos nesse procedimento, optamos pela técnica de Análise de Conteúdo. Procuramos interpretar, organizar, inferir e dar sentido a tudo que foi construído, os dados que não foram categorizados, foram analisados à luz do referencial teórico.

Os impactos ambientais e a escola Karitiana

As hidrelétricas Santo Antônio e Jirau constituem um dos maiores projetos de geração de energia elétrica na Amazônia e estimam uma potência instalada de 6.450 MW (3.150 MW em Santo Antônio e 3.300 MW em Jirau), conforme Fonseca et al. (2013, p.13).

Os estudos de inventário e viabilidade do projeto aconteceram entre os anos de 2001 e 2006. Em 2008 as obras foram iniciadas. Em 30 de março a hidrelétrica recebeu autorização da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) para iniciar sua operação. As obras de construção foram concluídas em dezembro de 2016.

As hidrelétricas Santo Antônio e Jirau fazem da Iniciativa Integração Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), que tem como finalidade promover o desenvolvimento, a competitividade, a sustentabilidade e a integração dos países sul-americanos. Estão incluídas no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o qual prevê a construção de diversos projetos de geração de energia elétrica na região Amazônica, que se sobrepõem aos interesses dos povos que vivem na região.

A proposta de desenvolvimento da IIRSA é baseada em um projeto neoliberal que visa o lucro através da exploração dos recursos naturais. Para instalação e funcionamento exige-se um procedimento administrativo que rege as normas para a execução do projeto, chamado licenciamento ambiental.

O Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), instituído pela Lei 6.938/81, se configura em um órgão consultivo e deliberativo do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, regulamentada pelo Decreto 99.274/90. O citado decreto ainda normatiza os três tipos de licenças a serem emitidas pelo poder público no processo de licenciamento ambiental.

No processo de licenciamento ambiental, de acordo com o Art. 23 da Constituição Federal, com o Decreto Legislativo 143/2002 e com Decreto Presidencial 5.061/2004, os governos deverão ouvir os povos indígenas sempre que os empreendimentos afetarem seus territórios.

O processo de licenciamento e instalação das hidrelétricas Santo Antônio e Jirau foi marcado por arbitrariedades de inúmeras ordens, especialmente com relação aos direitos das comunidades atingidas, visto que se ignorou os direitos consignados pela Constituição Federal, pela legislação ambiental que os regulamenta e pelas convenções internacionais.

Durante o licenciamento o povo Karitiana como os demais atingidos, pescadores e ribeirinhos, receberam apoio de alguns órgãos não governamentais, como o Instituto Madeira Vivo (IMV), do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e também do Conselho Missionário Indigenista (CIMI), para ajudá-los na compreensão do processo de licenciamento e dos efeitos dos impactos socioambientais que poderiam afetar seus territórios.

Ao estudar o processo de licenciamento ambiental do qual o povo Karitiana participou recentemente, foi possível visualizar que praticamente não houve resistência, um pequeno grupo que levantou algumas questões, foi silenciado pelas promessas feitas pela empresa. As lideranças também foram ofuscadas pela possibilidade da materialização das resoluções de muitos problemas da aldeia, e alguns ficaram à frente das negociações. Esse grupo incluía o presidente da Associação Karitiana e outras lideranças da comunidade.

É perceptível os pontos nevrálgicos do processo de licença ambiental no Brasil, a partir do licenciamento das hidrelétricas Santo Antônio e Jirau, do Consórcio Santo Antônio Energia, que se destaca pelos conflitos de interesses, entre os empreendedores, o Estado e os atingidos, um embate de

forças desiguais, de um lado, as empresas que buscam o lucro com a geração de energia e o Estado com o objetivo de conformar vidas, em nome do "progresso" e, na outra margem, as vítimas totalmente desinformadas e, por conseguinte, iludidas e usurpadas dos seus direitos a uma vida digna.

Diante desse cenário, qual a percepção do grupo impactado? Como acontece o processo de consulta e participação? Quem participa?

Com o intuito de desvelar essas questões, 17 representantes Karitiana da Aldeia Central foram entrevistados com objetivo de identificar se eles perceberam os impactos, e se foram, quais são, e como se deu a participação destes no processo de licenciamento ambiental, baseado na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que dá direito aos indígenas de serem consultados caso suas terras sejam impactadas por grandes projetos.

No quadro 01 apresentamos um quadro que resume a percepção dos impactos de acordo com os moradores da Aldeia Central.

Quadro 01 - Percepção dos impactados

IMPACTOS	
SOCIAIS	**AMBIENTAIS**
Mudanças na hierarquia (governabilidade) da aldeia	Seca do Igarapé Sapoti
Enfraquecimento das festas tradicionais	Escassez de peixes
Mudanças comportamentais	Diminuição da caça
	Invasões de terras
	Doenças na comunidade
	Dificuldades com plantio de roças

Fonte: Dados compilados, em 2017, a partir das entrevistas realizada com o povo Karitiana

Os entrevistados se reportaram frequentemente à degradação dos recursos naturais em comparação ao "tempo de antigamente" e às terras do Candeias, de acordo com ele nesse último território, ocupado hoje por uma parte dos Karitiana, ainda é possível encontrar peixe e caça, porque sofre menos com as influências dos impactos provocados pela construção das hidrelétricas, haja vista encontrar-se um pouco mais distante da represa.

Todos concordam, ainda, que o igarapé Sapoti secou, e que há irregularidades no nível da água e escassez de peixe, causados pelo barramento (proprietários de terras vizinhas) dos afluentes que abastecem o rio da aldeia, além de provocar a quase extinção da jatuarana *Brycon sp*., uma espécie piscícola utilizada em um dos seus rituais, razão pela qual a festa não ocorre há anos.

A respeito da escassez de peixes, uma pesquisa realizada no Rio Madeira sobre os níveis hidrológicos e produção pesqueira, diagnosticou que as espécies migradoras como a jatuarana, tem seus deslocamentos fortemente relacionados com a variação do nível hidrológico. A alteração provocada pelas hidrelétricas no nível hidrológico pode afetar as migrações piscícolas, de modo a ocasionar uma diminuição de algumas espécies em determinadas áreas (Lima; Kaplan; Doria, 2017).

O problema em questão já havia sido diagnosticado anteriormente, como no Relatório Diagnóstico Final e Avaliação de Impactos nas Terras Indígenas Karitiana, Karipuna, Lage, Ribeirão e Uru-Eu-Wau-Wau de dezembro de 2014, elaborado por Leão, Azanha e Maretto, Neste documento há uma possível explicação para o problema do Rio Sapoti:

> Um dos problemas detectados nos estudos realizados pela FUNAI em 2003 foi o desmatamento da mata ciliar ao longo do igarapé Sapoti (Garça), na área limítrofe da aldeia, o que pode levar ao seu assoreamento.
>
> Fomos informados, ainda, que foi construída por fazendeiros no rio das Garças, uma barragem que está impedindo a subida dos peixes. Já desaparecem espécies tais como: jatuarana, surubim, piau, cuiucuiú, tucunaré, peixe cachorro, pacu e outros. Além disso, como anteriormente colocado, no interior da área há escassez de peixe. Os rios que a cortam são de pequeno porte e para terem uma quantidade de peixe suficiente, os índios, via de regra, cruzam os limites da área indo até o igarapé Preto, e o rio Candeias e afluentes. A questão foi levada à Administração Regional da FUNAI e SEDAM- RO (Leão; Azanha; Maretto, 2014, p. 75).

Anteriormente as dificuldades relativas à pesca no igarapé Sapoti, já tinham sido mencionadas em trabalhos científicos, a exemplo do que descreve Vander Velden (2010, p. 100):

> [...] os moradores da aldeia reclamam da escassez de peixe: em 2006, por exemplo, os Karitiana me informaram que não encontravam mais jatuaranas porque um fazendeiro represou o rio das Garças ao norte da terra indígena para a formação de um tanque de piscicultura, impedindo que os peixes subissem o rio [...].

A preocupação persiste, sendo expressa nas falas dos informantes, ao se repetir palavras: "nesse rio aqui até porque quando seca fica sequinho, sequinho [...]" (Osori) "só que a água secou, secou, secou mesmo" *(Jeokon).* De acordo com os entrevistados nos meses agosto a outubro o rio fica literalmente seco.

Talvez a escassez de água, se configure um dos maiores problemas ambientais da aldeia, atualmente, "*o rio não cresce mais*" (Expressão usada pelos indígenas, para dizer que o rio não enche mais), as narrativas dos entrevistados não situam ano, mas relatam com certo saudosismo a cheia do igarapé Sapoti, que conforme eles, está cada dia mais raro ver tal acontecimento.

Além do peixe, a caça integra a base alimentar dos Karitiana. Foi mencionado que as atividades de caça sofreram mudanças, estão cada dia mais raras e mais distantes, são realizados longos percursos na floresta para serem alcançadas e leva-se muito tempo na captura. Na cultura do povo Tupi-Arikém, essa atuação em caçar é, tipicamente masculina. É uma atividade de socialização, quando se consegue capturar um animal de grande porte, este é entregue ao cacique que fica responsável em dividir com a comunidade e as mulheres cuidam da preparação da carne, porém, nos dias atuais essa redistribuição está cada vez mais incomum.

De acordo com os relatos, a rarefação da caça está no fato da terra indígena sofrer invasões (agravadas nos últimos tempos), que ocasiona o afastamento dos animais e pela restrição da reserva, que no período da demarcação restringiu a terra sem contemplar o território de ocupação ancestral na região do rio Candeias. Apesar, das dificuldades mencionadas, os indígenas conse-

guem abater macacos (a carne mais apreciada), cotias, pacas e porco do mato, porém, bem menos que "no tempo de antigamente". Um relato durante as entrevistas, nos chamou atenção, de acordo com a entrevistada, nos dias atuais os animais abatidos não são distribuídos para toda a aldeia, como era em tempos outrora, poucos são os que compartilham a caça adquirida. Na atualidade, os que conseguem abater os animais em caça "*vendem para os parentes*". A mudança dessa prática, se deve as relações comerciais que começaram a serem mais comuns depois da construção das hidrelétricas, de acordo com a entrevistada.

As dificuldades inerentes à alimentação, por meio da caça e do peixe, talvez expliquem a dependência cada vez maior de produtos industrializados adquiridos na capital Porto Velho e até de outras proteínas como carnes de boi e frango. Em relação às aves é muito comum as famílias criarem na aldeia para o consumo.

A preocupação com a proteção da Terra esteve presente em quase todas as menções dos entrevistados. Alguns destes, destacaram que as invasões ficaram maiores devido à ação de madeireiros após a construção da UHE, seus relatos revelam uma grande preocupação, como a de *Osori,* o qual situa esse fenômeno com o advento das Hidrelétricas. De acordo com um dos entrevistados, existe uma apreensão constante, isto é, em virtude da falta de fiscalização por parte de órgãos competentes, que causa vulnerabilidade em relação à gestão territorial.

Esses impactos sobre o território Karitiana foram descritos anteriormente na pesquisa de Sarde Neto (2013, p. 83):

> A construção de usinas hidrelétricas impacta os territórios; a exploração de minérios acarreta a destruição do solo, e diversas formas de criminalidade; invasão e grilagem de terra; exploração ilegal da flora e da fauna nativa, em especial o contrabando de madeira; construção de estradas que cortam terras indígenas; etc. Tudo isso são lógicas distintas de relações com o território.
>
> A problemática da posse e uso das terras tradicionais dos povos indígenas por aventureiros e o descaso das autoridades públicas fortalece os latifundiários, em especial a demora na demarcação das terras, e os modelos educacionais que ainda carregam resquícios do modelo assimilacionista de integração e submissão cultural e linguística.

> O avanço dos fazendeiros e madeireiros sobre os territórios tradicionais dos povos indígenas de Rondônia carece de uma análise crítica que contribua para as discussões sobre território, territorialidade, demarcações e redefinições de espaços concernentes ao atendimento do segmento indígena.

Na narrativa de *Osori*, um dos nossos entrevistados, outro aspecto a ser observado é a incidência de câncer na população Karitiana, após a construção da barragem. Assim, afirma:

> Primeiramente quando chegou a energia, não sei se foi energia, ou é clima que faz isso, a gente não tinha essa doença chamada câncer não, depois dessa barragem, primeiro foi meu tio que tava com câncer, o segundo minha tia, terceiro meu irmão morreu de câncer, só depois da construção da barragem, quem sabe? A doença fica no ar.

A explicação para o citado fenômeno, sob a perspectiva dos indígenas é também descrito por Vander Velden (2012, p. 92)

> Entre os Karitiana a doença (*kida oti*) é uma ameaça sempre presente: ela está "no ar", o tempo todo em torno da aldeia, assim como em volta dos indivíduos, sempre disposta a transpor as barreiras e penetrar no terreno ocupado pelas residências e, após isso, nos corpos. Diz-se que a doença encosta no corpo, ou que ela "tem veneno", e que sua proximidade é responsável pelo adoecimento e morte.

É possível sugerir, que na percepção Karitiana, há uma ligação direta entre as modificações ocasionadas como abertura de estradas, fumaça produzida pelos carros e máquinas com o aparecimento de doenças entre seu povo. Para eles, antigamente, antes do contato, o povo não adoecia, a malária, a diarreia, a tuberculose, foram trazidas pelo não indígena nessa conexão estabelecida através da abertura da passagem da floresta, que os torna vulneráveis, haja vista, seus rituais profiláticos e remédios extraídos da natureza não conseguirem curar tais doenças de contato.

Pesquisas na área médica têm apresentado resultados que notificam o aumento do índice de câncer nos povos indígenas. Uma investigação re-

alizada com diversas etnias brasileiras avaliou os aspectos relacionados ao câncer nessas populações, conforme menciona o estudo de Aguiar Júnior et al. (2016, p. 331):

> Apesar da baixa disponibilidade de dados de prevalência de câncer em populações indígenas, as estimativas indicam que a incidência da doença vem aumentando nessas comunidades. Embora haja evidências de menor incidência de câncer em povos indígenas, taxas de óbito mais elevadas foram relatadas nesses grupos, em relação à população em geral. Acredita-se que tais resultados adversos reflitam o estágio avançado do câncer no momento do diagnóstico, a falta de informação sobre a doença, a maior incidência de comorbidades e a disparidade no acesso a serviços específicos de saúde.

De acordo, com a pesquisa há um aumento do número de indígenas acometidos com a citada doença, mesmo que haja uma escassez de dados sobre o estado geral de saúde dos povos originários, estes apresentam um percentual maior de óbito em relação aos da sociedade envolvente. Entre os fatores apontados para o problema, está a ausência do diagnóstico inicial da doença, a dificuldade ao acesso a hospitais e profissionais de saúde, carência de programas de prevenção e campanhas educacionais. Ainda de acordo com a citada pesquisa o fator de mudança de comportamentos sociais tem alterado a saúde desses povos:

> Segundo dados de estudos realizados com índios da comunidade Parkatejê, localizada na Amazônia, o contato mais estreito com a civilização desencadeou mudanças sociais e comportamentais; a substituição progressiva das atividades de caça pela vida sedentária e da dieta à base de carne de caça por dietas com alto teor de gordura levou a maiores taxas de sobrepeso e obesidade, além de maior risco de câncer de próstata (Aguiar Junior et al., 2016, p. 333).

Outro estudo na área de oncologia, também realizado com povos indígenas no Brasil, afirma que um dos fatores que pode contribuir para incidência de câncer está relacionado à mudança culturais e alimentares, em conformidade com Oliveira (2015, p. 10):

> Historicamente, no perfil de morbidade e mortalidade dos povos indígenas no Brasil predominavam as doenças infecciosas e parasitárias. Entretanto a incorporação de novos hábitos culturais e urbanização contribuíram para o aumento da incidência das doenças crônicas degenerativas como o câncer.

Diante da exposição feita por *Osori* e os estudos apresentados, a incidência de câncer no povo Karitiana pode estar relacionado a diversos fatores, entre eles as mudanças culturais e alimentares.

Conforme apontado acima, aconteceram inúmeras mudanças socioambientais na Aldeia Central nos últimos tempos. Porém, nos chamou atenção a fala de *Bisy*: *"Mudou totalmente. Mudou pessoa, nós mesmo mudamos, mudamos de comportamento, pensamento, não é mais aquela pessoa 'eu vou sobreviver caçando, pescando, fazendo artesanato'. Hoje você ver mais capital"* (Aldeia Central, outubro/2016).

Essa mudança de comportamento, foi identificada em praticamente todas as citações dos entrevistados, através das expectativas frustradas em relação às compensações geradas pelo empreendimento, na visão dos indígenas muito dos seus problemas seriam solucionados com as compensações. O povo se sente ludibriado, a frase mais comum entre os entrevistados é "a *Santo Antônio não fez nada para nós*". Outros ainda dizem "A *Santo Antônio, queria fazer as coisas para a gente, mas a FUNAI não deixou*".

Ao mesmo tempo que relatavam as queixas, também nos foi revelado, que o povo Karitiana foi beneficiado com compensações pelos impactos, entre as benfeitorias, encontram-se a construção da escola, de sanitários na comunidade, de um posto de saúde e um alojamento, receberam também veículos para facilitar o transporte da comunidade para a cidade de Porto Velho. Porém, os benefícios não que se enquadram como "projetos de desenvolvimento sustentável", para gerar renda e autonomia financeira.

Sugere-se que essas expectativas frustradas se configuram nos dias atuais como o maior problema, que resultou em inúmeros conflitos entre empreendimento, FUNAI e indígenas, os dois últimos mais agravante. Foram mencionados vários projetos, desde criação de peixe, aquisição de equipamento para o cultivo de roças, que não foram cumpridos, ou que fracassaram.

Além de suscitar dependência e caracterizar-se como prática tutelar e assistencialista, esse artifício suscita conflitos intra e interétnicos, que dificulta a mobilização e organização política dos indígenas que frequentemente são seduzidos pela empresa com pagamentos ou são ameaçados pelo corte de projetos (conforme afirmam), em que este caracteriza-se como um dos argumentos utilizados para conduzir as negociações.

Em entrevista, um membro da Associação do Povo Karitiana, relata que a princípio a entidade recebeu dinheiro das empresas, como compensação:

> "E outra que eu quero contar ainda, a associação, o outro coordenador, com essa expectativa de que a associação ia receber o dinheiro e ia entrar recurso pra associação, esse secretário, ele tirava cheque sem fundo, ficaram devendo na praça, aí os fornecedores começaram a entrar na justiça, querendo tirar bens da associação e até hoje nós estamos inadimplentes por isso" (*BISY*, Aldeia Central, Outubro/2016).

Além dos problemas mencionados ainda foi possível identificar questões importantes como: ausência de documentos referentes ao processo de licenciamento da Santo Antônio e das atas das reuniões realizadas na aldeia, como também o desconhecimento e falta da participação nas audiências públicas pela maioria dos entrevistados. Os poucos que participaram também retratam que foram ludibriados com as promessas realizadas.

Em entrevista, uma funcionária do CIMI, que trabalha com os Karitiana descreve como o processo de consulta foi realizado.

> Para os Karitiana mesmo, eles (a empresa) chegaram falando só os benefícios disso; chegaram colocando todos os benefícios sem os impactos que isso causaria e na verdade o que a empresa chama de audiência pública é ir.... no caso consulta da comunidade, na verdade é uma mentira, por que eles chegam e fazem uma reunião, passam uma lista de presença, todo mundo assina e isso já é o consentimento da comunidade, como se isso fosse a consulta conforme prescreve 169 e na verdade isso não aconteceu". (APARECIDA, out/2016)

Ao analisarmos a voz da comunidade impactada, é notório o caos gerado nesse cenário. Principalmente pelo desconhecimento do processo por parte dos indígenas, como relatou *Bisy* "Mas nós não esperava esse impacto. Por que a gente são carente de informação; por que quando você tem uma informação correta, você tem como aprofundar o que pode acontecer mesmo, seria mais vantagem, não estaria conivente ao que tá acontecendo" (Aldeia Central, Outubro/2016)

Durante as entrevistas, ficou claro que praticamente não houve resistência no processo de licenciamento ambiental, um pequeno grupo que levantou algumas questões, foi silenciado pelas promessas feitas. As lideranças também foram ofuscadas pela possibilidade da materialização das resoluções de muitos problemas da aldeia, e alguns ficaram à frente das negociações. Esse grupo, incluía o presidente da Associação Karitiana e outras lideranças da comunidade. O que consequentemente ocasionou um enfraquecimento da figura do cacique, como relata a *Osori* "A *FUNAI, não respeita o cacique, ninguém respeita, cacique tá fraquinho*" (Aldeia Central, outubro /2016).

É perceptível os pontos nevrálgicos do processo de licença ambiental no Brasil, a partir do licenciamento das hidrelétricas Santo Antônio e Jirau, do Consórcio Santo Antônio Energia, que se destaca pelos conflitos de interesses, entre os empreendedores, o Estado e os atingidos, um embate de forças desiguais, de um lado, as empresas que buscam o lucro com a geração de energia e o Estado com o objetivo de conformar vidas, em nome do "progresso" e, na outra margem, as vítimas totalmente desinformadas e, por conseguinte, iludidas e usurpadas dos seus direitos a uma vida digna.

Nesse cenário, nos perguntamos qual o papel da escola indígena no contexto dos impactos?

Partimos da compreensão que a escola é demarcadora territorial intercultural, deve estar em sintonia com as demandas da comunidade onde está inserida. O trabalho pedagógico desenvolvido pela instituição deve contemplar duas dimensões: uma que se refere à defesa de seu território e todos os processos que isso envolve (acesso a conhecimentos técnicos e científicos necessários

a garantia de seus direitos) e a outra deve ser a contribuição na valorização de sua identidade étnica.

O povo Karitiana na última década está envolto em dois debates importantes, as mudanças ocorridas no seu território após a implantação das hidrelétricas do Madeira e a construção da proposta de escola diferenciada aos moldes da legislação vigente.

Para compreender esses processos distintos e imbricados ao mesmo tempo, realizamos reuniões e entrevistas guiadas pelas seguintes questões: como a escola participou do processo de consulta, resistência e compensação durante o processo de licenciamento; se os professores discutem os problemas de impactos na sala de aula, se sim, como isso acontece, se não, como poderiam debater.

Em relação à primeira questão, todos os entrevistados afirmaram que os professores não foram convidados para participar das reuniões durante o processo de licenciamento das hidrelétricas do Complexo Santo Antônio. Porém, alguns falaram que estiveram presentes em algumas reuniões na aldeia com a equipe que respondia pelo empreendimento. As palavras de *Boraty*, elucida esse momento:

> Me lembro que a Associação Karitiana, quem acompanhou. A Santo Antônio fez muitas reuniões, isso eu lembro. Quem fica na cidade é quem acompanhou mais as reuniões". "[...] para construir a escola foi muito difícil, foi muita luta. A gente foi lá, nós dialogamos com ele, a obra só saiu com a parceria da prefeitura.
>
> A gente era muito fraco nas coisas do não-indígena e hoje estamos cada vez mais crescendo através da escola. A escola tem trazido sabedoria para os povos indígenas. Se a gente não sabe a coisa do não-indígena como vamos debater com ele? Se a gente fala as coisas sem saber a gente não é nada. (*I'P* Escola *Kyõwã*, agosto/2017)

Os relatos dos professores parecem evidenciar a não participação destes no processo de consulta, resistência e compensação, como também o desconhecimento das palavras "alheias" que integram o cenário do licenciamento.

A nosso ver o território deve ser um dos eixos norteadores do trabalho pedagógico nas escolas indígenas, devido a importância deste para os povos nativos. Rezende (2015, p. 85) considera como aspecto relevante:

> [...] é fácil compreender a importância do território para os povos indígenas. Ele não está separado da vida. É o mundo onde se pode sonhar, viver uma relação educacional e poder fortalecer a cultura, a religiosidade, os costumes e dar significado para esse mundo. Alcançar a significação desse mundo e a relação com todos os seres. Os sentidos que os povos étnicos dão para o território está para além da compreensão da ciência ocidental. É por isso que os conflitos entre as sociedades indígenas e a sociedade ocidental vêm aumentando cada vez mais.

O território e a natureza são a base da vivência material e espiritual dos povos indígenas, em razão que "O território é sempre a referência e a base de existência, e a língua é a expressão dessa relação" (Luciano-Baniwa, 2006, p. 130).

Ao serem questionados se os conteúdos relacionados aos impactos eram trabalhos na escola, a maioria dos professores disseram que não, outros ainda acrescentaram:

> "Eu acho que a escola precisa falar disso, mas nós não temos formação para isso" (*PA'YJ*- Escola *Kyõwã,* agosto/2017).
>
> "Eu trabalho, de forma geral na minha disciplina" (bióloga – não indígena)
>
> "Eu acho uma coisa importante. A gente fala de vez em quando" (*I'P*, Escola *Kyõwã*, setembro/2017)).
>
> "Eu acho que não é fácil e não tem como eu falar, eu trabalho com a matemática" (*BORATY,* Escola *Kyõwã*, agosto/2017),).
>
> "Pode ser trabalhado na escola, mas, nós não trabalhamos isso. Nós aprendemos isso no dia -a – dia, senão nada disso estaria preservado. É vocês não indígenas que precisam aprender" (*SOSY*, Escola *Kyõwã*, setembro/2017).

As abordagens revelam a necessidade de a escola indígena implantar a discussão ambiental em seu currículo, para discutir os problemas da comuni-

dade e não de modo geral como é apresentado no livro didático; o anseio dos professores pela abordagem da temática, com isso a insegurança de efetivá-la.

Por meio das escutas, observações e vivências com os professores Karitiana, também ficou claro que as questões territoriais surgem como fundamentais no currículo da educação indígena. Assim, os conceitos de território, territorialidade e pertencimento são fundamentais (Haesbaert, 2004) em uma proposta pedagógica. Abordar os impactos socioambientais nos territórios indígenas e da consequente precariedade das condições de vida em seus espaços é função de uma educação comprometida com a cidadania e com o futuro e o presente de um povo.

Nessa perspectiva a escola deve ser instrumento de conscientização, como recurso que auxilia na condução de projetos de sustentabilidade das comunidades e de administração das instituições indígenas criadas pós-contato, como a escola.

É importante frisar a fala do professor *Sosy* que problematiza a questão do aprendizado relacionados aos impactos socioambientais no ambiente escolar, na sua visão deve ser trabalhado na escola, porém, isso deve ser uma prioridade para os não indígenas, pois são estes que impactam as terras que os indígenas tentam preservar.

O último ponto de análise dessa discussão diz respeito à questão anterior. Quais as dificuldades que os professores enfrentam para efetivar uma proposta pedagógica que tenha conexão com a vivência da aldeia, aos moldes da escola diferenciada, intercultural e bilíngue?

Optamos por transcrever integralmente a falas dos professores que manifestaram suas opiniões:

> Primeiro, nós não temos acesso ao Projeto Político Pedagógico. Já pedimos, mas, não nos deram. Então, para ser educação indígena tem que ter o eixo da escola que é o Projeto Político Pedagógico. Esse tem que tá de acordo com os costumes do povo, que não está acontecendo. Outra, a escola diferenciada não tem que interferir na vida do aluno. Estamos segurando os alunos como se estivesse dentro de um chiqueiro. Isso não é educação diferenciada. Se o aluno vai pescar, caçar ou quebrar castanha, pedem para

> a gente botar falta na criança. O indígena tem que ter o espaço para educar seus filhos. Quem melhor representa a educação indígena? Branco ou indígena? tem que se refletir sobre isso para ter educação diferenciada (*SOSY*, Escola *Kyõwã*, setembro/2017).

Esse modelo de escola descrito configura-se um demarcador territorial tradicional (Almeida Silva, 2010, p. 2015), um armazém aleatório de conteúdo, haja vista não ser orientada por um PPP elaborado pelos professores indígenas, este poderia garantir maior autonomia nos processos escolares, se fosse construído pela comunidade. A analogia que o professor *Sosy* faz ao comparar a escola a um "chiqueiro", reflete o poder que ela exerce sobre estes, um demarcador que organiza os espaços, administra o tempo, hierarquiza, classifica e enclausura.

Afrouxar as amarras institucionais da organização da escola, construir um PPP com a participação de todos, criar um calendário específico, flexibilizar conteúdos, cronogramas e horários, talvez possa colaborar para o agenciamento de uma escola que envolva os múltiplos processos identitários do povo Karitiana.

> Vou falar um pouquinho. Se a gente quer a escola diferenciada, nós professores, temos que assumir a autonomia dentro dela. Temos que assumir a gestão da escola. Porque nós indígenas temos conhecimentos dentro da comunidade. Eu entendo no meu ponto de vista, que muitos técnicos da Secretaria Estadual de Educação não vivem dentro da aldeia, então, como ela vai ver nossa realidade. Essa distância da SEDUC com a comunidade nunca vai conseguir vivenciar a escola diferenciada. A gente quer o funcionamento da escola diferenciada, mas, a gente não tem poder para administrar nossa escola. A escola tá muito distante do Estado, e o Estado não cuida da escola. Tá muito difícil para nós. Com certeza, se pudesse facilitar a autonomia para nós, a gente ia conseguir uma escola diferenciada (*BORATY*, Escola *Kyõwã*, setembro/2017).

As palavras do indígena, expressa o desejo de autonomia na gestão da escola. De acordo, com Luciano-Baniwa (2011, p.217) um dos princípios para

que se construa uma escola indígena de qualidade é: "Primeiro tem que ser dos índios, ou seja, precisa estar sob a gestão política, pedagógica administrativa da comunidade indígena". No caso da escola da Aldeia Central, todas essas funções estão a cargo da SEDUC, o que não a torna diferenciada e nem específica, como adverte outro professor indígena: "Porque assim como eu já falei a escola segue a regra da escola padrão não-indígena. Nós professores não vivenciamos mais as coisas da aldeia" (*JEOKON*, Escola *Kyõwã*, setembro/2017).

A conjuntura atual da escola Karitiana, de acordo com o que foi exposto pelos professores apresenta inúmeros empecilhos para a efetivação de uma proposta de educação intercultural e diferenciada: (i) o modelo implementado ainda segue os padrões, currículos e diretrizes das escolas não indígena; (ii) não há um calendário específico que respeite as especificidades indígenas; (iii) a escola é gerida e administrada por não indígenas; (iv) não há serviço de apoio para o preparo da merenda; (v) não há projeto político pedagógico; (vi) não há materiais didáticos apropriados; (vii) não há participação da comunidade no planejamento e nas decisões referente à escola.

Outro problema relatado inúmeras vezes em conversas e em uma reunião com a coordenadora pedagógica, da qual fomos convidados a participar, diz respeito à falta de profissionais para atuar na secretaria da escola e no preparo da merenda. Para o professor *Sosy*: "não adianta a SEDUC comprar alimentos, se não há quem prepare" (Escola *Kyõwã*, setembro/2017). Quanto às dificuldades de manutenção das escolas indígenas, Repetto (2008, p. 45) adverte:

> Ainda o diálogo intercultural precisa considerar as condições econômicas e materiais da relação dialógica entre os atores envolvidos. Não adianta pensar em interculturalidade na educação se o sistema não cumpre suas obrigações materiais para que o diálogo ocorra, isto significa investimento na formação dos profissionais da educação, investimento em infraestrutura adequada aos interesses e realidade dos povos, não apenas impor escolas padronizadas e envio de merendas estragadas ou pouco valorizadas pelas culturas, e ainda materiais escolares homogeneizantes e fora da realidade, significa que chegue a merenda e que seja de qualidade, dentro do conceito de qualidade de cada povo e comunidade, significa que os povos indígenas

> sejam respeitados e valorizados. Como o Estado pode pretender dialogar se o tempo todo subordina seus interlocutores? Isso não é diálogo. Isso é monólogo, assim como o 75% significam um currículo monocultural nacional.

As demandas apresentadas pelos professores no primeiro momento podem parecer um paradoxo, haja vista, expressarem a necessidade por uma escola que dê acesso aos inúmeros saberes científicos do não indígena e ao mesmo tempo, exigem que o "os modos de vida" do indígena sejam respeitados, como o tempo para caçar, a pescar, quebrar castanha, dentre outros. Esse pensamento conflui com a ideia de que "índio puro" é o indivíduo que vive na floresta, que caça e pesca sem direito ao acesso à tecnologia dos centros urbanos.

Nossa compreensão é que o desejo expresso pelos professores em ter acesso aos conhecimentos dos não indígenas e ao mesmo tempo reivindicar que seja respeitado o modo operacional do "mundo Karitiana", pode ser traduzido em interculturalidade, na perspectiva de encontro como defende Luciano-Baniwa (2011, p. 209):

> [...] interculturalidade como encontro de civilizações. Encontro não precisa ser necessariamente de confronto, de fusão ou de integração, aonde uma das partes precisa sempre perder ou ceder. Pode ser encontro de civilizações com alteridades e autonomias próprias, que estabelecem relações simétricas ou assimétricas e por vezes conflitantes, mas cada parte de acordo com seus interesses e situações históricas.

Um ponto importante que precisa ser desmitificado pela sociedade envolvente é: o fato de o indígena ter acesso à tecnologia, transportes automobilísticos e outros bens não significa abdicar de sua identidade étnica, eles apenas querem melhorar suas condições de vida, assim, como qualquer ser humano deseja.

Para finalizar essa discussão, registramos essa frase que resume o espírito da escola dos Karitiana: "Hoje os não indígenas pensam que a educação indígena tem um aspecto de redoma, para mim não é isso, é muito mais amplo. (*SOSY*, Escola *Kyõwã*, setembro/2017). O povo Tupi Arikém almeja ser donos das suas próprias perspectivas de futuro, construir uma escola da maneira que

anseiam, para garantir a gestão de seu território e a livre autonomia do pensar na construção de projeto de identidade.

Considerações finais

A nossa discussão ancorada em conceitos sobre interculturalidade e especificidade, visou oferecer subsídios que pudessem contribuir para construção de uma educação escolar voltada ao atendimento das demandas da comunidade, alicerçada na ideia de autonomia, que nos parece distante no horizonte, mas, não impossível de ser alcançada.

O povo Karitiana na última década está envolto em dois debates importantes, as mudanças ocorridas no seu território após a implantação das hidrelétricas do Madeira e a construção da proposta de escola diferenciada aos moldes da legislação vigente. Nesse contexto, são nítidos dois grandes desafios: como sobreviver aos impactos e como construir uma escola que permita dialogar com as demandas da comunidade.

Durantes as rodas de conversas, entrevistas e reuniões foi possível identificar a importância que a instituição escolar representa para os Karitiana e o significativo papel que é atribuído à essa instituição, o de promover o empoderamento político e técnico a partir da aquisição dos conhecimentos do não indígena, para que as relações com a sociedade sejam mais simétricas.

Pudemos perceber que embora os professores almejem uma educação escolar diferenciada, específica, intercultural e bilíngue, esses afirmam que esta não se realiza devido às inúmeras dificuldades que se interpõem à sua efetivação.

Referências

AGUIAR JUNIOR, P. N. *et al.* Disparities in cancer epidemiology and care delivery among Brazilian indigenous populations. **Einstein (São Paulo)**, [s.l.], v. 14, n. 3, p.330-337, set. 2016. FAP/UNIFESP (SciELO). Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/s1679-45082016ao3754 e http://www.scielo.br/pdf/eins/v14n3/pt_1679-4508-eins-14-03-0330.pdf. Acesso em: 12 jan. 2017.

ALMEIDA SILVA, A. **Territorialidades e identidade do coletivo Kawahib da Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau em Rondônia**: "Orevaki Are" (reencontro) dos "marcadores territoriais". 2010. 301 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

ALMEIDA SILVA, A. **Territorialidades, identidades e marcadores territoriais Kawahib da Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau em Rondônia**. Jundiaí: Paco, 2015.

APARECIDA. **Entrevista da representante do CIMI**. Escola *Kyõwã*. Aldeia Central, Terra Indígena Karitiana, 2017.

BOGDAN, R; BIKLEN, S. **Investigação Qualitativa em Educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. Tradução Maria José Alvares, Sara Bahia dos Santos, Telmo Mourinho Baptista. Porto: Porto, 1994.

FONSECA, I. *et al*. Audiências públicas: fatores que influenciam seu potencial de efetividade no âmbito do Poder Executivo federal. **Revista do Serviço Público**: fatores que influenciam seu potencial de efetividade no âmbito do Poder Executivo federal, Brasília, v. 64, n. 1, p.07-29, 2013. Trimestral. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/participacao/artigo_rsp_2013.pdf. Acesso em: 07 set. 2016.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: Do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

KARITIANA, B. **Entrevista**. Escola *Kyõwã*. Aldeia Central, Terra Indígena Karitiana, 2016.

KARITIANA, B. **Entrevista**. Escola *Kyõwã*. Aldeia Central, Terra Indígena Karitiana, 2017.

KARITIANA, E. **Entrevista**. Escola *Kyõwã*. Aldeia Central, Terra Indígena Karitiana, 2017.

KARITIANA, I'P. **Entrevista**. Escola *Kyõwã*. Aldeia Central, Terra Indígena Karitiana, 2017.

KARITIANA, J. **Entrevista**. Escola *Kyõwã*. Aldeia Central, Terra Indígena Karitiana, 2016.

KARITIANA, J. **Entrevista**. Escola *Kyõwã*. Aldeia Central, Terra Indígena Karitiana, 2017.

KARITIANA, O. **Entrevista**. Escola *Kyõwã*. Aldeia Central, Terra Indígena Karitiana, 2017.

KARITIANA, P. **Entrevista**. Escola *Kyõwã*. Aldeia Central, Terra Indígena Karitiana, 2017.

KARITIANA, S. **Entrevista**. Escola *Kyõwã*. Aldeia Central, Terra Indígena Karitiana, 2017.

LEÃO, A.C.S.; AZANHA, G; MARETTO, L.C. **Diagnóstico final e potenciais interferências nas terras indígenas Karitiana, Karipuna, Lage, Ribeirão e Uru-Eu-Wau-Wau.** Brasília: Santo Antônio Energia, 2005.

LIMA, M.A; KAPLAN, D.; DORIA, C.R.C. Hydrological controls of fisheries production in a major Amazonian tributary. **Ecohydrology**, [s.l.], v. 10, n. 8, p.1-19, 10 out. 2017. Wiley-Blackwell. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1002/eco.1899. Acesso em: 12 jan. 2018.

LUCIANO-BANIWA, G. S. **Educação para o manejo e domesticação do mundo entre a escola real e a escola ideal**: os dilemas da educação escolar indígena no Alto Rio Negro. Tese (Doutoramento em Antropologia), Brasília: Universidade de Brasília, 2011. 368f.

LUCIANO-BANIWA, G. S. **O Índio Brasileiro**: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: Ministério da Educação,

Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/ Museu Nacional, 2006.

MOSER, L. **Os Karitiana no processo de desenvolvimento de Rondônia nas décadas de 1950 a 1990**. Dissertação (Mestrado em História). Recife: UFPE, 1997.

OLIVEIRA, S. C. R. A incidência de câncer na população indígena no Brasil e a subnotificação dos casos. **Revista Brasileira de Oncologia Clínica**, São Paulo, v. 11, n. 39, p.10-11, jan. 2015. Trimestral. Disponível em: https://www.sboc.org.br/sboc-site/revista-sboc/pdfs/39/editorial.pdf. Acesso em: 12 jan. 2017.

REPETTO, M. A Formalização das Propostas Pedagógicas das Escolas Indígenas e a construção de Cidadanias Diferenciadas. **Cadernos de Educação Escolar Indígena. PROESI**. Barra do Bugres: UNEMAT, v. 6, n. 1, 2008. Disponível em: http://www.uft.edu.br/lali/uploads/06_cadernosdeeducaoescolarindigenan%C2%BA06v.012008barradeburgresmt.pdf. Acesso em 10 out 2019.

REZENDE, M. A. O território como um elemento indissociável da educação*:* um desafio para a formação de professores indígenas. **Revista Pedagógica**, Chapecó, v. 17, n. 34, p. 75-91, jan/abr.2015. Disponível em: https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/pedagogica/article/view/2919. Acesso em 20 dez 2020.

SARDE NETO, E. **Cosmografia Karitiana**: território, educação e identidade étnica em Rondônia. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Rondônia, PPGG, 2013.

VANDER VELDEN, F. De volta para o passado*:* territorialização e 'contraterritorialização' na história Karitiana. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 13, n. 1, p.55-65, 2010. Semestral. Disponível em: http://www.redalyc.org/pdf/703/70315011006.pdf. Acesso em: 12 mai 2020.

VANDER VELDEN, F. O cheiro doentio do contato: doença, história e degradação ambiental entre os Karitiana na Amazônia ocidental. **Mediações – Revista de Ciências Sociais**. Dossiê - Amazônia: Sociedade e natureza, v. 17, p. 85–120, 2012. Disponível em: http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/2012.v17n1p85/10989. Acesso em 10 dez 2020.

HIDRELÉTRICAS, DIREITOS HUMANOS E ALIENAÇÃO DO TERRITÓRIO NA AMAZÔNIA: ESTUDO DE CASO DA UHE TABAJARA – RONDÔNIA[1]

Ricardo Gilson da Costa Silva
Gisele Dias de Oliveira Bleggi Cunha
Rebeca Campos Ferreira

Introdução

Os megaprojetos hidrelétricos na Amazônia brasileira provocam grandes impactos socioambientais e violações sistemáticas dos Direitos Humanos dos povos indígenas e comunidades tradicionais. As inúmeras barragens construídas apresentam um histórico de fragmentação de territórios tradicionais, dos lugares objeto de intervenção (cidades, vilas, comunidades), e exclusão social, com os benefícios decorrentes da atividade de geração de energia, sendo concentrados em locais muito distantes daqueles onde os impactos territoriais são mais severamente sofridos.

As promessas de desenvolvimento local, geração de empregos e melhoria das condições de vida da população próxima das barragens são costumeiramente quebradas em todos os megaprojetos da região amazônica, e o resultado da atividade revela-se devastador, com inúmeras famílias desassistidas e não reparadas integralmente pelos danos sofridos, resultando em enorme dívida social, a exemplo das recentes construções das UHE's de Jirau e Santo Antônio (Rondônia) e Belo Monte (Pará).

Neste contexto, a partir da proposta de construção de mais uma hidrelétrica na Amazônia – a Hidrelétrica de Tabajara, localizada no município de Machadinho D'Oeste, norte do estado de Rondônia –, problematiza-se as transformações sociogeográficas na escala local, centralizando a análise na crítica do planejamento hidrelétrico na região amazônica (segunda seção do texto), que se desdobra em dois processos articulados, qualificado como *uso cor-*

porativo do território para o capital (terceira seção) e, consequente, *alienação do território* para os grupos sociais afetados (quarta seção), o que implica ampliar a análise à questão dos *direitos humanos e modos de vida* da localidade de Tabajara (quinta seção). Quanto aos procedimentos metodológicos, adotou-se; *i)* revisão bibliográfica, priorizando os estudos regionais de grandes projetos e seus impactos sociogeográficos, articulando o debate teórico com estudos empíricos na Amazônia; *ii)* análise documental do Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental do projeto hidrelétrico e análise do Laudo Pericial elaborado pelo Ministério Público Federal de Rondônia (Ferreira, 2017); *iii)* sistematização dos dados socioeconômicos e territoriais da área de estudo e trabalho de campo, com observação direta na Área de Influência Direta.

Por fim, conclui-se que os grandes projetos hidrelétricos na região instituem escalas de domínios dos recursos da natureza e de pressões políticas nos territórios tradicionais, de modo a produzir a alienação do território com a internalização ou territorialização das lógicas do capital hidrelétrico, ampliando as desigualdades socioespaciais na Amazônia. Ressalta-se que o estado atual do projeto hidrelétrico se encontra em revisão dos estudos de impacto ambiental, dadas as inconsistências apresentadas na primeira versão do documento técnico (BRASIL, 2020). Contudo, ainda que seja um projeto em potência, que a depender da conjuntura política e econômica pode ser posto em construção, há toda uma psicoesfera (Santos, 1996) do capital hidrelétrico que povoa a região, antecedendo e anunciando as transformações vindouras na cidade e no campo, no qual as possíveis desterritorializações das comunidades tradicionais tendem a reproduzir na escala local a universalidade das expropriações do capital na Amazônia.

Grandes obras, sistema de engenharia e alienação do território

As pesquisas referentes às grandes obras de infraestruturas na Amazônia, no campo das ciências humanas, analisaram os impactos sociais, econômicos, culturais, ambientais e territoriais que essas ações acarretaram aos lugares em que se instalaram (Almeida, 2009; Castro, 2012; Fearnside, 2015). Desde vilas, povoados, comunidades, cidades e região, o alcance espacial desses

projetos abrangem um amplo conjunto de problemas sociais que continuam a se materializar, substancialmente, nos espaços geográficos objeto dessas ações políticas (MAB, 2004; Scabin et.al, 2015; Cavalcante et. al, 2011; Lima, 2020).

Em geral, os recursos analíticos acionados para o entendimento socioespacial dessas obras – mineração, hidrelétricas, hidrovias, rodovias, portos, agronegócios – foram expressos nos conceitos de grandes projetos, megaprojetos, megaempreendimentos, grandes obras e sistemas de engenharia, que denotaram a territorialização do capital, sempre com apoio financeiro, coordenação política e regulação jurídica do Estado, no sentido de ampliar a exploração da natureza no processo de acumulação, reprodução ampliada e expansão geográfica do capital na hileia amazônica (Castro, 2012; Lima; Costa Silva, 2018; Castilho, 2019).

Esses grandes sistemas de engenharias (Santos, 1996) constituem a moderna materialidade técnica do espaço que produz a fluidez do território, ampliando a escala da relação social, ou seja, a multiescalaridade do local. De tal modo, essas infraestruturas podem ser vistas como malhas do poder instituído na apropriação mercantil da natureza e de territórios tradicionais em toda a região amazônica, todas elas resultando em relações políticas evidentemente assimétricas, o que significa sempre algum grau de controle político do território pelo ator hegemônico – Estado e capital – a partir da natureza metabolizada em mercadoria. Um novo sistema de engenharia, representado pelos megaprojetos, institui nos lugares e nos territórios o tempo do capital, que é sempre um tempo multiescalar que impõem a esses espaços lógicas socioeconômicas exógenas, resultando em estranhamentos, conflitos e alienação. Queremos acrescentar e problematizar mais um processo social decorrente, o que estamos qualificando de *alienação do território*.

O conceito de *alienação,* desenvolvido por Marx nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos de 1844*, dispõe sobre a condição do sujeito que perde autonomia frente ao produto do seu trabalho, de modo que este – o produto do trabalho – se mostra estranho ao sujeito que o produziu. Trata-se de um processo histórico em que o sujeito (o trabalhador), na esfera das relações capitalistas de produção, submerge a consciência criadora de seu trabalho, abstraindo de seu

reconhecimento sua capacidade inventiva laboral. O trabalho apresenta dupla dimensão, sendo *trabalho consciente* – realização das potencialidades humanas – e *trabalho alienado* – submetido às necessidades do capital –, donde o trabalho é uma mercadoria. Segundo Marx:

> A alienação do trabalhador no seu produto significa não só que o trabalho se transforma em objeto, assume uma existência externa, mas que existe independentemente, fora dele e a ele estranho, e se torna um poder autónomo em oposição com ele; que a vida que se deu ao objecto se torna uma força hostil e antagónica (Marx, 1993, p. 160).

A exteriorização do trabalho, fruto das relações sociais de classe, representa um deslocamento da consciência do sujeito objetivada em sua ação, um ato não reconhecido, um estranhamento. Marx entende a alienação, no mundo do trabalho, como processos articulados de exteriorização da essência humana, relações sociais do ser humano evidenciadas: *i)* em relação ao produto do trabalho; *ii)* no processo de produção; *iii)* em relação à existência do indivíduo enquanto membro do gênero humano; e *iv)* em relação aos outros indivíduos no processo social. Na primeira situação, trata-se do não reconhecimento da capacidade criativa no produto produzido, a alienação em face ao produto do trabalho. Em seguida, tem-se a *alienação ativa*, ou seja, a produção efetiva da alienação no processo produtivo, um trabalho forçado, contraditório à consciência criativa. Quanto ao gênero humano em seu mundo social, a alienação refere-se à individualização do sujeito distanciado da coletividade humana, do ser social multidimensional. Por fim, a exteriorização alcança um grau intenso de individualização e desenraizamento do grupo social, momento em que não há reconhecimento e pertencimento por parte do sujeito em relação aos indivíduos do grupo social, daí a insensibilidade, o egoísmo e a falta de solidariedade para com o ser humano próximo, em suas necessidades sociais mais básicas.

Mészáros (2006, p. 14) sistematiza a alienação em Marx como controle do metabolismo social pelo capital e, a exemplo dos processos acima descritos, indica os significados desse processo quanto: "1) [à] alienação dos seres humanos em relação à *natureza*; 2) à sua própria *atividade produtiva*; 3) à sua espécie,

como espécie humana; e 4) de *uns em relação aos outros*" (itálico do autor). A alienação do trabalho encontra em Franco (2011, p. 118) sua relação como *despertencimento social* e *desenraizamento em relação à natureza*. Particularmente à natureza, no mundo do trabalho, há a afirmação do tempo do capital que ignora e submerge o tempo da natureza, de modo a comprometer, segundo a autora, os limites biopsicossociais de defesa da vida humana. Tal processo se consolida na ruptura da razão social do trabalho para com a natureza, o meio geográfico que envolve e condiciona a sociedade no processo socioespacial, de modo que o processo de "*desenraizamento em relação à Natureza* se evidencia, também, na contradição entre os *tempos sociais* do capital e os ciclos e sistemas reguladores biológicos" (itálico da autora), reforçado que a alienação do mundo do trabalho é também uma alienação do sujeito em relação à natureza. De modo geral, o entendimento da alienação no pensamento marxista remete às condições sociais históricas em que "um indivíduo, um grupo, uma instituição ou uma sociedade se tornam (ou permanecem) alheios, estranhos, enfim, alienados [...] aos resultados ou produtos de sua própria atividade (e à atividade ela mesma), e/ou [...] à natureza na qual vivem" (Bottomore, 2001, p. 5).

A separação do sujeito social em relação à natureza, ao meio geográfico indissociável do trabalho e à existência humana, permite-nos transpor tal processo à alienação do território. A ação do capital quando da extração intensiva de recursos da natureza exige, por seu turno, a modificação técnica do espaço, o que significa que os sistemas de engenharias – os objetos técnicos – servem tanto à exploração produtiva direta, quanto à aceleração do tempo social imposto pelos agentes hegemônicos. Assim, tem-se o tempo do capital territorializado e tendendo a ser hegemônico no tempo social da sociedade local. Essa dissociação aparece quando há perspectivas diferentes e antagônicas de prática e concepção de território.

Tais diferenças já haviam sido problematizado por Jean Gottmann (1975), em sua contribuição à teoria social do território, quando propusera que esta categoria poderia apresentar tanto a condição de *recurso* quanto a de *morada*, ressaltando que tais dimensões sociopolíticas poderiam emergir no processo de apropriação e dominação do espaço, objeto de intervenção. Para

o capital e o Estado, quase sempre a condição de recurso materializa-se na expansão econômica, na medida em que alguma matéria da natureza é incorporada no processo produtivo. Quando tal recurso se esgota, acelerado pelo tempo do capital, perdendo sua potencialidade produtiva, as empresas migram para outras áreas que possam oferecer novas oportunidades à acumulação, ou seja, nessa perspectiva, tem-se o território como recurso, estoque de matérias aptas ao metabolismo econômico. Se pensarmos na cartografia das madeireiras e da agropecuária, por exemplo, veremos como o capital se desloca para as novas áreas, expandindo as fronteiras na Amazônia, como ocorre no norte de Rondônia, leste do Acre e sul do Amazonas, cujos processos evidenciam a pilhagem ambiental e territorial em Áreas Protegidas (Costa Silva et.al., 2018; Costa Silva et. al., 2019).

Pode-se falar em alienação do território ao entendermos que no espaço, objeto de ação do capital, há toda uma vida coletiva, socialidades urbanas e rurais que exprimem graus diversos de representação, apropriação simbólica e convívio com a natureza. Milton Santos contribui com o debate, ao propor o território como totalidade social, como *território usado*:

> O território não é apenas o resultado da superposição de um conjunto de sistemas naturais e um conjunto de sistemas de coisas criadas pelo homem. O território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi (Santos, 2000, p. 96).

Vê-se, nessa compreensão, que o *território usado* reúne as dimensões da vida social (política, econômica e natural), aparecendo, sobretudo, como destino humano, como devir do processo social. Trata-se da totalidade-mundo no universo social dos lugares, no qual se configuram as teias da vida que produzem a socialidade local, a solidariedade orgânica que, com conflitos, contradições e complementariedades, definem a regularidade dos lugares (Santos, 1996; Porto-Gonçalves, 2017). Nesse sentido, o território usado é o conjunto da vida social, sendo, pois, o quadro permanente, mas não imutável, que rege a

coletividade humana, no qual o destino deve ser pensado como recusa à alienação (Ribeiro, 2005; Haesbaert, 2004).

No mundo amazônico os lugares vividos por comunidades rurais, populações de pequenas cidades, experienciadas por povos e comunidades tradicionais, são, pois, territórios de vida construídos cotidianamente (MAB, 2004; Almeida, 2009; Ioris, 2010). Contudo, quando há inserção territorial do capital, em geral tem-se um território da morte, esvaziado de vidas que animavam e davam outro sentido histórico aos lugares transformados pelos sistemas de engenharia que modificaram a composição orgânica do meio geográfico, na medida em que o valor de trocar, decorrente da ação do capital, projetou relações exteriorizadas no território, afirmando a multidimensionalidade e multiescalaridade do meio geográfico como espaço híbrido (Santos, 1996).

Para as comunidades rurais ou para a maioria dos habitantes das cidades, o território é abrigo, morada, local de trabalho, espaço material e imaterial indissociável de suas condições mais básicas à existência humana (Gottmann, 1975; Santos, 2000). Para muitos, homens e mulheres, no território alimenta-se a cultura, o simbólico, o trabalho, as relações pessoais, a coexistência, o tempo passado no presente, tornando-se espaço que reúne todas as condições do devir social (Porto-Gonçalves, 2017). Assim, o território – como morada e abrigo – constitui o conjunto de ação e possibilidades que delineiam a vida social em suas diversas escalas geográficas. Não se pode, nestes termos, ignorar a perspectiva ativa que o território tem para com seus habitantes, construindo um ator indissociável de seus destinos, um ator coletivo que pertence a todos, um cotidiano compartido (Santos, 2000; Ribeiro, 2005; Krenak, 2019).

Contudo, a alienação do território decorre de projetos hegemônicos que roubam às coletividades o seu destino, na medida em que este destino passa a ser o destino do capital territorializado. Com aceleração dos fluxos, das imagens, das representações construídas pelas ideias hegemônicas, tem-se um destino disputado, por vezes subjugados às normas e às políticas exógenas que tendem a fragmentar o território como estranhamento à coletividade. As hidrelétricas fazem exatamente isso quando privatizam a natureza, quando transformam os rios, os cursos d'águas, em represas, espaço estranho e estra-

nhamente vivido. A natureza, o rio, o lugar, a floresta, que antes eram acessíveis, passam a privar os sujeitos, que outrora faziam do território usado sua contemplação de vida. Um dos recursos discursivos utilizados no processo de alienação dos territórios, ou seja, das coletividades que formam o território, derivam do conhecimento técnico-científico, esboçados nos estudos de impactos ambientais e seus respectivos relatórios, quando dolosamente excluem, minimizam, ignoram comunidades tradicionais do escopo dos atingidos diretamente pelas grandes obras, como analisaremos em outra seção.

Hidrelétricas e o uso coorporativo do território

O discurso comum à justificativa de hidrelétricas na região amazônica é a da indissociabilidade da produção energética com o desenvolvimento econômico-social. Em muitas propagandas era ordinário ler nos *outdoors*, ou assistir nas peças publicitárias divulgas na mídia regional, a narrativa de que "energia é desenvolvimento!" (Sevá Filho, 2008; Cavalcante et. al, 2011; Werner, 2012; Lima; Costa Silva, 2018). Nos lugares onde se territorializa, esse discurso anuncia à população maiores e melhores condições para aprimorarem o bem-estar social, fruto da geometria dos empregos a serem criados na região. De fato, no período de construção há criação de milhares de empregos formais, para, em seguida, com o término das obras, reduzir-se ao mínimo necessário à produção energética, ficando os municípios com os passivos sociais decorrentes dessas grandes obras, dentre eles, o aumento populacional decorrente da migração induzida (Fearnside, 2015; Scabin et. al. 2015; Lima; Costa Silva, 2019).

A questão central é que a ideia de energia e desenvolvimento aos poucos se desloca de sua suposta centralidade social-local, para dar vazão ao lema "energia como commodity", o que indica o uso corporativo do território (Santos; Silveira, 2001; Vainer, 2007; Castro 2012), quando a expansão energética produz espoliação da natureza, da população local e dos lugares, erigindo, assim, a alienação do território. A instalação desses modernos sistemas de engenharia hidroelétricos na Amazônia sempre abriu debates e questionamentos

acerca dos impactos territoriais nas localidades, no que diz respeito aos impactos ambientais e seus desdobramentos socioeconômicos.

O planejamento referente a esses projetos restringiu-se à hegemonia dos planos setoriais do governo, não abarcando análises mais profundas que relacionassem os projetos com as condições territoriais ou vontade da sociedade local que ocupa a região, principalmente dos lugares diretamente atingidos (Castilho, 2019). As agências governamentais de planejamento (Sudene, Sudam, Sudeco) limitaram-se em sua função de planejar as regiões, de modo que o efetivo planejamento regional foi sendo operacionalizado por agências estatais setoriais, vinculadas aos grandes setores de infraestrutura do país. Estas, sim, delinearam e tomaram decisões sobre o planejamento regional (Eletrobrás, Vale do Rio Doce, Furnas, Petrobrás), resultando na reconfiguração territorial do Brasil (Werner, 2012; FGV, 2017; Vainer, 2007; Castilho, 2019).

A implantação dos grandes projetos de infraestrutura foi decisiva para produzir uma forma específica de integração do país, gerando vínculos entre os grandes centros urbanos do Sudeste ao restante da nação. O esgotamento dos recursos hídricos próximos aos grandes centros de consumo deflagrou o avanço da fronteira energética para a região Norte do país (Wener, 2012; Vainer, 2007; Castilho, 2019). Nesse processo, muitas comunidades locais da Amazônia tiveram que ser removidas e desterritorializadas para a instalação de hidrelétrica, ocorrendo a transformação da região em verdadeira fronteira energética. O exemplo desta política energética privatizada foi a instalação do Complexo do Madeira no estado de Rondônia. Juntas, as duas usinas produzem em torno de 6.500 MW para o Sistema Interligado Nacional – SIN. A construção de hidrelétricas ocasionou, na região, um processo de migração e urbanização das atividades econômicas, deslocamentos compulsórios e degradação ambiental severa, como ocorreu em Altamira, no Pará, e Porto Velho, em Rondônia (Wener, 2012; Cavalcante et. al, 2011; Lima; Costa Silva, 2018).

No espaço amazônico, marcado pela histórica ação seletiva do Estado no planejamento regional, a chegada de grandes obras à região tem, tradicionalmente, produzido um expressivo passivo social e ambiental, decorrente de inúmeras e graves violações aos direitos humanos dos grupos locais pela expro-

priação de territórios para instalações de grandes projetos (Castro, 2012; Porto-Goncalves, 2017; Costa Silva; Lima; Conceição, 2018). Tal expropriação é marcada nas abrangentes desterritorializações, evidenciadas no deslocamento de pessoas e famílias de suas habitações, por restrições de acesso aos recursos naturais, pela perda das fontes de renda, pela destruição das relações de parentescos e vizinhança, por conflitos, violência e coerção entre outros desdobramentos (CDDPH, 2010; MAB, 2004).

Tal quadro de acontecimentos resultou em relações de poder extremamente assimétricas, com prejuízos a muitas comunidades tradicionais, povoadas e, mesmo, nas cidades que materializam esses processos. Para os "empreendedores", palavra eufêmica para designar o capital hidrelétrico, tais grupos sociais representam obstáculos ao desenvolvimento econômico do país, porque podem desencadear ocupações, manifestações, paralisação de obras, processos judiciais, riscos operacionais, prejuízos financeiros (custo social), e eventuais danos à imagem das empresas, entre outros (Scabin et al., 2015).

Nos últimos anos, tais projetos voltaram à pauta, principalmente na modalidade de *megaempreendimentos hídricos* (são exemplos: a transposição das águas da bacia do Rio São Francisco, UHE de Belo Monte e o Complexo do Madeira). Ocorre que, na atualidade, tais projetos não estão mais sob total controle de Estado brasileiro. Com as privatizações desencadeadas no final dos anos 1990, o setor de infraestrutura passou a ser controlado por entes privados. Logo, os processos de planejamento e controle territorial passaram das grandes estatais para o controle das empresas privadas (Vainer, 2007; Castro, 2012; Werner, 2012), tornando-as, praticamente, soberanas em tal quesito, daí evidenciado o uso corporativo do território para o capital, consequente à alienação do território para as comunidades tradicionais amazônicas (Santos, 1996 e 2000; Castro, 2012; Castilho, 2019).

Os chamados Grandes Projetos de Investimentos (GPI) continuaram a transformar os espaços regionais, só que, diversamente de como ocorria anteriormente, com as decisões sobre planejamento sendo ditadas pelos grandes consórcios. Tais empresas privadas tornaram-se responsáveis por decompor e fragmentar regiões inteiras, conforme seus interesses. Estes interesses são qua-

se sempre globais, o que faz deles eventos globais e locais, ao mesmo tempo (Santos, 2000; Vainer, 2007; Castro, 2012). Deve-se lembrar que a natureza dos processos decisórios dos grupos econômicos controladores se origina em um ambiente avesso à participação pública, à margem de qualquer debate. Antes de realizar a apropriação do território, propriamente dito, o rascunho do plano é desenhado nos *espaços de governanças* do capital, ou seja, nos corredores e gabinetes, com realização de apoios e coalizões políticas nem sempre movidas por motivos republicanos. Nos *espaços de governança* convergem os ajustes dos projetos industriais, controle territorial, empreendimentos econômicos e projetos políticos, todos unidos no mesmo objetivo de auferir lucros e benefícios, e para tanto, se empenham na busca de financiamentos públicos e privados, visando a concretização do projeto almejado (Santos; Silveira, 2001; Cunha; Costa Silva, 2019).

Não raro, verifica-se que agentes políticos e empresas nacionais e internacionais estabelecem associações e mobilizam elites locais para exercer a apropriação de territórios, como ocorreu em Porto Velho, capital do estado de Rondônia, quando das campanhas do Consórcio Santo Antônio Energia para "convencer" a sociedade local a apoiar o aumento da cota do lago da barragem. Tal conjectura produziu, e ainda produz, uma nova geografia física, econômica e política que retalha o território nacional em fragmentos, numa mistura de global com local, criando distritos ou enclaves controlados pelos entes privados, resultando no uso corporativo do território (Cavalcante et al., 2011).

Diante deste novo quadro, o Estado neoliberal repassa aos espaços de governanças do capital as diretrizes de planejamento territorial, abstendo-se, inclusive, de sua responsabilidade de mediar e liderar práticas de cooperação federativa. Tal ausência estatal desencadeia conflitos entre os próprios entes federados, do qual saem vencedoras as empresas privadas, que se beneficiam dos verdadeiros "leilões" dos locais oferecidos pelos entes federados, tratando-se de uma verdadeira guerra dos lugares (Santos, 2000), onde são disputados os atributos da natureza em sua potencialidade mercantil, ou seja, o uso corporativo do espaço implica a prática do território como recurso (Gottmann, 1975). O ente que oferecer os locais mais atrativos para a instalação dos megaprojetos

(vantagens fiscais, fundiárias, ambientais) "leva o prêmio" da sua instalação. É o mercado livre e concorrencial das localizações que contribui para multiplicar as rupturas socioterritoriais, acirrando ainda mais a fragmentação do território e os conflitos sociais (Santos; Silveira, 2001; Vainer, 2007; Porto-Gonçalves, 2017).

Destaca-se a importante atuação dos consultores internacionais e das agências multilaterais neste processo de fragmentação, ao difundirem amplamente a ideia de planejamento territorial competitivo e das estratégias territoriais empreendedoristas, estimulando os entes federados a tratarem seus territórios como se fossem mercadorias colocadas à disposição dos investimentos internacionais (Santos, 2000; Vainer, 2007; Ioris, 2010; Fearnside, 2015).

Também é importante registrar que este "neo-localismo", evidenciado no discurso do desenvolvimento social-local, reveste-se em práticas de coronelismo do passado, só que, agora, com uma nova roupagem. Ele nada mais é que a permanência do velho regionalismo do cenário político brasileiro, só que nas suas projeções sobre os territórios. A prática deste regionalismo se revela, atualmente, na articulação política desempenhada pelas elites e oligarquias locais, até então decadentes, aliadas aos grupos hegemônicos de escala nacional (Santos; Silveira, 2001; Vainer, 2007), que na escala dos lugares, são acionadas para garantir a adesão política à narrativa de hidrelétrica e desenvolvimento e, *pari passu*, impulsionar a expansão da fronteira em áreas naturais ou áreas protegidas (Lima; Costa Silva, 2018; Lima, 2020).

Ora, se o processo de urbanização e industrialização contribuiu para reduzir em alguma medida o controle e o poder dos coronéis nas regiões, as oligarquias tradicionais ainda detêm um expressivo controle da máquina eleitoral local, constituído em força político-parlamentar que não pode ser desprezada. E tal força política, não raras vezes, é provocada a participar da implantação de grandes empreendimentos, oferecendo o prestígio e apoio político, em troca de benefícios decorrentes destes projetos. Este padrão de constituição de interesses sobre os locais tem importante consequência na escala nacional, tendo em vista que reproduz e reforça as formas pretéritas de articulação entre o local, o estadual e o nacional (Lima, 2020). Tais padrões se reatualizaram e voltaram à cena, não sendo incomum encontrar-se uma empresa multinacional negocian-

do alianças com grupos tradicionais locais para construir base de sustentação (e pressão) em favor de um determinado empreendimento.

Neste contexto, surgem coalizões híbridas que combinam às práticas dos velhos caciques com o *Know-how* repaginado e atualizado de estratégias empresariais altamente agressivas e competitivas. Uma vez formada a coalizão, ela obtém, sem dificuldades, apoio em todos os níveis do poder, seja no legislativo, seja no executivo, a favor da construção das grandes obras nas regiões cobiçadas. Logo, as coalizões de poder conseguem avançar na organização territorial, apropriando-se dos locais, porque sabem estabelecer articulações com todos os grupos necessários, sejam eles locais, regionais, nacionais ou internacionais, sacramentando uma união de interesses dominantes, ao passo que, igualmente, aproveitam as fragilidades das condições sociais (escola, saúde, emprego) para vender as contrapartidas, quando, em geral, essas grandes obras só fazem ampliar a demanda social em investimentos públicos.

Cumpre destacar que o próprio Estado desempenha papel central na concretização destes projetos ao imprimir facilidades na sua implementação, seja com ajuda financeira, por meio de empréstimos em instituições públicas, seja na concessão de subsídios fiscais ou ambientais. Isto é, ele transforma-se em um agente importante nesta dinâmica territorial predatória e excludente.

As hidrelétricas, como grandes sistemas de engenharia, modificam a composição orgânica do território, produzem relações sociais e políticas em múltiplas escalas, operando no sentido de remover os possíveis obstáculos políticos à sua instalação. A propaganda, as alianças políticas e institucionais locais, a violência simbólica, todos esses processos convergem à assunção do capital no lugar. O conhecimento supostamente científico-técnico também é um instrumento dessas práticas espaciais, na medida em que o real é ajustado, na qualidade e na escala do fenômeno, para parecer ínfimo quando do debate social referente à população diretamente atingida, sobretudo, as comunidades ribeirinhas (Cunha; Costa Silva, 2019; Cavalcante et. al., 2011). Por vezes, o universo das comunidades tradicionais que vivem do rio e que têm o território como morada, como abrigo, como universo de realização social, é totalmente ignorado nas estatísticas e nos relatórios científicos que alicerçam a construção

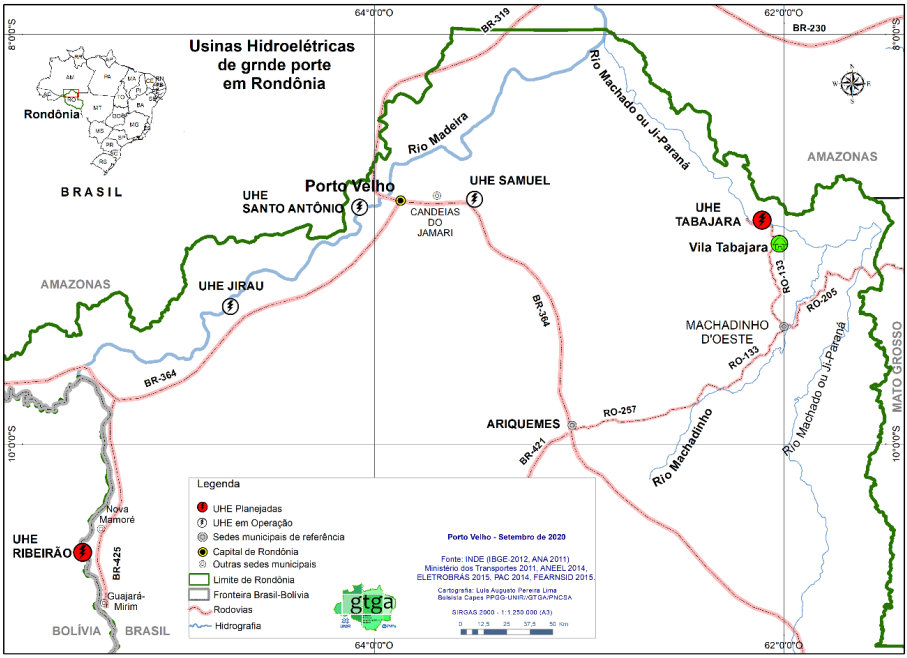
dessas grandes obras. Analisaremos tal situação evidenciada nos estudos de impacto ambiental da Hidrelétrica de Tabajara, a ser construída no rio Machado, estado de Rondônia.

Hidrelétrica de Tabajara e a alienação do território

Atualmente, o projeto de construção da hidrelétrica de Tabajara, a ser construída no rio Machado, conforme o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA (BRASIL, 2020) está em fase de ajustes do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e seu respectivo Relatório de Impacto Ambiental (RIMA). A problematização a ser feita, nesta seção, analisa esse documento técnico-científico, correlacionando-o com as projeções e "virtualidades" criadas no lugar para justificar a construção desta hidrelétrica. Iniciaremos pelas configurações territoriais do município de Machadinho D'Oeste, em seguida, discute-se as potencialidades prometidas pelo capital energético, finalizando com o debate da alienação do território para com as comunidades tradicionais diretamente atingidas.

No norte de Rondônia estão localizadas três hidrelétricas (Mapa 1), as quais duas foram recentemente construídas. A primeira, a UHE de Samuel, rio Jamary, localizada no município de Candeias do Jamary, está a 45km da cidade de Porto Velho, construída entre 1982 e 1989, compôs o conjunto de grandes obras de infraestrutura que alicerçaram o desenvolvimento econômico e social do então recente Estado de Rondônia (BRASIL, 1996). Sua capacidade geradora instalada é de 216 MW, atendendo parte dos municípios de Rondônia e Acre. Para Fearnside (2004), a UHE de Samuel foi um dos maiores erros de engenharia e impacto ambiental na Amazônia, com deslocamento compulsório de centenas de famílias, muitas delas jamais indenizadas, que migraram para a periferia de Porto Velho.

Mapa 01: Principais Hidrelétrica em Rondônia (2019)



Fonte: GTGA/UNIR.

No período recente (2008-2016), as UHE's Jirau (3.750 MW) e Santo Antônio (3.568 MW) foram construídas no rio Madeira, formando o Complexo Hidrelétrico do Rio Madeira, cuja potência total soma 7.318 MW. Os impactos ambientais e sociais foram analisados e denunciados na Justiça estadual. Contudo, a desterritorialização de comunidades ribeirinhas à montante de Porto Velho, sobretudo nos históricos distritos de Mutum-Paraná (foi totalmente despovoado), Jaci-Paraná e Abunã, todos eles nascidos em função da lendária Estrada de Ferro Madeira Mamoré, sofreram impactos socioambientais que resultaram em uma cartografia da desterritorialização dos povos amazônicos (Almeida, 2009; Cavalcante et al., 2011; Lima; Costa Silva, 2018) e que novamente pode ocorrer na região do Projeto Hidrelétrico de Tabajara, município de Machadinho do Oeste (Ferreira, 2017; Cunha; Costa Silva, 2019).

O município de Machadinho D'Oeste localiza-se no norte de Rondônia, na divisa com o Estado do Amazonas, com acesso rodoviário através

das BR-364 e RO-253/RO-133, cuja distância de Porto Velho é de 295 km (Mapa 01). No Censo Demográfico de 2010, a população registrada foi de 31.135 pessoas e, em 2019, esse dado demográfico foi estimado em 39.991 habitantes (12º no *ranking* estadual), o que representa um crescimento de 28%, no período. Se compararmos com Rondônia (1.805.788 pessoas), que obteve 12% de crescimento, verifica-se que Machadinho D'Oeste (Figura 1) vivencia um acentuado aumento populacional, mais que o dobro da média estadual (IBGE, 2020). Ainda, se compararmos com Porto Velho, no período citado, a capital de Rondônia teve um aumento de 21,23%, cujo desempenho se deve, em boa parte, à construção de duas hidrelétricas no rio Madeira (UHE's Jirau e Santo Antônio), fator indutor de migração para o mercado de trabalho, o que repercute no crescimento total de habitantes.

Em termos de indicadores socioeconômicos, conforme dados disponíveis no Portal Cidades e Estados do IBGE, o PIB per capita de Machadinho D'Oeste, em 2017, correspondeu a R$15.724,60 (44º no ranking); o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), em 2010, foi de 0,596, considerado baixo (45º na classificação estadual), enquanto o mesmo indicador para Rondônia atingiu 0,690 (considerado médio); quanto aos rendimentos, em 2017, o salário médio mensal era de 1,8 salários mínimos (28º classificação estadual), e a proporção de pessoas ocupadas em relação à população total atingiu 9%, ocupando a 36º classificação estadual. Outro indicador importante refere-se aos domicílios com rendimentos mensais com até meio salário mínimo por pessoa, que atingira 44% da população nessas condições, posicionando o município em 12º, dos 52 municípios do estado (IBGE, 2020). O crescimento demográfico está associado à expansão da fronteira agrícola e, principalmente, às expectativas socioeconômicas com a construção da hidrelétrica de Tabajara, acelerada desde 2010, quando se noticiou a construção.

Nos últimos anos, as variáveis que impulsionam a fronteira agrícola na região de Machadinho (Figura 1) mostram-se no crescimento da agropecuária e, especialmente, na territorialização da soja. Essas variáveis desdobram-se em vários processos interdependentes, como o aumento do preço da terra rural, acréscimo do rebanho bovino e, principalmente, extração legal e ilegal de ma-

deira, o que resulta no aumento do desmatamento. Na produção agrícola, o município é um polo menor de produção cafeeira, com participação expressiva da agricultura camponesa. Contudo, não se deve creditar à economia campesina fator preponderante na expansão da fronteira, dado que isso é condição de acumulação de capital.

Figura 1: Vista parcial da cidade de Machadinho D'Oeste (2019)

Fonte: Diário da Amazônia (29/10/2019).

No conjunto, esses processos espaciais mobilizam a fronteira, cujo movimento espacial alcançou as Áreas Protegidas (Unidades de Conservação e Terras Indígenas), localizadas nos limites entres os estados de Rondônia e Amazonas. Evidentemente, em período anterior, a extração madeireira ilegal sempre movimentou a economia regional, sendo objeto de inúmeras ações de fiscalização ambiental (estadual e federal), com vistas a combater o crime organizado que atuava na região. O setor madeireiro é o carro-chefe da pilhagem ambiental na Amazônia (PÚBLICA, 2019), repercutindo na expansão da fronteira que, atualmente, ultrapassou os limites jurídico, político e territorial que separa o espaço da agropecuária e o espaço das Áreas Protegidas ou Territórios Protegidos. Com o deslocamento espacial da soja, o efeito no mercado de terras é eminente, gerando uma verdadeira corrida pela terra que não respeita os ordenamentos territoriais. Esse é o quadro geral da fronteira em Machadinho D'Oeste.

O segundo processo decorre da *psicoesfera* do capital hidrelétrico. Na análise das transformações espaciais produzidas por modernos sistemas de engenharia, a exemplo de hidrelétricas, Milton Santos elaborou dois conceitos para compreender essas metamorfoses inerentes à modernização dos lugares em sua composição técnica, ou seja, mudanças na composição orgânica do espaço. Trata-se de *tecnosfera* e *psicoesfera*[2], conceitos pares e indissociáveis. O primeiro refere-se ao conjunto dos objetos técnicos – a hidrelétrica em si e seus circuitos de transmissão de energia – resultado da artificialização do espaço. Já a psicoesfera corresponde ao "reino das idéias, crenças, paixões e lugar da produção de um sentido [...] fornecendo regras à racionalidade ou estimulando o imaginário" (Santos, 1996, p. 204). A psicoesfera envolve o cotidiano local nos fluxos de ideias e crenças de que algo moderno chega à sociedade, sendo, pois, sentidos, anseios e valores submetidos à lógica do capital que se pretende ser hegemônico nos lugares onde se instalam, sobretudo no período de construção, momento em que ocorrem intensas mudanças socioeconômicas nos lugares, a exemplo da construção de hidrelétricas na Amazônia. A psicoesfera antecede à tecnosfera, como ocorreu em Porto Velho, referente à construção do Complexo Hidrelétrico do Rio Madeira, em Altamira e região, quando da construção de UHE de Belo Monte, ou nas pequenas hidrelétricas que ainda não foram construídas, mas que seus anúncios já potencializam transformações territoriais, processo que Lima (2020) qualificou de antecipação temporal, ao estudar a proposta de hidrelétrica no rio Aripuanã.

A psicoesfera do capital hidrelétrico tem efeito de arrastro na região de Machadinho D'Oeste. No espaço rural diretamente atingido, na área de construção da hidrelétrica, há todo um processo de ocupação desordenada, invasões de Áreas Protegidas, violência, pressão econômica na comercialização de terras, configurando-se em verdadeira coerção territorial. Na cidade, sede das empresas locais vinculadas aos circuitos econômicos direto e indireto da construção hidrelétrica, todo o espaço urbano é atingindo pelo processo espa-

[2] "Tecnosfera e Psicosfera são redutíveis uma à outra. [...] Tecnosfera e psicosfera são os dois pilares com os quais o meio científico-técnico introduza racionalidade, a irracionalidade e a contra-racionalidade, no próprio conteúdo do território (Santos, 1996, p. 204).

cial produzido pelas grandes obras, com efeitos devastadores que ampliam a desigualdade social, dado a inflação nos custos de vida urbana (aluguel, terreno urbano, alimentação, serviços diversos)[3].

Tais situações aceleram-se, dado o universo financeiro que mobiliza os atores locais e nacionais a defender a construção da hidrelétrica, sendo um processo político poderoso, sobretudo, quando a psicoesfera do capital hidroelétrico povoa o imaginário social, vendendo-lhes a ilusão de que a energia é o caminho sustentável para se garantir o desenvolvimento social. As cifras e a potência que este sistema de engenharia assume no espaço local mobiliza os agentes econômicos em seus interesses imediatos, no que concerne a reprodução do capital da elite política e econômica da região. O projeto de construção da Hidrelétrica de Tabajara apresenta um custo médio estimado de R$ 5 bilhões, com potência prevista de 400 megawatts e capacidade a atender 1,45 milhão de pessoas (ESTADÃO, 2019), ou seja, equivale à população das cidades de Belém ou Porto Alegre, ou 80% da população do estado de Rondônia. Para se ter a dimensão política dessa proposta na escala local, podemos comparar com o PIB de Machadinho D'Oeste, que em 2017 registrou R$ 607.111,21 (IBGE, 2020). O orçamento da hidrelétrica supera em oito vezes o PIB municipal. Pode-se imaginar o furor político causado na cidade, conduzido pelos agentes hegemônicos (governo e consórcios de empresas interessadas na construção), principalmente quando se estima que a construção pode gerar 10 mil empregos diretos e 20 indiretos[4].

A escala geográfica dos agentes hegemônicos converte a cidade e o campo em espaços da solidariedade organizacional do capital, da ordem vertical que muda o cotidiano, tornando, de certa forma, os lugares obedientes à lógica exógena que se internalizou, que se territorializou na escala local. A psicoesfera caminha para o uso corporativo do território da grande empresa, de modo a sobressair os interesses corporativos sob os interesses púbicos (Santos,

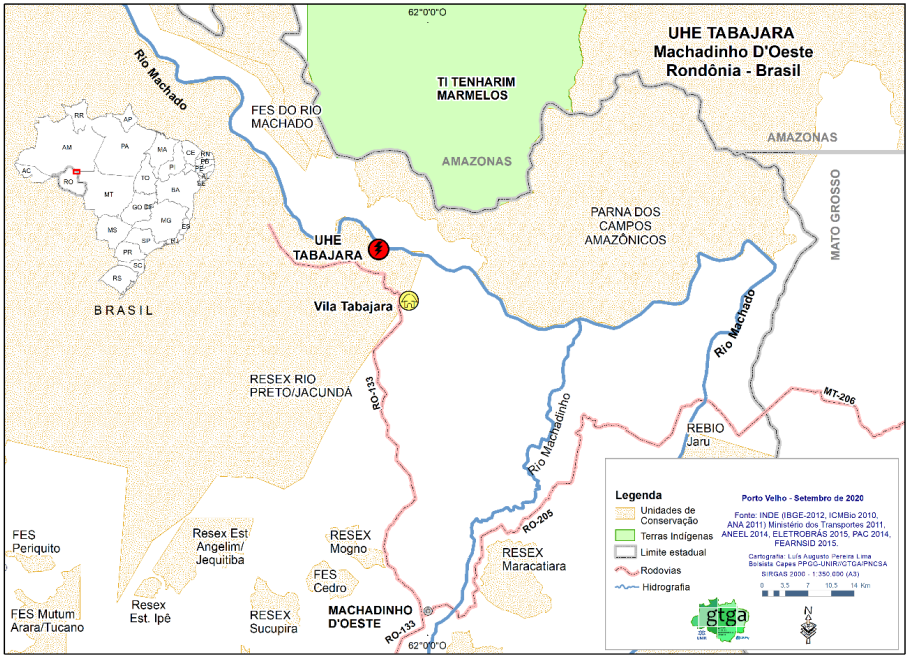
[3] Ver: https://www.diariodaamazonia.com.br/anuncio-de-hidreletrica-ja-aumenta-procura-de-casas-em-machadinho/

[4] "... a usina será construída na cachoeira 2 de Novembro, no rio Machado, no distrito de Tabajara, de Machadinho D'Oeste e deve gerar pelo menos 10 mil empregos diretos e 20 mil empregos indiretos". https://www.diariodaamazonia.com.br/hidreletrica-de-tabajara-sera-deliberada-por-jair-bolsonaro/

1996). Assim, a política da empresa constitui um *espaço de governança*, donde a propaganda do progresso, dos empregos e das rendas, e, inclusive, do desenvolvimento "sustentável", relega à construção do destino de uma comunidade, de uma cidade, do universo de cidadãos, aos desejos privatistas do capital hegemônico, pois, "o modelo hegemônico é planejado para ser, em sua ação individual, indiferente a seu entorno" (Santos, 2000, p.107), de modo que se cristaliza a dialética do uso corporativo do território para o capital, e respectiva alienação do território para a população mais atingida.

A alienação do território, partindo do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) da Hidrelétrica Tabajara, mostra-se, principalmente, na invisibilidade das comunidades ribeirinhas no jogo metodológico destes relatórios técnico-científicos (Ferreira, 2017; Cunha; Costa Silva, 2019). Esse processo ficou mais evidente nas questões elencadas no Laudo Pericial do Ministério Público Federal, de autoria da Perita em Antropologia Rebeca Campos Ferreira, que indicou inúmeras limitações técnicas nestes estudos (Ferreira, 2017), principalmente no subdimensionamento da área de influência da UHE Tabajara, de modo que a área impactada deverá ser bem maior do que a identificada nos estudos. Esta mesma falha foi verificada nas hidrelétricas de Belo Monte, Santo Antônio e Jirau. Longe de ser um erro eventual ou uma inconsistência culposa, as empresas de consultoria costumam diminuir intencionalmente as áreas de influência dos projetos para diminuir os custos sociais da obra, tornando-a viável economicamente, mesmo que enormes e impagáveis passivos socioambientais sejam produzidos.

Mapa 2: Configuração territorial da UHE Tabajara (2019)



Fonte: GTGA/UNIR.

Ao analisar os volumes II e III do processo de licenciamento, junto ao Ibama, foram encontradas diversas informações técnicas produzidas por servidores do órgão sugerindo alterações no parâmetro utilizado no Termo de Referência (TR) apontando a necessidade de ampliação do desenho amostral da área de influência. Contudo, o processo continuou sem a ampliação sugerida pelo corpo técnico do Ministério Público Federal em Rondônia (Ferreira, 2017). Ademais, o TR utilizou o parâmetro de divisão de áreas impactadas como orientador dos estudos ambientais consistente em: a) ADA: Área Diretamente Afetada; b) AID: Área de Influência Direta; e c) AII: Área de Influência Indireta. Tal parâmetro é rotineiramente utilizado nos TR's de empreendimentos hidrelétricos.

Ocorre que tal divisão serve melhor ao estudo do meio biofísico, que ao meio sociocultural, sendo demasiadamente limitada à análise dos impactos sociais do projeto. O principal efeito da adoção desta classificação consiste na ênfase dos impactos sobre o *território* (para a empresa, entendido como espaço

meramente físico, desprovido de qualquer outra característica) e não do *território tradicional/cultural*, espaço coletivo das comunidades rurais, onde está diluindo os processos socioculturais desses grupos sociais (Ferreira, 2017), daí ser o território da vida, do universo social das territorialidades vividas (Krenak, 2019).

A suposta área de influência descrita no EIA da UHE Tabajara restringiu-se às áreas das obras de engenharia (barragens, canteiros de obras, estradas de acesso etc.), e não incluíram áreas próximas (onde se localizam vários territórios tradicionais) que muito provavelmente também serão impactadas (Mapa 2). Em nenhum momento dos estudos foram mencionados os critérios que levaram a delimitação da área de influência. Também não foram tecidas informações sobre a existência de comunidades tradicionais localizadas nestas áreas, ou em áreas próximas. A única comunidade mencionada no EIA foi o Distrito de Tabajara, visto que, exatamente sobre este distrito, será construída a barragem. As comunidades tradicionais que habitam a jusante da barragem foram todas excluídas. O laudo do MPF informou, entretanto, que existem no local aproximadamente 61 comunidades tradicionais (Ferreira, 2017).

É sabido que a população tradicional e os povos indígenas da Amazônia são totalmente dependentes da terra, da floresta e dos rios para sua subsistência. Se a inter-relação entre os três meios (físico, biótico e socioeconômico) não for objeto de análise no EIA, não explorando dados referentes ao modo de vida da população, potencialmente atingida, principalmente em relação a sua dependência com os recursos hídricos, ao regime de cheias e vazantes, aos recursos da fauna e da flora acessados pelos habitantes, as conclusões dos estudos não refletirão a realidade local, principalmente do ponto de vista da análise socioeconômica das regiões impactadas, resultando na exclusão de grupos e famílias das medidas e programas de reparação de danos.

Destaca-se que os efeitos prejudiciais, a jusante do barramento, somente serão sentidos após o enchimento do reservatório, algum tempo depois das obras da construção da barragem. Exemplo deste impacto tardio pôde ser verificado na fase de operação das usinas do Complexo do Madeira, em que as áreas à jusante das barragens só começaram a registrar impactos após a construção do empreendimento (Costa Silva, 2018; Araújo; Moret, 2016).

Nesta toada, é possível afirmar que as comunidades à jusante da barragem de Tabajara, provavelmente, também sentirão forte impacto decorrente das atividades das usinas, algum período depois da fase da construção, principalmente na atividade pesqueira, com restrições e perdas de espécies, em razão da mudança ao regime hídrico do rio Machado. Não somente o rio será afetado, mas as áreas de florestas também sofrerão influência decorrente da elevação do lençol freático (encharcamento do solo), produzindo também perda ou redução dos recursos da agricultura. Atingidas, possivelmente, também serão as áreas utilizadas para o plantio em várzeas, visto que estas áreas, comumente usadas no plantio sazonal, poderão ser totalmente suprimidas.

Assim sendo, não se pode perder de vista que, não raras vezes, os EIA's produzidos pelas empresas de consultoria do país utilizam métodos que favorecem os consórcios, negligenciando impactos sociais, e que eles são elaborados para viabilizar a aprovação do projeto, mesmo que os impactos sejam graves, com imenso poder de destruição dos locais apropriados.

Direitos Humanos e modos de vida em Tabajara

Em virtude das características da colonização agrícola na região de instalação da UHE Tabajara, o local evoluiu dando origem às várias reservas extrativistas – projetos de assentamento – florestas estaduais, as quais abrigam diversas famílias que desenvolvem atividades de modo tradicional. Trata-se de um região de Rondônia, permeada pelo rio Machado (ou Ji-Paraná), que no início do século XX apresentou grande importância econômica em função da extração da borracha, formando comunidades que há décadas povoaram essa parte da Amazônia (Fonseca, 2007).

Na década de 1980, em função do acelerado processo de migração regional, de uma região distante das dinâmicas socioeconômicas da colonização agrícola, a cidade de Machadinho D'Oeste e a região de Tabajara aos poucos foram permeadas pelos ventos da agropecuária e da extração madeireira, o que levou o Governo de Rondônia a instituir uma ampla área de proteção da natureza e dos povos tradicionais, o que resultou na instituição de novas Unidades de Conservação (Mapa 2).

Desse modo, na região de influência da UHE Tabajara há no total 61 comunidades tradicionais que poderão ser impactadas pela hidrelétrica, distribuídas em quatro municípios (Machadinho do Oeste, em Rondônia; Manicoré, Humaitá e Nova Aripuanã, no Amazonas) (Ferreira, 2007). Nessa região, hoje, além da extração de látex para produção de borracha e da pesca, também se pratica a agricultura de subsistência. Em geral, a produção dos povos e comunidades tradicionais (plantio, criação, caça, pesca, extrativismo, artesanato, etc.) está diretamente relacionada com as relações de parentesco, baseadas na solidariedade entre as famílias. Parte considerável da produção é destinada ao próprio consumo. Tais atividades são muito importantes não só para o desenvolvimento econômico, mas também para o desenvolvimento social e cultural destes grupos.

Os povos tradicionais da Amazônia, em especial, da região de Tabajara, têm a marcante característica de possuir famílias extensas ou ampliadas, atendendo às necessidades sociais, culturais e econômicas destes grupos. Para estas comunidades, sabe-se que a organização familiar é central para o funcionamento da comunidade e sua relação com o território. Em linhas gerais, o processo de construção identitária de uma comunidade tradicional decorre de um processo complexo: "a terra e o rio não significam apenas uma dimensão física, antes de tudo é um espaço comum, ancestral, de todos que tem registro na história, da experiência pessoal e coletiva" (Ferreira, 2017, p.19). Assim sendo, para estes povos, os rios consistem em um "ponto de reunião entre as pessoas, local de diversas atividades como: viver, cultivar, divertir/lazer, pescar, trabalhar no comércio e muitas outras possibilidades" (Ferreira, 2017, p. 119). Logo, rio é um lugar que "reúne vários grupos e isso favorece diversas atividades econômicas locais" (Ferreira, 2017, p. 19).

No caso concreto, as entrevistas realizadas pela Perita do MPF , e nos trabalhos de campo para observação direta do quadro geral das condições socioeconômicas das comunidades rurais de Tabajara, indicaram que as comunidades tradicionais da região desenvolvem atividades baseadas em conhecimentos tradicionais acumulados por gerações: a pesca é feita nos rios e lagos da região, inclusive em igarapés; quanto à caça, porco do mato, paca e cutia são as espécies mais frequentemente abatidas; os moradores das comunidades também criam

algumas cabeças de gado, visando a retirada de leite para consumo próprio, além da criação de aves; a agricultura é voltada para subsistência familiar, com a venda de alguns itens excedentes: mandioca, milho, arroz de sequeiro, banana, café, feijão abóbora, melancia e amendoim, registrando-se que estes cultivos são feitos nas áreas próximas das casas. Algumas famílias também produzem farinha, extraída da mandioca cultivada; por sua vez, o extrativismo vegetal na região, igualmente, consiste em uma atividade tradicional muito difundida e baseia-se, além da extração da própria borracha, na coleta de produtos da floresta, tais como, a castanha do Brasil, açaí e copaíba. Tais produtos são utilizados, além do consumo próprio, para fins medicinais (Ferreira, 2017).

A pesca tradicional também é uma das atividades econômicas preferidas das famílias, pois fornece renda, além de alimentar seus membros (Ferreira, 2017; Cunha; Costa Silva, 2019). A pesca artesanal "realizada em comunidade ribeirinha na Amazônia emprega cinco vezes mais pescadores e tem uma produção anual de cerca de 2,5 vezes maior que a pesca desembarcada no mercado público" (Ferreira, 2017, p. 127). Os pescadores artesanais desenvolvem técnicas sustentáveis de captura de baixo impacto sobre a ictiofauna, e trabalham sozinhos e/ou utilizam mão de obra familiar ou não assalariada. A atividade envolve uma diversidade de modalidade de técnicas, modos de apropriação de recursos pesqueiros, formas de organização de produção e distribuição dos rendimentos, ligados a formas especiais de organização social (Ferreira, 2017, p. 127 e 128). Ao longo de, pelo menos, um século "aquelas comunidades garantem os seus terrenos de cultivo e continuidade de suas atividades econômicas indispensáveis à sua reprodução física e social" (Ferreira, 2017, p. 132).

Assim sendo, percebe-se o quanto é importante a manutenção do equilíbrio do ecossistema da região do rio Machado. Alterações antrópicas no meio ambiente certamente impactarão os territórios destas comunidades que lá habitam por mais de um século. Caso o regime hídrico do rio seja modificado e afete a quantidade e a qualidade dos peixes, provavelmente os pescadores amargarão prejuízos de toda ordem, inclusive com ameaça da própria subsistência da família. Do mesmo modo, caso as florestas sejam impactadas pelo empreendimento, em razão, por exemplo, do encharcamento do solo causado

pela elevação do lençol freático, a atividade extrativista poderá restar comprometida, o mesmo se podendo concluir acerca da inviabilidade do plantio dos gêneros alimentícios de necessidade própria da família, em razão da imprestabilidade do solo exageradamente úmido.

Tais impactos precisam, necessariamente, ser corretamente identificados e avaliados nos estudos ambientais, como se faz indispensável produzir dados e informações verídicas a respeito de todos os indivíduos e grupos que poderão sofrer as consequências das alterações adversas causadas no meio ambiente, sendo que a exclusão de alguns grupos dos programas e reparações devidas, poderá comprometer a sobrevivência destas pessoas excluídas.

Por essas razões, constata-se o quanto é relevante a abordagem adequada do conceito de atingido e de reconhecimento da tradicionalidade destas comunidades, visto que estas qualificações servem de base para a incidência de uma série de direitos fundamentais afetos a estes povos (Fonseca, 2007; Araújo; Moret, 2016; Ferreira, 2017; Cunha; Costa Silva, 2019). Logo, toda atenção é devida por parte das instituições de fiscalização e controle de violações a direitos fundamentais de minorias atingidas por grandes empreendimentos econômicos.

Entende-se que um estudo aprofundado do componente tradicional (ribeirinho, pesqueiro e extrativista), semelhante ao que existe para a temática indígena, deve ser exigido do consórcio realizador da obra. Somente com a elaboração de um estudo específico do componente tradicional, os impactos socioambientais destes povos da região poderão ser adequadamente identificados, avaliados, mitigados e/ou compensados de forma integral e justa.

Os grupos tradicionais de ribeirinhos, extrativistas e pescadores merecem um estudo próprio em razão das especificidades incomuns destes povos, que os fazem ser diferenciados culturalmente. Registra-se que o EIA não teceu uma linha sequer sobre a tradicionalidade destes povos. Apenas foram feitas considerações de que as atividades das pessoas possivelmente atingidas pelo empreendimento seriam "rudimentares" (Ferreira, 2017).

Neste mesmo sentido, o laudo do MPF concluiu pela necessidade de realização de um estudo, em separado, do Componente Pesqueiro, além do Componente Tradicional (ribeirinho e extrativista), em analogia ao Estudo

do Componente Indígena, vez que muitas famílias de pescadores se localizam próximas à área da barragem e da alagação, e não foram incluídas nos dados produzidos pelos cadastradores contratados pelo empreendedor. Logo, "a invisibilidade dos tradicionais somada ao monitoramento inadequado pode colocar em risco a continuidade destas comunidades, tal como ocorreu com os Pescadores Tradicionais de Abunã, no licenciamento da UHE Jirau e Santo Antônio" (Ferreira, 2017, p. 182).

Dado o quadro geral dos processos socioeconômicos e territoriais postos, pode-se afirmar é que os impactos na cidade tendem a ser "positivamente" diluídos na medida em que há um crescimento da economia urbana, principalmente nos setores de serviços e comércio, em que a taxa de empregabilidade e geração de renda aumentam consideravelmente. Todavia, no mundo agrário onde estão territorializadas as comunidades rurais, as quais são diretamente apontadas como "potencial público alvo" dos deslocamentos compulsórios indicados nos estudos de impacto ambiental (Cunha; Costa Silva, 2019), a "bonança" da capital hidrelétrico tende a aprofundar as pressões econômicas nos territórios tradicionais e nas posses das pequenas propriedades familiares, pois, como verificado qualitativamente em trabalho de campo, o preço da terra agrícola/área de pastagem aumenta no mercado local, e as invertidas contra os territórios tradicionais e os espaços coletivos de trabalho (a exemplo do rio Machado, onde os pescadores ainda podem desenvolver suas atividade laborais) convergem à expropriação desses grupos sociais, atingindo seus direitos sociais básicos.

Considerações finais

A expansão dos projetos energéticos na região amazônica tem gerado um passivo social impagável, além de impactos ambientais de proporções estratosféricas, em geral, atingindo os territórios das comunidades tradicionais e povos indígenas, sem qualquer alteração nas políticas públicas de equacionamentos de danos socioambientais da região.

Os EIA/RIMA's apresentados pelos empreendimentos hidrelétricos da região Norte, para subsidiar o processo de decisão sobre a viabilidade ambiental

dos projetos são frequentemente insuficientes, subestimados e pouco analíticos. Tais estudos deficientes acabam por se transmudar em um veículo legitimador da aprovação de projetos impactantes e devastadores, sob o ponto de vista dos Direitos Humanos dos grupos sociais atingidos. No caso específico do Projeto Hidrelétrico Tabajara, o laudo pericial do MPF/RO (Ferreira, 2017) sinalizou que, muito provavelmente, os impactos atingirão muitas comunidades tradicionais (pescadores, ribeirinhos, extrativistas, etc.) e diversos povos indígenas, entre eles, dois grupos de índios isolados. Tais comunidades habitantes do local não foram sequer mencionadas no EIA, numa franca tentativa de reduzir, ao máximo, os custos sociais da obra. Ao término deste texto, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA emitiu parecer acatando parte das recomendações do MPF/RO para que o EIA/RIMA sofresse alterações, sobretudo, com vistas a mensurar e dimensionar melhor os possíveis impactos nas comunidades tradicionais da região.

De modo geral, conclui-se que os grandes projetos na Amazônia e, particularmente, as hidrelétricas, instituem escalas de domínio político de recursos naturais e territórios, de modo que se ressalta o uso corporativo do espaço regional na escala do capital e do Estado, ao passo que, igualmente, tem-se a alienação dos territórios dos grupos sociais mais vulneráveis, no qual o sentido e destino do lugar ficam afetados pelas lógicas do capital hidrelétrico, o que se constitui também em formas de dominação e expropriação social.

Referências

ALMEIDA, A. W. B. de (Org.) Conflitos sociais no complexo Madeira. Manaus: UEA, 2009.

ARAUJO, N. C.; MORET, A. D. S. **Direitos Humanos e Hidrelétricas**: uma análise dos impactos socioambientais e econômicos gerados em Rondônia. Veredas do Direito, Belo Horizonte, v.13, n.26, p.167-194, Maio/Agosto de 2016. Disponível em: <http://revista.domhelder.edu.br/index.php/veredas/article/view/622> Acessado em 15 de novembro de 2020.

BOTTOMORE, T. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BRASIL. Eletronorte. **Aproveitamento Hidrelétrico de Tabajara**. Dezembro de 2019, 9. v. Disponível em: <http://licenciamento.ibama.gov.br/Hidreletricas/Tabajara/> Acessado em 28 de maio de 2020.

BRASIL. ELETRONORTE. **Memória Técnica – UHE Samuel**. Brasília, ELETRONORTE, 1996. Link: http://agencia.eletronorte.gov.br/site/eletronorte/wp-content/uploads/sites/101/2020/04/UHE-Samuel-Mem%C3%B3ria-T%C3%A9cnica.pdf

BRASIL. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA. **Parecer Técnico nº 110/2020-COHID/CGTEF/DILIC, AHE TABAJARA**. Brasília, 20 de agosto de 2020.

CASTILHO, D. Hidrelétricas na Amazônia brasileira: da expansão à espoliação. In: **V Simpósio Internacional de História da Eletrificação**, 2019, Évora (Portugal). Eletricidade e a transformação da vida urbana e social. Évora: CIDEHUS, 2019. p. 1-20. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/Electricidad-y-transformacion-de-la-vida-urbana/DenisCastilho.pdf> Acessado em 27 de maio de 2020.

CASTRO, E. Expansão da fronteira, megaprojetos de infraestrutura e integração sul-americana. **CADERNO CRH**, Salvador, v. 25, n. 64, p. 45-61, Jan./Abr. 2012. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-49792012000100004> Acessado em 27 de maio de 2020.

CAVALCANTE, M. M.; NUNES, D. D; COSTA SILVA, R. G.; LOBATO, L. C. H. Políticas Territoriais e Mobilidade Populacional na Amazônia: contribuições sobre a área de influência das Hidrelétricas no Rio Madeira (Rondônia/Brasil). **Confins** (Paris), p. 1-18, 2011. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/6924> Acessado em 28 de maio de 2020.

CDPH. Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana. **Relatório da Comissão Especial dos Atingidos por barragens**. Brasília, 2010. Disponível em: <http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/temas-de-atuacao/populacao-atingida-pelas-barragens/atuacao-do-mpf/relatorio-final-cddph>. Acessado em 24 de agosto de 2019.

COSTA SILVA, R. G. (Org.) **Porto Velho Cultura, Natureza e Território**. 1. ed. Porto Velho: Edufro/Temática Editora, 2018. v. 1. p. 266. Impresso. Link: http://www.gtga.unir.br/pagina/exibir/9501

COSTA SILVA, R. G.; LIMA, L. A. P; CONCEIÇÃO, F. S. Territórios em disputas na Amazônia brasileira: ribeirinhos e camponeses frente as hidrelétricas e ao agronegócio. **Confins** (Paris), v. 36, p. 1-12, 2018. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/13980>. Acessado em 27 de maio de 2020.

COSTA SILVA, R. G; SILVA, V. V; LIMA, L. A. P. Os novos eixos da fronteira na Amazônia ocidental. **Confins** (PARIS), v. 43, p. 1-6, 2019. Link: https://journals.openedition.org/confins/24950

CUNHA, G. D. O. B.; COSTA SILVA, R. G. Invisibilidades produzidas: o "desaparecimento" das comunidades ribeirinhas nos estudos da hidrelétrica Tabajara (Amazônia brasileira). **Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos**, v. 7, p. 95-116, 2019. Link: https://www3.faac.unesp.br/ridh/index.php/ridh/article/view/713

DIÁRIO DA AMAZÔNIA. **Anúncio de hidrelétrica já aumenta procura de casas em Machadinho**. Jornal Diário da Amazônia, 29/10/2019. Link: https://www.diariodaamazonia.com.br/anuncio-de-hidreletrica-ja-aumenta-procura-de-casas-em-machadinho/

ESTADÃO. **Eletronorte apresenta novo estudo ambiental para erguer usina na Amazônia**. Seção Economia, Jornal Estadão, 18 de dezembro de 2019. Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,ele-

tronorte-apresenta-novo-estudo-ambiental-para-erguer-usina-na-amazonia,70003129520> Acessado em 28 de maio de 2020.

FEARNSIDE, P. M. (org.). **Hidrelétricas na Amazônia**: Impactos Ambientais e Sociais na Tomada de Decisões sobre Grandes Obras. Manaus: Editora do INPA, v. 2, 2015.

FEARNSIDE, Philip M. **A hidrelétrica de Samuel**: Lições para as políticas de desenvolvimento energética e ambiental na Amazônia. Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA). Manaus: 2004.

FGV, Fundação Getúlio Vargas. **Grandes obras na Amazônia**: aprendizados e diretrizes. São Paulo, 2017. 259 p. Disponível em: http://www.gvces.com.br/grandes-obras-na-amazonia-aprendizados-e-diretrizes?locale=pt-br. Acesso em: 05. Nov. 2019.

FERREIRA, R. C. Usina Hidrelétrica de Tabajara, Machadinho Do Oeste/RO. **Laudo Pericial 02/2017/SPJPR**, Secretaria de Perícia, Pesquisa e Análise (SPPEA); Procuradoria Geral da República, Brasília: MPF, 2017.

FONSECA, Dante Ribeiro. **Estudos de História da Amazônia**. 1. ed. Porto Velho: Maia, 2007. v. 1. 260p.

FRANCO, T. Alienação do trabalho: despertencimento social e desrenraizamento em relação à natureza. **Caderno CRH**, Salvador, v. 24, n. 1, p. 171-191, 2011.

GOTTMANN, J. The evolution of the concept of territory. Social Science Information, v. 14, n. 3, ago. 1975, p. 29–47.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: Do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

IBGE. **Portal Cidades e Estados**, 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ro/machadinho-doeste.html>. Acessado em 28 de maio de 2020.

IORIS, A. A. R. **Da foz às nascentes**: análise histórica e apropriação econômica dos recursos hídricos no Brasil. In. Capitalismo globalizado e recursos territoriais. Ed. Lamparina, Rio de Janeiro, 2010. p. 211-256.

KRENAK, A. **Ideias para Adiar o Fim do Mundo**. 1 ed., São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LIMA, L. A. P. **Território e os efeitos da antecipação temporal na Amazônia**: pescadores e a instalação de UHE em Apuí (AM) e Colniza (MT) no rio Aripuanã. 2020. 317 f. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal de Rondônia – UNIR, Porto Velho, 2020.

LIMA, L. A. P; COSTA SILVA, R. G. Cartografia das hidroestratégias na Amazônia brasileira. **Acta Geográfica**, v. 12, p. 129-142, 2018. Disponível em: <https://revista.ufrr.br/actageo/article/view/4510> Acessado em 28 de maio de 2020.

LIMA, L. A. P; COSTA SILVA, R. G. Pescadores, hidroelétricas e novos ordenamentos territoriais dos rios amazônicos. **Terr@ Plural** (UEPG. Online), v. 13, p. 361-374, 2019. Disponível em: <https://revistas.apps.uepg.br/index.php/tp/article/view/10876/artigo%205> Acessado em 28 de maio de 2020.

MAB. Movimento dos Atingidos por Barragens. **Ditadura contra as populações atingidas por barragens aumenta a pobreza do povo brasileiro**. Brasília, 2004. Disponível em: https://www.alainet.org/pt/active/5807. Acesso em: 24. Ago. 2019.

MARX, Karl. **Manuscritos económico-filosóficos**. Tradução Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 1993.

MÉSZÁROS, I. **A teoria da alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo editorial, 2006.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Amazônia**: encruzilhada civilizatória: tensões territoriais em curso. Rio de Janeiro (RJ): Consequência, 2017.

PÚBLICA. **Amazônia sem lei**: O "maior desmatador do Brasil" possui 120 madeireiras na região Norte. Reportagem especial. Agência Pública, 22 de novembro de 2019. Disponível em: <https://apublica.org/2019/11/o-maior-desmatador-do-brasil-possui-120-madeireiras-na-regiao-norte/> Acessado em 27 de maio de 2020.

RIBEIRO, A. C. T. Outros territórios, outros mapas. **OSAL**: Observatorio Social de América Latina, Ano 6, n. 16 (jun. 2005), Buenos Aires: CLACSO, 2005.

SANTOS, M. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SANTOS, M; SILVEIRA, M. L. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2001.

SCABIN, F. S; PEDROSO-JUNIOR, N. N; CRUZ, J. C. C. Judicialização de grandes empreendimentos no Brasil: impactos da instalação de usinas hidrelétricas sobre comunidades locais na Amazônia. **Revista Pós Ciências Sociais** (REPOCS) – Dossiê Sociedade Ambiente e Governança, n. 22, 2015.

SEVÁ FILHO, Arsênio Oswaldo. Estranhas catedrais. Notas sobre o capital hidrelétrico, a Natureza e a Sociedade. **Revista Ciência e Cultura**. Núcleo Temático – Energia, Ambiente e Sociedade, Vol. 60 nº 3 São Paulo, Setembro de 2008.

VAINER, C. B. Os desafios da fragmentação. **R. B. Estudos Urbanos e Regionais**, v.9. n.1, maio, 2007.

WERNER, D. Desenvolvimento Regional e Grandes Projetos Hidrelétricos (1990-2010): o caso Complexo Madeira. **Inc. Soc**. v. 6, nº 1. jul/dez. 2012. Brasília-DF. p.157-174.

HIDRELÉTRICAS E POPULAÇÕES TRADICIONAIS: CONFLITOS NO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS NA COMUNIDADE DE TEOTÔNIO

Girlany Valéria Lima da Silva
Maria Madalena de Aguiar Cavalcante

Introdução

A hidroeletricidade tem sido a principal fonte de geração do sistema elétrico brasileiro, onde 64,9% da matriz energética nacional provêm da fonte de energia hidráulica (EPE, 2020).

A construção de usinas hidrelétricas no Brasil, na última década, tem sido mais evidente na Amazônia, justificado pelo seu potencial hídrico e conforme projetos futuros previsto nos Planos Decenais de Expansão de Energia - PDE, (2024) onde prevê a instalação de 22 usinas, com o objetivo de atendimento demanda dos centros industriais consumidores (Silva Júnior, 2018).

A expansão de usinas hidrelétricas na Amazônia apresenta uma problematização quando observado às peculiaridades que a região apresenta, principalmente, no que se refere às populações tradicionais localizadas as margens dos rios onde essas obras são instaladas, que tem no uso dos recursos hídricos sua principal fonte de renda e de subsistência, conexas a dinâmica de cheia e vazante dos rios.

No Estado de Rondônia (município de Porto Velho), no ano de 2008 deu-se início a construção das hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau no Rio Madeira, juntas possuem a capacidade de gerar 7.318 MW em energia e produziram aproximadamente 529 km² de área alagada (Dams, 2016).

A construção dessas obras ocasionou a desterritorialização de várias comunidades na área do entorno do reservatório. Nesse processo inicia-se as contradições e os primeiros conflitos acerca da implantação das hidrelétricas e as populações tradicionais amazônicas, com a desestruturação em seu modo de

vida, o comprometimento de toda a área de várzea e com restrições aos locais de pesca, para dar lugar a geração de energia elétrica, para suprir demanda energética nacional.

Neste sentido, o artigo tem como objetivo analisar na Vila do Teotônio, os conflitos relacionados ao uso múltiplo da água previsto na Lei nº 9.433/97 que institui a Política Nacional dos Recursos Hídricos, esta comunidade era uma antiga colônia de pescadores que foi afetada pela instalação da usina hidrelétrica de Santo Antônio no Rio Madeira/Rondônia. De modo a demonstrar os conflitos advindos pelos diferentes interesses sobre um mesmo recurso, manifestos no território amazônico, no que concerne a implantação de hidrelétricas e as populações tradicionais.

A comunidade de Teotônio, o *lócus* de pesquisa, era uma pequena e antiga Colônia de Pescadores, localizada a margem da Cachoeira de Teotônio. Com histórico secular, a comunidade surgiu no século XVIII, porém com outra denominação, Nossa Senhora da Boa Viagem de Salto Grande do Rio Madeira, posteriormente, Arraial de Teotônio, segundo Matias (1998), uma espécie de entreposto comercial, com o objetivo de fiscalizar e cobrar o imposto dos mineradores que extraiam ouro na região, além de dar apoio à navegação já existente, a época. No período contemporâneo, a Colônia de pescadores tinha na atividade do turismo, ligado a cachoeira, e no comércio de pescado, o meio de sua organização social, econômica e cultural, interrompido pela instalação da usina hidrelétrica de Santo Antônio.

Hidrelétricas na Amazônia e os conflitos de interesse no uso do território

Nas últimas décadas a instalação de usinas hidrelétricas, intensificou-se na Amazônia, como parte de um plano estratégico nacional, onde a região se transformou em exportadora de energia elétrica de base hídrica para atender a demanda energética de outras regiões do país (Garcia, 2006; Souza, 2015).

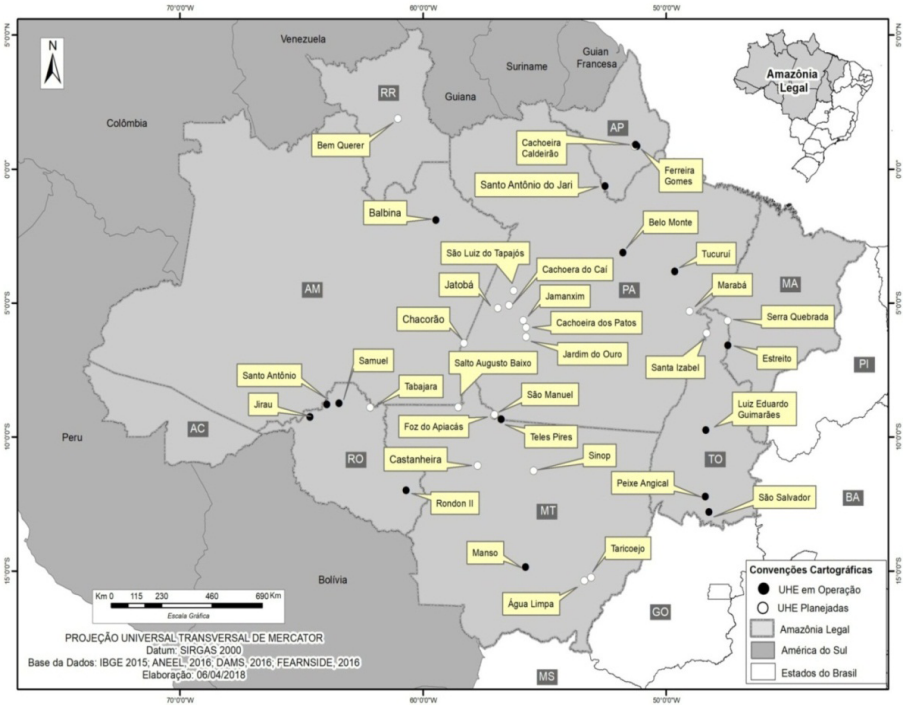
A expansão do setor elétrico na Amazônia intensificou-se a partir da década de 2000 com investimentos para a instalação de grandes projetos hidrelétricos na região, com destaque para: Belo Monte/PA, com a capacidade

de geração de (11.233 MW), Jirau/RO com (3.750 MW), Santo Antônio/RO com (3.568 MW), Teles Pires/MT (1.820 MW) e Estreito/MA/TO com 1.087MW (Fearnside, 2013; Dams, 2016). Atualmente encontra-se (16) dezesseis usinas hidrelétricas em operação e de acordo com o Plano Decenal de Expansão de Energia (2024) estão planejadas a construção de (22) vinte e duas hidrelétricas, como podem ser visualizadas na Figura 01.

A instalação dessas obras expressa a apropriação dos recursos hídricos para o suprimento das demandas energéticas nacionais, onde os rios Amazônicos passam a ser território do capital nacional e internacional. A lógica de investimentos em hidrelétricas na Amazônia está ligada a ampliação e articulação de projetos de infraestrutura em escala continental (transporte, energia e telecomunicações), sobretudo, em atendimento à expansão das atividades do agronegócio, da exploração madeireira e da mineração (Garzon, 2009; Cavalcante, 2012; Borges, 2018).

A implantação de hidrelétricas na região amazônica é conflituosa, já que a região é possuidora de uma biodiversidade singular e de populações tradicionais, que se distinguem na forma de uso deste território e de seus recursos. O território torna-se neste contexto, uma categoria de análise importante para compreender como essa porção do espaço passa a ser controlada por distintos atores e estes ao imprimir suas intencionalidades, demonstram as relações de poder que imperam e a que escalas pertencem, sejam elas mundiais, regionais ou locais (Souza, 2006; Rocha, 2008).

Figura 01 - Hidrelétricas em operação e planejadas na Amazônia.



Elaborado por Silva (2017).

Há uma disputa cotidiana pelos territórios, quando há a inserção de novos atores na disputa pelo uso do mesmo território, geralmente são ocasionados tensões e conflitos, decorrentes dos distintos interesses dos atores envolvidos (Souza, 2006). Para uma análise concreta deste cenário de conflito verifica-se que: se de um lado a hidrelétrica precisa de uma parte do rio para a geração de energia, do outro, estão às populações locais, que para a realização de determinado uso deve dar lugar ao outro ator (neste caso a hidrelétrica), tem-se então, não só um conflito de uso do território e de seus recursos, mas, também a noção de escala de análise geográfica e a imperatividade do poder sobre o uso dos recursos hídricos. Para tal analogia, dois tipos de atores são necessários: (i) ribeirinhos e (ii) empresas construtoras das usinas hidrelétricas, de modo a compreender seus interesses no uso do território e de seus recursos, descritos no quadro 01:

Quadro 01 - Atores e tipos de uso dos recursos hídricos

Atores	Tipo de uso dos recursos hídricos	Escala de interesse no uso dos recursos hídricos
Ribeirinhos	O rio como é um elemento essencial na sua forma de organização territorial, esses atores são secular e ocupavam a área antes da instalação das hidrelétricas. Possuem um modo de vida peculiar, o rio, não é apenas elemento do cenário ou paisagem, mas um elemento particular que influencia em seu modo de vida é dele que constitui sua principal atividade econômica e de subsistência a partir da pesca e agricultura de várzea.	Local/Regional
Empresas construtoras	Uso e exploração do rio para a geração de energia elétrica tem o objetivo de atender a demanda energética nacional.	Nacional/ Internacional

Elaborado a partir de Silva (2000) e Cavalcante (2012).

As hidrelétricas constituem-se como atores que pertencem à escala nacional/internacional que modificam e transformam o território amazônico, uma vez que as populações tradicionais locais estão estabelecidas neste território de forma milenar. No momento em que as hidrelétricas delimitam sua área de instalação e influência, expressam o interesse e poder no uso dos recursos hídricos para a geração de energia. Geram-se os conflitos, a partir da desterritorialização, ou como coloca Haesbaert (2004) com o "abandono" forçado das populações atingidas, expulsa dos seus locais de origem, para dar lugar as hidrelétricas e sem a garantia do uso múltiplo dos recursos hídricos.

Pensar o território Amazônico a partir dessa contradição entre a expansão de hidrelétricas e comunidade atingida, no caso de Teotônio, requer elementos normativos para entender o papel do Estado enquanto mediador na

relação de conflito, como é o caso da Lei nº 9.433/1997 que trata da política nacional de recursos hídricos, especificamente sobre a garantia do uso múltiplo desse recurso ou ainda a efetividade do Projeto Básico Ambiental (2008) desenvolvido para as comunidades realocadas.

Os planos da agência Nacional de Energia Elétrica - ANNEL (Plano Decenal de Expansão de Energia, 2024 e Plano Nacional de Energia, 2050) permitem compreender numa escala regional qual o cenário de hidrelétricas para a região amazônica e para uma análise de como essas obras refletem nos locais de instalação, os dados utilizados a respeito da Vila do Teotônio são secundários, baseados em Silva (2016), permitindo a análise local/regional sobre o efeito dessas grandes obras nas comunidades atingidas e os conflitos no uso múltiplo dos recursos hídricos.

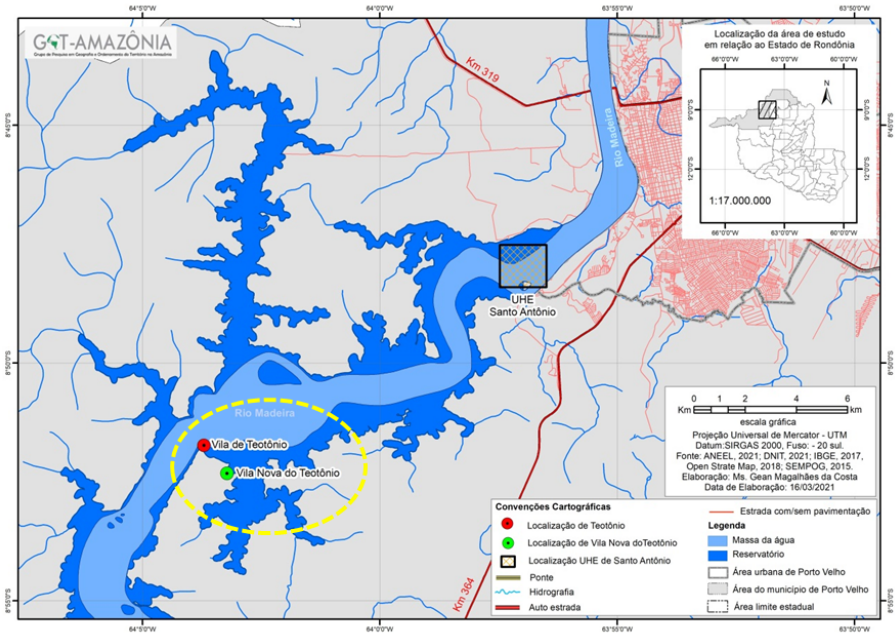
A comunidade de Teotônio e os conflitos no uso múltiplo dos recursos hídricos

A Vila de Teotônio estava localizada à margem direita do Rio Madeira e da cachoeira de Teotônio. A comunidade pertencente ao município de Porto Velho, capital do Estado de Rondônia, foi uma das comunidades totalmente atingida pela construção da usina hidrelétrica de Santo Antônio, levando as famílias a um novo local denominado Vila Nova de Teotônio. Diante do processo de descaracterização da antiga e da reestruturação de uma nova vila, buscou-se a partir da Política Nacional dos Recursos Hídricos, sancionada pela Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, compreender a relação das famílias, já estabelecida no novo local, com o uso dos recursos hídricos, uma vez que no Art. 1º apresenta os fundamentos:

> I - a água é um bem de domínio público; II - a água é um recurso natural limitado, dotado de valor econômico; III - em situações de escassez, o uso prioritário dos recursos hídricos é o consumo humano e a dessedentação de animais; IV - a gestão dos recursos hídricos deve sempre proporcionar o uso múltiplo das águas; V - a bacia hidrográfica é a unidade territorial para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e atuação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos; VI - a gestão dos recursos hídricos deve ser descentralizada e contar com a participação do Poder Público, dos usuários e das comunidades.

O inciso IV garante que “a gestão dos recursos hídricos deve sempre proporcionar o uso múltiplo das águas”, no entanto, esse uso é restrito na medida em que as famílias perdem os locais de pesca quando são desterritorializadas e reassentadas. A Figura 02 demonstra a localização da antiga Vila e o reassentamento Vila Nova de Teotônio (localizado a 40Km da cidade de Porto Velho), assim como, a localização da hidrelétrica e do reservatório de Santo Antônio. A comunidade sai das margens do canal principal do rio que deixa de ser um ambiente lótico (fluxo de água corrente) e passa a ser lêntico (de baixo fluxo) e ao serem assentada as margens do reservatório, lidam com as alterações desse ambiente aquático que foi modificado e reflete na qualidade e quantidade de pescados, além das mudanças nos locais de pesca.

Figura 02 - Contexto da localização da antiga Vila do Teotônio e reassentamento Vila Nova de Teotônio, bem como a localização da usina e do reservatório de Santo Antônio.



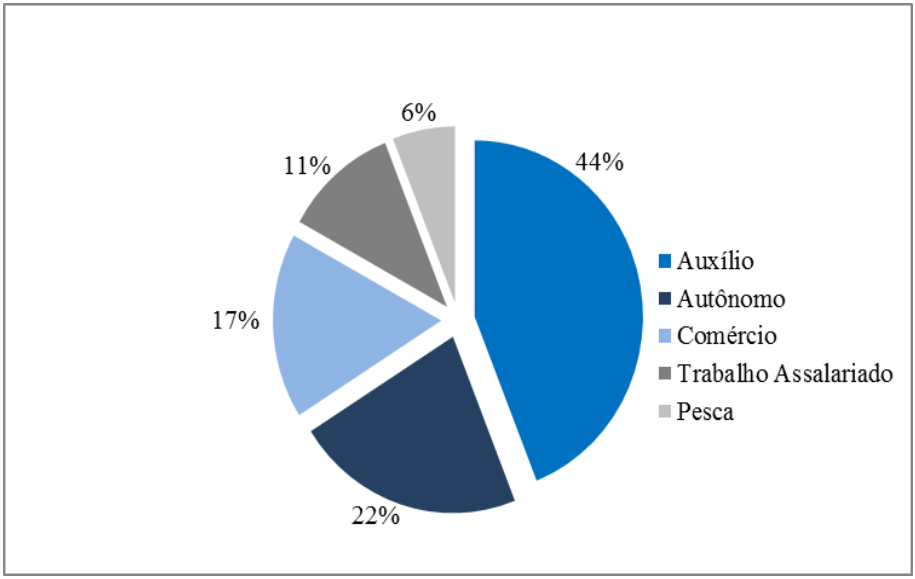
Elaborado pelas autoras em 2021.

A população da antiga Vila do Teotônio estava localizada na margem da Cachoeira de Teotônio, possuindo um modo de vida típico ribeirinho, cuja organização econômica, territorial, social e cultural das famílias estava relacio-

nada diretamente com o Rio Madeira, onde dependiam desse recurso natural e ao ser desterritorializada, a população foi reassentada em Vila Nova de Teotônio perdendo sua forma de organização territorial que estava relacionada à dinâmica das águas, sendo incentivada à dinâmica da terra firme.

A economia da população da antiga Vila do Teotônio (Conf.Fig.03) estava relacionada à pesca, com o representativo de 52% dos entrevistados. Cerca de 29% desenvolviam a atividade de comércio, aproximadamente 14% exerciam a agricultura de várzea na vazante do rio e 5% tinham uma ligação com o turismo, especialmente relacionado à Cachoeira do Teotônio.

Figura 03 - Economia da população da antiga Vila do Teotônio.



Fonte: SILVA, (2016).

A atividade da pesca na Vila do Teotônio era fundamental para a base econômica das famílias da comunidade (64%) era destinada à venda do pescado *in natura,* (36%) era destinada à subsistência das famílias. Esta possuía compradores fixos, que financiavam as despesas das saídas para as pescarias (gelo, combustível e os aparelhos de pesca), onde os moradores realizavam a venda do pescado em seu domicílio. Em sua maior parte, a comercialização do pescado era feita aos atravessadores locais que compravam o pescado logo após

o desembarque ou aos donos de restaurantes da própria Vila, que comercializavam refeições com base no pescado local (Conf. Fig. 04), nos restaurantes locais que possuíam grande movimentação turísticas pela população de Porto Velho (Doria, et al., 2015).

Figura 04 - (A) Movimentação em um restaurante de Vila do Teotônio

Imagem: Rogério Rodrigues Félix, 2010.

A agricultura de várzea possuía uma importância econômica para os moradores da Vila do Teotônio, a atividade era realizada durante o período de vazante do Rio Madeira, com o cultivo dos produtos agrícolas, tanto para a comercialização (55%), quanto para a subsistência (15%) e uma parte significativa (30%) tinha uma prática mista da atividade (comercialização e subsistência), de acordo com o Projeto Básico Ambiental, (2008) os produtos cultivados eram feijão-verde, melancia, milho, abóbora, banana, maxixe e hortaliças.

O turismo na Vila do Teotônio estava relacionado à Cachoeira do Teotônio que funcionava como um ponto turístico para a população portovelhense, principalmente por ser o *lócus* privilegiado da prática da pesca esportiva. Todos os anos, ocorria um campeonato de pesca na Cachoeira do Teotônio (Fig. 05), que já constava no calendário turístico de Rondônia (Silva, 1991; Batista Júnior, 2009).

Figura 05 - Atividade da pesca na antiga Cachoeira de Teotônio

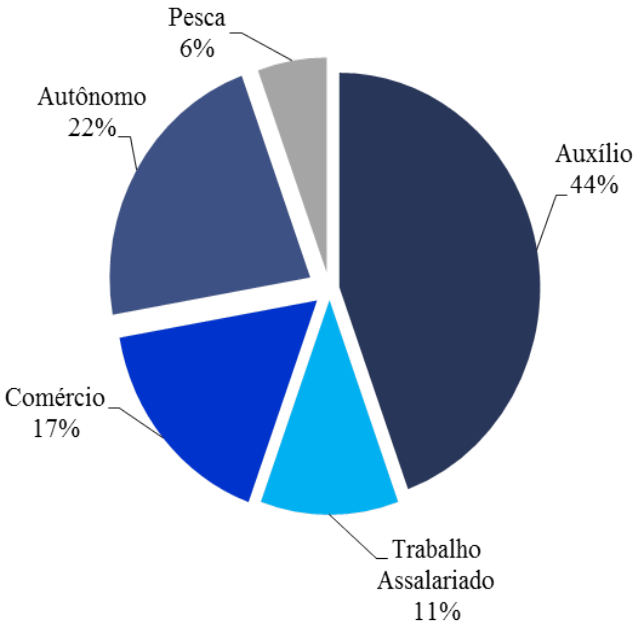
Imagem: Madalena Cavalcante (2010)

A desterritorialização da antiga Vila do Teotônio evidencia o cerceamento da atuação dessa população neste território, já que a mesma foi remanejada de sua área original para dar lugar à hidrelétrica de Santo Antônio. No reassentamento não há a garantia no uso múltiplo dos recursos hídricos, houve o rompimento nas atividades exercidas (pesca, agricultura de várzea e turismo) pelos moradores, onde cerca de 95% dos entrevistados afirmaram não exercer as antigas atividades econômicas desenvolvidas na antiga localidade.

Segundo os moradores, os principais motivos para o não exercício das mesmas atividades econômicas no reassentamento estão relacionados: (i) falta do pescado, comprometendo a profissão dos pescadores; (ii) submersão da área de várzea, onde não há mais o cultivo, já que a área foi submersa pelo reservatório; (iii) o novo local onde foram reassentados não é fértil; (iv) baixa movimentação turística no reassentamento, se comparado a Antiga Vila. Tais mudanças incidem diretamente na perda das principais características do perfil ribeirinho dessa comunidade que estava relacionado diretamente ao uso dos

recursos hídricos (a pesca, turismo e comércio relacionado ao pescado e agricultura de várzea).

Figura 06 - Economia da população no reassentamento Vila Nova de Teotônio



Fonte: Silva (2016).

No reassentamento Vila Nova de Teotônio, conforme Fig. 06, (44%) dos moradores recebem auxílio financeiro (iniciado em 2010) da empresa construtora da hidrelétrica, não havendo o restabelecimento das atividades econômicas no local este tem sido renovado a cada 6 (seis) meses. O trabalho autônomo é a segunda fonte de renda no reassentamento (20%), onde os entrevistados realizam esta prática fora do reassentamento, a exemplo de diárias, "bicos" e a reciclagem. O comércio (17%) hoje não está mais relacionado à pesca, mas, sim as mercearias, padarias e bares. O trabalho assalariado representa (11%) da renda dos entrevistados. Já a pesca, segundo os entrevistados, atualmente é praticada apenas por 6% da população e se apresenta como atividade de subsistência, sendo que antes a atividade era a principal fonte de renda, mas, na nova vila não representa um retorno financeiro para os pescadores.

A formação do reservatório da hidrelétrica de Santo Antônio submergiu a área produtiva de várzea, impedindo o cultivo no período da vazante do rio, quando a população de Vila do Teotônio foi desterritorializada houve a substituição na forma de cultivo (do plantio na várzea para a agricultura em terra firme), no entanto, as habilidades e técnicas necessárias para o plantio na terra firme, não correspondem com as técnicas dominadas pelos moradores, comprometendo a renda e subsistência dessa população, dado o contexto a qual os moradores foram submetidos no reassentamento.

No local onde as famílias foram reassentadas foram construídos, quiosques, uma praia artificial (Cf. Fig. 07) e um píer turístico como meio de reparação e mitigação ao que perderam, no entanto, estes elementos turísticos fogem do padrão de atrativo turístico natural que a comunidade possuía na antiga localidade, relacionado a Cachoeira de Teotônio, que consistia no principal atrativo turístico da localidade, associada a pesca amadora. Se comparada à Antiga Vila do Teotônio a visitação no reassentamento não possui um fluxo contínuo de visitantes como na antiga localidade.

Figura 07 - Praia artificial e quiosques em Vila Nova de Teotônio

Imagens: Girlany Valéria (2015)

A instalação da hidrelétrica de Santo Antônio, vincula-se a uma lógica de globalização excludente que (des)territorializou a população de Vila do Te-

otônio, local que habitaram por gerações e que foram obrigados a sair. Além de evidenciar o descumprimento da Política Nacional dos Recursos Hídricos, no que se refere ao Art. 1º § IV que garante o uso múltiplo das águas, parte do Rio Madeira passou a ser de uso exclusivo para a geração de energia elétrica, ocorrendo a restrição e o comprometimento de todas as atividades relacionadas ao uso dos recursos hídricos da Vila do Teotônio.

Considerações finais

A expansão do setor elétrico na Amazônia é conflituosa, dadas às peculiaridades da região, principalmente, no que se refere às populações tradicionais que moram às margens dos rios onde essas usinas hidrelétricas são instaladas. Para a Vila do Teotônio a instalação de Santo Antônio ocasionou uma quebra no vínculo com o uso dos recursos hídricos, dada à falta do pescado, comprometimento da profissão dos pescadores, submersão da área de várzea, além de serem reassentados em solos de baixa fertilidade e com pouca movimentação turística.

Antes da instalação da hidrelétrica de Santo Antônio o Rio Madeira tinha como função suprir às atividades de subsistência e renda da população de Vila do Teotônio, após a inserção da obra na região e a desterritorialização dos moradores, o rio passa a atender uma demanda nacional, cerceando a atuação da população local.

Desse modo, chocam-se os interesses manifestos no território, devido às incompatibilidades no uso de um mesmo recurso, ocorrendo conflitos sociais e contradições com as normas, a exemplo da Política Nacional dos Recursos Hídricos, no que se refere ao Art. 1º § IV, que garante o uso múltiplo das águas, onde o Rio Madeira passou a ser de uso exclusivo da geração de energia elétrica, comprometendo as atividades da pesca, turismo e agricultura de várzea, revelando os interesses e o poder exercido na área, demonstrando os conflitos no uso dos recursos hídricos a partir da instalação de usinas hidrelétricas na região amazônica.

Referências

BRASIL. **Lei nº 9433, de 8 de janeiro de 1997.** Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989. Disponível em: Acesso em: 10/02/2020

BORGES, Luciana Riça Mourão. **Políticas territoriais e o setor elétrico no Brasil:** análise dos efeitos da construção de hidrelétricas na Amazônia pelo Programa de Aceleração do Crescimento no período de 2007 a 2014. Tese (doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2018.

CAVALCANTE, Maria Madalena de Aguiar. **Hidrelétricas do Rio Madeira-RO:** território, tecnificação e meio ambiente. Tese (doutorado). Universidade Federal do Paraná - UFPR. Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGG. Curitiba, 2012.

DORIA, Carolina Rodrigues da Costa; LIMA, Maria Alice Leite; NETO, Luiz Fontes Machado. A pesca artesanal comercial e de subsistência na bacia do Rio Madeira, porção Brasileira. In: DORIA, Carolina Rodrigues da Costa; LIMA, Maria Alice Leite (orgs.). **Rio Madeira**: seus peixes e sua pesca. Porto Velho: EDUFRO, 2015. Co-edição: RiMa Editora, 2015.

EPE - Empresa de Pesquisa Energética. **Plano Nacional de Energia 2050**. Ministério de Minas e Energia. Brasília: MME/EPE, 2020.

EPE - Empresa de Pesquisa Energética. **Plano Decenal de Expansão de Energia 2024**. Ministério de Minas e Energia. Brasília: MME/EPE, 2015.

EPE - Empresa de Pesquisa Energética. **Balanço Energético Nacional - BEN 2020: Ano base: 2019.** Disponível em: https://www.epe.gov.br/sites-pt/pu-

blicacoes-dados-abertos/publicacoes/PublicacoesArquivos/publicacao-479/topico-528/BEN2020_sp.pdf. Acesso em: 12/03/2020.

FEARNSIDE, Philip Martin. **Hidrelétricas na Amazônia:** Impactos e tomada de decisão. p. 43-60; 87-91 In: A.L. Val & G.M. dos Santos (eds.). Grupo de Estudos Estratégicos Amazônicos (GEEA), Tomo VI. Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), Manaus, Amazonas. 202 pp. 2013.

GARCIA, M. F. **Ocupação do território e impactos ambientais:** o papel dos grandes projetos de eletrificação da Amazônia. Dissertação de Mestrado. Niterói: [s.n.], 2006.

GARZON, Luis Fernando Novoa. O Brasil e seu "Desdobramento": o Papel Central do BNDES na Expansão das Empresas Transnacionais Brasileiras na América do Sul. In: Instituto Rosa Luxemburg Stiftung et. al. (Org.). **Empresas Transnacionais Brasileiras na América Latina**: um Debate Necessário. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

DAMS. International Rivers, Fundação Proteger, e ECOA. **Barragens na Amazônia**, http://www.dams-info.org/. (Acessado em 14/06/2015).

HAESBAERT. Rogério. **O Mito da desterritorialização:** Do "fim do dos territórios" à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

BATISTA JÚNIOR, Paulo Régis. **Turismo sustentável em Porto Velho.** Universidade de Brasília. Pós-Graduação Latu Sensu. Curso de especialização Gestão de negócios em turismo. Brasília, 2009.

MATIAS, F. **Pioneiros**: Ocupação Humana e Trajetória Política de Rondônia. Porto Velho: Maia, 1998.

PBA - PROJETO BÁSICO AMBIENTAL. **Programa de Remanejamento da População Atingida.** Aproveitamento Hidrelétrico Santo Antônio. Vol. III. Seção 22. Fevereiro de 2008.

ROCHA, José Carlos. Diálogo entre as categorias da geografia: espaço, território e paisagem. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia. v. 9, n. p. 128 – 142. Página 128. 2008.

SILVA, Amizael Gomes da. **Amazônia - Porto Velho.** Palmares. Porto Velho, 1991.

SILVA, Josué da Costa Silva; SOUZA, Mariluce Paes de, FIGUEIREDO; Expedita Fática Gomes de, SOUZA; Lucileyde Feitosa; PEREIRA, Wilma Suely Batista (orgs). **Nos Banzeiros do Rio:** Sustentabilidade e Desenvolvimento em Comunidades Ribeirinhas da Amazônia. Porto Velho, EDUFRO, 2000.

SILVA, Girlany Valéria Lima da. **Hidrelétrica de Santo Antônio no rio Madeira-Rondônia e a (des)territorialização da comunidade de Teotônio: é possível uma (re)territorização? Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de** Pós-Graduação em Geografia - PPGG. Universidade Federal de Rondônia - UNIR. Porto Velho/RO, 2016.

SILVA, Girlany Valéria Lima da. CAVALCANTE, Maria Madalena de Aguiar. A geografia das hidrelétricas na Amazônia. *In*: CAVALCANTE, Maria Madalena de Aguiar; HERRERA, José Antônio (Org). **Hidrelétricas na Amazônia:** Interpretações Geográficas sobre as usinas do Madeira e no Xingu. 1. Ed. Belém: GAPTA/UFPA, 2017. Disponível em: https://bityli.com/Inv2z. Acesso em: 13/05/2020.

SILVA JUNIOR, Orleno Marques da. **Empreedimentos de geração hidrelétrica na Amazônia:** desmatamento em áreas de uso restrito e gestão de áreas protegidas. Tese (doutorado). Programa de Planejamento Energético, 2018. UFRJ/ COPPE/ Rio de Janeiro: UFRJ/COPPE, 2018.

SOUZA, Marcelo. José. Lopes. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias *et al.* (Orgs.). **Geografia**: Conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. p. 77-116.

SOUZA. Rubem Cesar Rodrigues. Energia na Amazônia: qual o nosso futuro? In: **PAN-AMAZÔNIA**. Visão Histórica, Perspectivas de Integração e Crescimento. Osiris M. Araújo da Silva e Alfredo Kingo Oyama Homma. Manaus, 2015.

AMAZÔNIA DO TAPAJÓS EM CONFLITO: AGRONEGÓCIO E POVOS AMAZÔNICOS NOS TERRITÓRIOS DAS TERRAS-ÁGUAS-FLORESTAS (TAFS)[1]

Francilene Sales da Conceição

Introdução

O avanço e o desenvolvimento do capitalismo sobre as Terras-Águas-Florestas (TAFs), no oeste da Amazônia paraense são caracterizados como formas de apropriação/domínio do território/natureza e por disputas ideológicas de múltiplas ordens e multiescalaridades. A agricultura capitalista (agronegócio), pautada numa produção agroexportadora globalizada, tem cristalizado conflitos agrários e territoriais nos territórios do campesinato, povos e comunidades tradicionais amazônicas.

Este artigo tem como objetivo compreender os conflitos fundiários e territoriais envolvendo povos amazônicos, especialmente o *campesinato agroextrativista*, que vivem e trabalham nas Terras, Águas e Florestas, bem como o agronegócio na Amazônia de Belterra, na região do Tapajós, oeste paraense.

O período analisado corresponde o ano de 2015 a 2020. O recorte espacial é o município de Belterra, no oeste do estado do Pará, pertencente à microrregião de Santarém e mesorregião do Baixo Amazonas, Amazônia brasileira. O acesso ao município é pela rodovia federal Cuiabá-Santarém (BR-163) e pela via fluvial do rio Tapajós.

Apesar da territorialização do agronegócio latifundiário nas TAFs ter realçado um espaço agrário dos conflitos/conflitualidades, os povos amazônicos, fundamentalmente o *campesinato-agroextrativista,* luta e (re)existe para garantir a reprodução social nas TAFs com práticas agroextrativistas e agroflorestais. Essas estratégias socioespaciais e socioterritoriais cartografam materialmente e simbolicamente as territorialidades e espacialidades no território tapajônico belterrense, mas que estão ameaçadas por forças moderno-hegemônicas globais.

Este texto está estruturado em três momentos: o primeiro apresenta um debate teórico-metodológico da geografia agrária da Amazônia envolvendo campesinato, povos e comunidades tradicionais frente ao agronegócio. O segundo compreende os conflitos fundiários e territoriais presentes nas TAFs produzidas pelo agronegócio, bem como destaca as estratégias de resistências. O terceiro aborda as formas de lutas, resistências e persistências para a existência do *campesinato-agroextrativista* nas TAFs em Belterra, na medida em que o agronegócio avança na Amazônia tapajônica.

Geografia agrária da Amazônia: campesinato, povos/comunidades tradicionais e agronegócio

A Amazônia também é definida por seu conjunto de povos que possui uma relação identitária com seu território de tamanha complexidade socioespacial/territorial e que vê a natureza como território de reprodução social, ou seja, lócus da sedimentação da existência de vidas. Assim, percebe-se que há uma variedade de Amazônias (Porto-Gonçalves, 2011) que determinam dinâmicas específicas (populações amazônicas) e, ao mesmo tempo totalitárias (capital global), quando a lógica endógena é subordinada à lógica exógena.

Esse processo socioespacial de lógicas contraditórias que se expande no contexto do espaço amazônico visa promover a mercadorização das terras, dos recursos hídricos, florestais e do subsolo para atender a uma dimensão multiescalar, subjugando, de maneira violenta e inescrupulosa, os povos e comunidades tradicionais, acrescentado das áreas protegidas. A Amazônia é uma região com formas-conteúdos espaciais carregadas por heterogeneidades (social, econômica, cultural, política e ambiental), onde possui diferentes coexistências de povos e comunidades tradicionais (con)vivendo coletivamente, demarcando a territorialização e espacialização de suas lutas sociais de enfrentamento ao funcionamento do capitalismo que invade e grila territórios para a legitimação da propriedade privada e especulação fundiária.

Nesse contexto, Almeida (2008) através do Decreto nº 6040, aborda que foi instituída a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), no qual no Art. 3 define:

> Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (Almeida, 2008, p. 28).

Além da esfera cultural e identitária que concebe os povos e comunidades tradicionais nas formas de se relacionar com o/a espaço/natureza e possuir suas práticas espaciais de grande magnitude, dar-se-á ênfase as formas de enfrentamentos, organização e resistências territoriais frente aos dispositivos violento e criminoso implantados forçadamente pelo sistema hegemônico capitalista. "Essa classe social se manifesta como uma categoria política que está à frente das lutas sociais, reivindicando os direitos humanos, territoriais e ambientais dos povos do *campo-águas-floresta*" (Tavares; Conceição; Castro Filho, 2020, p. 48).

As lutas sociais no espaço agrário e territorial na Amazônia estão latentes, com destaque principalmente para o oeste do Pará e o estado de Rondônia, pois com o avanço do agronegócio, esses territórios se transformaram no Complexo Sojeiro e na rota de circulação/distribuição de mercadorias (*commodity*) oriundo do Mato Grosso, estado este onde se concentra expressivas decisões de controle e domínio territorial, no que tange a produção/circulação agrícola em larga escala para o distrito de Miritituba (Itaituba-PA) e Santarém-PA, oeste do Pará.

O controle territorial exercido não se dá apenas pela produção agrícola em si, de uma burguesia agrária que se forma no espaço amazônico, expandindo o latifúndio e consolidando a propriedade privada da terra e um sistema de grilagem. Contudo, o capital se torna ainda mais avassalador, na medida em que o desenvolvimento do capitalismo nas TAFs (Conceição; Costa Silva,

2020) reproduz ações desiguais e combinadas (Harvey, 2008), por meio da territorialização de grandes corporações e/ou multinacionais e sistemas logísticos e de portos, oriundo de investimentos públicos e privados para instalação do projeto Arco Norte no oeste do estado do Pará (Rodrigues, 2018).

A Amazônia é caracterizada pela elevada potencialidade de recursos naturais e uma natureza que garante a recriação social das diferentes formas de vidas; diversidade de povos e comunidades tradicionais; pela pluralidade e organização de lutas sociais e resistências territoriais; bem como pela sua multiculturalidade que se destaca por meio da manifestação de práticas espaciais, simbólicas, econômicas e políticas. Essa dimensão analítica geográfica que se propaga no espaço amazônico concretiza-se na ação totalitária de um mosaico sócio-espacial/territorial diversificado, carregado de particularidades e singularidades de uma Amazônia das Terras (Campos)-Águas(Rios)-Florestas.

As TAFs são territórios de vida e do trabalho, bem como a forma de organização social e política das classes sociais que estão em movimento no espaço amazônico frente aos projetos capitalistas modernos-hegemônicos materializados no agronegócio, nas madeireiras, hidrelétricas, na mineração e nos sistemas logísticos (rodovias, portos, ferrovias e hidrovias), para os quais, a expansão enigmática do modo de produção capitalista preconiza a negação do outro, a destruição da natureza, a morte e a violência das classes sociais que vivem no espaço agrário amazônico. É o que Castro (2005, p. 102) afirma que "o instrumento do poder será então a coerção pela forma, a ameaça de destruição do outro, ou seja, a violência".

A concepção e a abordagem dos territórios dos povos e comunidades tradicionais da Amazônia entendem o território enquanto "mediação espacial do poder resulta da interação diferenciada entre as múltiplas dimensões desse poder, desde sua natureza mais estritamente política até seu caráter mais propriamente simbólico" (Haesbaert, 2004, p. 93). Os territórios são plurais porque se leva em consideração as estratégias de direitos territoriais, formas de usos, representações espaciais e do imaginário, sendo, portanto, categorias indispensáveis para a compreensão das territorialidades e espacialidades.

Na região amazônica, os territórios são diversos, não apenas na maneira de se organizar na luta em defesa de seus territórios, mas por meio do desenvolvimento de suas práticas socioespaciais (Sousa, 2016) que qualificam os territórios de vida dos trabalhadores e trabalhadoras das TAFs. Esse fato reforça ainda a concepção de que seus povos possuem especificidades e características singulares no modo de viver, organizar e de se relacionar, pois suas territorialidades são a *priori* "tanto os processos identitários como os conflituosos e transformativos são históricos e relacionais e, ao mesmo tempo, materiais e imateriais" (Saquet, 2009, p. 85).

O (des)encontro entre temporalidades diferentes, no qual envolve o capital e povos amazônicos, são marcados por conflitos e conflituosidades, pois o modo de produção capitalista, na medida em que desenvolve no espaço amazônico, produz processos espoliativos, resultando em uma massa de despossuídos (Harvey, 2008) que são os camponeses, indígenas, quilombolas, extrativistas e ribeirinhos. São manchas de espólios violentos que se disseminam espacialmente na Amazônia das TAFs, retirando à força os grupos sociais de seus territórios de vida/trabalho para atender as demandas do mercado mundial e alimentar o sistema acumulativo e corporativo do capitalismo, com destaque para os municípios de Santarém, Belterra e Mojuí dos Campos, no oeste do Pará, nas quais:

> São alvos da expansão do capital global no espaço *agrário*, *florestal* e *hídrico* amazônico, onde a lógica contraditória do agronegócio sojeiro transformou a natureza e a força de trabalho (relação social) em mercadorias; apropriou e expropriou o *campesinato extrativista*; tecnificou e homogeneizou o ambiente *agroflorestal* tapajônico; e introduziu o agrotóxico nos cultivos agrícolas para elevar a produtividade (Costa Silva, Lima; Conceição, 2018, p. 13).

A espoliação dos sujeitos de seus territórios tradicionais faz parte do projeto enigmático de acumulação de capital, que (i)legaliza a propriedade privada e introduz lógicas de exclusão e desigualdades no campo. Essas rupturas drásticas oriundas da acumulação por espoliação apontadas por Harvey (2008) são entendidas, no contexto amazônico, como a lógica de violência predatória, criminalização, intimidações e ameaças, resignificando o modo de viver dos

povos e comunidades tradicionais e suas relações identitárias e territoriais. São projetos territoriais hierárquicos com apoio estatal, cuja hegemonia capitalista na Amazônia resulta em diversos conflitos no campo:

> A Amazônia consiste num *lócus* privilegiado para se observarem, empiricamente, tais transformações. Aí não se veem muralhas nem foram erguidos "guetos", mas se sente, com todo vigor, a força das pressões de políticas que articulam a ação governamental, objetivando uma "organização hierarquizada dos territórios". Essa ação tem sido rápida, com objetivos de curtíssimo prazo, que exigem prontos resultados (hidrelétricas, gasodutos, minerodutos, hidrovias, rodovias, portos, aeroportos, linhas de transmissão de energia), cujos efeitos referem-se a acidulados debates jurídicos e à intensificação de conflitos sociais (Almeida, 2012, p. 67).

Não é à toa que os "megaprojetos" que carregam o discurso da "modernização territorial" espacializa-se por meio da negação de direitos humanos, direitos territoriais, direito à natureza e legitima a pregação de mortes dos povos e comunidades tradicionais. A questão agrária na Amazônia vai além da luta para entrar na terra, lutam pela permanência *campo-território* e pelo direito ao território e de viver no espaço agroflorestal-ribeirinho (Conceição, Ribeiro; Costa Silva, 2019).

Os territórios das TAFs correspondem aos Territórios AgroHidroFlorestais da Amazônia, configurando-se como o modo de trabalhar e viver, e se destaca pelas estratégias de organização de lutas sociais (agrárias e territoriais), no momento em que o posicionamento e apoio estatal ao capital mundial e corporativo revela a consolidação de territórios em disputas. A apropriação da natureza e o processo de aceleração no espaço-tempo dos fluxos tendem a mercantilizar os processos socioespaciais no campo amazônico, no qual envolve as categorias: natureza, sociedade, território e trabalho.

Ao mesmo tempo em que o campo é marcado pelas múltiplas contradições e exclusão social, o espaço agrário paraense está em movimento porque existem as formas de resistências territoriais e recriação social que significa as existências dos povos e comunidades tradicionais. Portanto, essa classe social do campo na Amazônia paraense, *Luta, Resiste, Persiste* como a garantia de conti-

nuar *Existindo* nos seus respectivos territórios que lhes são de direito, mas que, o capitalismo agrário na Amazônia dissemina porosamente a negação da negação do(s) outro(s), ou seja, dos povos e comunidades tradicionais amazônicas.

Com a territorialização de uma "nova" racionalidade capitalista agroexportadora, que acaba impondo outra lógica ulterior à dinâmica sócio-espacial e sócioterritorial estabelecida, a configuração das TAFs é metamorfoseada, pois, as formas de usos, apropriação, domínio e controle dos recursos disponíveis e da força de trabalho tonam-se mercadorias e objeto de especulação que estão para atender uma escala global, reproduzindo relações desiguais e contraditórias no campo e na cidade.

Belterra do Tapajós: entre conflitos fundiários/territoriais e estratégias de resistências nas TAFs

A Amazônia Paraense, a partir da década de 1990, teve sua geografia agrária, territorial e ambiental transformadas, pois, o desenvolvimento e a expansão do agronegócio da soja implantou um projeto territorial em que mercantilizou os recursos naturais e elevou os desflorestamentos, pressionando as Unidades de Conservação (UCs), Áreas de Proteção Ambiental (APAs), Terras Indígenas (TIs) e os povos e comunidades tradicionais (a exemplo do campesinato), cristalizando ininterruptamente uma Amazônia de conflitos.

É o que aponta uma entrevista do advogado popular Pedro Martins e membro da organização Terra de Direitos[2], concedida ao Brasil de Fato, Guararema São Paulo, realizada por Mayara Paixão, em 8 de junho de 2019. O entrevistado destaca como os povos da Amazônia estão apreensivos, pois essa conjuntura coloca suas existências nos territórios em ameaça, além do que esse cenário de ataques resulta na aceleração do desmatamento na Amazônia:

> Os povos da Amazônia estão apreensivos com a atual conjuntura. Nós temos uma série de medidas já anunciadas pelo governo federal que atacam diretamente esses povos, seja nas terras indígenas, comunidades quilombo-

[2] É uma Organização não governamental (ONG) que faz assessoria jurídica popular, a qual tem atuado para garantir o direito à terra urbana e rural como um direito humano fundamental. Trabalha juridicamente em situações de despejo de famílias e tem acompanhado as situações de conflitos fundiários na região oeste paraense.

> las, nos territórios ribeirinhos, nos inúmeros projetos de assentamento que existem também na região e beneficiam trabalhadores e trabalhadoras rurais e agricultores familiares.
>
> As ameaças e ataques vêm na forma de flexibilização da proteção dos territórios e no aumento do número de grandes empreendimentos que marcam a história da Amazônia pela violação de direitos humanos. Também há, de maneira geral no Brasil, a diminuição das políticas públicas sociais, que tentaram garantir o mínimo de condições e permanência desses povos em seus territórios (Entrevista de Pedro Martins, advogado popular da Terra de Direitos, concedida ao Brasil de Fato, em 8 de Junho de 2019).

É uma política de extermínio dos povos e comunidades tradicionais na Amazônia, à medida em que as atividades de mineração, hidrelétricas, sistemas logísticos e portuários e do agronegócio se especializam, instaura-se a legitimidade de forças ilegais e coercitivas de apropriação da natureza e de múltiplos territórios e territorialidades.

Nesse sentido, a dialética apontada pelo agronegócio demonstra que a produção de *commodities* no Pará, sobretudo no Planalto Santareno avançou, não somente nas comunidades rurais camponesas e nos territórios quilombolas e indígenas, mas no perímetro urbano, elevando a pressão sob a geografia/territorial/local sob as áreas "urbanas", como é o caso da cidade de Belterra, também denominada de Bela Terra (Conceição, 2017; Conceição, Ribeiro; Costa Silva, 2019). Nos municípios de Santarém e Mojuí dos Campos, no Pará, essa é uma realidade que impacta socialmente, economicamente, politicamente, ambientalmente e territorialmente nas TAFs.

> Afeta por causa do vento. Ano passado nós plantamos um feijão aqui e matou a maioria, porque borrifaram lá e matou o feijão. O feijão não é pra veneno, porque tem o veneno apropriado pro feijão. Nem a maniva lá onde ele borrifou quase não saiu (...). Afeta muito a gente. Eu fico muito triste de plantar e não colher, pelo desrespeito dos outros. Porque se você planta é porque você precisa (Camponesa Agroextrativista, em 30/01/2016).

As TAFs sendo transformadas para uso privado e exclusivo do capital global produzem novos territórios e relações de poder, instaurando outros usos

territoriais e intencionalidades paradoxais, seja no campo e na cidade. Entretanto, as TAFs são parte do modo de viver amazônico, configurando-se como um território de uso coletivo, recriação sociocultural e das (re)existências.

Essa agricultura das *commodities* ("agronegocinho globalizado") é caracterizada por uma agricultura sem agricultores, agricultura envenenada, paisagem homogênea e tecno-produtiva, cuja escala é global. A instalação do agronegócio na região amazônica se apropriou das TAFs transformando-as em territórios de negócio e de especulação, sendo que seus mercados consumidores atendem a um circuito da mobilidade espacial, abrangendo uma escala-mundo, fragmentadora de territórios e estabelecedora de relações corporativas verticalizadas, cristalizando-se por meio dos monopólios ou oligopólios dos granéis sólidos.

A expansão e o desenvolvimento do capitalismo no campo têm resultado na concentração de TAFs e na instauração da propriedade privada. A natureza vira mercadoria e a prática hegemônica/conservadora que se cristaliza nos territórios dos povos e comunidades da Amazônia obedece a uma lógica agroexportadora, a qual tem expulsado e excluído milhares de trabalhadores e trabalhadoras rurais de seus respectivos territórios de vidas. Nesse sentido, a territorialização do capital é "o processo pelo qual o capital se instala na agricultura e, mediante o controle da terra, seja por meio da compra ou do arrendamento, bem como da contratação de trabalhadores assalariados, realiza sua produção" (Paulino, 2007, p. 344).

A incorporação da monocultura da soja no município de Santarém, na década de 1990, e em Belterra a partir dos anos 2000 significou na territorialização do capital, pois se instaurou um mercado de terras aquecido, por meio da compra e arrendamento de terras, o que expulsou e instaurou a proletarização do campesinato. A relação espaço-tempo é alterada na medida em que o (des) encontro entre diferentes temporalidades, campesinato, quilombolas, indígenas, ribeirinhos e extrativistas, frente ao agronegócio sojeiro, entram em conflito, materializando um espaço agrário socialmente produzido pelos "de fora".

A geografia do agronegócio é contrária à geografia vivenciada pelo *campesinato-agroextrativista*[3] que vive na "beira" da estrada (rodovia Cuiabá-San-

[3] Esse conceito foi trabalhado na Dissertação de Mestrado Conceição (2017), intitulada "A territorialização do capital e a expansão do agronegócio sojeiro: lutas e (re) existências dos camponeses/camponesas das comunidades Nova.

tarém ou BR-163) ou nas/às margens do rio Tapajós. O avanço do agronegócio vem projetando cercamentos, enclausuramentos e determinando zonas estratégicas de controle e domínio territorial, cujo discurso moderno-hegemônico dos ruralistas se fundamenta no *Agro-Pop, Agro-Tech, Agro-Tudo*.

Esse processo avança na Amazônia brasileira, na medida em que as políticas de organização do espaço agrário se voltam exclusivamente para os mercados agroexportadores no contexto da totalidade-mundo e projetam novas territorialidades hegemônicas no espaço amazônico e que, por outro lado, negam territorialidades dos povos das TAFs. Assim:

> As políticas públicas destinadas ao agronegócio produzem efeitos análogos sobre os territórios do campesinato, porque as políticas governamentais estão para atender o capital e negam uma realidade da classe camponesa para com seus territórios. Portanto, têm-se duas lógicas em evidência, uma que está em prol do agronegócio outra que está para atender a agricultura camponesa (Conceição, 2017, p. 81-82).

A elaboração das políticas públicas começa a ter lado e a produzir discursos persuasivos, no momento em que o avanço do capitalismo no campo atende aos interesses de uma classe, ou seja, do *agrobusiness*, exigindo maiores investimentos, sobretudo para esse setor, de políticas agrícolas e territoriais. Enquanto os trabalhadores das TAFs se encontram de fora da agenda da formulação e concretização das políticas agrárias e sociais.

> A questão do pequeno agricultor, eu só quero falar de Belterra, e eu vejo que Belterra, a gente ainda tem muita dificuldade de poder assim, levar as políticas públicas pro trabalhador rural, porque ainda é um município... Aí eu ainda vejo que o município que foi fundado em 95 né? Em 1995, aí eu vejo que ainda é muito carente pra gente desenvolver as políticas públicas dentro do município (STTRB B, em 15/01/2016).

Para os adeptos do agronegócio, os discursos e os *slogans* concretizam as frentes capitalistas rasgando as áreas de florestas, apropriam-se de terras/territórios para a produção agrícola e territorializam sistemas logísticos e de portos, explora-

dores de recursos naturais, cujo resultado é a materialização de uma mononatureza de desamazonização da Amazônia. É a alternativa de promover o "desenvolvimento" falacioso e ocupar os "espaços vazios", objetivando alcançar a reprodução ampliada do capital. Por outro lado, a história narrada pelos *camponeses-agroextrativistas* de Belterra demostram que o agronegócio da soja sempre teve total apoio do governo municipal e legitimam uma geografia dos conflitos e das conflitualidades. Sobre o ano da chegada da soja um entrevistado discorreu o seguinte fato:

> Eu digo porque, em 1995 foi feito uma emancipação do município de Belterra. Então, nesse tempo, o prefeito que estava eleito que era o Oti Santos, ele sempre dizia que os sojeiros iam chegar aqui pro Pará pro Pará, eles vinham para comprar as terras das pessoas que queriam vender terras, tinham terras, eles vinham se adaptar, tinham feito uma pesquisa e que essa pesquisa deu muito certo, que nós mesmo vimos essas pesquisas que foram feitas e tinham dias de campo (Camponês Agroextrativista B, em 30/01/2016).

O município de Belterra, concebido pelo lema *"Belterra livre para o progresso"*, reforça bem a territorialização do capital e o seu "projeto desenvolvimentista" construído pelos agentes externos. Os ruralistas do agronegócio vislumbram Belterra como um espaço de acumulação, cujas ações externas que passam a comandar e a gerir o território, não apenas no setor produtivo onde se cultivam as *commodities*, mas até no setor legislativo do governo municipal, os projetos para o agronegócio são levados para discussões e onde se tomam as decisões para o capital se territorializar no município.

Essa avalanche, na medida em que concentra as terras nas mãos de uma classe capitalista, torna a terra cativa (Martins, 2013), querendo silenciar, inviabilizar, marginalizar e criminalizar os múltiplos territórios e territorialidades dos povos das TAFs antes existentes no espaço belterrense. Perguntado a um camponês sobre o cultivo e o impacto da soja no momento da territorialização do capital, manifestou o seguinte questionamento:

> Ah... porque o sojeiro está derrubando, eles fizeram isso pra explorar a terra. Mas o que acontece é o seguinte: os governos municipais eles abriram oportunidade para o pessoal entrar. Se eu sou, por exemplo, o representante

> de uma propriedade, eu sou, por exemplo, um prefeito de uma cidade, ali eu determino essa área, essa por onde atinge, então está sob meus cuidados, mas no próprio instante em que eu abri os braços, pode vir, pode chegar, então foi o que aconteceu. Aí eles chegaram, entraram, chegaram e fizeram a devastação, mas como a gente, como é que tá? O cupado disso são os próprios governos que aceitaram que eles viessem pro Pará e que hoje todo mundo está sofrendo as consequências do que está (Camponês Agroextrativista B, em 30/01/2016).

O governo municipal apoiou e incentivou o avanço das relações capitalistas no campo. Legitimaram-se as taxas de desmatamentos, a expropriação campo-cidade e campo-campo dos povos das TAFs, aumentou-se a pressão/coação sobre os territórios em áreas protegidas e de assentamentos rurais que se perpetuam até os diais atuais.

De fato, no município de Belterra se cristaliza um sistema de controle e domínio territorial, que, na perspectiva do externo de origem sulista, ditam as regras e ordens a serem seguidas e cumpridas pelos povos que habitam o lugar. Todavia, as ações de mobilização dos Sindicatos junto aos agricultores e as agricultoras para que não vendam suas terras/territórios e continuem (re)produzindo uma agricultura camponesa autônoma, poliprodutiva e diversificada é uma estratégia de resistência e luta social para garantir suas permanências e existências na terra/território na Amazônia de Belterra do Tapajós.

> Sim, na importância de a gente orientar, conversar né discutir a questão do trabalhado rural na maneira dele segurar a suas terras, ele não vender as suas terras né. O sindicato ele dá o seu maior apoio na casa familiar rural. Não sei se você sabe, nós temos uma Casa Familiar Rural lá no Prata, que tem uns aluno, já foi formado uma turma e tem outra turma lá e nós damos, nós somos parceiros da Casa Familiar Rural porque nós acreditamos na agricultura familiar né. Quando o jovem se qualifica dentro da área que é dele, de trabalhador rural, que ele vai acreditar que a produção familiar, que aquela agricultura familiar ela é de grande importância e aí a gente orienta muitos trabalhadores rurais a não venderem suas terras, porque às vezes eles vendem as suas terra, ele vai pela cidade, quando aquele recurso acaba,

> aquele dinheiro que ele acha que foi muito chega lá não é nada, pra quando ele vai comprar um quilinho de tudo, aonde ele, na roça, ele cria, ele tem condição de criar galinha, prantar mandioca, macaxeira, o feijão, o arroz, ter de tudo, a batata, tudo, aí ele vai chegar na cidade, ele vai comprar de tudo, muitas vez chega o ponto dele querer voltar e ele não tem mais condição de comprar um pedacinho de terra pra voltar, e quando ele tem, ele compra uma medida as vez de 10 metros, 30, que não dá mais nem pra ele trabalhar na agricultura familiar. Então, o trabalho do Sindicato é esse (STTRB A, em 15/01/2016).

Nesse contexto, os movimentos de resistências têm se articulado frente à expansão do agronegócio sojeiro no município de Belterra. Têm orientado os trabalhadores e trabalhadoras rurais para que estes sujeitos não comercializem suas terras camponesas e de comunidades tradicionais. Por isso, o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Belterra - STTRB tem realizado um trabalho de orientação e de garantir a reafirmação de resistência territorial nas classes sociais que habitam nas TAFs.

Lutar, resistir, persistir para existir o campesinato-agroextrativista da Amazônia belterrense frente ao agronegócio

O processo de formação territorial de Belterra é carregado de ambiguidades. A ideologia e a narrativa hegemônica de uma imagem amazônica "exuberante", "romântica" e "fértil" sempre possuiu uma carga de negação que invisibiliza as existências de vidas dos povos e comunidades tradicionais que habitam, produzem e se reproduzem no território belterrense tapajônico, antes mesmo da presença de agentes exógenos e do capital internacional, esse processo socioespacial colocava a Amazônia num lugar privilegiado sob a ótica capitalista, fornecedora de exportação de matérias-primas, cujo discurso era de ser ocupada, explorada e de deixar o *post* de isolada e se inserir nos mercados em escala-mundo.

Não se descarta a ideia de que o debate da geografia agrária de Belterra do Tapajós sempre foi permeado por processos contraditórios, desvelando-se em formas marginais, subalternas, criminosas e violentas que avançam, não

apenas sobre territórios de vidas dos povos e comunidades tradicionais, mas se apropriam e transformam a natureza em mercadoria.

Atualmente, essa ação avassaladora do capital global ligado ao projeto coercitivo multidimensional e multiescalar do agronegócio, instaura a mercadorização da natureza e a espacialização dos conflitos/conflitualidades no espaço agrário belterresense. Essas disputas territoriais que envolvem campesinato e agronegócio geram muitos (des)encontros (Martins, 2014), que vão da "beira do rio" à "beira da estrada".

A Amazônia de Belterra do Tapajós é permeada por diferentes territorialidades que desenvolvem práticas agroextrativistas e agroflorestais. É constituído de um mosaico territorial das TAFs, em que o capital, materializado no projeto perverso do agronegócio, instaura sua lógica excludente e contraditória e introduz à negação de classes sociais. São territórios de (re)existências de vidas, mas que, com a territorialização do agronegócio, vêm produzindo territórios de expropriação, negócio e morte.

Esse processo global de apropriação da natureza e de territórios para a produção de mercadorias (*commodities)* provoca a abertura dos lugares para os mercados mundiais, fragmentando os espaços e concretizando na espacialização dos conflitos fundiários e por território. Na medida em que o modelo do agronegócio se expandiu em Belterra, metamorfoseando a natureza e os territórios dos povos amazônicos, alteram-se as dinâmicas socioterritoriais e o modo de viver dos povos.

Esse mosaico territorial conflituoso abrange territórios que vai da "beira do rio" (Tapajós) à "beira da estrada" (BR-163 ou Cuiabá-Santarém) (Conceição, Ribeiro; Costa Silva, 2019). Contudo, a racionalidade capitalista e a lógica hegemônica do agronegócio se manifestam como um projeto letal e de extermínio do *campesinato-agroextrativista*, além de pressionar as áreas protegidas, a exemplo da Área de Proteção Ambiental (APA) situada na "beira do rio" Tapajós e a Floresta Nacional do Tapajós (FLONA) localizada na "beira do rio" Tapajós e na "beira da estrada", BR-163.

Não é inválido desconsiderar que os projetos capitalistas planejados para o município de Belterra do Tapajós estão vinculados ao setor do agronegócio

latifundiário. A projeção de avanço do agronegócio é latente, desde a década de 2000, e na atualidade, concretiza-se sua lógica expropriadora para com o *campesinato-agroextrativista*. São intencionalidades e usos diferentes preexistentes nas TAFs (Quadro 1), envolvendo campesinato-agroextrativista e agronegócio.

Quadro 1 – Intencionalidades e usos nas TAFs entre campesinato-agroextrativista e agronegócio

CATEGORIAS ANALISADAS	PERSPECTIVA DO CAMPESINATO-AGROEXTRATIVISTA NA TERRA/TERRITÓRIO (vida, trabalho familiar, lutas e (re)existências)	PERSPECTIVA DO AGRONEGÓCIO SOBRE O TERRA/TERRITÓRIO DO CAMPESINATO-AGROEXTRATIVISTA (negócio, especulação, conflitos, devastação)
PRODUÇÃO	***1)*** *Era o que a gente cultivava, que nós plantávamos arroz, a cana, a banana, o milho, plantava o feijão, e naquele tempo, tudo dava e dava com fartura, não existia praga nenhuma (CAMPONÊS-AGROEXTRATIVISTA 2, 30/01/2016).*	***A)*** *As pragas já chegaram após uns tempos, começou a aparecer, e daí que, quando as coisas chegaram,á as coisas foram se tornando mais difícil, pois já precisava de veneno (CAMPONÊS-AGROEXTRATIVISTA 2, 30/01/2016).*
EVENTOS CULTURAIS	***2)*** *(...) Trabalhar por aqui e viver por aqui, eu trabalhei nessa comunidade aqui. Aquele campo de utebol foi primeiro né, que aprontemo ele, foi esse campo de futebol (...). E, aí nós começamos a brincar, fomos daqui, fomo dacolá. Na comunidade, o que precisava eu ajudava. (CAMPONES-AGROEXTRATIVISTA 1, em 09/02/2016).*	***B)*** *Só ficou a igreja ali , não sei nem porque, eu acho que ficaram com pena de derrubar a igreja, mas foram tomando ao arredor dela, tá tudo de soja (STTRB 1, 15/01/2016).*
TRABALHO	***3)*** *Que nós somos agricultores rurais que trabalham mermo com a força do braço e, a gente vê muita praga nas nossas plantações, a seca é muito forte né. (CAMPONESA-AGROEXTRATIVISTA 2, 09/02/2016).*	***C)*** *Abrir contratos de trabalho e aí eles iam dar oportunidades pras pessoas,. como foi. Então, melhorou muito pra juventude, porque muitos se empregaram e muitos se profissionalizaram com equipamentos deles né? (CAMPONÊS-AGROEXTRATIVISTA 2, 30/01/2016).*

TERRA TERRITÓRIO	***4)*** *Eu fui muito pressionado (...). Porque eu não quero vender, aqui esse pedaço de chão eu tenho pra minha família (CAMPONÊS-AGROEXTRATIVISTA 2, 30/01/2016).*	***D)*** *Elas venderam, mesmo assim, uns começaram a vender né? Os outros achavam assim, eu assim, no meu pensar, eu acho que eles achavam que eles iam vender e ter lucro do que eles venderam, do terreno que eles venderam né? (STTRB 1, 15/01/2016).*
LUTAS (RE)EXISTÊNCIAS	***5)*** *Aí pros fundos é plantio de soja . Só que os de lá vem entrando de lá pra cádevagarzinho Aí tem que fincar uns marcos lá, que é pra poder os cabras não entraren mais , trabalhar no que é deles né? (CAMPONES-AGROEXTRATIVISTA 1, 09/02/2016).*	***E)*** *Houve a grande devastação, exploração da floresta, isso a gente vê que hoje estamos sentindo, muitas coisas sobre quentura, sobre essas coisas tudo do desmatamento (...). Porque os sojeiros estão derrubando, eles fizeram isso pra explorar a terra (CAMPONÊS-AGROEXTRATIVISTA 2, 30/01/2016).*
POLÍTICAS PÚBLICAS	***6)*** *Por que, se a gente não tem uma agricultura familiar, não tem, o governo não dá condição, a gente não tem condição de ir lá nas secretarias, como é que a gente vai poder fazer, trabalhar pra gente ter, produzir o alimento pra família e também pra escoar pra aqueles que não trabalham e que vivem também do trabalho, do alimento que o trabalhador produz tá entendendo? (STTRB 2, 15/01/2016).*	***F)*** *Mas o que acontece é o seguinte: os governos municipais eles abriram oportunidade para o pessoal entrar. Se eu sou, por exemplo, o representante de uma propriedade, eu sou, por exemplo, um prefeito de uma cidade, ali eu determino essa área, essa por onde atinge, então está sob meus cuidados (CAMPONÊS-AGROEXTRATIVISTA 2, 30/01/2016).*

Fonte: Trabalho de campo, 2016. Organização: Autores, 2020.

A **Produção 1** mostra que no território do *campesinato-agroextrativista* é diversificada, existe uma policultura e poliprodução (agroecológica, agroextrativista e agroflorestal), o trabalho é familiar e garante a soberania alimentar, com a produção de alimentos sadios. A **Produção A,** na agricultura capitalista do agronegócio, a monocultura das *commodities* (grãos envenenados) acontece

em larga escala (global), por meio do uso de agrotóxicos desenfreado e aplicação de insumos, pesticidas e fertilizantes nas plantações.

Os **Eventos Culturais 2** demostram que, nos territórios culturais do *campesinato-agroextrativista*, as relações são de vizinhança, parentesco, comunitária, requerendo a participação, a organização, o cooperativismo, a familiaridade, resultando no significado de comunidade, pois, em uma comunidade camponesa, a igreja, o campo de futebol, o(a) barracão/casa de festa/sede se destacam como elementos simbólicos e de expressiva representação espacial para essa classe. Nos **Eventos Culturais B,** na perspectiva da agricultura capitalista do agronegócio, a terra se torna uma mercadoria para a produção de outras mercadorias para atender as demandas do mercado global, nas quais, as relações culturais são negadas e violentadas simbolicamente nessa lógica desigual e combinada.

O **Trabalho 3** destaca que, para o *campesinato-agroextrativista*, o trabalho desenvolvido nas unidades organizativas camponesas é familiar (pai-mãe-filhos-outros parentes), utilizando suas próprias técnicas e instrumentos de trabalho manual/braçal, bem como trocam dias de serviço (puxirum) na terra ou utilizam do pagamento de diárias e/ou empreitas com outros vizinhos *camponeses/camponesas-agroextrativistas.* O **Trabalho C,** na agricultura capitalista do agronegócio, há uma proletarização e precarização do trabalho dos *camponeses/camponesas-agroextrativistas,* pois estes, por mais que não deixem de trabalhar na terra, com a agricultura camponesa, são subalternamente transformados em trabalhadores assalariados ou contratados temporariamente pelas fazendas do agronegócio.

A(o) **Terra/Território 4,** para o *campesinato-agroextrativista*, possui sentido na reprodução social da vida familiar, seja para morada, o trabalho, seja para os eventos culturais comunitários. A **Terra/Território D,** a agricultura capitalista do agronegócio se apropria/pressiona/expropria da terra/território o *campesinato-agroextrativista* por meio da compra de terras por preços baixos, transformando em espaço de reprodução do capital por meio da produção de *commodities* e promovendo a migração campo-cidade e campo-campo (áreas mais distantes).

As **Lutas/(Re)existências 5** do *campesinato-agroextrativista* enquanto classe social e modo de vida criam suas estratégias territoriais que visam garantir suas existências e o direito de viver na terra/território e de se recriar socialmente e territorialmente. As **Lutas/(Re)existências E** mostras que a territorialização do agronegócio espacializou conflitos e conflituosidades no espaço agrário, uma vez que o capital invade terra/territórios do *campesinato-agroextrativista*, prejudica a produção camponesa devido ao alto grau de uso de venenos nas plantações do agronegócio e força, gradativamente, a desintegração/descamponesização/desterritorialização cristalizando, através da intimidação, ameaças e violências simbólicas. O *campesinato-agroextrativista* luta e resiste para permanecer na terra/território com seu modo de vida, e o agronegócio cria estratégias para a expulsão e morte de tais sujeitos que vivem nas comunidades, dando lugar a um território do negócio e da especulação de alcance global.

As **Políticas Públicas 6** estão mais para atender o avanço do agronegócio do que para garantir reais necessidades do *campesinato-agroextrativista*. O espaço agrário é marcado por diferentes intencionalidades e por disputas políticas, aonde, para o *campesinato-agroextrativista,* é nítida a carência e ausência de políticas públicas sociais e territoriais que permitem sua permanência no campo, vivendo, convivendo e produzindo alimentos diversificados e sadios para o abastecimento familiar e mercados locais e regionais. Nas **Políticas Públicas F**, a projeção do/para o agronegócio é do crescimento da produção e do melhoramento de sua produtividade, na qual os governos municipais são coniventes dessa ação violenta que gera múltiplas desigualdades e subjuga, marginaliza e criminaliza o *campesinato-agroextrativista* que vive e trabalha nas TAFs.

A relação entre capital rentista/corporativo (agronegócio) e *campesinato-agroextrativista* é caracterizada por um campo em disputas, pois as formas de usos produtivos de se relacionar com a natureza, ou seja, com o AgroHidroFlorestal Tapajônico, bem como a escala geográfica de alcance desses dois tipos de agriculturas, possui intencionalidades divergentes, configurando-se como pares dialéticos.

No município de Belterra a expansão e desenvolvimento do capitalismo no campo, além de estabelecer contradições nos Projetos de Assentamentos Agroextrativistas, PAE Aramanaí e PAE Pindobal, na "beira do rio" Tapajós, outros dois Projetos de Assentamentos Coletivos (PAC) denominado de "Gleba da Bota" (Conceição, 2017; Conceição; Ribeiro; Costa Silva, 2019), PAC Bela Terra 1 e PAC Bela Terra 2, na "beira da estrada" BR-163, são marcadas por inúmeras irregularidades, ilegalidades e conflitos fundiários.

A lógica do agronegócio compromete a existência de povos e comunidades tradicionais amazônicas e a manutenção da natureza. O setor do agronegócio e o governo municipal de Belterra tentam, a todo custo, pleitear o cancelamento dos PACs, e ao *campesinato-agroextrativista* cabe resistir para continuar existindo no interior do modo de produção capitalista e frente a esse projeto hegemônico nefário.

> Continua o projeto de assentamento, PAC Bela Terra 1 ou PAC Bela Terra 2 pelo INCRA, sim, não? Vai ter uma área para o agronegócio, vai ou não vai? Então tem que ter uma discussão para poder decidir, pra onde. Daqui pra li, divide uma área para o agronegócio, daí pra cá, para a produção familiar. Deve ter lugar para todo mundo, decide e faça o mapeamento. Pra um lado é pra regularização fundiária, para agronegócio, dali pra cá, e para assentamento de produção familiar, e lá para a beira continua o projeto de Assentamento Agroextrativista? Continua, então tira os gaúchos que estão com desflorestamento e deixa o pessoal que trabalha com o Ecoturismo, desenvolvimentos sustentáveis, até porque lá se encontra uma APA, Área de Preservação Ambiental. Eles querem ceder, até fazer um Contrato de Concessão Real de Uso para que o próprio município possa cuidar, já que eles não têm condições de cuidar, porque são poucos funcionários do Patrimônio Nacional da União para cuidar do estado do Pará inteiro, e já que as áreas de várzea também são de responsabilidade deles. A única área de Belterra que está em cima do Platô, o resto são áreas de várzea, então, essa tem uma especificidade essa Gleba da Bota em Belterra, da área de Terra Firme (COPLAN, 12/09/2016).

Os conflitos agrários e territoriais no interior dos projetos de assentamentos do município de Belterra estão espacializados da "beira do rio" à "beira

da estrada", "é o encontro e desencontro entre duas geografias: a *geografia da estrada* com a *geografia do rio*" (Conceição, Ribeiro; Costa Silva, 2019, p. 21). Esses territórios em disputas no AgroHidroFlorestal belterrense tapajônico têm sido acompanhados e mediados pelo STTRB:

> Tem comunidade que foi afetada, agora eu não vejo assim, ter diminuído não, por essas questões, eu não vejo. Mas tem comunidade que foi afetada, aí você sabe aquela questão, a gente conversa, a gente conversa com o nossos trabalhadores rurais com nosso agricultor que não venda as suas terras (STTRB 2, 15/01/2016).

> Sim, na importância da gente orientar, conversar, discutir a questão do trabalhador rural, na maneira dele segurar a suas terras, ele não vender as suas terra, o sindicato ele dá o seu maior apoio na casa familiar rural (STTRB 2, 15/01/2016).

A forma de o *campesinato-agroextrativista* se manter na terra e no território é criar estratégias de resistências territoriais frente a um projeto hegemônico que é (anti-des)território de vida, de trabalho e comunitário. Por isso, o trabalho desenvolvido por meio de campanhas pelo STTRB, cujo Lema é "Nossa União é Nossa Força", estimula o(a) trabalhador(a) rural a garantir o fortalecimento das formas de (re)existências na terra e se recriar socialmente, espacialmente e territorialmente.

Considerações finais

A geografia agrária do oeste da Amazônia paraense vem sendo cada vez assinalada por processos excludentes e antagônicos, materializando uma *Amazônia dos conflitos*. As comunidades camponesas, ribeirinhas e extrativistas e os territórios quilombolas e indígenas vêm sofrendo pressões e expropriação, na medida em que são invadidas e estão cercadas por monoculturas ou uma mononatureza tecnificada produzida pelo agronegócio latifundiário.

Embora a territorialização do agronegócio latifundiário nas TAFs tenha cristalizado um espaço agrário dos conflitos/conflitualidades, os povos amazônicos, fundamentalmente o *campesinato-agroextrativista,* luta e (re)existe para ga-

rantir reprodução social nas TAFs com práticas agroextrativistas e agroflorestais. Essas estratégias socioespaciais e socioterritoriais cartografam materialmente e simbolicamente as territorialidades e espacialidades no território tapajônico belterrense, mas que estão ameaçadas por forças moderno-hegemônicas globais.

A Amazônia, como fronteira de expansão do capital, se destaca na medida em que a produção de *commodities* se expande e acaba por sujeitar os povos das TAFs a ficarem à/na margem do rio, da estrada, da floresta e do território. Esses povos e comunidades tradicionais ficam desprovidos do acesso às políticas sociais e agrárias, encontrando-se fora do planejamento econômico formulado para o município pelos burgueses do agronegócio. Contudo, no interior do modo de produção capitalista, esses povos das TAFs acabam se recriando socialmente, lutando e resistindo frente às forças coercitivas do capital global.

A expansão da produção agrícola do agronegócio, no município de Belterra, abre o lugar para ações hegemônicas geoestratégicas que são articuladas globalmente. Essas pretensões, carregadas de paradoxos, se materializam na invasão e destruição das territorialidades existentes nas terras/águas/florestas/territórios, nas ameaças e subjugação do *campesinato-agroextrativista* belterrense tapajônico e na instauração de formas de violências e de criminalização dos movimentos sociais e organizações que lutam frente às forças coercitivas do capital global para garantir constitucionalmente os direitos humanos e territoriais.

Referências

ALMEIDA, Alfredo W. B. de. **Terra de quilombo, terras indígenas, "babaçuais livre", "castanhais do povo", faixinais e fundos de pasto:** terras tradicionalmente ocupadas. – 2.ª ed, Manaus: PGSCA–UFAM, 2008. 192 p.

ALMEIDA, Alfredo W. B. de. Territórios e territorialidades específicas na Amazônia: entre a "proteção" e o "protecionismo". **Caderno CRH** (UFBA. Impresso), v. 25, p. 63-71, 2012.

BRASIL. **Decreto nº 6.040**, de 07 de fevereiro de 2007. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm>. Acesso em: 17 de mar. 2021.

BRASIL DE FATO. Uma visão popular do Brasil e do mundo. **"Povos da Amazônia estão apreensivos com a atual conjuntura".** Em 8 de Junho de 2019 às 06:21min. Disponível em: https://<www.brasildefato.com.br>/2019/06/08/povos-da-amazonia-estao-apreensivos-com-a-atual-conjuntura-afirma-advogado-popular. Acesso em 29/04/2020 às 14:47 min.

CASTRO, Iná E. **Geografia e Política**: território, escalas de ação e instituições. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2005, 304p.

CONCEIÇÃO, Francilene S. da. **A territorialização do capital e a expansão do agronegócio sojeiro:** lutas e (re)existências dos camponeses/camponesas das comunidades Nova Esperança e Nova Aliança no município de Belterra-Pará. Dissertação de Mestrado em Geografia da Universidade Federal de Rondônia-Unir. Porto Velho, Rondônia, 2017, 225f.

CONCEIÇÃO, Francilene S. da.; RIBEIRO, Alyson F. A.; COSTA SILVA, Ricardo G. (Des)encontros entre a estrada e o rio: o caso da Gleba da Bota no oeste da Amazônia paraense. **Revista GeoNordeste.** São Cristóvão, Ano XXX, n. 1, Jan./Jun. 2019, p. 6-25.

CONCEIÇÃO, Francilene S. da.; COSTA SILVA, Ricardo G. Entre rio Tapajós e BR-163 existem territórios em disputas em Belterra-Pará, Amazônia brasileira. In: BARROS, Márcio J. B. (Org.). **Políticas públicas e dinâmicas territoriais no oeste do Pará.** Ananindeua, Pará, Itacaiúnas, 2020, p. 359p.

COSTA SILVA, Ricardo Gilson; LIMA, Luís Augusto Pereira.; CONCEIÇÃO, Francilene Sales. Territórios em disputas na Amazônia brasileira: ribeirinhos e camponeses frente as hidrelétricas e ao agronegócio. **Confins** [En ligne], 36 | 2018, p. 1-25. Disponível em: <http://journals.openedition.org/confins/13980>.

HAESBAERT, Rogério (Org.). **O mito da desterritorialização**: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HARVEY, David. **O Neoliberalismo**: História e Implicações. São Paulo, Edições Loyola, 2008.

MARTINS, José de S. **O cativeiro da terra.** 9. ed., 1ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2013 [1979].

MARTINS, José de S. **Fronteira:** a degradação do Outro nos confins do humano. – 2ª ed., 2ª reimpressão – São Paulo: Contexto, 2014 [1996].

PAULINO, Eliane T. Geografia Agrária e Questão Agrária. In: FERNANDES, Bernardo M.; MARQUES, Marta I. M.; SUZUKI, Julio C. (Orgs.). **Geografia Agrária**: Teoria e Poder. – 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007, 384p.

PORTO GONÇALVES, Carlos W. A organização do espaço amazônico: contradições e conflitos. **Amazônia, Amazônias. São Paulo: Contexto, 2011.**

SAQUET, Marcos A. Por uma abordagem territorial. In: _____; SPÓSITO, Eliseu S. (Orgs.). **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. 1ª ed. – São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2009, 368p.

RODRIGUES, Jondison C. O Arco Norte e as políticas públicas portuárias para o Oeste do Estado do Pará (Itaituba e Rurópolis): apresentação, debate e articulações. **Revista Nera**, Presidente Prudente, ano 21, n. 42, Dossiê 2018, 202-228 pp.

SOUSA, Marcelo. L. de. Espaço Geográfico, espaço social, organização espacial e produção do espaço. **Os conceitos fundamentais da Pesquisa Sócio-espacial.** 3ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016, 320p, p.21-42.

TAVARES, Rayla de L.; CONCEIÇÃO, Francilene S. da.; CASTRO FILHO, Antonio C. S. de. Resistências dos Movimentos Sociais e ONGs frente ao Avanço do Agronegócio no Oeste da Amazônia Paraense. **Geografia** (Londrina), v. 29. n. 1. janeiro/2020, pp. 45–64.

A PRODUÇÃO DO ESPAÇO NA LINHA DA FRONTEIRA AMAZÔNICA: CIDADES GÊMEAS NA DIVISA ACRE (BR) PANDO (BO) E MADRE DE DIOS (PE)[1]

Silvio Simione da Silva

Introdução

Aqui tratamos da formação da fronteira brasileira/acreana como a República da Bolívia e do Peru. Mostramos como se definiu nesta faixa da fronteira uma rede de cidades gêmeas marcadas pela interação e complementação de ações econômicas e socioculturais. Para isto precedemos pesquisas bibliográficas, consultas à cartografia histórica regional e levantamento das redes de articulações comerciais nas cidades situadas na linha de fronteira.

Esta fronteira é produto de um processo de formação iniciado desde o século XVIII, com os acordos firmados entre as partes integrantes da disputa (Espanha e Portugal, depois Brasil, Bolívia e Peru). A regularização se deu após lutas sangrentas, já no início do século XX, com o Tratado de Petrópolis. A base da produção econômica desta área foi o surto da borracha. Então, tendo os rios como vias de circulação, sua lógica também teve um papel dispersor ao povoamento regional.

Foi daí que se projetou o surgimento de núcleos populacionais que deram bases às formações posteriores das cidades. Os rios centralizavam o povoamento e de sua hinterlândia provinha a produção extrativista, fazendo da floresta um espaço produzido socioeconomicamente. Na mesma lógica os povoados formaram e se constituíram em entreposto para a produção em curso. Neste conjunto, os rios eram vias as dispersoras do povoamento que respondia a lógica reprodutiva do capital, numa área que a floresta era dominante. Desta forma, estes rios foram as linhas que costuraram a formação de uma rede de

[1] Este artigo é síntese do estudo que desenvolvi no período de 2008 a 2010, integrado ao **Projeto de Pesquisa "Conectividade Global e Novos Processos Urbanos na Amazônia: uma Investigação"**, sob a coordenação da, então, Profa. Dra. Bertha Koiffmann Becker (*in memoriam*), da UFRJ, correspondendo ao estudo da fronteira do Acre. Esse trabalho acabou não sendo divulgado, em função do falecimento da referida ilustre Professora.

pequenas cidades e entrepostos comerciais, fazendo a ligação distantes com cidades regionais centrais: Manaus e Belém.

Assim, a fronteira política, mesmo sendo uma linha em formação, seria orientadora ao surgimento das cidades. Para isto, é bom considerarmos que os primeiros núcleos populacionais que deram origens as cidades acreanas dispersavam ao longo daquilo que seria o limite (Linha Javari-Beni) entre as terras brasileiras e bolivianas/peruanas. Isso mostra que aí a fronteira já se colocava como *lócus* que, aos agentes nacionais que promoveram a ocupação da região sabiam claramente até onde iria o Brasil e até onde se poderia avançar. Assim, a fronteira do povoamento não definida, isolada pela distância, seguia a "cartografia" da rede hidrográfica. Com a incorporação do Acre pelo Brasil 1903, a fronteira foi deslocada para o Sul, às vezes, tendo um ente geográfico como definidor, outras marcadas por convenções cartográficas.

Com a definição da fronteira, ao longo do século vinte tanto do lado brasileiro dos países vizinhos alguns lugarejos começaram a se sobressair. Forma-se uma rede de cidades, quase sempre em pares ou trios como: Vila Brasiléia – depois Brasiléia, sito a margem esquerda do Rio Acre, foi a primeira cidade brasileira a surgir nesta linha da fronteira, em 1910, defronte a Cobija (BO); estas duas juntos com a mais recente Epitaciolândia forma a principal área urbana na linha da fronteira internacional em território acreano. Depois sucedem: Plácido de Castro - Vila Evo Morales (BO); Capixaba - Vila Bolívia (BO); Assis Brasil - Iñapari (PE) – Bolpebra (BO); Santa Rosa do Purus - Vila Esperanza (PE).

É este um breve mapa da formação de rede de cidades gêmeas que se articulam nesta fronteira, que trataremos a seguir.

As cidades da fronteira: uma breve introdução

A fronteira internacional brasileira que abrange o estado do Acre é produto de um longo processo de formação que se estende desde o século XVIII com os tratados (de Madrid, depois de Santo Ildefonso, de Ayacucho) firmados entre as partes integrantes da disputa (metrópoles portuguesa e espanhola, depois Brasil e países Peru e Bolívia). Entretanto, a regularização da posse territorial apenas se deu, após lutas sangrentas entre acreanos, bolivianos e peruanos, já no início do século XX, com a assinatura do Tratado de Petrópolis, reafirmado

como o Tratado o Rio de Janeiro em 1907, definindo a fronteira brasileira/peruana. Foi, contudo, que com lógica de ocupação do espaço no âmbito da implantação da economia extrativista da borracha que estas áreas foram incorporadas ao processo global da produção capitalista do espaço, já no século XIX.

Serão, portanto, sobre questões da formação das cidades e povoamentos na fronteira que este artigo irá expor, contudo numa perspectiva histórica de sua formação.

A base da produção econômica regional do Acre (assim, como de Pando e Madre de Dios) foi o surto econômico da borracha. Tendo os rios como vias de escoamento e de dispersão do povoamento regional, estes centralizavam o povoamento, ao mesmo tempo em que de sua hinterlândia provinha a produção extrativista. Isto fazia da floresta um espaço produzido socioeconomicamente, na mesma lógica dos povoados que se formavam, constituindo-se em entreposto de troca e convivência para a manutenção do processo produtivo em curso. Neste conjunto, os rios eram vias as que dispersora de um povoamento que respondia a lógica reprodutiva do capital, numa área em que a floresta (como potencial de recursos) era dominante. Como vias de circulação de bens de capitais e pessoas, estes cursos fluviais também foram as linhas que costuraram a formação de uma rede de pequenas cidades e entrepostos comerciais, fazendo a ligação distantes com cidades regionais da época: Manaus e Belém que já exerciam a centralidade regional.

Neste processo, a fronteira política, mesmo sendo uma linha em formação, irá ser orientadora das cidades que vão surgindo. No entanto, para compreender isto, é bom considerarmos que os primeiros núcleos populacionais que deram origens as cidades acreanas se dispersaram ao longo daquilo que seria a linha limítrofe (Linha Cunha Gomes) entres as terras brasileiras e bolivianas/peruanas ("Tierras non descubierta"). Isso mostra que a fronteira já se colocava como *lócus* que aos agentes nacionais que promoveram a ocupação da região, tinha uma percepção clara de até onde iria o Brasil, e até onde poderiam avançar. Daí, a formação de entrepostos para marcar a presença nacional no local.

Assim, podemos entender que a fronteira não definida isolada pela distância, nem seguindo a cartografia da rede hidrográfica. Mas em especial, por uma lógica geoestratégica de avanço do território por forças do capital se-

diando em terras brasileiras, sobre áreas vizinhas com grandes potenciais produtivos. O povoamento da floresta fez que com a incorporação do Acre pelo Brasil 1903, a fronteira fosse deslocada bem para o Sul; as vezes tendo um ente geográfico como definidor – o Rio Acre, noutros marcando por convenções cartográficas. Nesse período, apenas o povoado boliviano de Puerto Bahia, posterior denominada de Cobija (que viriam tornar-se cidade em 1908), já estava consolidado nesta nova linha de fronteira as margens do Rio Acre, próxima a foz do Igarapé Bahia.

Contudo seria sob a lógica da definição da fronteira que gradativamente outras localidades, muitas antigas sedes de seringais iriam se tornar vilarejos e cidades.

Com a definição da fronteira, ao longo do século vinte tanto do lado brasileiro, como boliviano e peruano, alguns lugarejos, ao longo da fronteira começam a se sobressair. Forma-se uma rede de cidades, quase sempre em pares ou trios como: Vila Brasiléia – depois Brasiléia (1910), sito a margem esquerda do Rio Acre, foi a primeira cidade brasileira a surgir na linha da fronteira, em 1910, defronte a Cobija; estas duas juntos com a mais recente Epitaciolândia (1991) forma a principal áreas urbana na linha da fronteira internacional em território limítrofe acreano. Depois sucedem como: Plácido de Castro (1976) Vila Evo Morales (1998); Capixaba (1992) e Vila Rapirrã/ Bolívia (2008); Assis Brasil (1976), Iñapari (Peru) e Bolpebra (Bolívia); Santa Rosa do Purus (1992) e um pouco mais distante a Vila Esperanza (PE). Aí se constituem as formações de cidades gêmeas.

Com a firmação do maior centro em uma cidade de porte médio como Rio Branco, sobretudo, a partir das chegadas das rodovias em 1960/70, surge um mercado que vai se colocar como o principal centro comercial e de decisão política da região; porém, fora da linha da fronteira internacional. Nisto, já se revelava faces de uma nova centralidade que florescia do lado brasileiro, tendo agora sido captado pelo poder de domínio das metrópoles do Centro-Sul.

Na linha de fronteira a cidade boliviana de Cobija tende a se firmar como principal núcleo urbano. Com a instituição da Zona Franca – ZOFRA--Cobija, esta cidade boliviana despertou para a funcionalidade comercial, em

que se coloca como principal centro de venda de importados na região. Em última instância esta cidade é lócus de uma frente comercial de produtos dos mercados asiáticos, ligando longínquas escalas mercadológicas extracontinentais ao interior do continente sul-americano.

Nesta conjuntura se as "cidades irmãs" da fronteira, foram feitas em momentos pretéritos como formas de marcar a presença nacional nos lugares, hoje já se fazem perante o projeto de integração de mercados. Neste processo as cidades bolivianas (Cobija, Vila Rapirrã e Evo Morales) se colocam como espaço mercantil voltado ao consumidor brasileiro, face a condição distribuidor de produtos a preços relativamente barato, em áreas de isenção de impostos (Zona Franca), perante o mercado regional brasileiro fortalecido pelo maior poder de consumo da clientela das cidades acreanas.

Lado Peruano, a pequena Iñapari, se coloca como ponto comercial para a população desta parte da Amazônia peruana. Hoje perante a meta das geopolíticas mundiais posta, passa a ser um ponto estratégico para a integração internacional que agora se constrói entre os três países, sobretudo, pelo eixo rodoviário que ligará esta parte do Brasil aos portos peruanos no Oceano Pacífico.

Na verdade, a articulação da fronteira aí se processa mais recentemente no contexto das políticas de integração intercontinental, e perante as ações de agências internacionais (multilaterais). Estas traçam as metas geopolíticas para a operação de interesses estrangeiros das grandes potências na região. Neste sentido, já se pode perceber a compreensão da integração da fronteira se justificará sob duas bases apreensivas:

- De uma rede comercial de produtos oriundos de mercados produtores distantes representados pelo comércio boliviano de Cobija e das vilas mais recentes Evo Morales e Rapirrã – onde a primeira cidade é o mercado de abastecimento das outras. Busca se assim alcançar os consumidores brasileiros, especialmente, de Rio Branco. Nisto se defronta uma conexão com os mercados do Pacífico, frente a centralidade comandada pelo Centro-Sul brasileiro que com as rodovias capitaneou o Acre para sua área de influência.

- De uma rede de conexões geopolíticas internacional, motivada por interesses de agências bilaterais e de potências mundiais que projetam ações ditas "voltadas ao desenvolvimento sustentável" regional. Por ser ações estratégicas pode se dizer que esta base sobrepõe a primeira; visto que, as agências atuam no âmbito das áreas da fronteira como redirecionamento geopolítico no uso do espaço para a "integração regional" no circuito trinacional –Brasil, Bolívia e Peru.

Nestas estratégias, apesar de não situar na linha de fronteira, Rio Branco tende a comandar o processo geopolítico, ao passo que Cobija tende a centralizar o processo comercial e secundariamente os outros. Vejamos então o processo formação desta área.

Formação inicial das cidades e da fronteira amazônica Sul-Ocidental Brasileira

Se a formação e ocupação capitalista da Amazônia Central (Vale do Grande Rio) remonta ao século XVI, as áreas mais distantes teve esses processos em tempos mais recentes. A fronteira sul do Vale, somente no século XIX, com o despertar da economia extrativista da borracha seria efetivamente ocupada e articulada territorialmente com processos globais de produção econômica do espaço mundial. Pode se dizer que a formação política e econômica, assim com a formação demográfica do Acre e de toda a fronteira Sul-Ocidental Brasileira com as terras bolivianas e peruanas, teve e como marco fundamental a expansão econômica promovida pelos interesses capitalistas internacionais em uma mercadoria genuinamente florestal/amazônica – a borracha natural.

Neste contexto a formação social emerge da floresta como espaço produtivo e produzido por relações socioeconômicas subordinadas aos interesses hegemônicos muito mais internacionais que nacionais. A ocupação dos territórios drenados pelos rios Madeira, Purus e Juruá e seus afluentes, se colocará como bases para o processo produtivo em áreas com maiores potenciais. Teve-se então a territorialização dos seringais como base para a formação e uso do espaço local; isto tanto na vastidão da floresta como espaço agrário da

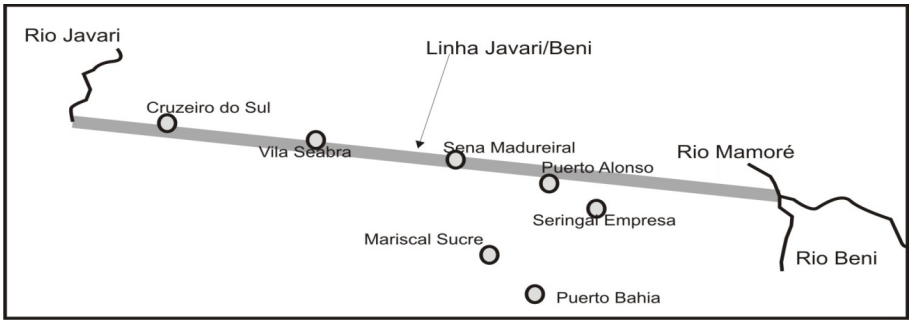
produção ou ainda, nos restritos entrepostos e sedes de seringais que propiciavam o início da formação de pequenos aglomerados humanos.

Assim, a produção do espaço com a formação das cidades que situam na fronteira política sul-ocidental da Amazônia remonta a momentos históricos do século XIX e início do XX, porém já se revelando como resultados das primeiras conexões local/global. Dava-se como uma incorporação periférica ao desenvolvimento industrial externo de países centrais – Inglaterra e EUA. Isto, numa circunstância que o papel do Brasil era estratégico para a viabilização capitalista no mundo, perante a necessidade industrial da borracha. Isto era reforçado pelo fato da entrada e saída a região era pela rede hidrográfica, via fundamental circulação, para se adentrar a grande Bacia Amazônica (inclusive nas terras bolivianas e peruanas), estava sob o domínio da soberania brasileira.

Nisto haveria embates por territórios, pois o processo de ocupação por frentes pioneiras na floresta se faz com alocação de contingentes populacionais formados pelo "exército de mão-de-obra" deslocado do Nordeste Brasileiro para essas áreas da Amazônia, no centro do território sul-americano. Na verdade, há uma dispersão do povoamento ao longo dos rios da margem direitas do Solimões/Amazonas, nas bacias do Purus, Juruá e Madeira. O rio a e floresta, assim ao mesmo tempo em que dispersa a população (Becker, 1982), também a aglutina em pontos estratégicos que começam desempenhar papéis de centros de comercialização de produtos locais e mercadorias.

Neste contexto, mesmo antes da incorporação das terras acreanas pelo Brasil, não se pode negar que algumas localidades que vão sendo dotadas de pequemos centros comerciais. Estas localidades, contudo, não se colocaram no "mapa regional" aleatoriamente. Sua distribuição no plano leste–oeste foram postas como pontos de resistência da presença brasileira e estrangeira diante da incerteza locacional da fronteira política semiperdida na floresta (figura 01).

Figura 01 – Linha Beni-Javari no século XIX: núcleos populacionais na região acreana



Fonte: Elaborado pelo autor (2009), como base em Calixto (1985) e Silva (1999).

Esta distribuição nos faz pensar que ao firmar essas localidades e aglomerados populacionais iniciais, nos limites da linha Beni-Javari, tanto brasileiros como bolivianos, procuraram assegurar suas localizações em territórios nacionais respectivos, com base nos acordos já existentes[2]. Isto pode ser notado que pela distribuição territorial leste/oeste dos núcleos populacionais acreanos (Vila Seabra – atual Tarauacá, Cruzeiro do Sul, Sena Madureira) e bolivianas (Puerto Alonso – atual Porto Acre, no Acre; Puerto Bahia – atual Cobija, em Pando; Mariscal Sucre – atual Xapuri, no Acre). A configuração espacial que se tinha era de uma situação em que os povoados surgiram dentro do plano territorial em que cada país defendia seus territórios. Isto seja com o Peru e a Bolívia que legalmente pelos acordos detinham o direito destas terras, ou de quem as ocupavam como os brasileiros (acreanos) que tendo a posse do uso do espaço tentavam estender mais para o sul seus limites. Com isso foram fixando base de povoados na fronteira como forma de controle a ser exercido no âmbito da circulação de riquezas pela região. Consolidavam assim os limites e os germes da formação urbana local, no âmbito de uma rede comercial centralizada por Belém e Manaus, ao passo que no plano político garantiam no mínimo a presença de povoamento brasileiro no arco limítrofe da linha Beni-Javari.

Com a definição dos limites políticos posteriores, as terras brasileiras se estenderão muito para o sul da linha Cunha Gomes. Os pequenos núcle-

[2] Isso, pois considerando os mapas da região da época, as terras acreanas apareciam como "tierras non descubiertas".

os populacionais, embrião das cidades acreanas que se distribuíam nesta zona limítrofes internacional, irão apenas testemunhar uma linha de distribuição antiga. Agora se colocam numa fronteira interno ao país (Acre/Amazonas), também ocasionando posteriores disputas por territórios. Então a fronteira internacional desloca para o sul.

Desta forma, pode se dizer que as cidades no Acre e áreas limítrofes (nacional e internacional) nascem a partir do alavancamento da economia extrativista da borracha. Isto, sem, contudo, perder o caráter de sua concepção como expressão estratégica da geopolítica da fronteira, ainda que como aparato secundário frente aos interesses econômicos.

Consolidação e surgimento de cidades no século vinte

Com a fronteira consumada, ao longo do século XX, surtos econômicos cessam e outros surgem. Isto de modo que a cada fase histórica denota novas dinâmicas do espaço que se produz, ora incorporando a floresta, ora negando-a e formando as bases para a agropecuária. No final do século XX, com as mudanças nestas bases econômicas perante a chegada da pecuária, das estradas e de toda a infraestrutura implantada, o impacto regional é por demais sentido.

Conforme Becker (1982, p. 68), a presença da rodovia trouxe também radical transformação na vida de relações da região, capturando o "Norte de Mato Grosso, Rondônia e Acre da órbita de Belém para a de São Paulo". Isto demonstrava profunda modificação na estruturação de uma rede urbana na região amazônica que por séculos foram aglutinadas a partir dos rios, comandada pela função comercial/financeira centralizada em Manaus e Belém.

Vemos que nisto está a situação posta por Becker de (2007, p. 5) que "as cidades sempre precederam e comandaram a conquista e os surtos econômicos na Amazônia. Hoje, devem ser analisadas e fortificadas em seu potencial para uma nova etapa de revitalização permanente e duradoura da economia regional".

O final do século vinte, com a fronteira agropecuária, o Acre se insere no âmbito das transformações no espaço nacional, que conforme Becker (2009, p. 3-4) explica que

> [...] no final século XX no arco Povoamento Adensado – a Amazônia desmatada –, onde há várias cidades com mais de 50.000 habitantes próximas às estradas em torno de Belém, ao longo da Belém-Brasília e da Brasília-Rio Branco, até o sul do Acre. Nas áreas florestadas, Manaus mantém a primazia, mas deixa de ser um enclave e um grupamento incipiente de cidades se configura. Cresceram não só as grandes cidades como Belém (2.043.537 hab.) e Manaus (1.612.475 hab.) como algumas com 100-300.000, 20-50.000, e muitas com menos de 10.000 habitantes (Fig. 1). O crescimento e a multiplicação de núcleos urbanos, contudo, resultou na generalizada escassez de serviços básicos para a população fato que, aliás, não se restringe à Amazônia, mas nela é acentuado. Excluídas Belém e Manaus, a maioria das cidades amazônicas se quer se consolidou como lugares centrais para a população local e regional e para desempenharem seu novo papel serão necessários consolidá-las como tal.

Tais situações refletem no Acre e áreas limítrofes quando as cidades expressam momentos históricos diferente da produção regional deste espaço. As cidades iniciais, em geral, foram transformações de bases da produção econômica da borracha e da manutenção de domínios territoriais internacionais na região com o surgimento de pequenos centros comerciais em locais de antigas sedes de seringais. Já a partir das décadas de 1960/70 as cidades que surgem serão frutos de outras bases da produção do espaço regional, perante a chegada das estradas e a implantação de frente pecuarista.

A respeito disto, Mesquita (1989, p. 159) explicava que:

> A implantação das estradas de rodagem Cruzeiro do Sul – Rio Branco – BR 360 e, de Lábrea – Rio Branco (em construção) e a AC 001 possibilitaram vínculos mais nítidos entre os núcleos urbanos que compõem a região de Rio Branco. As rodovias vêm ainda reformulando o sentido dos fluxos; observa-se de imediato um afrouxamento das relações de dependência da capital acreana com Manaus e Belém. Desde 1968, quando a BR – 364 estávamos apenas abertas até a cidade de Rio Branco, já chegava a esta caminhões, procedentes da metrópole paulista.

De modo geral, essas mudanças irão implicar na lógica, já tratada, de novas cidades que passam a surgirem ou de antigas que se reestruturam sob

a influência das rodovias como via fundamental de circulação. Esta nova configuração da produção do espaço traz impactos numa reconfiguração da centralidade das cidades na região. Rio Branco, capital acreana, situado no entroncamento das rodovias citadas e no ponto final de maior navegabilidade do Rio Acre (Mesquita, 1989), tem reforçado sua condição de centro urbano principal. Delineando-se assim, uma ampla zona de influência que se estende por todo território acreana, pelo oeste de Rondônia, sul do amazonas e até áreas limítrofes com as Repúblicas da Bolívia e do Peru.

Vemos que aí reforça-nos a condição de falarmos sim de uma rede urbana[3] amazônica acreana que já se desenvolvem a partir a centralidade da capital estadual, com vínculos de escalas – desde às locais às globais. Isto, pois entendemos que "é a conectividade entre as redes que produz uma malha territorial integradora. Redes nascem e se difundem nas cidades, razão pela qual são elas o centro dos sistemas logístico" (Becker; Stenner, 2008, p. 127).

Uma Rede urbana na faixa da Fronteira

Assim, estamos que considerando, conforme Corrêa (2006, p. 186) que na formação da rede urbana, certos elementos devem dar conta de sua constituição e funcionamento, na lógica que produz o desenvolvimento espacial regional. Estes elementos são:

> a) – a gênese dos núcleos urbanos; b) – as funções que desempenham; c) – a dependência a determinados produtos; d) – o sítio urbano; e) – a paisagem urbana; f) – a ampliação do número de centros da rede; g) – o padrão especial da rede; h) - o papel dos diferentes agentes sociais no processo produtivo; i) – as articulações com os espaços exteriores à rede em questão.

[3] - Estamos entendendo, conforme estudo de Schor e Costa (2007, p. 12) que, "[...] a rede urbana será aqui considerada como o conjunto de centros urbanos funcionalmente articulados entre si, algo socialmente produzido, historicamente contextualizado, cujo papel principal é articular a sociedade numa dada porção do território. As cidades não se constituem numa rede funcional em si, mas para si. Quem se estabelece em rede é a sociedade, que tem a cidade como base desse processo, sendo essa a escala da análise".

Estes elementos são bases pragmáticas e metodológicas para o reconhecimento de sua existência em estudos, quando aplicados a realidade amazônica. Inclusive, para superar possíveis questionamentos sobre a existência de uma rede na Região como expressa Becker (2009, p. 44)

> Ora, na Amazônia sempre se questionou a existência de uma "rede urbana" dada a lacuna de cidades intermediarias entre as grandes cidades primazes e os pequenos núcleos que constituíram a estrutura para a ocupação da Região seja em termos estratégicos de controle do território, seja de exploração econômica. Não apenas deixou de ser introduzido trabalho novo, como também a conexão entre as cidades e núcleos urbanos foram frágeis resumindo-se ao comercio mais elementar de produtos extrativos (Becker, 2009, p. 44)

Contudo, salienta a referida autora, que com a:

> [...] expansão da fronteira em movimento induzida pelo Estado brasileiro alterou esse padrão, introduzindo estradas e produção agropecuária. Nas áreas afetadas pela implantação de estradas reverteu-se a circulação, decaindo a fluvial e crescendo a de rodagem. E as cidades foram a base logística desse movimento, pontas de lança da expansão econômica e controle geopolítico, e expressão da transformação. Sobretudo na Amazônia oriental e meridional, transformadas em Amazônia sem Mata (AsM). (Becker, 2009, p. 44)

Isto apenas reforça-nos a condição de falarmos de uma rede que esteve em longo processo de formação, mas que seus *link*s e centralidades ainda, na atualidade, se redefinem.

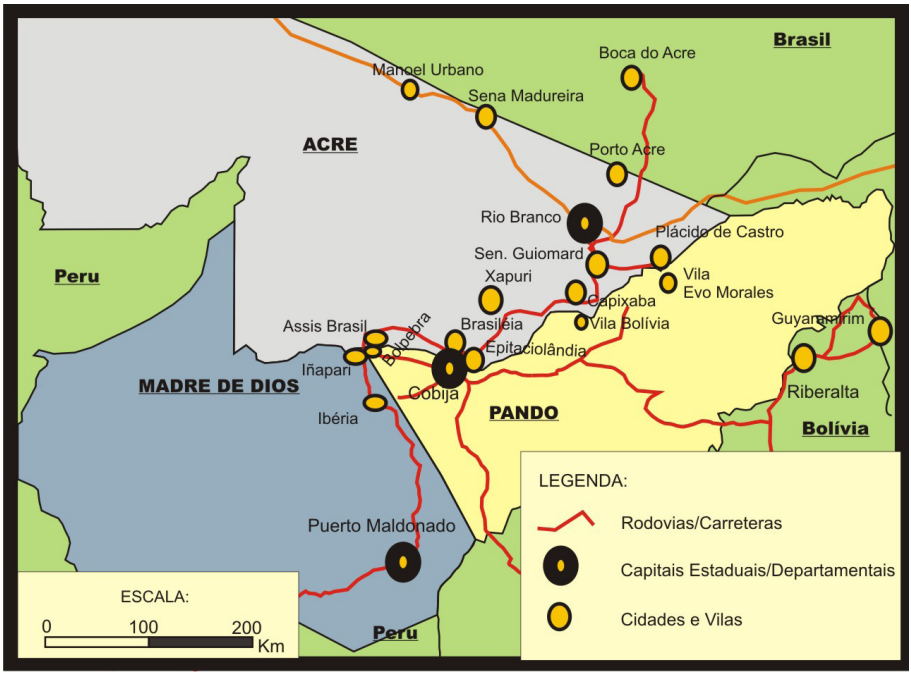
Assim falando, na situação amazônica acreana, os vínculos internos deram maior coesão a malha territorial em nível estadual, mas também regional. É neste segundo nível que vemos que com o aumento das cidades e de populações também na linha de fronteira, a cidade boliviana de Cobija, em especial, ganha novos estímulos dada a facilidade de acesso a mercados brasileiros mais expressivos conectados pela rodovia que liga Rio Branco a Brasiléia (BR-317). Posteriormente, também as "carreteras" bolivianas que chegam a Cobija, reforça sua condição central no norte boliviano.

Nestes complexos sistemas de interligação e sobreposição rodoviários, permeiam outros sistemas como, rede elétrica, telefonia, educação superior, contrabandos de mercadorias e rotas de tráficos de entorpecentes. Contudo, é o sistema comercial convencional de produtos importados é força dinamizadora da economia na fronteira.

Isto na atualidade sobreposta também por interesses geopolíticos mundiais por agências de integração continental como a IIRSA (Iniciativa de integração Regional Sul-Americana), o Consórcio MAP, e as constantes incursões de agência multilaterais como a USAID (United States Agency for International Development), e, também, Universidades Mundiais como a UF - University of Florida. Assim, como receptoras fundamentais de implicações deste cenário vivido, não se pode negar a importância de algumas destas cidades como centros difusores de desenvolvimentos, numa perspectiva integradora em escalas espaciais diversas. Isto, ao passo que a ação integradora da rede de cidades que aí se constituem expressa a forma espacial em que o capitalismo faz a criação, recriação e a circulação de riquezas (Corrêa, 2006), no seu processo de reprodução ampliados, a partir dos centros que comanda a dinâmica local/regional em Cobija e Rio Branco, respectivamente.

É nesta conjuntura que podemos compreender melhor da formação atual das cidades na linha de fronteira amazônica acreana (figura 02), com muitas que se caracterizam por uma "formação de núcleos de cidades gêmeas".

Figura 02 – Cidades na linha da fronteira internacional amazônica–acreana sul



Fonte: Google Earth, acessado em out./2008. Desenho Silvio Simione da Silva (2009).

As cidades-gêmeas: irmanadas pela fronteira, separadas por limites

Nestas condições as antigas e novas cidades de linha fronteira internacional fixam como pontos nodais[4] de base de intercâmbios comerciais e políticos por fortes redes de trocas. Nisto estes pontos na fronteira são costuras socioespaciais que dão condições as vivências de múltiplas relações internas – interconectivas, que se estende desde as transações econômicas que são mais fortes, até laços de parentescos, afetividades e, também, hostilidades. Juntos dão o conteúdo dialético à lógica existencial do espaço conurbado que forma as cidades-gêmeas na fronteira, ou mesmo sua vinculação com áreas urbanas mais distantes dos potenciais mercados de consumidores.

[4] - Entendemos como pontos nodais conjunto de cidade, ou cidade que se torna entrecruzamento de diversas redes. Isto no sentido uma integração do local aos circuitos industriais externos como ressaltou Becker (2009c, p. 30) de que os "os nós nas redes, correspondem a povoamentos concentrados vinculados, sobretudo a indústria e às cidades".

Como o espaço produzido, a fronteira resulta de processos de conflitos, contradições, mas também de solidariedade e comprometimento que se refazem e fortalecem constantemente. Assim, unidos pela localização, fortalecidos/separados pela condição e reconhecimento do/no outro (alteridade), como expressões de limites políticos que os separam, a fronteira é *lócus* de ampla integração numa dimensão dialética. Na produção deste espaço da fronteira, esta lógica proporcionada pela relação que liga esta dupla situação de ser (unidos/separados) é o que aparece como processo fundamental para se compreender os seus pontos de articulações (Lefebvre, 1992). Nisto cabe, distinção entre o sentido conceitual e prático dos termos fronteira e limites colocados por Machado (1998, p. 42) onde salienta que,

> [...] A fronteira está orientada "para fora" (forças centrífugas), enquanto os limites estão orientados "para dentro" (forças centrípetas). Enquanto a *fronteira* é considerada uma fonte de perigo ou ameaça porque pode desenvolver interesses distintos aos do governo central, o *limite* jurídico do estado é criado e mantido pelo governo central, não tendo vida própria e nem mesmo existência material, é um polígono. O chamado "marco de fronteira" é na verdade um símbolo visível do limite. Visto desta forma, o *limite* não está ligado a presença de gente, sendo uma abstração, generalizada na lei nacional, sujeita às leis internacionais, mas distante, frequentemente, dos desejos e aspirações dos habitantes da fronteira. Por isso mesmo, a fronteira é objeto permanente da preocupação dos estados no sentido de controle e vinculação. Por outro lado, enquanto a *fronteira* pode ser um fator de integração, na medida em que for uma zona de interpenetração mútua e de constante manipulação de estruturas sociais, políticas e culturais distintas, o *limite* é um fator de separação, pois separa unidades políticas soberanas e permanece como um obstáculo fixo, não importando a presença de certos fatores comuns, físico-geográficos ou culturais.

Voltando a questão aqui estudada, pode-se dizer que com a consolidação dos limites dos territórios brasileiro, boliviano e peruano, as cidades da fronteira cresceram nesta lógica de "cidades-gêmeas".

O sentido da formação de espaço urbano contínuo internacional na fronteira

Agora vamos entender por são cidades-gêmeas aquelas localidades fronteiriças que em sua localização frontal ou semi-frontal trazem, na sua formação e vivência, ampla compartilhamento espacial e de destinos[5]. Estas são resultados da produção espacial conjuntas no amplo processo das contradições que produziu e integrou o sistema da estrutura urbana fronteiriça do Brasil, Bolívia e Peru ao longo dos momentos vividos que se iniciou nos finais do século XIX e se prolongou pelo século XX, nestes rincões centrais da Amazônia sul-americana.

Assim, mesmo que produto de disputas por territórios políticos ou influências econômicas, estas cidades quase sempre se expressam por *continuum* sócioterritorial de aglomerados urbanos numa perspectiva de compartilhamento de processos produtivos gerais. Processos estes que se complementam na dinâmica que produz a realidade local em conexões internas, mas também nos fortes vínculos com as escalas externas, inclusive, globais. Desta forma, a condição de ser *gêmea* vai além das relações políticas econômicas, ocorrendo também, no campo social e cultural em que, na escala local resulta em mistura nos costumes, nos idiomas, nos processos educativos e até nos âmbitos consanguíneos de famílias típicas de fronteiras (família Salvatierra; família Polanco Ribeiro; família Vargas Torricos; família Ferreira, entre outras que vive nas cidades limítrofes de Cobija, Brasiléia e Epitaciolândia, p.e).

[5] - Conforme Dorfman e Roses (2005, *apud* Silva e Oliveira (2008, p. 1) "Cidades-gêmeas são pares de centros urbanos, frente a frente em um limite internacional, conurbados ou não, que apresentam diferentes níveis de interação: fronteira seca ou fluvial, diferentes atividades econômicas no entorno, variável grau de atração para migrantes e distintos processos históricos".

Figura 03: Cidades-gêmeas na fronteira acreana – Brasil-Bolívia-Peru

Fonte: Google Earth, acessado em out./2008. Desenho Silvio Simione da Silva (2009).

Na situação aqui estudada, como já mencionamos, temos de considerar que a fronteira sul-ocidental da Amazônia, as conexões local/global sempre estiveram presentes. Houve uma formação de cidades que se localizaram na linha de fronteira internacional e formaram-se por espaços semi-contínuos e com amplas relações entre si. São, na verdade, os conjuntos de "cidades-gêmeas" (CG) que assim vamos denominá-los: CG – 1 - Brasiléia, Epitaciolândia (AC – Brasil) e Cobija (Bolívia); CG – 2 - Assis Brasil (AC – Brasil) e Iñapari (Peru), Bolpebra (Bolívia); CG – 3 - Plácido de Castro (AC – Brasil) e Vila Puerto Evo Morales (Bolívia); CG – 4 - Capixaba (AC – Brasil) e Vila Bolívia (Bolívia) (Cf. Figura 03).

De modo geral, o que nos chama atenção, já a esta altura das reflexões, é que fronteira, não pode ser vista como espaço de separação no âmbito de qualquer ação ao desenvolvimento regional ou mesmo a compreensão da complexidade que nela se reproduz socioespacialmente. Daí, reforçamos que esta se coloca como lugar de costura de todo o processo de desenvolvimento integrado, sendo as cidades condições para as intervenções políticas e manifestações

sociais. Como são espaços de compartilhamento, no âmbito da integração regional, estas cidades têm de ser compreendida a partir dessas condições de *gemealidade* expressa pelo *continuun* urbano transfronteiriço a que pertencem. Nisto se busca apreender, em especial, o papel econômico que representa cada centro urbano na sua condição regional e fronteiriço, mas como espaço de contiguidade e não de segregação por suas nacionalidades diversas[6].

No contexto amazônico-acreano e, sobretudo nos tempos mais recentes, com a refuncionalização (Corrêa, 2006) desses centros e surgimento de outros, a articulação com redes de comércio, energia, telefonia, integração intercontinental (rodovia), sobreposto pela instituição de Zonas Francas trazem dinâmicas muitas específicas. Assim, centro mais antigos como o CG 1 formado por Brasiléia, Cobija e Epitaciolândia tende a fortalecer. O CG 2 formado por Assis Brasil, Iñapari e Bolpebra tende ser colocado como ponto de articulação tri-nacional quando sobrepostos pelos eixos de integração regional/internacional; redefine apenas um comércio local com a confirmação de um *hinterland* que não ultrapassa os limites municipais. Isto, ao passo nos outros dois Conjuntos de Cidades Gêmeas (CG 3 e CG 4), os pequenos núcleos bolivianos que surgem na linha de fronteira são, essencialmente comerciais; colocam-se somente como pontos que buscam estar mais próximos ao mercado da capital acreana – maior mercado consumidor da região. Estes são os casos de Vila Pto. Evo Morales e Vila Bolívia, frontais ou próximas às cidades acreanas de Plácidos de Castros e Capixaba respectivamente.

Expressões interconectivas das cidades da fronteira

Dados estas características da realidade amazônica acreana e pela complexidade socioterritorial de nossas fronteiras, temos agora de tratar de certas especificidades na configuração especial destas cidades-gêmeas. Nesta fronteira,

[6] - Cabe ainda reforçar, conforme Machado, (2005, p. 108) que as cidades-gêmeas, podem ser vistas como "lugares onde as simetrias e assimetrias entre sistemas territoriais nacionais são mais visíveis e que podem se tornar um dos alicerces da cooperação" internacional no âmbito da integração continental, assim como, "na consolidação da cidadania". Assim concebidos, podemos vê-las como espaços privilegiado ao "longo das fronteiras para as comunicações e conexões".

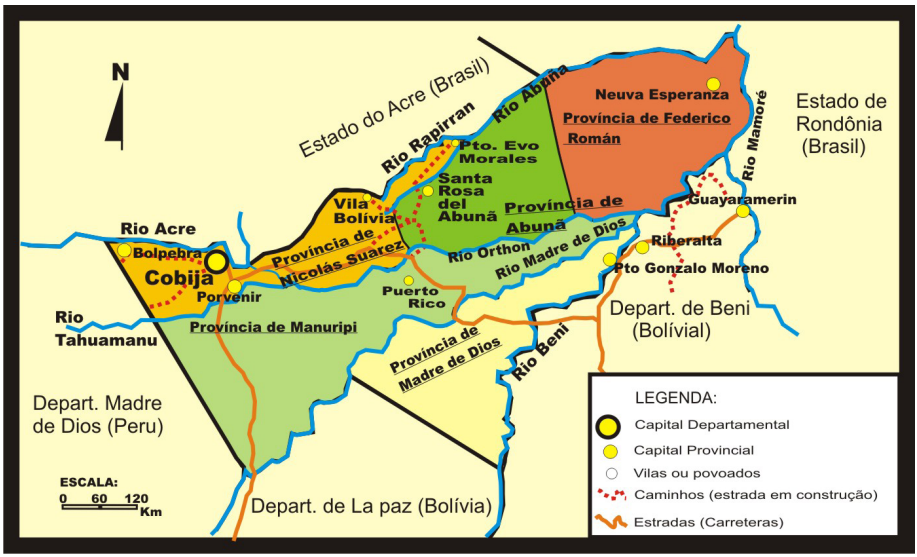
os povoamentos formados se dividiram, ora em dois núcleos que aqui vamos chamar de "cidades-gêmeas simples" (CG-Simples) e outras em três núcleos que vamos chamar de "cidades-gêmeas complexas" (CG-Complexas) ou "trigêmeas".

No âmbito geral, estas se apresentam com espaço de conexões bi-nacional ou conexões tri-nacional. Os CG de conexões binacionais são aqueles que se caracterizam por cidades de dois países, no caso Brasil e Bolívia (CG 1, CG 3 e CG 4) e os trinacionais quando se caracterizam por três países como é o caso de Brasil, Bolívia e Peru (CG 2). Ser "simples" ou "complexas", não se refere a condição única de serem bi ou tri nacionais, mas sim aos condicionantes situacionais como pontos nodais para interconexão de diversos processos e fatores que, no âmbito da integração regional/internacional, as sobrepõem (ou não). A tri-gemealidade é sim determinante, seja no modo em que há uma lógica de distribuição espacial e econômica do comércio e outros investimentos locais, ou até mesmo nos os jogos de interesses políticos que atuam na fomentação (quando há cooperação) ou não (isto quando a competitividade impera no conjunto) a um desenvolvimento conjunto. Com a complexidade estamos chamando a atenção para um diferencial em que estas cidades não apenas se encostam à outra maior; mas sim compartilha de condições de vida, de projeto de desenvolvimento, das lutas, enfim de um destino de ser limites, ser começo e ser fim.

As conexões gêmeas binacionais que aqui referimos são na verdade cidades-gêmeas simples, caracterizadas por áreas semi-contínuas, em geral sendo a parceira brasileira interligadas a capital acreana por vias rodoviárias. Trata-se do conjunto formados por Plácido de Castro, município acreano emancipado em 1976, situado a 91 Km da capital Rio Branco, e, Vila Pto. Evo Morales (no istmo de terra da foz do Rio Rapirram ao Rio Abunã – extremo norte da Província de Nicolas Suarez em Pando), resultantes de recentes processos de instalação de núcleo de comerciantes bolivianos vindo de Cobija e Puerto Rico, nos últimos anos da década de 1990, que fixaram de frente à sede do município brasileiro, no território boliviano – estes que caracterizam o CG 3. O outro conjunto, é formado pelo município acreano de Capixaba, situado a 77 km da capital, emancipado em 1991, sito as margens da BR – 317 e a 3

Km. aproximadamente da linha de fronteira com a Bolívia, e o pequeno e recém-instalado aglomerado populacional de Vila Bolívia (situado na Província de Nicolas Suarez, no Departamento de Pando – figura 05); aqui não se trata de áreas continua como nos outros conjuntos; há uma distância relativa entre os dois povoados; contudo, visto nos incipientes processos comerciais que os unem vimos por conveniente caracterizá-lo como CG 4. Assim apresentam conexões mais simples e em fase inicial de consolidação.

Figura 05: Mapa do Departamento de Pando – Bolívia, por províncias



Fonte: Google Earth, acessado em out./2008. Desenho: Silvio Simione da Silva (2009).

Tratamos estes conjuntos apenas como cidades gêmeas simples. Os núcleos atendem, em geral, uma função comercial com base nas conexões estabelecidas como mostraremos no Quadro 02. Relembramos que os pequenos aglomerados comerciais bolivianos estabelecidos, em especial, estão atraídos, especialmente pela maior proximidade do mercado de Rio Branco, dado as vias de circulação terrestres que interligam a co-irmã brasileira da linha da fronteira com a Capital acreana.

Quadro 02: Caráter das conexões em cidades-gêmeas simples – Acre/Pando

Tipos de conjunto de cidades		Tipos de interconexões	Destinos das conexões externas
Cidades--Gêmeas simples	Plácido de Castro (BR) e Vila Evo Morales (BO)	• Rede de eletrificação brasileira para a Bolívia • Comércio de importados da Bolívia para o Brasil. • Comércio de alimentos do Brasil para a Bolívia. • Serviços de turismo para o Brasil. • Trocas de caráter sócio--culturais	• Cobija fornecedora de produtos ao comércio de Evo Morales • Rio Branco como principal mercado para os produtos bolivianos. • Energia elétrica Porto Velho via Rio Branco
	Capixaba (BR) e Vila Bolívia (BO)	• Comércio de importados da Bolívia para o Brasil. • Comércio de alimentos do Brasil para a Bolívia. • Serviços de turismo para o Brasil	• Cobija - fornecedora de produtos ao comércio de Vila boliviana • Rio Branco - como principal mercado para os produtos bolivianos. • Outros municípios acreanos - para fornecimento de madeiras • Exterior - para exportação de madeira brasileira • Energia elétrica Porto Velho via Rio Branco

Fonte: Pesquisa de Campo, 2008/2009.

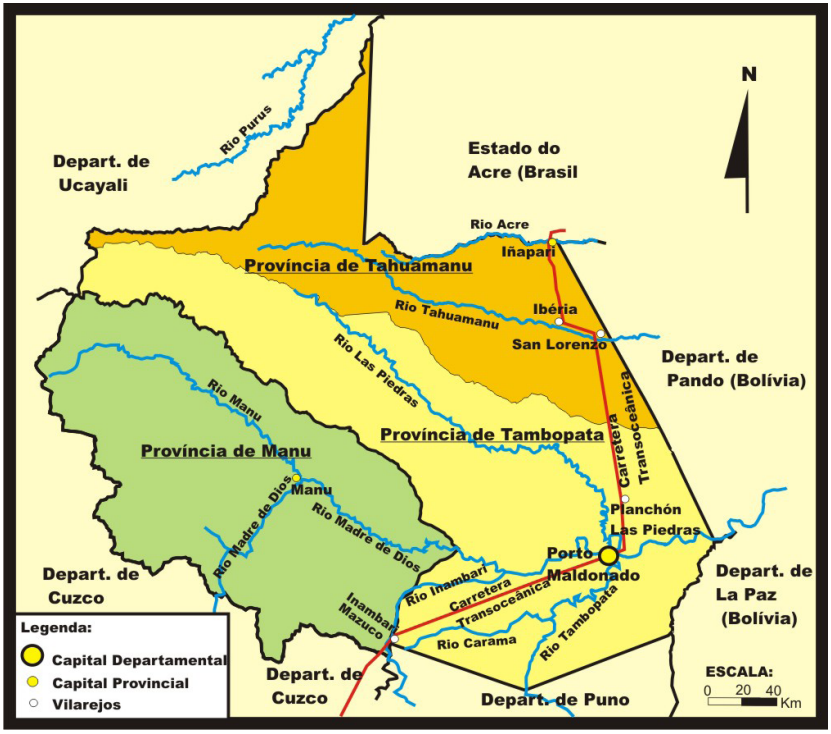
Por outro lado, as conexões trigêmeas binacionais ou trinacionais aqui referidas são formadas por três núcleos urbanos ou semiurbanos, separados apenas pelo o Rio Acre. Estes conjuntos estão interligados por vias terrestres tanto com capital acreana, como com cidades bolivianas e peruanas mais centrais. A condição de estar vincula por três cidades em que se articulam diversas redes, numa área de fronteira de três países, tornam estes conjuntos de cidades

gêmeas, espaços de intensas dinâmica e trocas proporcionando, na atualidade a formação de parcerias de integração (como o CONDIAC [Consórcio de Desenvolvimento Intermunicipal do Alto Acre e Capixaba] e o consórcio MAP [Madre de Dios, Acre e Pando]) com participação de agentes trinacionais e, também, representantes dos interesse geopolíticos internacionais como de universidades norte-americanas, WWF (*World Wildlife Fund*), USAID (*United States Agency for International Development)* etc.

Trata-se do conjunto formado por Brasiléia município acreano emancipado desde 1938, situado a 241 Km de Rio Branco; Cobija cidade boliviana capital do Departamento de Pando, fundada nos últimos anos de século XIX e elevada à categoria de cidade em 1908, sito na província Nicolas Suarez; e, Epitaciolândia, município acreano emancipado em 1992, situado a 239 Km da Capital – estas cidades separadas pelos Rio Acre e Igarapé Bahia, no conjunto forma o que estamos denominando como CG 1.

O outro conjunto – CG 2, e formado pelo município acreano de Assis Brasil, situado a 356 km da capital, emancipado em 1976, sito no final da BR – 317 à margem esquerda o Rio Acre; pelo pequeno povoado boliviano de Bolpebra (San Pedro de Bolpebra, Cf. figura 05), localizada a margem direita do Rio Acre e do Igarapé (riacho) Yaverija, no extremo noroeste da província de Nicolas Suarez; e, a cidade peruana de Iñapari (figura 06), sede da Província de Tahuamanu, no Departamento de Madre de Dios, sito a margem direita do Rio Acre e a esquerda do Igarapé Yaverija.

Figura 06 – Mapa do Departamento de Madre de Dios (PE), por províncias



Fonte: Alegre (Atlas Regional del Peru – Madre de Dios, 2004). Desenho: Silvio Simione da Silva (2009).

Apesar de se tratar de pequenos povoados, isto é, cidades locais, este conjunto teve sua origem no início do século passado, tendo, contudo, entrado em fase de mais amplo crescimento nas últimas décadas. Tal situação deve-se primeiro a este município brasileiro, na década de 1980/90 ter sido atingido parcialmente pela fronteira agropecuária, em especial na hinterlândia da estrada que ligava o município à capital Rio Branco (BR-317), via Brasiléia. Já no final década de 1990 e início da primeira década do século XXI, teve-se o asfaltamento da BR-317, ao mesmo tempo em que se retoma a construção da estrada peruana que liga a pequena Iñapari a capital Departamental de Madre de Dios – Puerto Maldonado, sito a aproximadamente 270 Km da fronteira. Tudo isto se dá no âmbito da sobreposição dos projetos de integração regional e internacional com o eixo interoceânico da IIRSA. Nisto se visa a abertura de uma via de ligação aos portos peruanos para o Brasil, no litoral do Oceano Pacífico (Figura 06).

Assim sendo, este CG 2, deixa de ser o fim de rodovias nacionais para ser ponto de integração (um ponto nodal na integração, sobretudo, Brasil e Peru) destas localidades na formação de um eixo de conexão internacional/interoceânica na América do Sul. Este eixo rodoviário torna-se a Rodovia Transoceânica ou Rodovia do Pacífico, ligando esta parte central da Amazônia (já vinculada a centralidade brasileiro via Rio Branco), ao Porto de Illo e Matarana, no Litoral do Oceano Pacífico. Isto coloca, na atualidade, o início de uma nova fase histórica para o desenvolvimento do CG 2 no âmbito regional e internacional.

Como já referimos, embora algumas destas cidades sejam de pouca expressão populacional, em geral estão situadas sobre processos de formação que já duram quase um século sendo sítios populacionais que podem ser considerados como consolidados. Trata-se de núcleos de cidades, binacional ou tri-nacional, em que há multifuncionalidade que sobrepõe ao conjunto como um todo. Isto é o que nos possibilita tratá-los como CG de conexões complexas, como apresentamos no Quadro 03 e 04.

Quadro 03: Conexões em cidades-gêmeas complexas – Acre/Madre de Dios.

Tipos de CG	Tipos de interconexões	Destinos das conexões externas
Assis Brasil (BR), Iñapari (PE) **e** **Bolpebra (BO)**	• Comércio de produtos peruanos para o Brasil e Bolívia. • Comércio de alimentos do Brasil para a Bolívia e Peru. • Comércio de importados da Bolívia para o Brasil e Peru • Articulação entre a rodovia brasileira, peruana e estradas bolivianas • Tráfego de rede de entorpecente da Bolívia para o Brasil. • Contrabando de mercadorias da Bolívia para o Peru. • Trocas de caráter socioculturais e parentesco • Telefonia celular peruana no Brasil e Bolívia.	• Rio Branco: comércio atacadista. • Puerto Maldonado: comércio atacadista e serviços de saúde peruano. • Brasiléia e Cobija: saúde e educação. • Extração de madeira para exportação via Porto Maldonado e Cobija. • Cobjia o fornecimento de mercadorias bolivianas em Bolpebra e Iñapari • Continental: eixo de integração sul-americana via IIRSA • Rio Branco e outras partes do Brasil: rotas do tráfico de entorpecentes.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2008/2009.

Quadro 04: Conexões em cidades-gêmeas complexas – Acre/Pando

Tipos de CG	Tipos de interconexões	Destinos das conexões externas
Brasiléia (BR), Epitaciolândia (BR) E Cobija (BR)	• Comércio de importados da Bolívia para o Brasil. • Comércio de alimentos do Brasil para a Bolívia. • Serviços de turismo para o Brasil e Bolívia • Serviço de saúde da Bolívia para o Brasil • Educação superior da Bolívia para o Brasil. • Tráfego de rede de entorpecente da Bolívia para o Brasil. • Contrabando de mercadorias da Bolívia para o Brasil. • Trocas de caráter socioculturais e parentesco	• Rio Branco: comércio atacadista. • Europa, Ásia e EUA: via Santa Cruz, Cochabanda e La Paz com a nacionalização de mercadorias importadas. • Brasil: via Rio Branco com importação de mercadorias brasileira. • Rio Branco - como principal mercado para os produtos bolivianos. • Exterior com exportação de produtos extrativistas como madeira na Bolívia e de castanha na Bolívia e no Brasil. • Cidades limítrofes peruanas com o fornecimento de mercadorias bolivianas • Energia elétrica Porto Velho via Rio Branco • Rio Branco e outra parte do Brasil: rotas do tráfico de entorpecentes.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2008/2009.

Como pode se notar as condições de cidades da linha de fronteiras conectadas entre si, mas estendendo estes links a localidades distantes, mostra a constituição de redes interconectivas num longo processo histórico de formação desta parte da Amazônia. A articulação na linha de fronteira é base para outras conexões mais distantes. Contudo, mais que redes hoje se trata da condição que se estabelece pela integração no circuito econômico da produção de um espaço mundializado. Nisto a dinâmica fundamental da fronteira se põe pela logica destes fluxos costurando a rede comercial dos fixos que se estabele-

cem no espaço local. Isto, porém não pode negar a integração do social como consumidor e a sua resistência aos processos de da dinâmica externa expropriatória que tenda se estabelecer pelo logica dois grandes projetos internacionais e nacionais. É nisto que reside os aspectos da riqueza social, cultural e econômica da condição de ser e viver no espaço compartilhado na fronteira, pelas cidades gêmeas, na condição e ser e estar juntas e separadas ao mesmo tempo.

Considerações finais

Com estas considerações podemos prognosticar a organização espacial que se desenha, neste início de século, para esta parte do sul da Amazônia. Nisto vemos o rompimento com o isolamento para uma integração mais ampla numa reorganização espacial da região. Tais situações se projetam a partir de constatações de mudanças tal como explica Egler (2001, p. 48) que,

> a organização espacial das redes de circulação de mercadorias, distribuição de energia elétrica e de telecomunicações constitui um indicador, mesmo que superficial, dos efeitos do processo de modernização sobre o território, na medida em que foram transformadas estruturas espaciais pretéritas e construídas novas formas adequadas ao processo de produção e gestão da empresa capitalista em sua fase avançada.

Nota-se que a lógica que produz e interligam o espaço regional sul-ocidental amazônico se apresenta como expressão das condições locais, porém cada vez mais vinculadas a estratégias do capitalismo mundial que sobrepõe a região limítrofe referida. Nisto vemos a consolidação de redes que interconecta o local ao mundial, em que pelos elos estabelecidos proporcionam-nos ver os vínculos internos e externos estabelecidos[7]. Daí o estudo destas conexões, a

[7] - Aqui tratamos de redes e não de rede, pois partimos do pressuposto colocados por Schor e Costa (2007, p.7) de que "a partir da análise de determinados arranjos institucionais percebe-se que a rede urbana deve ser sempre conjugada no plural, como redes, pois as diversas relações materializadas nos diferentes fluxos de informação, de mercadoria, de instituições, de pessoas criam um conjunto de redes que sobrepostas formam o que costumamos chamar de rede urbana. A maneira e a intensidade pela qual as cidades participam deste processo as colocam em posições hierárquicas diferenciadas, porém importantes para a constituição do todo. A tipologia e consequente desenho de rede proposto por esse estudo possibilita uma análise, baseada no materialismo histórico-geográfico (Harvey, 2004), das relações socioespaciais constituídas neste

partir da cidade, com o intuito de ver o desenvolvimento regional de forma integral, torna-se fundamental, dado que a lógica da fronteira deixa de ser símbolo de separação para ser princípio de integração. Isto, contudo, sem a passividade esperada, mas também pelas lutas impetradas.

Portanto, nestes pontos apresentados esperamos situar base para começo de um aprofundamento das questões urbanas tomadas pela Geopolítica da integração internacional que se vive, no momento, esta parte da Amazônia.

Referências

ALEGRE, Jorge Luis *et al.* **Atlas regional de Peru**: Madre de Dios. Lima: PEISA; Quebecor World Peru, 2004. Tomo 12.

BECKER, Bertha K. Fronteira e Urbanização Repensada. **Revista Brasileira Geografia**, ano 47, nº 3-4, Rio de Janeiro: IBGE, 1982.

_____. **Conectividade Global e Novos Processos Urbanos na Amazônia.** Uma Investigação. Agosto/2007 (Projeto CNPq - Bolsa de Produtividade e Pesquisa)

_____. **Por que a participação tardia da Amazônia na formação econômica do Brasil**. Rio de janeiro, 2009c

_____. Articulando o complexo urbano e o complexo verde na Amazônia. Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. **Um projeto para a Amazônia no século 21:** desafios e contribuições. Brasília, DF, 2009.

BECKER, Bertha K.; STENNER, Claudio. **Um futuro para a Amazônia**. São Paulo: Oficina de Textos, 2008. (Série Inventado o futuro)

---

território, o que por sua vez permite uma compreensão da adequação, ou não, de determinadas políticas públicas (urbanas) na região. Neste sentido, a descrição e análise da rede urbana permite uma melhor compreensão das possibilidades existentes de alteração da realidade urbana e subsidiam territorialmente a adequação de políticas urbanas voltadas para a construção da cidadania. Assim, a ideia de sociedade em rede obtém conteúdo emancipatório".

BOLIVIA. Comando General del Exército de. **Atlas Universal y de Bolivia**. La Paz: Ediciones Bruno; Instituto Geográfico Militar, 1994.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 10. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

CORRÊA, Roberto Lobato**. Estudos sobre a rede urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

DAVOUDI, Simin. **Polycentricity**: What does it mean and how is it interpreted in the ESDP? http://www.eizg.hr/AdminLite/FCKeditor/UserFiles/File/EIZ%202006%20Conference%20Proceedings-Davoudi.pdf. Acessado. 04/2009b.

LEFEBVRE, H. **The Production of space**. Oxford UB, Cambridge USA: Blackwell Publishers, 1992. 454p. (Translated by Donald Nicholson-Smith)

MACHADO, Lia Osório. Limites, fronteiras, redes. In: STROHAECKER, T.M; DAMIANI, A; SCHAFFER, N. O; BAUTH, N; DUTRA, V.S. (org.). **Fronteiras e Espaço Global**, AGB-Porto Alegre, Porto Alegre, 1998. p. 41-49

MACHADO, L. *et al.* O desenvolvimento da faixa de fronteira: uma proposta conceitual-metodológica. In: OLIVEIRA, T. C. M. de (Org.). **Território sem limites**: estudos sobre fronteiras. Campo Grande: UFMS. 2005. p. 87-112.

MESQUITA, Myriam Guiomar Gomes Coelho. In: VALVERDE, Orlando. **A organização do espaço na faixa da Transamazônica.** Rio de Janeiro: IBGE, 1989. V.2.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. 4.ed. São Paulo: Edusp, 2006.

SCHOR, Tatiana; COSTA, Danielle Pereira da; OLIVEIRA, José Aldemir de. **Notas sobre a tipificação da rede urbana na calha do Rio Solimões, Amazonas**. http://www.nepecab.ufam.edu.br/ pdfs/TEXTO%20 Congresso%20 da%20ANPUR%20Tatiana%20Schor%20e%20Danielle%20Costa.pdf. 2006. (acessado em 07/2009)

SCHOR, Tatiana; COSTA, Danielle Pereira da. **Rede Urbana na Amazônia dos Grandes Rios:** Uma Tipologia para as cidades na calha do rio Solimões - Amazonas – AM. http://www.nepecab.ufam.edu.br/ . 2007. (acessado em 07/2009)

SILVA, Ricardo Marques; OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de. O mérito das cidades-gêmeas nos espaços fronteiriços. **Revista OIDLES** – Observatório Iberoamericano del desarrollo local y economia social. Vol 1, Nº 5, diciembre 2008. http://www.eumed.net/rev/oidles/index.htm (acessado em 11/05/2009)

SILVA, Silvio Simione da Silva. **Resistência Camponesa e Desenvolvimento Agrário na Amazônia-Acreana**. Presidente Prudente, 2005. 494 p. Tese (doutorado em Geografia) Faculdade de Ciência e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista – FCT/UNESP.

SOBRE OS AUTORES (AS)

ADNILSON DE ALMEIDA SILVA
Licenciado e Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Doutor em Geografia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Pós-Doutor em Geografia pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Professor do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Geografia da Universidade Federal de Rondônia (PPGG/UNIR). Líder do Grupo de Pesquisa Geografia, Natureza e Territorialidades Humanas - GENTEH/UNIR. E-mail: adnilson@unir.br

ADRIANA FRANCISCA DE MEDEIROS
Graduada em Pedagogia e Mestra em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Doutora pelo Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente da Universidade Federal de Rondônia (PGDRA/UNIR), com período sanduíche em University of Flórida. Professora da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Geografia, Natureza e Territorialidades Humanas (GENTEH/UNIR). E-mail: afdemedeiros@gmail.com

ANTÔNIO TOLRINO DE REZENDE VERAS (In Memoriam)
Professor do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Roraima (UFRR). Doutor em Geografia (USP). E-mail: antonio.veras@ufrr.br

ÉDER RODRIGUES DOS SANTOS
Servidor da Universidade Federal de Roraima (UFRR). Doutorando do Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGG/UNIR), mestre em Geografia (PPGEO/UFRR), graduado em Comunicação Social e Ciências Sociais pela UFRR. E-mail: eder.rodrigues@ufrr.br

FRANCILENE SALES DA CONCEIÇÃO
Professora do Curso de Geografia da Escola Normal Superior da Universidade do Estado do Amazonas (ENS/UEA). Doutoranda em Geografia do Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Geografia (PPGG/

UNIR). Pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Gestão do Território e Geografia Agrária da Amazônia (GTGA/UNIR) e do Grupo de Pesquisa Políticas Públicas e Dinâmicas Territoriais na Amazônia (GPDAM/UFOPA). E-mail: lenesalesgeo@hotmail.com

FRANCISCO MARQUELINO SANTANA
Doutor em Geografia pelo Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGG) da Universidade Federal de Rondônia - UNIR. Vice Coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisa dos Modos de Vida e Cultura Amazônica (GEPCULTURA/UNIR). E-mail: marquelino@hotmail.com

GIRLANY VALÉRIA LIMA DA SILVA
Licenciada, Bacharel e Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG/UNIR). Membro do Grupo de Pesquisa em Geografia e Ordenamento do Território na Amazônia (GOT-Amazônia). E-mail: girlanyvaleria@gmail.com

GISELE DIAS DE OLIVEIRA BLEGGI CUNHA
Procuradora da República do Ministério Público Federal (MPF/RO), Mestrado pelo Programa de Pós-graduação Profissional Interdisciplinar em Direitos Humanos e Desenvolvimento da Justiça (DHJUS/UNIR). E-mail: gisele-bleggi99@gmail.com

GUSTAVO HENRIQUE DE ABREU SILVA
Doutor em Geografia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Modos de Vidas e Culturas Amazônicas – GEPCULTURA/UNIR. E-mail: gustavorepentista@hotmail.com

JOSÉLIA FONTENELE BATISTA
Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFRO). Mestrado em Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal de Rondônia – UNIR. Doutora em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPR. Atua nos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio e no Mestrado

Profissionalizante em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – IFRO. Vice-líder do Grupo de Pesquisa GOT-Amazônia/UNIR. Área de pesquisa: Geografia, meio ambiente e currículo educacional. E-mail: joselia.fontenele@ifro.edu.br

JOSUÉ DA COSTA SILVA

Professor do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGG/UNIR). Coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisa dos Modos de Vida e Cultura Amazônica (GEPCULTURA/UNIR). E-mail: jcosta1709@gmail.com

LARISSA ZUIM MATARÉSIO

Doutora pelo Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGG/UNIR). Mestre em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Vice-líder do Grupo de Estudos Semióticos em Jornalismo (GESJOR) e pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Geografia, Mulher e Relações Sociais de Gênero (GEPGÊNERO/UNIR). Jornalista e professora. Atua, principalmente, nas áreas de geografia feminista, jornalismo online, sociossemiótica e ecofeminismo. E-mail: larizuim@gmail.com

LUIZ CLEYTON HOLANDA LOBATO

Analista do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE/RO). Doutor em Geografia pelo Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Paraná (PPGG/UFPR). Atua com Chefe da Unidade Estadual do IBGE em Rondônia. Pesquisador Colaborador do Laboratório de Geografia e Planejamento Ambiental, da Universidade Federal de Rondônia (LABOGEOPA/UNIR). Área de Pesquisa: Gestão Ambiental; Gestão do Território e Políticas Públicas; Geografia Física. e-mail: luiz.lobato@ibge.gov.br

MARANEI ROHERS PENHA

Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFRO). Mestrado em Geografia pelo Programa de Pós–Graduação em Geografia (PPGG/UNIR). Doutora em Educação, Ciências e Matemática pelo Progra-

ma de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemática (PPGECEM) da Rede Amazônica de Educação em Ciências e Matemática (REAMEC)/ Universidade Federal do Mato Grosso – UFMT. Atua nos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFRO). Área de pesquisa: Geografia e Formação de Professores. E-mail: maranei.rohers@ifro.edu.br

MARIA DAS GRAÇAS SILVA NASCIMENTO SILVA

Professora do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG) da Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Geografia, Mulher e Relações Sociais de Gênero (GEPGENERO). Doutora em Ciências Sócio Ambiental pelo Núcleo de Altos Estudos da Amazônia (NAEA/UFPA). Pós-Doutorado em Geografia, pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Atua nas seguintes áreas: Geografia e Gênero, Populações Tradicionais da Amazônia e Políticas Públicas. E-mail: mgsnsilva@unir.br

MARIA MADALENA DE AGUIAR CAVALCANTE

Professora do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG) da Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Doutora em Geografia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Pós Doutora em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Roraima (UFRR) e pela Universitat Autònoma de Barcelona (UAB/Espanha). Líder do Grupo de Pesquisa em Geografia e Ordenamento do Território na Amazônia (GOT-Amazônia). Atua nas seguintes Áreas: Planejamento, Gestão do Território e Impactos Ambientais. E-mail: mada.geoplan@gmail.com

RAFAEL OLIVEIRA DA SILVA MAIA

Mestrando em Geografia pela Universidade Federal de Roraima (UFRR), graduado em Licenciatura Plena em Geografia (UFRR). E-mail: rafaufrr@hotmail.com

REBECA CAMPOS FERREIRA
Perita em Antropologia do Ministério Público Federal (MPF/Rondônia), Doutoranda em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo (USP), Pesquisadora do Núcleo de Antropologia do Direito (NADIR/USP). E-mail: rebeca.ferreira@usp.br

RICARDO GILSON DA COSTA SILVA
Professor do Departamento de Geografia (DGEO), Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG) e docente do Programa de Pós-graduação Mestrado Profissional Interdisciplinar em Direitos Humanos e Desenvolvimento da Justiça (DHJUS) da Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP) e Posdoctorado en Ciencias Humanas y Sociales en la Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad de Buenos Aires (UBA). Coordenador do Grupo de Pesquisa em Gestão do Território e Geografia Agrária da Amazônia (GTGA/CNPq). E-mail: rgilson@unir.br

RUBENS SAVARIS LEAL
Professor da Universidade Federal de Roraima (UFRR). Doutorando do Programa de Pós-graduação em Recursos Naturais (Pronat/UFRR), mestre em Extensão Rural (UFSM) e Bacharel em Ciências Contábeis (UFSM). E-mail: savaris@outlook.com

SÍLVIO SIMIONE DA SILVA
Professor da Universidade Federal do Acre (UFAC). Doutor em Geografia pelo Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista (UNESP/FCT). Pós-Doutorado pelo Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás (UFG). Atua nos Cursos de graduação em Geografia e Mestrado de Geografia da UFAC. Área de Pesquisa: Geografia Agrária, Amazônia, Acre, Produção Camponesa. E-mail: ssimione@gmail.com

SIMONE FERREIRA DE ATHAYDE

Graduada em Ciências Biológicas e Mestra em Botânica pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Mestra em Etnobotânica pela Universidade de Kent – Inglaterra. Doutora em Ecologia Interdisciplinar pela Universidade da Flórida. Professora Associada do Departamento de Estudos Socioculturais e Globais (GSS) e do Centro Kimberly Green de Estudos Latinoamericanos e Caribenhos (LACC) na Universidade Internacional da Flórida (FIU). Coordenadora da Rede Internacional de Pesquisa em Barragens Hidrelétricas na Amazônia (ADN/RBA/RIRA). Professora colaboradora da Universidade Federal do Tocantins (UFT). E-mail: simonea@ufl.edu

SUZANNA DOURADO DA SILVA

Graduada em Administração de Empresas pela União Educacional do Norte. Licenciada em Geografia pela Faculdade Educacional da Lapa. Mestre e Doutoranda no Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Geografia da Universidade Federal de Rondônia (PPGG/UNIR). Realizou doutorado-sanduíche na Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM). Pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Geografia, Natureza e Territorialidades Humanas (GENTEH/UNIR). E-mail: suzannadourado@gmail.com

UNIR
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA

A Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR) é uma instituição pública de ensino superior criada em 1982. Ao longo de aproximados 40 anos, as ações de ensino, pesquisa e extensão formaram profissionais qualificados para atuação em todas as esferas da sociedade e do mercado de trabalho. A partir do ano 2000, com o início da oferta de cursos de Pós-Graduação, essa ação foi sendo ampliada, sendo ofertados, atualmente, 24 mestrados e 04 doutorados, abrangendo diversas áreas do conhecimento e priorizando pesquisas atinentes às questões ambientais, sociais, educacionais, culturais, econômicas e geográficas da Amazônia e especialmente de Rondônia. Como política de apoio e fortalecimento à Pós-Graduação e à pesquisa na Universidade, a Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa (PROPESQ) instituiu a publicação de livros elaborados pelos programas de Pós-Graduação, como atividade de divulgação e compartilhamento dos resultados das pesquisas produzidas por pesquisadores desta Instituição, tendo a Editora da Universidade Federa de Rondônia (EDUFRO), como unidade sistematizadora de todas as produções. Dessa forma, esta coleção, composta por 13 livros elaborados cada um por um PPG da UNIR, apresenta temas e abordagens disciplinares e transdisciplinares, divulga os resultados das pesquisas elaboradas nessa Instituição e aproxima a UNIR das Instituições Estaduais, Municipais e de toda a Sociedade.

Maria Madalena de Aguiar Cavalcante – Diretora de Pós-Graduação
Artur de Souza Moret – Pró-Reitor de Pós-Graduação e Pesquisa

O desafio da Fundação Universidade Federal de Rondônia no ensino de graduação e de Pós-Graduação nunca foi tão grande, principalmente a partir dos recursos cada vez menores. Nesta pandemia por covid-19, o desafio foi não parar e a Pós-Graduação da UNIR não parou: defesas de dissertações e teses tornaram-se on-line e as produções acadêmicas-científicas não cessaram. Estes 13 livros da Coleção Pós-Gradução são a demonstração de que o esforço para o crescimento e a consolidação se mantém firme e constante. O futuro da Pós-Graduação na UNIR é o resultado das ações articuladas entre todos os atores, com maior abertura para a sociedade e para os setores públicos e com um grande objetivo que nos motiva, o de contribuir na formação em excelência de professores e pesquisadores nos países limítrofes. Os resultados nos colocam em papel de destaque na Amazônia e é isso o que desejamos: ser uma Instituição pública e gratuita, com forte apoio da sociedade para a oferta de cursos e formações que promovam o Desenvolvimento Regional e Sustentável do Estado de Rondônia

Marcele Regina Nogueira Pereira - Reitora

CAPES

PROPESQ
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

edufro
Editora da Universidade Federal de Rondônia